



LIVRO DE ATAS

A EUROPA NO MUNDO E O MUNDO NA EUROPA

CRISE E IDENTIDADE

Rita Ribeiro, Vítor de Sousa e Sheila Khan (Eds.)

© CECS 2017 Todos os direitos reservados
A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.cecs.uminho.pt

Título	A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas
Editores	Rita Ribeiro, Vítor de Sousa & Sheila Khan
ISBN	978-989-8600-72-1
Capa	Composição: Pedro Portela
Formato	eBook, 279 páginas
Data de publicação	2017, dezembro
Editora	CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga . Portugal
Diretor	Moisés de Lemos Martins
Vice-Diretor	Manuel Pinto
Formatação gráfica e edição digital	Ricardina Magalhães

Esta publicação é financiada no âmbito do Programa Estratégico do CECS (UID/CCI/00736/2013) pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.



SUMÁRIO

Nota introdutória	5
Rita Ribeiro, Vítor de Sousa & Sheila Khan	
<hr/>	
EUROPA: PERTENÇA E CONSCIÊNCIA	9
O mito da Europa social. Antinomias políticas entre o plano social e a arquitetura económica e financeira da agenda europeia	10
Henrique Ramalho	
<hr/>	
Transcender a cultura: poderá a Europa ser um modelo de convivência através da diferença?	25
Rita Himmel	
<hr/>	
A mobilidade intercontinental de cientistas europeus: discursos sobre perdas e ganhos d(n)a Europa	40
Emília Rodrigues Araújo	
<hr/>	
Entre dissonâncias políticas e consumos culturais: os cenários da juventude europeia emergente	54
Vania Baldi	
<hr/>	
Portugal europeu: a perceção dos estudantes de Erasmus	66
Daniel Noversa	
<hr/>	
Mobilidade académica internacional de brasileiros: perfil, motivações e avaliação do intercâmbio na Universidade do Minho	77
Sônia Cerqueira	
<hr/>	
ARTE COM O MUNDO LÁ DENTRO	99
Mundos confluentes? Representações da arte africana contemporânea no ocidente	100
Celso Martins	
<hr/>	

Os objetos artísticos e a integração da epopeia marítima portuguesa na identidade civilizacional europeia: uma reflexão transdisciplinar	108
Inês Carvalho Matos	

A relação entre Portugal e Brasil na coprodução cinematográfica. Políticas, experiências e desafios	123
Flávia Rocha	

Um centro sem fronteiras: com Helder Macedo, pelo mundo	136
Ana Margarida Fonseca	

NARRATIVAS IDENTITÁRIAS E MÉDIA **149**

<i>Portugal no Coração</i> – música e performance no Festival RTP da Canção enquanto veículos de narrativas identitárias	150
Sofia Vieira Lopes	

Média e identidade(s): as notícias sobre a Europa e o mundo nos meios de comunicação social portugueses	166
Marta Lima	

<i>Nano-gaming</i>: produtoras e editoras de videojogos como criadores de conteúdos sobre nanotecnologia	180
Rui Vieira Cruz	

<i>SlutWalk goes glocal</i>: estratégias de difusão <i>online</i> no caso português	213
Rui Vieira Cruz & Carla Cerqueira	

A EUROPA ENTRE O LOCAL E O GLOBAL **237**

Europa “regressa” ao Atlântico	238
José Palmeira	

A União Europeia e o Ártico: desafios para a segurança marítima	248
André Santos & Márcia Pinto	

La presencia de los ayuntamientos de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal en las plataformas sociales	262
Xabier Martínez-Rolán, Teresa Piñeiro-Otero & David Caldevilla-Domínguez	

RITA RIBEIRO, VÍTOR DE SOUSA & SHEILA KHAN

rmgr@ics.uminho.pt; vitorde Sousa@gmail.com; sheilakhan31@gmail.com

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO |
CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO |
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DO MINHO

NOTA INTRODUTÓRIA

A conferência “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa: Crise e Identidade”, ocorrida em junho de 2015, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pretendeu constituir um momento de reflexão acerca das antinomias que atravessam a Europa contemporânea nos seus múltiplos quadros de relação com o mundo. Tratava-se de discutir, num contexto de *krisis*, os caminhos que se oferecem à Europa, convocando o que de mais digno nos legou a cultura europeia: o pensamento crítico. Porque a Europa se fez no mundo, foi esta conferência ocasião para debater de que forma se posiciona a Europa perante as transformações sociais contemporâneas, tendo como pano de fundo as relações políticas e culturais tecidas pela história.

A teorização sobre a Europa tem revelado termos entre mãos um objeto poliédrico. A complexidade do tema apela, pois, a um debate escorado num pensamento transdisciplinar que convida para a mesa de trabalhos áreas diversas das ciências sociais e humanas. Em tempo de crispação social, económica e política na Europa, impõe-se a necessidade de pensar criticamente sobre as transformações que vêm sublinhar as contradições e fissuras do espaço europeu e que nos interpelam, enquanto europeus do Sul, a compreender o lugar da Europa no mundo contemporâneo. Para tal, importa revisitar o lastro de história e memória de que se fazem as relações entre as nações europeias, mas também os espaços extraeuropeus, particularmente no quadro das dominações coloniais. Do mesmo modo, é dada especial atenção à forma como as ligações da Europa ao mundo são trabalhadas no campo da produção cultural e artística. Num quadro de grandes mudanças, que nos confrontam com os limites da condição humana e da sua relação com a natureza, e face à tibieza das respostas políticas, este encontro procurou discutir as reconfigurações que se operam na relação da Europa com o mundo e do mundo com a Europa.

Neste livro publicam-se reflexões que estiveram em debate na conferência e que, pela sua diversidade, patenteiam quão amplo é o pensamento que se tece sobre a condição da Europa no mundo e porque são fundamentais quadros analíticos pluridisciplinares. Uma das temáticas mais aprofundadas nos estudos sobre a Europa tem sido a da sua identidade, categoria conceptual reconhecidamente escorregadia e melindrosa, que nos força à discussão mas de onde raramente retiramos certezas. Sem partirmos das propriedades paradoxais da própria noção de identidade incorreremos em formulações simplistas da ideia de identidade europeia. É precisamente o que revelam os autores dos capítulos que compõem a primeira parte desta obra. O texto de Henrique Ramalho, intitulado “O mito da Europa social. Antinomias políticas entre o plano social e a arquitetura económica e financeira da agenda europeia”, aborda as antinomias da Europa, entre os valores da cidadania social e as exigências da economia de mercado, entre a democracia e o modelo de governação das instituições da União Europeia, pondo em contraste a matriz axiológica do bem-estar e o ímpeto produtivista que, mais recentemente, tem marcado a política comunitária. Rita Himmel, no texto “Transcender a cultura: poderá a Europa ser um modelo de convivência através da diferença?”, centra-se no antagonismo entre a transculturalidade e o fechamento cultural de matiz nacionalista que tem vindo a crescer no espaço europeu. E porque as fronteiras se tornaram ténues no continente europeu, aqui se apresentam também reflexões sobre as mobilidades e como desenham uma consciência e um sentido de pertença de escala europeia, que de facto interage continuamente com outras esferas de identificação e reconhecimento. No texto “A mobilidade intercontinental de cientistas europeus: discursos sobre perdas e ganhos d(n)a Europa”, Emília Araújo trabalha a mobilidade de cientistas entre a Europa e os Estados Unidos da América não apenas como fenómeno de circulação, ganhos e perdas de conhecimento, mas enquanto luta simbólica na geopolítica da investigação científica. O texto de Vania Baldi – “Entre dissonâncias políticas e consumos culturais: os cenários da juventude europeia emergente” – analisa os processos de construção da consciência europeia, equacionando-os com o *cosmopolitismo europeu pop* das práticas de consumo cultural entre os mais jovens. Na mesma linha, o texto “Portugal europeu: a perceção dos estudantes de Erasmus”, de Daniel Noversa, aborda também o sentido de pertença à Europa entre os jovens, trabalhando a questão a partir da opinião dos universitários portugueses que integraram o programa de intercâmbio académico Erasmus. A fechar a primeira parte, Sônia Cerqueira escreve sobre “Mobilidade académica internacional de

brasileiros: perfil, motivações e avaliação do intercâmbio na Universidade do Minho”, dando conta das motivações e dos processos de integração académica, social e cultural de estudantes brasileiros em Portugal, num quadro de crescente valorização dos percursos académicos internacionais.

Na conferência que dá origem a esta publicação, entendeu-se central o lugar das artes como chão para refletir a realidade dinâmica de experiências, trocas e desafios que a diversidade humana e histórica foi incorporando na construção da sua maturidade estética e ética. Pensar a arte como separada de um mundo que incessantemente se interroga é desfazer a humanidade de um sentido existencial e crítico. Nesse sentido, o mundo na arte e a arte no mundo assumem diferentes vozes e narrativas. Celso Martins sela este pacto entre o histórico e o ético da arte africana no seu artigo “Mundos confluentes? Representações da arte africana contemporânea no ocidente”, ao incorporar no seu texto o papel da arte como ferramenta para criticamente pensar o modo como os mundos que se tocam exigem e criam entre si representações hierárquicas e, muitas vezes, em constante postura analítica e comparativa. Inês Carvalho Matos sublinha o antagonismo e o poder simbólico na sua leitura de acolher e de aproximar mundos nos seus “objetos artísticos” ao analisar, citando o título do seu artigo, “a integração da epopeia marítima portuguesa na identidade europeia: uma reflexão transdisciplinar”. Flávia Rocha, em torno das produções cinematográficas, caracteriza pontes remanescentes de confiança e de cumplicidade entre nações, ao convocar no tema do seu trabalho a “Relação entre Portugal e Brasil na coprodução cinematográfica. Políticas, experiências e desafios”. Pelo acompanhamento atento da obra do escritor Helder Macedo, Ana Margarida Fonseca, no texto “Um centro sem fronteiras: com Helder Macedo, pelo mundo”, lança a sua âncora no trabalho do autor, demonstrando como a arte escrita celebra e estima a diversidade não como perigo, mas como ensinamento de estar em vários mundos.

As representações da Europa são igualmente debatidas através do modo como nos média se elaboram narrativas que põem em cena as configurações identitárias nos espaços nacional e europeu. O texto “Portugal no Coração – música e performance no Festival RTP da Canção enquanto veículos de narrativas identitárias”, de Sofia Vieira Lopes, pretende analisar de que forma a música e a performance no Festival RTP da Canção veiculam discursos identitários nomeadamente no que respeita à saudade. Marta Lima, autora do artigo “Média e identidade(s): as notícias sobre a Europa e o mundo nos meios de comunicação social portugueses”, procura analisar a primazia que o critério da proximidade assume no processo de

seleção noticiosa e o grau de importância que é atribuído, pelos órgãos de comunicação social portugueses, às notícias sobre os contextos europeu e internacional. Rui Vieira Cruz abre audaciosamente esta compilação de trabalhos para a relevância das artes digitais e do *nano-gaming*, ao revelar o seu impacto como “paradigma civilizacional” também útil e relevante para entender a complexidade inerente às múltiplas realidades humanas. No lume das novas ferramentas da comunicação humana, Rui Vieira Cruz e Carla Cerqueira, no texto “*SlutWalk goes glocal: estratégias de difusão online no caso português*”, mostram como as redes sociais, sentidas e usadas como um dever de cidadania digital, erguem espaços de equidade e reflexão contra atos imorais, desumanos e condenáveis.

A finalizar, debatem-se os quadros políticos e institucionais que corporizam as interseções produzidas nas diversas escalas de ação em que a Europa se envolve. Nesta parte, que tem por título “A Europa entre o local e o global”, é problematizado o lugar da Europa no mundo no quadro das relações internacionais e da relação com os cidadãos. O artigo de José Palmeira, “Europa ‘regressa’ ao Atlântico”, assinala que o Atlântico é, de novo, o centro das atenções, depois de ter sido ultrapassado pelo Pacífico em termos de relevância político-económica, face à emergência da China como ator global. Nesse quadro, questiona as potencialidades e vulnerabilidades de Portugal neste novo cenário geopolítico e estratégico que tem a Europa no seu epicentro. André Santos e Márcia Pinto escrevem sobre “A União Europeia e o Ártico: desafios para a segurança marítima”, pretendendo compreender de que forma é que as alterações ocorridas, como é o degelo do Ártico, têm levantado problemas para a governação internacional. Já Xabier Martínez-Rolán, Teresa Piñeiro-Otero e David Caldevilla-Domínguez, são os autores de um artigo intitulado “La presencia de los ayuntamientos de la Erorregión Galicia-Norte de Portugal en las plataformas sociales”, cujo objetivo é o de analisar a presença dos principais municípios da Erorregião da Galiza e do Norte de Portugal nas plataformas sociais e outros serviços digitais 2.0.

Citação:

Ribeiro, R.; Sousa, V. & Khan, S. (2017). Nota Introdutória. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 5-8). Braga: CECS.

EUROPA: PERTENÇA E CONSCIÊNCIA

HENRIQUE RAMALHO

hpramalho@esev.ipv.pt

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO –
CENTRO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CI&DETS)

O MITO DA EUROPA SOCIAL. ANTINOMIAS POLÍTICAS ENTRE O PLANO SOCIAL E A ARQUITETURA ECONÓMICA E FINANCEIRA DA AGENDA EUROPEIA

RESUMO

Neste texto reinterpretemos a evolução da construção europeia, iniciando com uma perspetivação crítica que procura relacionar a matriz social, algo intermitente, com o primado da economia de mercado assumido no quadro regulatório dos sucessivos tratados. De seguida, pomos em debate algumas antinomias, designadamente: i) a economia social de mercado: antinomia entre o económico e o social, onde analisamos as (im)possibilidades de afirmar uma projeção mais ou menos consistente de uma economia social (des)conectada do projeto de construção europeia; ii) a *global governance*: antinomia entre democracia e eurocracia, onde contrapomos o modelo da democracia liberal representativa com o modelo da democracia participativa; iii) o efeito da (des)vinculação laboral: a dicotomia entre o ímpeto produtivista e o bem-estar social, onde problematizamos o mito da Europa social.

PALAVRAS-CHAVE

Europa; economia social e de mercado; democracia e tecnocracia; emprego e bem-estar social

INTRODUÇÃO

Tendo como referência metodológica a análise dos principais documentos que têm suportado as políticas oficiais da União Europeia, encetamos um exercício de cotejo ao estado atual da União em matéria social, propriamente em torno de um extraordinário paradoxo no que concerne à matriz de desenvolvimento do espaço europeu: por um lado, temos uma Europa que seduz os cidadãos com uma alegada vocação social em prol do princípio da solidariedade entre Estados-Membros; por outro, não se desvincula da sua matriz fundadora de natureza económica e financeira.

Dessa relação paradoxal, interessa compreender os diferentes momentos e processos de definição das principais políticas da União, perante o desafio de ter que lidar com duas lógicas de desenvolvimento diferentes e antagónicas entre si. Podendo tal relação paradoxal ser sintetizada em antinomias políticas entre o plano social e a arquitetura económica e financeira do espaço europeu, interessa-nos dirimir o resultado desta tensão.

Pela configuração das relações de poder instituídas, a tendência será para que a vocação social seja reprimida pelo ímpeto do crescimento económico e pelas prerrogativas associadas ao índice pragmático do equilíbrio orçamental de condição obrigatória para os Estados-Membros que o subdescrevam em sede de tratado. Concludentemente, as incompatibilidades resultantes daquelas antinomias políticas começam a surgir com algum grau de insolubilidade. É disso exemplo, no quadro de uma agenda assumidamente neoliberal, o facto de as políticas económicas e orçamentais da União suscitarem um menor protecionismo laboral ao nível da estabilidade no emprego e salários, das condições de trabalho, dos modelos e mecanismos de contrato de trabalho e da segurança social adjacente, não obstante o repositório de princípios comunitários em matéria social instituídos, por exemplo, pelo Ato Único Europeu, pelo Protocolo de Política Social, anexo ao Tratado de Maastricht, e pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

BREVE NOTA SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA: ENTRE O PRIMADO DA ECONOMIA DE MERCADO E AS INTERMITÊNCIAS DE MATRIZ SOCIAL

Ao introduzir a matriz fundadora de natureza económica e financeira da União, o tratado que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951) orientou o seu conteúdo para uma configuração económica expansionista da Europa, inscrevendo o emprego como fator de máxima produtividade (Art.º 1.º).

Mais tarde, a 25 de março de 1957, aquela matriz económica era consolidada com a assinatura do Tratado de Roma, em que os incrementos em matéria de política social deveriam ser uma consequência – e não necessariamente uma prioridade – da expansão económica (Lima, 1993).

Entre 1986 e 1991 entra-se num novo período da construção europeia, a que António Correia (2010, p. 186) deu a designação de “período das declarações políticas”. De alguma forma, inaugurou-se aquilo a que se veio designar por diálogo social europeu, de onde resultou a criação

de dois grupos de trabalho especialmente formados para dinamizar esse “novo” tipo de diálogo marcado por uma auspiciosa dialética entre o social e o económico (Lima, 1993).

Ainda em 1986, a assinatura do Ato Único Europeu (1987) assinala, em teoria, uma importante prerrogativa do contrato social europeu, precisamente sob a presunção da coesão económica e social:

a fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social. Em especial, a Comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas. (Art.º 130º A, do Ato Único Europeu, Conselho das Comunidades Europeias, s.d.)

Em 1989, com a aprovação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, consolidava-se um importante instrumento posto à disposição da Comissão, que, mesmo sem carácter vinculativo, passava a suscitar o incremento de determinadas obrigações éticas e morais que viriam, de alguma forma, a condicionar futuros atos legislativos relativamente ao domínio de higiene e segurança no trabalho, segundo a regra do voto da maioria qualificada.

Não obstante, este incremento de matéria alegadamente social, mesmo emergindo com algum destaque, mostra-se demasiado circunscrito à esfera laboral, dado que continuava a submeter outras questões sociais à regra da unanimidade, bloqueando um desenvolvimento mais alargado de um quadro estrutural de políticas sociais (Anjos, 2003; Correia, 2010).

Com a assinatura do Tratado de Maastricht (1992) dá-se continuidade àquela linha orientadora, despoletando os primeiros acordos-quadro relativos ao setor laboral, reforçando-se o alcance normativo da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, com a sua consequente anexação ao tratado. Algo que se traduziu, mais propriamente, na inclusão do Acordo da Política Social, pela determinação do dever da Comissão consultar os parceiros sociais e da possibilidade de ser suspensa qualquer iniciativa legislativa comunitária, durante o tempo em que estivesse a decorrer qualquer negociação entre os parceiros sociais. Um outro protocolo anexado ao tratado surgia claramente subsidiário àquele acordo: o Protocolo Relativo à Coesão Económica e Social, em que as partes contratantes, recordavam que

o artigo 2.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia inclui a missão de promover a coesão económica e social e

a solidariedade entre os Estados-Membros e que o reforço da coesão económica e social figura entre as acções da Comunidade a que se refere o artigo 3.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia,

reafirmando, na mesma sede regulamentar, que “o fomento da coesão económica e social é vital para o pleno desenvolvimento e o sucesso duradouro da Comunidade e salientam a importância da inclusão da coesão económica e social nos artigos 2.º e 3.º do presente Tratado”.

Per se, o Acordo da Política Social (Art.º 2.º) reafirma como pontos centrais das políticas sociais europeias os seguintes aspetos:

- melhoria, principalmente do ambiente de trabalho, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, condições de trabalho, informação e consulta dos trabalhadores, igualdade entre homens e mulheres no que se refere a oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho, integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa veio cristalizar a eloquente retórica do diálogo social, com a inserção de alterações que se auguravam relevantes para o velho princípio da coesão social e económica da União, muito particularmente pela inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ocorrida em 7 de dezembro de 2000, e pelas adaptações que lhe foram introduzidas em 12 de dezembro de 2007. Normativamente, este instrumento passou a comportar o mesmo carácter vinculativo dos tratados, deixando de se limitar a contemplar meros preceitos éticos e morais a respeito do domínio de intervenção que versava (n.º 1 do Art.º 6º do Tratado de Lisboa; Estanque, 2012).

Com o subsidiário Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, procurava-se que as ações comunitárias fossem minimamente harmonizadas pela via das legislações dos diferentes Estados-Membros (Art.º 151º), cujas aprovações de matriz social deveriam passar a ser sujeitas à consulta dos parceiros sociais europeus (Art.º 154º), sendo que o ato legislativo em matéria social poderia ser feito com participação direta dos parceiros sociais europeus, no âmbito do diálogo social, promovido pela Comissão (Art.ºs 152º e 155º).

Contudo, a consagração das políticas sociais resumia-se, mais uma vez, à instrumentalização da dimensão laboral, com destaque para as matérias relativas ao emprego, ao direito ao trabalho e às condições de trabalho, à formação profissional, à segurança social, à segurança e saúde no trabalho,

à negociação coletiva e à associação sindical (Art.º 156º). Questões como a educação, saúde, cultura e ambiente surgem como meras orientações genéricas insularizadas em secções separadas do capítulo das políticas sociais.

A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO: ANTINOMIA ENTRE O ECONÓMICO E O SOCIAL

No quadro de uma aceção geral de economia social (Caeiro, 2008), suscita-se que esta corresponda a um planeamento socioeconómico que articule o funcionamento de diferentes organizações segundo as seguintes prerrogativas (Desroches, 1976; Defourny & Nyssens, 2010): o primado das pessoas e dos objetivos sociais; o combate à exclusão social, fazendo de cada indivíduo um ator do seu próprio desenvolvimento; a vontade de promover espaços de realização pessoal e social pela formação e cultura; uma visão democrática e participada das organizações e, conseqüentemente, da sociedade; a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital; a assunção de organizações de matriz e utilidade social; o respeito pelos valores da solidariedade interna e externa, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; o desenvolvimento de um elevado grau de capital social; a não acumulação individual de lucros, suscitando uma igualitária repartição dos excedentes.

No seu significado mais institucional, a economia social remete-nos para a figura de um entreposto entre o Estado e o mercado, em que o primeiro atenderá, especialmente, ao incentivo para a criação de estruturas sociais capazes de articular objetivos de eficiência económica com objetivos de bem-estar social (Caeiro, 2008).

Comparativamente, o projeto de construção europeia, numa versão mais alargada, pretendia-se edificado em torno dos direitos da livre circulação, do emprego e de remuneração correspondente e justa, da melhoria das condições de trabalho e de vida, da liberdade de associação e negociação coletiva, da formação profissional, da igualdade de tratamento entre os homens e as mulheres no trabalho, da informação, consulta e participação dos trabalhadores, da proteção da saúde e da segurança em contexto de trabalho, da proteção das crianças e dos adolescentes, do cuidado das pessoas idosas e da proteção social generalizada (Estanque, 2012).

Este foco da economia social obriga-nos a perspetivar os trabalhadores segundo um perfil ideológico inscrito em dinâmicas organizacionais de autogestão, pela incorporação de valores como a igualdade, a participação,

a solidariedade e a união, operando-se com uma ideologia laboral subordinada ao princípio da solidariedade (Azambuja, 2009).

A implementação da economia social na Europa mantém-se, todavia, sob o jugo da normalização, assente na complexa máquina burocrática de matriz europeísta, cujo efeito tem resultado numa institucionalização suscitadora de uma progressiva fragmentação e especialização por via de estatutos cooperativos, mutualistas e associativos, submetendo, portanto, a atividade das organizações inscritas no domínio da economia social à dinâmica do mercado (Oliveira, 2012). Para tanto, bastou submeter a sua atividade económica às lógicas da concorrência, levando à sua hiperespecialização, esvaziando-as da original matriz sociopolítica que as fez nascer (Laville, 2004).

Partindo da perspetiva de Karl Polanyi (1980), a análise ao significado da chamada economia de mercado ajuda-nos a dirimir uma compreensão mais consequente do atual estado da Europa Social, baseado no ímpeto dominador do mercantilismo moderno, iniciado no século XIX, e prosseguido, hoje, na senda da ideologia da competitividade produtivista.

Na questão que nos orienta para a ponderação de estarmos a assistir ao incremento de uma economia mais ou menos solidária, percebe-se que as prerrogativas do individualismo e da competitividade tendem a favorecer a recusa do caráter coletivo dos empreendimentos sociais, propiciando, igualmente, défices de participação política dos atores direta e indiretamente envolvidos na realização desses empreendimentos. Pelo contrário, a minguada participação política tem vindo a ser substituída pelos dogmas da competitividade e da produtividade, em prol de ganhos económicos e índices maximizados de lucro. É, aliás, neste encaço que o incrementalismo económico e financeiro europeu reinscreve os trabalhadores no perfil ideológico de assalariamento, precisamente em detrimento do envolvimento nos processos de participação, sendo estes perspetivados como uma perda de produtividade, ausentando dos processos empreendedores a propriedade coletiva e o sentido do bem-comum (Azambuja, 2009).

Consequentemente, assistimos à institucionalização de uma outra ideologia laboral: a ideologia da produtividade ou da instrumentalização mercantilista do trabalho e do seu executante. Tal perfil ideológico incorporou os valores e princípios da meritocracia, do controlo e da cooperação normalizada (Azambuja, 2009).

A conexão forte entre a ideologia do assalariamento e a ideologia da produtividade foi instituída sem que ocorressem, necessariamente, mudanças de regime, mas, tão somente, a institucionalização de políticas de

reajustamento estrutural das arquiteturas laborais e produtivistas contemporâneas (Jessop, 2013). Coerentemente, inseridos na orla do fascismo de mercado (Samuelson, 1980), tais processos de reajustamento neoliberais têm suscitado a criação de um quadro institucional irreversivelmente minimalista do entendimento dado à noção de bem-estar social e às reversíveis políticas sociais que lhes tem sido associado.

Sendo que o projeto de construção da União Europeia, desde a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço até ao Tratado de Lisboa, manteve as políticas sociais quase exclusivamente centradas nas questões laborais, prioritariamente, associadas aos seus objetivos económicos e financeiros ou a um efémero expansionismo económico que tarda em ser consolidado, não será despiciendo considerar que continua a não ser possível falar de uma emancipação do direito social no quadro da União em relação ao direito económico e financeiro (Jessop, 2013).

O processo de construção da União Europeia desenvolveu, com o Tratado de Maastricht, a expectativa de um planeamento económico de matriz social:

a Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Económica e Monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns a que se referem os artigos 3.º e 3.º-A, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de protecção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros. (Art.º 102º, B. Parte I - A, Tratado de Maastricht, Conselho das Comunidades Europeias, 1992)

Contudo, as mais recentes crises dos mercados financeiros internacionais, da crise económica e da atual crise do euro permitiram o avanço de uma racionalidade economicista, que tem suscitado a desconfiança sobre uma economia de mercado sustentável, quando conectada, ainda que afluente, ao incremento dos valores da União, subsidiariedade e solidariedade (Schallenberg & Berenz, 2012).

Na verdade, o domínio económico radicalizou-se em detrimento do domínio social, em que os interesses hegemónicos de grandes grupos de especuladores substituíram a relação subsidiária entre os interesses individuais e o bem-comum, em que a ideologia da produtividade, suportada pela

ideologia do assalariado, requerendo menos regulação formal por parte dos Estados, tem como limite os rendimentos do capital e não as pessoas e o coletivo que representam em comunidade, mais ou menos agregada.

Porquanto, o atual momento da construção europeia, formalmente definida pelo vocábulo “União”, parece obedecer muito mais ao sentido da ideia de Joseph Schumpeter (1984), do necessário processo de *destruição construtiva* como mecanismo que deverá despoletar um novo ciclo de incremento da economia de mercado, sem que se submeta aos princípios da subsidiariedade e da solidariedade, como forma de prevenir os efeitos dos impactos sociais causado pela falência das estruturas mais duras desse mercado.

A GLOBAL GOVERNANCE: ANTINOMIA ENTRE DEMOCRACIA E EUROCRACIA

Prosseguindo na senda da *global governance* (Schallenberg & Berenz, 2012), a União tem vindo a consolidar-se com base no modelo da democracia liberal representativa, enquanto construção hegemónica, em detrimento do modelo da democracia participativa, enquanto movimento contra-hegemónico (Sabel & Zeitlin, 1997). O primeiro caso envolve o exercício da democracia normativa (Schumpeter, 1984; Bobbio, 1986), encerrando um ideário de elitismo democrático e técnico burocrático (Weber, 1997), originando a perda de controlo sobre a decisão política e económica por parte dos cidadãos. Corresponde ao exercício da democracia do tipo monocrático (Weber, 1997; Bobbio, 1986), dado que advoga soluções homogeneizantes para cada tipo de problema, cingindo-as a espaços jurisdicionais formais dando origem ao efeito da soberania decrescente – controlo dos governados pela burocracia (Weber, 1919/1993), encerrando uma instrumentalização da representatividade, enquanto única solução legítima para a tomada de decisão em grande escala (Dahl, 2000).

Negam-se, assim, quaisquer tentativas de resgatar o debate democrático com recurso a mecanismos participativos ou, dito de outra forma, da recuperação do discurso argumentativo (Santos, 2000) associado ao pluralismo de ideias decorrentes de experiências distintas.

Esta questão é tanto mais importante quando se observam, no complexo edifício burocrático representativo da União, problemas de legitimação da representação política dos cidadãos, desaguada num sistema oligárquico, este cada vez mais distante das prerrogativas da autorização, da identidade e da prestação de contas dos decisores (Przeworski, Stokes &

Manin, 1999, p. 32). É, aliás, notória nos sistemas representativos europeus a dificuldade de representar agendas e identidades específicas no quadro da União, se assumirmos que “participar significa influir diretamente nas decisões e controlar as mesmas” (Silva, 2001, p. 122), a que corresponde o efeito da soberania crescente – controlo dos governos pelos governados (Weber, 1997).

Ou seja, a *global governance* ignora a diversidade de interesses que tendem a chocar com o *ethos* hegemónico das elites económicas (Bóron, 1994), colocando-nos perante um domínio tecnocrata que procura manter o governo da Europa no jugo da reprodução técnica da realidade social (Adorno & Horkheimer, 1985), em que a ação política do tipo participativo – como se viu na Grécia – tem surgido como o espaço de irracionalidade, resultando numa conceção de democracia prejudicial ao funcionamento da União (Loureiro & Abrucio, 2012).

Numa aceção geral, o cidadão surge em pleno processo de fossilização, dando lugar à imagem litúrgica de produtor-cliente competitivo, renunciando à participação política e assumindo a atitude passiva de quem se limita a aguardar a possibilidade de, simplesmente, consumir (Habermas, 1980), assentando no carácter ideológico tipicamente desmobilizador do discurso tecnocrático e da correspondente naturalização do *status quo* instituído, traduzida na metáfora *weberiana* da “jaula de ferro” da administração burocrática instalada na União (Weber, 1919/1993).

Dentro de limites cada vez mais vinculados, a ideologia da *global governance* tem vindo a adotar um discurso tecnocrático que nos fornece uma interpretação, alegadamente, científica da administração e gestão totais da vida social e económica da União, contando com a vantagem do domínio das regras heterónimas que regem a esfera da economia (Pinzani, 2013).

Consequentemente, o discurso político tende a tecnocratizar-se por via da naturalização das opções políticas, não raras vezes sedeadas na lógica do pensamento único que procura concretizar um espectro mais alargado “da ideologia da classe dominante” (Pinzani, 2013, p. 153), onde a decisão política, estando legitimada por pareceres tecnocratas do tipo eficientista, transforma-se num ato de responsabilidade limitada, desresponsabilizando o decisor político de qualquer dano social.

Para tanto, a tecnocracia europeia tem utilizado os seus diferentes aparelhos (incluindo os Estados-Membros), instituições supranacionais e consequentes políticas para promover formas de consentimento e legitimação duradouros, seja através de retóricas discursivas e de diretivas com perfil de comando à distância, seja através de opacidades e silêncios

estrategicamente geridos. Tudo em nome da eficácia tecnocrata que tem vindo a emergir como ideologia oculta em tempos de crise, equiparada a uma legitimação funcional, imposta por uma pretensa superioridade da capacidade técnica dos eurocratas (Zarzalejos, 2012).

Ocorre dizer que se estabeleceu, de maneira implícita, porém generalizada, a ideia de que a política e, portanto, os políticos, demasiado distanciados das cúpulas tecnocratas, ou, inversamente, demasiado comprometidos com elas, já não são atores suficientemente vigorosos na (re) institucionalização de modelos de governação democrática a que o labor das regras do funcionamento da União deveria estar subordinado.

O EFEITO DA (DES)VINCULAÇÃO LABORAL: A DICOTOMIA ENTRE O ÍMPETO PRODUTIVISTA E A FALÊNCIA DO PLENO EMPREGO

O campo laboral é o setor onde as grandes mudanças neoliberais têm sido incrementadas de forma mais privilegiada ao longo do processo de construção da União, alegando-se que o crescimento económico é a cura para todos os males sociais. Contudo, experiências recentes denunciam que o crescimento médio das economias se apresenta demasiado modesto face às promessas neoliberais, não se apresentando como uma consequência automática das medidas institucionalizadas, como sejam despedimentos mais facilitados, baixando drasticamente a massa salarial, retirando espaço institucional e normativo à contratação coletiva, desvinculando os trabalhadores das suas funções laborais, retirando as garantias em cenários de despedimento coletivo, dissociando as condições de trabalho dos vínculos laborais, etc.. Consequentemente, os níveis de desigualdade no acesso à riqueza agravaram-se e os índices de pobreza alastraram à escala de alarme social mitigado, tendo como consequências a instabilidade do emprego e da produtividade, o alargamento do fosso entre pobres e ricos e níveis de crescimento muito distantes dos prometidos (French-Davis, 2000).

Neste cenário, a problematização que aqui fazemos do mito da Europa social prende-se com o anúncio implícito do fim da centralidade do trabalho na vida dos cidadãos (Breno & Melo, 2011), desvalorizando-o enquanto categoria social e cultural, a que sucede uma nova categoria de análise social: a importância da ausência de trabalho na forma de desemprego estrutural ou de precariedade laboral, enquanto fator de vulnerabilização social (Schnapper, 1998). A referência ao mito da Europa social, assim focalizada no problema laboral, simetriza-se com um novo paradigma social: a sociedade do não-trabalho, contrapondo-se à ideia de que o trabalho, “como no passado,

continua a dar fundamento à subsistência material da vida, a fornecer um status social e a conferir uma identidade” (Fernandes, 2000, p. 173).

A aprovação do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (Conselho da União Europeia, 2012) constituiu um verdadeiro golpe a qualquer ambição de uma Europa social, apresentando-se no quadro de uma liturgia tecnicista de gestão financeira da União, a que as soberanias nacionais sucumbem docilmente, ignorando a importância da justiça e igualdade entre os diferentes Estados-Membros, impondo uma espécie de colonização económica e financeira dos países do sul pelos países do norte, configurando um exacerbado economicismo regulatório dos seus modos de vida, considerando, por exemplo,

que, nos termos do artigo 273.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Tribunal de Justiça da União Europeia deverá ser competente para decidir do cumprimento da obrigação de as Partes Contratantes transporem a “regra de equilíbrio orçamental” para os respetivos ordenamentos jurídicos nacionais, através de disposições vinculativas, permanentes e, de preferência, a nível constitucional. (Preâmbulo do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária, Conselho da União Europeia, 2012).

Consequentemente, na Europa de hoje, subsiste a perspectiva de desresponsabilização e de intervenção mínima por parte dos Estados-Membros, passando a recusar-se a prerrogativa de se sustentar o quadro geral das políticas sociais em processos de transferências sociais, ou seja, na transferência de fundos públicos de um Estado/grupo socialmente mais favorecido para outro mais desfavorecido. Como tal, a matriz de uma Europa social, pretensamente solidária, tenderá a diluir-se, revezando o ideário de um quadro de políticas sociais que valoriza

um sentido de solidariedade, a crença num destino comum. No momento em que o destino dos cidadãos parece ser partilhado mais por medo do que por esperança, a ligação entre as políticas e os compromissos coletivos que estas refletem e nutrem torna-se num assunto crucial para os líderes políticos bem como para os analistas políticos. (Hacker, 2006, pp. 402-403)

Pelo contrário, o vigor da eurocracia de matriz suprapolítica da União evidencia uma situação de tutela do social, inativo ao nível do eixo da regulação das condições de trabalho e vida da maior parte das classes trabalhadoras, em que a cidadania social começa a ser circunstanciada numa

calculada situação de subordinação ao domínio económico e financeiro, potenciando um desnivelamento social das populações.

CONCLUSÃO

Neste nosso ensaio, surge-nos absolutamente central a discussão em torno da dialética entre o social e o económico no quadro da construção da União Europeia. Desde as suas origens contratualistas que o emprego surgiu, retoricamente, como fator de coesão económica e social. Ao mesmo tempo, a consagração das políticas sociais, comumente associada à prerrogativa do direito ao emprego, confundia-se com um mecanismo de instrumentalização da dimensão laboral posto ao serviço do expansionismo económico.

Sendo que o conceito de economia social nos remete para a figura de um entreposto entre o Estado e o mercado, com objetivos de incrementar o bem-estar social, a sua matriz solidária acabou por ser subjugada pelo jugo da normalização mercantilista radicada na ideologia da competitividade produtivista, cujo espaço jurídico, de arquitetura eurocêntrica, tem provocado a erosão dos valores originais da matriz solidária.

Atualmente, é perceptível uma minguada participação política dos cidadãos europeus, que tem vindo a ser substituída pelos dogmas da competitividade e da produtividade, suscitando um incrementalismo económico e financeiro europeu que, mais do que nunca, hoje reinscreve os trabalhadores no perfil ideológico de assalariamento produtivista, precisamente em detrimento da sua participação e mobilização políticas.

Chamamos, também, a atenção para os perigos da *global governance*, alinhada com um ideário eurocrata, originando o total controlo da decisão política e económica por parte das elites políticas, económicas e financeiras.

Sendo o emprego o elo central da matriz desenvolvimentista da União, a problematização que aqui fazemos do mito da Europa social prende-se com o anúncio implícito do fim da centralidade do trabalho na vida dos cidadãos, perdendo relevância enquanto categoria social e cultural.

Enfim, poderíamos sintetizar a nossa crítica nos seguintes sentidos que conotamos com um substancial peso de risco social: subsiste uma fé cega no crescimento económico, acreditando-se que, por si só, resolverá os problemas coletivos; descura-se o peso regressivo das desigualdades sociais; negatiza-se a função das políticas sociais; bloqueia-se a participação e mobilização dos cidadãos e evitam-se as discussões éticas do modelo de desenvolvimento institucionalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Anjos, L. (2003). Direitos sociais no Tratado da União Europeia. *Prim@Facie*, 2(2), 55-68. Retirado de <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primaface/article/view/4410/3323>
- Azambuja, L. (2009). Os valores da economia solidária. *Sociologias*. 11(21), 282-317.
- Bobbio, N. (1986). *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bóron, A. (1994). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- Breno, S. & Melo, M. (2011). Debates sobre a centralidade do trabalho e a participação na informalidade. *International Journal on Working Conditions*, 1, 25-44.
- Caeiro, J. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Rev. Katál.* 11(1), 61-72. doi: 10.1590/%25x
- Conselho das Comunidades Europeias (s.d.). *Traité Instaurant la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier*. (1951) Eur-Lex. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=uriserv:xyoo22>
- Conselho das Comunidades Europeias (s.d.). *Tratado de Roma*. Eur-Lex, CELEX, 11957A. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:xyoo23>
- Conselho das Comunidades Europeias (s.d.). *Ato Único Europeu*. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 9(JO L 169), 1-19. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:xyoo27>
- Conselho das Comunidades Europeias (1992). *Tratado da União Europeia (Maastricht)*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Retirado de <https://tinyurl.com/yafy7cdd>
- Conselho das Comunidades Europeias (2000). *Carta dos direitos fundamentais da União Europeia*. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 364, 1-22. Retirado de <https://tinyurl.com/y8euur5l>
- Conselho da União Europeia (2007). *Tratado de Lisboa*. *Jornal Oficial da União Europeia*, JO C306, 1-229. Retirado de <https://tinyurl.com/ybdfcc9v>

- Conselho das Comunidades Europeias (2009). Tratado sobre o funcionamento da União Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias, JO C 290*, 1-200. Retirado de <https://tinyurl.com/y8v3wegv>
- Conselho da União Europeia (2012). Tratado sobre estabilidade, coordenação e governação na União Económica e Monetária. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Retirado de <https://tinyurl.com/y739swj5>
- Correia, A. (2010). O diálogo social europeu. *Revista Trib.* 51(81), 185-194.
- Dahl, R. (2000). *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Desroches, H. (1976). *Le Projet coopératif. Son utopie et sa pratique. Ses appareils et ses réseaux. Ses espérances et ses déconvenues*. Paris: Éditions Ouvrières.
- Defourny, J. & Nyssens, M. (2010). Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: convergences and divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53. doi: 10.1080/19420670903442053
- Estanque, E. (2012). O Estado social em causa: instituições sociais, políticas sociais e movimentos sociolaborais. *Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica*, 73, 39-80.
- Fernandes, A. (2000). O Estado na construção da cidadania em sociedades de exclusão. In J. M. L. Viegas & E. C. Dias (Eds.), *Cidadania, Integração, Globalização* (pp. 161-185). Oeiras: Celta.
- French-Davis, R. (2000, 30 de junho). Reformar las reformas en América Latina. *El País*.
- Habermas, J. (1980). *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hacker, J. (2006). The welfare state. In R. A. W. Rhodes; S. Binder & B. Rockman (Eds.), *The Oxford handbook of political institutions* (pp. 385-406). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Jessop, B. (2013). Putting neoliberalism in its time and place: a response to the debate. *Social Anthropology*. 21(1), 65-74. doi: 10.1111/1469-8676.12003
- Laville, J-L. (2004). *A Economia social e solidária: uma visão europeia*. Buenos Aires: Alameda.
- Lima, M. (1993). A Europa social: questões e desafios. *Análise Social*, xxviii(123-124), 835-867.

- Loureiro, M. & Abrucio, F. (2012). Democracia e eficiência: a difícil relação entre política e economia no debate contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 32(4), 615-633. doi: 10.1590/S0101-31572012000400005
- Oliveira, I. (2012). *Economia social. Pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade, Porto, Portugal.
- Pinzani, A. (2013). Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. *Lua Nova*, 89, 135-168. doi: 10.1590/S0102-64452013000200006
- Polanyi, K. (1980). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Przeworski, A.; Stokes, S. C. & Manin, B. (1999). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sabel, C. & Zeitlin, J. (1997). *World of possibilities: flexibility and mass production in Western industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Samuelson, (1980). *Economics*. Nova Iorque: MacGraw-Hill.
- Santos, B. (2000). *Crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Schallenberg, P. & Berenz, T. (2012). Economia social de mercado para a Europa? *Kirche und Gesellschaft*, 387, 1-16.
- Schnapper, D. (1998). *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar.
- Schumpeter, J. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Silva, M. (2001). *Construção da participação popular*. Porto Alegre: UFRGS.
- Weber, M. (1997). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70.
- Weber, M. (1919/1993). *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Zarzalejos, J. (2012). Tecnocracia ou democracia? Gestão e representatividade. *Revista UNO*, 7, 9-11.

Citação:

Ramalho, H. (2017). O mito da Europa social. Antinomias políticas entre o plano social e a arquitetura económica e financeira da agenda europeia. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade*. Livro de atas (pp. 10-24). Braga: CECS.

RITA HIMMEL

rita.himmel@ua.pt

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

TRANSCENDER A CULTURA: PODERÁ A EUROPA SER UM MODELO DE CONVIVÊNCIA ATRAVÉS DA DIFERENÇA?

RESUMO

É frequente ouvir-se teóricos e *opinion makers* afirmar que a Europa, mais concretamente a União Europeia, deveria ser vista como um potencial paradigma, a nível global, de uma comunidade pós-nacional baseada num modelo de convivência pacífica através da diferença, da *allgemeine Vereinigung der Menschheit* [unificação universal da Humanidade], de Immanuel Kant. Uma união cuja riqueza e potencial de prosperidade reside exatamente na sua diversidade.

Todavia, eventos recentes demonstram o crescimento de um sentimento de contestação da diferença (tal como o movimento Pegida contra requerentes de asilo e refugiados na Alemanha). Estamos, atualmente, a experienciar um momento em que o modelo ideal de uma sociedade capaz de “thriving-through-variety” (Bauman, 2013) parece contrastar com uma realidade em que atos de contestação da diferença se tornam cada vez mais frequentes. Este texto explora a ideia de que a incapacidade de concretizar um modelo de sociedade transcultural existe, mais do que por falta de vontade política, devido a uma conceção de cultura nacional que impossibilita a criação do tal modelo idealizado.

Esta reflexão será feita através da análise da ideia de Zygmunt Bauman da Europa como uma potencial referência global, e do confronto desta mesma análise com os enquadramentos teóricos acerca de sociedades baseadas nesse modelo de diversidade, como o de transculturalidade de Wolfgang Welsch, completada com uma breve análise empírica do conceito de cultura utilizado nos média. Pretende-se desenvolver a ideia de que a prosperidade através da diferença apenas pode ser atingida se o atual conceito de cultura, e de culturas nacionais, for ultrapassado.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; cosmopolitismo; transculturalidade; Europa

A Europa é frequentemente retratada como um exemplo de modelo de sucesso de convivência e prosperidade baseadas na diferença, tanto por decisores políticos como analistas e académicos. Um dos nomes que defende a posição privilegiada da Europa quanto à possibilidade de se tornar um modelo a seguir nesta matéria é Zygmunt Bauman (2013). Para o autor, a integração europeia necessita de uma missão comum, e essa missão deve ser a de se apresentar ao resto do mundo como um modelo de como prosperar através da variedade.

Em “What is ‘central’ in central Europe?” (2013), Bauman dá exemplos históricos dessa prosperidade, como a monarquia austro-húngara ou a união polaco-lituana. Para Bauman, a maior riqueza da Europa é a sua diversidade – uma ideia que não é unicamente de Bauman, mas será este o autor utilizado para ilustrar o argumento aqui proposto. O sociólogo polaco sublinha que os Estados e as nações modernas são produtos da mesma constelação histórica, ou seja, ao contrário do que é frequentemente alegado, os Estados europeus não foram precedidos por nações homogêneas. A integração europeia, que terá, de acordo com o autor, nascido numa altura em que os Estados se viam como insuficientes face a desafios contemporâneos da modernidade líquida, precisa de uma missão comum, um estímulo, e esse estímulo deverá ser o de tornar o planeta mais acolhedor para a diversidade, para a capacidade de viver com o *outro*. A Europa, defende, será um laboratório com condições ideais para esse modelo, para a *allgemeine Vereinigung der Menschheit* [unificação universal da Humanidade] de Kant. A Europa, com algumas limitações, terá essa capacidade de não só viver como prosperar, com a diversidade cultural (Bauman, 2013).

Argumentando que, na história da Europa, houve vários momentos em que os Estados se basearam num modelo de multiculturalismo e multinacionalismo, é defendido que a Europa tem a missão, e mesmo o destino, de desenvolver este tipo de sociedade e, conseqüentemente, de se assumir como um ponto de referência para o resto do mundo.

Bauman não é, obviamente, o único autor com esta visão e é utilizado aqui apenas para ilustrar o pensamento por detrás desta ideia de uma Europa como modelo ideal de convivência na diferença. Ideia esta que obriga a levantar algumas questões. Mas, antes de abordar estas questões, proceder-se-á a um maior desenvolvimento da linha de pensamento adotada por Bauman no artigo em questão.

A MISSÃO EUROPEIA

O autor começa por argumentar que a posição da Europa no contexto global mudou drasticamente. Já não é o ponto de referência para a avaliação, o centro que fez o resto do planeta uma periferia (Bauman, 2013, p. 68). Após uma época em que criou soluções globais para problemas locais com base na reciclagem de outras partes do mundo, a Europa tem agora de inventar soluções geograficamente locais para problemas globais (Bauman, 2013, p. 69). Em suma, Bauman vê o surgimento de uma Europa politicamente unificada, a União Europeia (UE), como o resultado da queda da autoconfiança europeia, o que, por um lado, causou um ressurgimento de sentimentos neo-tribais, mas também a unificação do poder e da política sob a forma de uma federação europeia emergente. Mesmo que a sua concretização seja, muitas vezes, vítima de uma falta de vontade política (Bauman, 2013, p. 70).

Os conceitos de Estado e de nação são, então, definidos de forma contrária à visão nacionalista de que a solidariedade comunitária só existe na conexão entre as dimensões emocionais e jurídico-políticas. Bauman nega completamente esta visão, e dá um exemplo muito simples, mas extremamente ilustrativo, desta conceção: o Estado francês foi precedido por provençais e bretões, não franceses; o Estado alemão por bávaros, saxões ou prussianos, não alemães. Assim, a Nação francesa e o Estado francês foram constituídos no mesmo contexto e, no mesmo instante, criando um dilema ao género da galinha e do ovo (Bauman, 2013, p. 71).

Com o poder do Estado aparentemente em declínio, especialmente no contexto europeu, também não há garantias de sobrevivência das Nações. A União Europeia, defende Bauman, chega exatamente neste momento, quando os europeus se encontram na mesma posição de insuficiência e necessidade de proteção (Bauman, 2013, p. 72). Na visão de Bauman, é necessário um quadro institucional para que haja solidariedade humana a nível europeu, que é o que a UE pretende ser, mesmo que muitas vezes haja falta de vontade política para tal.

O estímulo para esta integração deverá ser um sentido compartilhado de missão coletiva. Incapazes de competir com outras potências mundiais em termos militares ou industriais, esta missão seria, então, a de abrir o caminho para a *allgemeine Vereinigung der Menschheit* [unificação universal da Humanidade] e paz perpétua de Kant, de mostrar como conviver com outros valores e modos de existência (Bauman, 2013, p. 73). Isto seria possível através da exploração do ativo mais valioso da Europa: a sua diversidade e variedade, a coexistência de diferença e diversidade, uma vez que, na Europa, o *outro* é um vizinho do lado (Bauman, 2013, p. 74).

Citando Lionel Jospin, de acordo com quem a Europa aprendeu a viver com a diversidade como algo de permanente e não temporário, Bauman olha para a Europa como um laboratório capaz de desenvolver as ferramentas necessárias para a unificação humana de Kant, e para separar a legitimidade política da soberania territorial (Bauman, 2013, pp. 74-75), isto é, de uma comunidade pós-nacional.

Para entender o estado atual dos mosaicos culturais nas sociedades europeias, três grandes ondas de migração são identificadas: a primeira com base na “missão do homem branco civilizador”, uma segunda causada pela descolonização (Bauman, 2013, p. 76) e, finalmente, o terceiro, o que estamos a vivenciar hoje em dia, e que corresponde à chamada era das diásporas, da globalização, questionando a conexão entre identidade e cidadania (Bauman, 2013, p. 76).

Em conclusão, é neste contexto que Bauman vê o futuro da Europa como dependente desta cultura europeia, baseada na diferença e na sua imperfeita mas crescente capacidade de viver com a diferença cultural. Assim, a “missão” da Europa seria aprender e compartilhar esse *know-how*. Para esta unidade pacífica na diversidade, Bauman recorda experiências históricas vividas na Europa: a monarquia austro-húngara e da União polaco-lituana. Estas memórias compartilhadas na Europa Central, de separação entre identidade comunitária e administração territorial, alega, seriam suficientemente recentes para serem recuperadas e servirem de modelo para a diversidade atual na modernidade líquida (Bauman, 2013, p. 81).

CULTURAS E TRANSCULTURALIDADE

Ora, como referido, esta ideia da Europa como excelente modelo de prosperidade através da diversidade é não raras vezes difundida e defendida na opinião pública e academia, e mesmo adotada pelas próprias instituições europeias de forma mais ou menos acrítica. Contudo, este argumento levanta algumas sérias questões.

Em primeiro lugar, a criação de um modelo europeu de viver com a diferença pode ou não ser “globalizável”, uma questão que o conceito de sociedade cosmopolita de Ulrich Beck (2002) evidencia. Em segundo lugar, pode mesmo ser perigoso ou reminescente de antigas lógicas imperialistas ver a Europa como detentora de um modelo superior que deve ensinar ao resto do mundo. Em terceiro lugar, e é neste ponto que este texto se foca, a Europa será realmente assim tão capaz de viver e prosperar através da variedade? Bauman refere-se principalmente à diversidade interna, europeia,

mas não só a recente crise económica parece ter sublinhado as dificuldades de viver com a diferença europeia, com antagonismos entre o Norte e o Sul a tomarem conta de muitos discursos (Chalániová, 2014; MacMillan, 2014), como também vários fenómenos e eventos recentes mostram como ainda há muito para fazer a nível da convivência com o outro não-europeu, como é o caso do crescimento de movimentos e partidos de extrema-direita ou anti-imigração em muitos países europeus, cujo crescimento face ao agravamento da crise de refugiados é, infelizmente, expectável.

Do ponto de vista teórico, esta ideia de sociedades que prosperam através da diversidade ecoa em conceitos, muitos dos quais largamente difundidos, de vários outros autores, como o de sociedade cosmopolita de Ulrich Beck (2002) ou de transculturalidade de Wolfgang Welsch (1999). Ambos os conceitos têm contribuições importantes para a possibilidade de criar um tal modelo.

Neste caso, a linha de argumentação irá apoiar-se no conceito de Welsch (1999), tido como conceptualmente interessante pela distinção que faz entre os conceitos de cultura subjacentes a diferentes modelos desta convivência com a diferença.

Wolfgang Welsch (1999) propõe o conceito de transculturalidade como resposta aos modelos de políticas de interculturalidade e multiculturalidade, que terão falhado porque serão baseados numa noção equivocada de cultura. Ambos estes conceitos, argumenta Welsch, são baseados numa visão da cultura como socialmente homogénea, etnicamente consolidada e interculturalmente delimitada. A interculturalidade procura a sua convivência, reconhecimento e compreensão mútuas, e a multiculturalidade a sua convivência no mesmo contexto social – mas ambas veem as culturas como esferas separadas umas das outras.

Ora, de acordo com o autor, as culturas não são nem internamente homogéneas nem externamente delimitadas, tornando inevitavelmente impossível a realização dos modelos de interculturalidade e multiculturalidade.

É importante sublinhar que ambos estes conceitos são operacionalizados por Welsch como modelos apoiados na visão de culturas como esferas delimitadas e homogéneas, não significando isto que os mesmos não sejam, por vezes, utilizados para significar o que Welsch define como transculturalidade. A distinção conceptual de Welsch é aqui utilizada porque permite uma mais clara diferenciação entre estes modelos.

Assim sendo, o autor propõe, então, o conceito de transculturalidade, baseado numa visão das culturas como internamente diferenciadas e complexas, inseridas em redes mundiais e híbridas, tanto do ponto de vista coletivo como individual (Welsch, 1999).

As culturas não são, nem nunca foram, ilhas autónomas, não são nem internamente homogêneas nem delimitadas externamente – uma ideia que não só está errada do ponto de vista descritivo como é normativamente perigosa (Welsch, 1999).

De que forma é que esta crítica do conceito de cultura invalida a possibilidade de colocar em prática os modelos de interculturalidade e multiculturalidade? No caso da interculturalidade, vendo as culturas como ilhas, ou “esferas”, este modelo procura formas de entendimento e reconhecimento entre as mesmas, apesar dessa separação. Contudo, o facto de serem vistas como esferas é incompatível com qualquer tipo de comunicação, impossibilitando qualquer tipo de solução. Quanto à multiculturalidade, da mesma forma que o conceito anterior, procura formas de fazer com que esferas culturais possam viver juntas no mesmo contexto social. Mas, quando são vistas como esferas, o entendimento mútuo ou transgressão das barreiras entre culturas não podem ser alcançados (Welsch, 1999).

A crítica dos dois conceitos leva Welsch a propor a sua solução para a questão conceptual: a adoção da noção de transculturalidade. Transculturalidade, com base no conceito de cultura de Wittgenstein, pressupõe as culturas como diferenciadas e complexas, inseridas em redes externas globais, e híbridas, ou seja, passíveis de integrar elementos de todas as outras culturas (Welsch, 1999). Ao “nível macro”, isto significa que as culturas modernas são internamente diferenciadas e complexas; relacionam-se externamente com as outras, uma vez que, como exemplifica o autor, o modo de vida de um economista, um académico ou um jornalista já não é alemão ou francês, mas sim europeu ou mundial (embora haja enormes desigualdades globais na capacidade de acesso a esta rede); e, finalmente, elas são “híbridas”, já que, na maioria dos países, vivem membros de todos os outros países do planeta. De agora em diante não há mais nada de absolutamente estranho. Tudo está ao nosso alcance. Não há nada que seja exclusivamente “próprio”. A autenticidade tornou-se o folclore, simulado para os outros (Welsch, 1999). A nível individual, as pessoas também são vistas como híbridos, cujas identidades são ligadas umas às outras, independentemente da origem cultural.

O conceito, sublinha o próprio autor, não é, de forma alguma, novo, do ponto de vista histórico. Mas, mesmo que não seja novo, a necessidade deste conceito não é apenas teórica, para ultrapassar os inconvenientes dos conceitos anteriores, mas prática. É uma questão de reajustar a nossa bússola interior: eliminando a polaridade entre o próprio e o *outro* e voltando a atenção para o que pode ser comum (Welsch, 1999).

Embora Bauman use a palavra “multicultural”, a sua compreensão de convivência e prosperidade através da diversidade, está em linha com a ideia das culturas como complexas, misturadas, híbridas. Isto é evidente na sua conceção de nações e estados, não como unidades essencialistas, mas privadas de qualquer tipo de núcleo, sendo meramente construções históricas.

Esta conceção de cultura é a única que permite uma verdadeira convivência baseada na troca e interação. Isto acontece principalmente porque o reconhecimento de um grau de estranheza interna constitui um pré-requisito para a aceitação do estrangeiro externo (Welsch, 1999). O autor faz também questão de sublinhar que transculturalidade não significa que as diferenças deixem de existir. Paralelamente à visão de Bauman da diversidade da Europa como riqueza, Welsch (1999) aponta para um novo tipo de diversidade: a diversidade das diferentes culturas e formas de vida, cada uma decorrente de permeações transculturais.

Neste sentido, a Europa poderia realmente ser vista como o laboratório perfeito, como Bauman argumenta, uma vez que o reconhecimento de europeísmo interno, de características compartilhadas com os outros anteriormente vistos como estrangeiros, pode, até certo ponto, ser observado. No entanto, mesmo se os indivíduos em países europeus reconhecerem o *outro-europeu*, por si só, isso não leva necessariamente a uma compreensão transcultural. Poderia simplesmente ser substituída a ideia da cultura nacional pela de cultura europeia, deixando de lado o *outro-não-europeu* (como, aliás, parece estar a acontecer por detrás de um determinado tipo de discurso contra o acolhimento de refugiados vindos de vários países do chamado Médio Oriente). A Europa só pode servir como um laboratório para a transculturalidade se esta promoção de “emaranhamento” (Welsch, 1999) for construída através da diferença como tal, não apenas através de diferenças de matriz europeia. Especialmente porque as sociedades europeias são, e sempre foram, muito mais internamente complexas do que apenas a miscigenação de “nações europeias”.

Do ponto de vista institucional, estamos realmente a observar uma doação voluntária de soberania do Estado-Nação para um projeto pós-nacional, e pode, discutivelmente, ser argumentado que muitos dos indivíduos pertencentes à União Europeia aceitam a ideia de uma identidade compartilhada com aqueles anteriormente vistos como estrangeiros (com os quais, aliás, estavam em guerra no século passado). No entanto, em primeiro lugar, para um projeto verdadeiramente transcultural ter sucesso, deve ser pensado como *allgemeine Vereinigung der Menschheit* [unificação

universal da Humanidade], ultrapassando o risco de assumir que existe algo como uma esfera essencialista e sólida de cultura europeia.

Claro que, entrelaçadas como são as culturas nas sociedades modernas, e por mais alteridade que exista no que nós pensamos ser a *nossa própria* cultura, é importante notar que nem todos participam igualmente e que alguns referentes culturais têm mais força do que outros. Beck (2002) fá-lo, assim como Massey, que sublinha como género, raça, capital e outros fatores influenciam enormemente como cada indivíduo é capaz de viver a alegada supressão entre tempo e espaço que dá pelo nome de globalização, criando enormes divisões quanto ao poder que cada um tem sobre estas novas possibilidades de movimentação (Massey, 1993, p. 234).

A transculturalidade é vista então, como um modelo normativo aspiracional, já que, como o próprio Welsch (1999) argumenta, esta tendência para uma sociedade mundial é acompanhada, ao mesmo tempo, por um regresso às tribos, com os indivíduos em busca de identidades específicas.

OS MÉDIA E A TRANSCULTURALIDADE

Uma vez mais, importa sublinhar que o conceito de Welsch não é, de forma alguma, totalmente original ou único. Contudo, representa uma definição clara de um conceito de cultura e identidade cultural que mais se parece aproximar de uma verdadeira possibilidade de reconhecimento da diferença e do outro.

Por esta razão, é a terminologia de Welsch que é utilizada como enquadramento para uma análise empírica desta questão, com foco no contexto da Alemanha. A Alemanha é escolhida como espaço geográfico onde há um exemplo recente claro desta incapacidade de viver com a diferença, o Pegida – *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* [europeus patrióticos contra a islamização do Ocidente], um movimento anti-islâmico que tem vindo a organizar vários protestos contra a imigração e contra o acolhimento de refugiados (principalmente vindos de países cuja população é maioritariamente muçulmana), em várias cidades alemãs (The end of tolerance? Anti-Muslim movement rattles Germany, 2014).

A Alemanha é também o espaço geográfico e político onde se tornou famoso o conceito de *multikulti*, multiculturalismo. Popularizou-se com os movimentos de contestação ao nacionalismo, principalmente pelas mãos de partidos verdes e de esquerda nos anos 1980, e regressou à ribalta quando, em 2010, a chanceler Angela Merkel declarou num discurso dirigido à juventude partidária sobre a sociedade multicultural: “esta abordagem para

o “Multikulti” falhou, falhou absolutamente” (Integration: Merkel erklärt Multikulti für gescheitert, 2010).

Para perceber se, de facto, este conceito se coaduna com a visão de culturas contestada por Welsch, este artigo explora de que forma o conceito é utilizado nos média alemães. Do ponto de vista da notícia como produto social e cultural, os média apresentam-se como um ponto de interseção social e cultural especialmente interessante, não como reflexo da mesma, mas como reflexo de complexos processos sociais, económicos e políticos, tendendo a reproduzir as ideologias dominantes numa determinada sociedade (Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke & Roberts, 1999).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Através de uma análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 1991), aplicada a textos mediáticos, quis-se verificar de que forma é usada a ideia de cultura e de *multikulti*, nos conteúdos disponíveis *online* dos dois jornais diários de maior circulação na Alemanha: *Bild* e *Süddeutsche Zeitung* (SZ). Para além de serem os jornais com mais leitores, representam também diferentes personalidades sociais (Hall et al., 1999), um tablóide e um de referência, respetivamente, permitindo uma abertura a diversas posições sobre o tema.

A análise restringe-se ao ano de 2014, ano de criação do movimento PEGIDA, de forma a concentrar-se no período que, expectavelmente, marcou o debate na opinião pública acerca do tema “culturas”. Para além disso, 2014 foi também ano de eleições europeias, durante as quais um dos temas centrais foi a questão da diversidade cultural e da imigração.

Após identificados os dois jornais diários de maior circulação, foi feita uma pesquisa no motor de busca de cada um dos mesmos, através de palavras-chave que tivessem em conta variações do conceito de multiculturalismo: *multikulturalismus* e *multikulti*, e selecionados os conteúdos publicados em 2014, disponíveis livremente *online*. Destes, foram selecionados os conteúdos considerados mais relevantes para o debate em torno do tema da cultura, retirando-se textos que apenas referiam o termo de passagem, assim como formatos como fotogalerias, o que também justifica a escolha de uma análise qualitativa. Foram incluídos textos de todas as secções, incluindo críticas de cinema e artigos de viagens.

Assim sendo, foram analisados 23 textos, 13 do *Süddeutsche Zeitung* e 10 do *Bild*, e para cada artigo, criado um *memo* de análise, onde são descritos o tema, resumido o conteúdo e categorizado o conceito de cultura utilizado de acordo com a terminologia de Welsch (1999).

CULTURA E EMPATIA

Após análise dos textos, conclui-se que o conceito de *multikulti* é, com raras exceções, apresentado como algo positivo. As exceções, ambas no *Bild*, são um artigo sobre Akif Pirinçci, escritor de origem turca que defende a assimilação, e uma entrevista com Thilo Sarrazin que critica a crescente influência cultural turca e muçulmana na Alemanha. Em ambos os casos, as culturas são apresentadas como esferas separadas umas das outras.

Os restantes casos, que apresentam o conceito de *multikulti* como positivo, apresentam também, muitas vezes, as culturas como esferas. Contudo, o foco neste trabalho recai sobre os artigos que desafiam esta mesma visão, estando de acordo com o conceito de transculturalidade de Welsch, de forma a apontar o caminho através do qual este modelo poderia ser adotado.

O que há em comum entre os textos que promovem uma ideia de transculturalidade é o facto de serem escritos do ponto de vista de imigrantes, regiões de fronteira ou pessoas com ascendência migrante, e quase sempre no contexto de criação artística, como entrevistas com atores de ascendência turca, ou críticas de filmes que se debruçam sobre o tema. Existem dois casos que ilustram de forma mais paradigmática a possibilidade de adotar a visão transcultural, ambos publicados no *Süddeutsche Zeitung*.

Em primeiro lugar, um artigo, intitulado “Ähnlicher als gedacht” [Mais semelhantes do que esperado] (Katzenberger, 2014) sobre *Böhmische Dörfer*, um documentário sobre as relações entre a Tchetchénia e a Alemanha, focado nas pessoas que vivem nas zonas de fronteira ou de forte interação, onde se pode ler “não será possível que as relações germano-tchetchenas sejam marcadas mais fortemente pelas posições individuais daqueles que são marcados diretamente pelas mesmas do que o que a grande política transmite?” (Katzenberger, 2014).

Evidenciando de forma mais clara ainda esta noção de transculturalidade, foi identificado o artigo “Türkisch für Fortgeschrittene” [Turco para avançados] (Hordych, 2014) sobre Idil Üner, uma atriz de ascendência turca. Üner acaba por retratar sempre personagens estereotipadas da mulher turca, apesar da sua experiência pessoal divergir das narrativas que incorpora. No seu último filme dá voz a uma personagem que assume um papel geralmente reservado a “alemãs”, conferindo maior complexidade ao retrato da “mulher turca” na sociedade alemã. “Se ao menos não houvesse as prateleiras, que estão montadas por todo o lado no nosso Mundo” – é um dos desabafos da atriz no artigo (Hordych, 2014).

Há, também, algumas peças que não são sobre produção artística e que parecem problematizar a questão cultural de forma mais complexa.

Por exemplo, um artigo de opinião que coloca a questão do ponto de vista filosófico (Mau, 2014). Todavia, os artigos sobre produções culturais do ponto de vista dos migrantes ou regiões-fronteira foram os instantes nos quais a possibilidade de transculturalidade pareceu maior. Esta observação levanta uma questão interessante do ponto de vista das potencialidades de ultrapassar o conceito das culturas como esfera através da arte, da produção cultural, que permite o foco nas histórias individuais mais complexas e não na generalização.

COMPLEXIFICAR A QUESTÃO CULTURAL

É indiscutível a urgência de debater um modelo de, não só convivência, mas prosperidade através da diversidade. Os fluxos migratórios, as pessoas deslocadas, os refugiados sublinham a importância de colocar de lado concepções de culturas como esferas separadas que, na melhor das hipóteses, se podem justapor e conviver lado a lado. Tanto as sociedades como os indivíduos são demasiado complexos e interrelacionados para encaixar nesse modelo. Todavia, este modelo continua a perdurar e tende a agravar-se em momentos de maior exposição ao que são vistas como “outras culturas”, como parece estar a acontecer no atual momento de grande afluxo de refugiados na Europa.

Com base na breve análise efetuada, conclui-se que é possível adotar um discurso baseado na transculturalidade, que ultrapassa o modelo das culturas como esferas e abraça a sua complexidade. Para tal, parece ser crucial a empatia, o adotar do ponto de vista dos migrantes, daqueles que estão na posição estratégica do ponto de vista cultural por se encontrarem no ponto de interseção entre culturas (Gupta & Ferguson, 1992). A produção cultural e artística apresenta-se aqui como espaço privilegiado do ponto de vista da exploração das potencialidades de apresentar uma visão mais complexa destas realidades.

Apesar de não ser uma ideia nova, nem única, uma visão de culturas que permita a verdadeira prosperidade através da diversidade parece ainda não ser a dominante na sociedade. Seria de extrema importância explorar mais a fundo as possibilidades da sua concretização, tanto dentro do contexto europeu a nível interno e externo, como fora do mesmo, e, principalmente, no contexto da denominada “crise dos refugiados” atual. Para além de explorar mais a fundo as formas como podemos realmente potenciar uma visão transcultural de sociedade, seria também de extrema importância desconstruir as restantes duas questões levantadas acerca

desta alegada “missão” europeia de servir como exemplo para o resto do mundo: o verdadeiro potencial de globalizar um modelo europeu e os perigos associados a esta visão de uma Europa missionária.

O que parece ser claro é que uma visão limitada e errada de cultura, mais do que uma falha conceptual, traz consigo consequências práticas e reais, por vezes, de uma violência discursiva, emocional e física que deveria ser inaceitável. A diversidade cultural, vista do ponto de vista transcultural, é um imperativo numa Europa que se quer ver como um exemplo. Mas, para ser verdadeiramente transcultural, tem, obrigatoriamente, de ser mais do que europeia, global, humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2013). What is “central” in central Europe? *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1, 67-82.
- Beck, U. (2002). The cosmopolitan society and its enemies. *Theory, Culture & Society*, 19(1-2), 17-44. doi: 10.1177/026327640201900101
- Chalániová, D. (2014). Turn the other Greek. How the Eurozone crisis changes the media image of Greeks and what do visual representations of Greeks tell us about european identity? In O. Gyarfasova & K. Liebhart (Eds.), *Constructing and Communicating Europe* (pp. 19-51). Berlim: LIT Verlag.
- Gupta, A. & Ferguson, J. (1992). Beyond “culture”: space, identity, and the politics of difference. *Cultural Anthropology*, 7, 6-23.
- Hall, S.; Chritcher, C.; Jefferson, T.; Clarke, J. & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: o mugging nos media. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 224-248). Lisboa: Vega Macmillan.
- Integration: Merkel erklärt Multikulti für gescheitert (2010, 16 de outubro). *Spiegel*. Retirado de <https://tinyurl.com/d7fz6mu>
- Macmillan, C. (2014). The return of the Reich? A Gothic tale of Germany and the Eurozone crisis. *Journal of Contemporary European Studies*, 22, 24-38.
- Massey, D. (1993). A global sense of place. In A. Gray & J. McGuigan, *Studying culture: an introductory reader* (pp. 232-240). Londres: Edward Arnold.
- The end of tolerance? Anti-Muslim movement rattles Germany (2014, 21 de dezembro). *Spiegel*. Retirado de <https://tinyurl.com/nwyssg6>

Welsch, W. (1999). Transculturality – the puzzling form of cultures today. In E. M. Lash (Ed.), *Spaces of culture: city, nation, world* (pp. 194-213). Londres: Sage. Retirado de <http://www2.uni-jena.de/welsch/>

OUTRAS REFERÊNCIAS

PEGIDA (s.d.). Positionspapier der Pegida. Retirado de ww.i-finger.de/pegida-positionspapier.pdf

ARTIGOS ANALISADOS

Aleythe, S.; Sonnabend, L. & Schnuck, O. (2014, 3 de setembro). Neue Beine für die Liga. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/sport/grafik-zu-bundesliga-transfers-neue-beine-fuer-die-liga-1.2113043>

Arndt, M. & Aswad, N. (2014, 3 de fevereiro). Multikulti-Rekord für Hamburg. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/regional/hamburg/einbuergerung/multi-kulti-rekord-fuer-hamburg-34505170.bild.html>

Backes, J. & Marrach, K. (2014, 8 de agosto). Touris: Warum wir sie lieben, brauchen – und nervig finden. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/regional/berlin/berlin/25-dinge-ueber-touris-37155744.bild.html>

Baier, T. (2014, 24 de outubro). Die Multikulti-Schule. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/bayern/uebergangsklassen-fuer-fluechtlinge-die-multikulti-schule-1.2188043>

Bigalke, S. (2014, 9 de abril). Junge Radikale. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/politik/rechtspopulismus-in-europa-junge-radikale-1.1933058>

Bild (2014, 11 de junho). In Frankfurt dehaam, bei der WM dabei. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/regional/frankfurt/wm/in-frankfurt-dahaam-bei-der-wm-dabei-36353744.bild.html>

Bild (2014, 7 de Fevereiro). Zu Hause ist seine Frau der Chef. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/sport/fussball/tayfun-korkut/zu-hause-ist-seine-frau-der-chef-34567636.bild.html>

Gehlen, D. v. (2014, 11 de março). Mehr Vorfreude wagen! *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/kultur/zukunftsangst-mehr-vorfreude-wagen-1.1908946>

- Hardenberg, A. (2014, 30 de março). Islam gehört zu uns wie die Reeperbahn nach Mekka. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/news/inland/islam/islam-gehört-zu-uns-wie-die-reeperbahn-nach-mekka-35281586.bild.html>
- Hordych, H. (2014, 24 de junho). Türkisch für Fortgeschrittene. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/medien/idil-uener-im-portraet-tuerkisch-fuer-fortgeschrittene-1.2012535>
- Hütten, F. & Glotzmann, T. (2014, 23 de setembro). Wir sind die neuen Rechten. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/politik/junge-nationalisten-in-frankreich-wir-sind-die-neuen-rechten-1.2134518>
- Katzenberger, P. (2014, 2 de outubro). Ähnlicher als gedacht. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/muenchen/boehmische-doerfer-im-kino-aehnlicher-als-gedacht-1.2156896>
- Kohlmaier, M. (2014, 28 de fevereiro). Der Dünnhäutige und der Nachfrager. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/medien/afd-sprecher-bernd-lucke-bei-studio-friedman-der-duennhaeutige-und-der-nachfrager-1.1897199>
- Koophamel, A. K. (2014, 17 de setembro). Türkisch für Anfänger in Oberbayern. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/regional/muenchen/tuerkisch-fuer-anfaenger-in-oberbayern-37693838.bild.html>
- Kreye, A. (2014, 5 de dezembro). Die Zukunft wird bunt. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/kultur/nationale-identitaet-die-zukunft-wird-bunt-1.2250180>
- Lord, C. (2014, 11 de março). Ist Max-Planck-Institut Dresdens coolste Firma? *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/regional/dresden/wissenschaftler/dresdens-coolste-firma-35019870.bild.html>
- Mau, S. (2014, 14 de fevereiro). Angst vor den Schmarotzern. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/politik/arbeitsmigration-in-europa-angst-vor-den-schmarotzern-1.1888474>
- Mutius, F. C. (2014, 3 de junho). Meine Wurzeln im Regenwald – meine Museen aus der Milchstraße. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/regional/muenchen/schriftstellerin/meine-wurzeln-im-regenwald-36234346.bild.html>
- Roßmann, R. (2014, 20 de setembro). Paul statt Philipp. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/politik/fuehrungswechsel-bei-der-ju-paul-statt-philipp-1.2138688>

- Sarrazin, T. (2014, 28 de Fevereiro). “Zornbebende Berseker“ – Was meine Gegner am meisten aufregte. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/politik/inland/thilo-sarrazin/was-meine-gegner-am-meisten-aufregte-34875492.bild.html>
- Schönburg, A. v. (2014, 11 de maio). Was dieser Sieg über Europa sagt. *Bild*. Retirado de <http://www.bild.de/unterhaltung/musik/eurovision-song-contest/was-conchitas-sieg-ueber-europa-sagt-35922744.bild.html>
- Süddeutsche Zeitung (2014, 26 de maio). Das sind die Europaskeptiker. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://www.sueddeutsche.de/politik/populismus-in-europa-das-sind-die-europaskeptiker-1.1933410>
- Vahabzadeh, S. (2014, 24 de julho). Alles so schön bunt hier. *Süddeutsche Zeitung*. Retirado de <http://jetzt.sueddeutsche.de/texte/anzeigen/565688/Alles-so-schoen-bunt-hier>

Citação:

Himmel, R. (2017). Transcender a cultura: poderá a Europa ser um modelo de convivência através da diferença? In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade*. Livro de atas (pp. 25-39). Braga: CECS.

EMÍLIA RODRIGUES ARAÚJO

era@ics.uminho.pt / emiliararaujo@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

A MOBILIDADE INTERCONTINENTAL DE CIENTISTAS EUROPEUS: DISCURSOS SOBRE PERDAS E GANHOS D(N)A EUROPA

RESUMO

Este texto apresenta uma abordagem aos discursos sobre perdas e ganhos potenciados pela mobilidade de cientistas entre a Europa e os Estados Unidos da América. A partir de um conjunto de análises realizadas sobre a ciência e o lugar da mobilidade de cientistas, este texto propõe uma reflexão sobre a forma como tais discursos veiculam, por um lado, o reforço da tensão historicamente enraizada sobre as mobilidades e os fluxos de cientistas europeus para os EUA e, por outro, a valorização da mobilidade para (e com) colaboração entre cientistas europeus e dos Estados Unidos da América.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidade; ciência; EUA; circulação do conhecimento; fuga de cérebros

INTRODUÇÃO

O fenómeno da mobilidade de cientistas tem sido estudado sob diversas perspetivas (Videira, 2013). Na maior parte dos casos, as investigações versam sobre a história e a espessura dos fluxos de cientistas que se movem entre dois países. Procuram identificar os motivos dessa mobilidade, assim como os seus impactos sobre a carreira individual e sobre as instituições e unidades de investigação a que pertencem esses mesmos investigadores (Gabaldón, Horta, Meyer & Pereira-Leal, 2005; Fontes, 2007; Delicado, 2008; Fernandez-Zubieta, Geuna & Lawson, 2013; Bento & Araújo, 2015).

Os estudos mais recentes tendem a cruzar diversas abordagens na tentativa de mostrar a complexidade dos processos de mobilidade envolvendo cientistas. Além da análise de dimensões e de variáveis relacionadas com a história pessoal, características familiares e outras, tais estudos

tendem a interrogar as variações que caracterizam os percursos de mobilidade. São consideradas variáveis atribuíveis a questões relacionadas com o estado de desenvolvimento das carreiras e oportunidade de emprego em ciência nos países de origem, natureza das áreas científicas nas quais os investigadores desenvolvem pesquisa e, ainda, estádios de desenvolvimento da carreira (Cresswell, 2010; Ivancheva & Gourova, 2011; Lawson & Shibayama, 2013; Wagner, 2015).

Perante o volume de estudos realizados acerca das mobilidades de cientistas e os inúmeros posicionamentos dos seus autores acerca da definição de mobilidade e dos motivos, vantagens e desvantagens com ela relacionados, tem sido evidente o surgimento de visões particularizadas acerca da posição relativa de cada país no que se refere à relação entre entradas de investigadores estrangeiros e saída de cientistas para outros países (Deloitte Consulting, 2014).

A mobilidade dos cientistas, integrada na mobilidade de profissionais altamente qualificados, em geral, surge hoje veiculada no espaço público através das vozes de cientistas e de políticos como um facto natural e inerente à carreira em ciência. É também identificada como um eixo de desenvolvimento da ciência, racionalização de recursos à escala mundial e, principalmente, como eixo potencial de desenvolvimento de diáspora científica e tecnológica.

Todavia, tal como concordam diversos autores, a discussão sobre as “perdas” e “ganhos” que caracterizou os debates sobre as mobilidades de cientistas e de investigadores outrora, não se apagou completamente, atendendo aliás, às especificidades dos países estudados. No entanto, foi relegada para segundo plano, face à necessidade de se perceberem os mecanismos da mobilidade e os seus níveis de impacto, em particular em termos de produtividade e reconhecimento individual do cientista. Mas hoje, face a contextos de alta competitividade em ciência e de escassez de recursos, esse tipo de “universalismo” da ciência socialmente construído sob a ideia de que o mais importante é o que se produz e não quem produz ou onde se produz, surge cada vez mais posto em causa. Despontam, assim, análises cada vez mais centradas na importância dos contextos e variáveis culturais na produção e disseminação da ciência e que afetam a mobilidade transnacional e as migrações dos cientistas, não só na fase de decisão de efetuar a mobilidade, mas também durante o período de integração e estadia no país de acolhimento. Questões de discriminação racial, étnica e linguística, de género, idade e área científica são trazidas ao debate, encetado particularmente por investigadores cujos países estiveram marcados pela

saída acentuada de cientistas e hoje ocupam posições relativas no sistema mundial da ciência de tipo periférico (Wagner, 2015).

Há um reacender da discussão sobre quem perde e quem ganha com a mobilidade na base de representações historicamente engendradas sobre o posicionamento/relevância e grau de excecionalidade dos países e continentes. Este debate, ainda bastante silencioso e implícito sob os textos oficiais, começa a estar presente no espaço mediático (Araújo & Ferreira, 2013). Por outras palavras, contrariamente, aliás, a uma orientação teórica linear que tende a vincar a centralidade da mobilidade perante o paradigma da circulação de conhecimento, ergue-se, no contexto do discurso e debate públicos no qual participam jornalistas, políticos de várias fações partidárias e os próprios cientistas em mobilidade, uma linha de orientação bastante centrada sobre a análise das perdas e dos ganhos. Esta tendência acontece tanto entre países como entre continentes.

A este respeito, muito há ainda a explorar e a aprofundar, considerando os efeitos produzidos pela economia do digital nos modos de circulação, fixação e rentabilização dos vários capitais, a nível mundial e global. Notamos, desde logo, estarmos perfeitamente conscientes da diversidade e da disparidade existentes no interior da Europa. Estas são bem demonstráveis nas variações de política a respeito das medidas de atração de cientistas e investigadores, sobretudo da dita “periferia” em direção aos “centros” (Ackers, 2005)¹.

Ocupa-nos neste artigo a tarefa de elucidar acerca dos principais discursos sobre as mobilidades de cientistas europeus em particular para os EUA. Entendemo-los como discursos social e politicamente construídos que reenviam constantemente a estruturas de disposição de significados e de sentidos que medeiam a fenomenologia das relações entre países. Deste modo, intenta-se contribuir para a compreensão do modo como as identidades dos Estados Unidos e da Europa se constituem nos processos e dinâmicas de alteridade inscritas no jogo de auto-hetero atribuição de si como espaços naturalmente privilegiados de criação, produção de conhecimento e inovação. Trata-se de atributos bem espelhados nos discursos oficiais produzidos no âmbito da justificação dos programas de financiamento Horizonte 2020 e Europa 2020, por exemplo. Nestes, a Europa surge classificada como território de resiliência e eixo de liderança mundial, ao mesmo tempo que se insiste, tanto na formulação de políticas semelhantes às implementadas nos EUA, como no incentivo ao regresso de cientistas europeus reconhecidos no estrangeiro – leia-se, nos Estados Unidos.

¹ Incluímos entre aspas as expressões dado tratar-se de modos de designar polissémicos e, de algum modo, não consensuais.

No quadro de um entendimento sobre o progresso e o posicionamento, de algum modo evolucionista, que parte da centralidade da inovação, importa mostrar o caráter performativo das discussões acerca das perdas e ganhos potenciados pela mobilidade de cientistas. Propomos argumentar tratar-se de um eixo elucidativo do lugar da Europa no mundo e, muito concretamente, da dificuldade dessa Europa – aqui mais traduzida pela UE e pelas políticas chanceladas pelas Comissão Europeia.

Neste sentido, torna-se relevante assumir que, no contexto das relações históricas entre a Europa e outros continentes, são salientes as lutas – parte de tipo simbólico – estabelecidas em dois planos: i) em relação a certos países como os EUA e o Canadá, recuperar o lugar central, de centro de “criação intelectual” na corrida da ciência; ii) em relação a outros (por exemplo, de África e da América Latina) funcionar como polo de atração, perspetivando-se como tendo um papel preponderante na disseminação do conhecimento no mundo.

Assim, apresentamos as principais abordagens teóricas que nos permitem pensar este assunto no quadro dos estudos sobre a mobilidade, a ciência e a política. Num segundo momento, e após a descrição do processo metodológico que seguimos, debruçamo-nos sobre uma sistematização preliminar dos tipos discursivos encontrados.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise aos modos de construção/relação entre Europa e Estados Unidos reflete o processo longo de construção/posicionamento de dois continentes no contexto da história pós II Guerra Mundial. Não obstante a pertinência das relações e das construções de sentido que medeiam historicamente as relações entre a Europa e os EUA nas diversas áreas, desde a cultura à política, são ainda escassos os estudos sobre as dimensões de tipo cultural e valorativo que estruturam essas relações, assim como os discursos que se desencadeiam no espaço público.

Já dissemos que as mobilidades e as migrações de cientistas importam na desconstrução das identidades e representações que se edificam na base da comparação persistente e historicamente alimentada entre a Europa e os EUA porque são um assunto eminentemente político: os cientistas são vulneráveis aos discursos e às imagens que circulam sobre os “melhores” lugares onde se faz ciência e se obtém reconhecimento e é nos cientistas (como de resto, nos profissionais altamente qualificados, em geral) e na ciência que assenta o discurso sobre o desenvolvimento económico e social

das nações². Nesse contexto e sobretudo durante e depois da Segunda Guerra, os EUA foram-se constituindo como fortemente influenciadores do que podemos chamar “ modelo referencial cientista”, atraindo estudantes e cientistas em várias fases da carreira de todo o mundo, incluindo a Europa. Os EUA destacaram-se ao longo do século XX como epicentro atrativo.

Wagner esclarece que:

mais de 50 anos depois o termo [*brain drain*] tem vindo a ser usado continuamente para descrever um determinado fenómeno que tem ocorrido desde 1950, afetando, principalmente, os laboratórios britânicos que se mudaram para a América do Norte. A emigração em massa de cientistas principalmente para os EUA provocou um sentimento de perda avassaladora na Europa. Este fenómeno – chamado de “fuga de cérebros” – também acabou por ser, precisamente, a base do sucesso rápido e impressionante da ciência americana (a primeira onda importante de emigração, no entanto, ocorreu por causa de regime nazista, primeiro na Alemanha e, depois, progressivamente, em toda a Europa, desde 1930 até 1945). A guerra fria (com a corrida ao armamento) e a proliferação do setor de investigação na área das ciências da vida constituíram dois processos que tiveram lugar nos EUA, desde 1950. Nos Estados Unidos, várias novas instituições foram criadas e isso constituiu uma dinâmica única no surgimento de locais de trabalho para os cientistas (Pestre & Dahan, 2004, citado em Wagner, 2015, p. 382)

Os escassos estudos existentes sobre a forma como os europeus perspetivam os EUA tendem a reafirmar, por um lado, a forte “atração” sentida pelos europeus em relação aos EUA e, por outro, a hipervalorização dos EUA em relação à sua posição no mundo. É certo que podemos analisá-la como uma postura similar à que tem tido, por seu turno, a própria Europa ao autodenominar-se como fonte da criatividade e líder do mundo. Mas Fossum (2009, p. 484), no seguimento de outros autores, acaba por considerar, na linha de argumentação sobre essa ideia partilhada e cultivada sobre a liderança americana, que o espaço europeu é frequentemente pensado como um experimento – em termos políticos e de governança. Assim, no entendimento deste autor, a questão que se coloca à Europa na atualidade seria a de definir se continua a comparar-se com os quadros de

² Os estudos que versam sobre a relação entre política e ciência referem-se constantemente ao impacto enorme que teve a obra *Science: the endless frontier*, de V. Bush (1945) na organização da ciência nos EUA e na Europa, por consequência.

desenvolvimento dos EUA, tentando replicá-los, ou se constitui uma alternativa a esses quadros. Na ciência e na organização da ciência (incluindo modelos de avaliação e financiamento; definição de referências de carreira em ciência; entre outros), podemos afirmar que a tendência é ainda a primeira, embora de forma ambígua, atendendo à força das orientações ideológicas sobre a presença e necessidade do Estado Social, na Europa³.

No que respeita à mobilidade de cientistas, europeus incluídos, observa-se que os estudos realizados nos próprios EUA reiteram num tom irónico e crítico, a realidade da política de atração dos EUA face aos investigadores do resto do mundo. Stephan e Levin (2001) declaravam que os imigrantes eram a “força e a vitalidade” do sistema científico. Os autores afirmam ainda que isso significa que os EUA “beneficiam dos investimentos educacionais realizados por outros países”. Mais recentemente, um dos últimos relatórios sobre os indicadores de ciência e engenharia nos EUA⁴, mostra que grande parte da ciência que circula no mundo tem origem nos EUA, sendo reconhecido que se trata de um país onde a força de trabalho em ciência é maioritariamente constituída por alunos de pós-doutoramento estrangeiros. Assim, na mesma linha, lê-se num artigo de divulgação crítico sobre a ciência americana:

os EUA são o maior produtor de investigação científica: o país que mais financia a investigação no contexto da academia e das empresas; que publica mais em ciência do que qualquer outra nação e as suas publicações estão desproporcionalmente entre as melhores do mundo. Mas, quem é responsável pela produção desta ciência? Em larga medida, a resposta é: os imigrantes. Como o presidente da Academia Nacional de Ciência afirmava em 2005, no Congresso: “estamos mais prósperos e seguros graças às dezenas de milhares de cientistas estrangeiros que vem para os EUA, como investigadores⁵”

Cervantes e Guellec (2002) também afirmavam que mais de 40% dos quadros altamente qualificados nos EUA diz respeito a estrangeiros. Trata-se de uma realidade documentada através das estatísticas e também analisada noutros estudos (Moguerou, 2006; Ali et al., 2007).

³ Trata-se de uma ideia que vale a pena explorar no contexto de investigação empírica-sociológica e histórica.

⁴ Retirado de <http://www.nsf.gov/statistics/seind14/index.cfm/chapter-6>

⁵ Retirado de <http://www.psmag.com/nature-and-technology/immigrants-make-american-science-great-75166>

Estudos indicam para o contexto europeu que a perspectiva de desenvolvimento da carreira constitui o principal motivo de saída, temporária e/ou definitiva (Deloitte Consulting, 2014, p. 88). Indicam também que grande percentagem de cientistas europeus que se movem rumam aos EUA, estimulados por oportunidades de emprego, prestígio associado à frequência de universidades nos Estados Unidos e à obtenção de condições para desenvolvimento da atividade de investigação desejada na área científica em que se profissionalizaram. Todavia, existem outros estudos segundo os quais a ausência de emprego científico no país de origem pode constituir um motivo de saída.

Uma das questões que estudos mais recentes têm levantado passa pela análise das condições de estadia e de trabalho dos cientistas nos EUA. Contrariando uma orientação analítica centrada sobre o estudo dos impactos nas carreiras operados pela mobilidade, estes estudos debatem, muito em particular, o acesso às redes de investigação e colaboração nos EUA por parte dos investigadores e cientistas estrangeiros, evidenciando uma certa acentuação de mecanismos de segregação e de discriminação (como o domínio da língua, o sexo, a etnia/nacionalidade) dos cientistas europeus (Wagner, 2015). A literatura científica sobre a mobilidade continua a enfatizar, é certo, as vantagens e as potencialidades das mobilidades para todos as partes e países envolvidos, gerando comportamentos colaborativos. Todavia, observa-se que, em termos de definição e implementação de estratégias políticas, o entendimento tem um carácter diferente, ao serem programadas medidas tendentes a “fixar” cientistas, fazê-los “regressar” à Europa, ou participar, a partir dos EUA em redes de diáspora científica. Estas orientações práticas estão, por seu turno, espelhadas em várias análises realizadas por investigadores acerca das estratégias de retenção de capitais (científicos, técnicos e humanos) na Europa (Nijkamp & Siedschlag, 2011), embora sem equacionarem a mobilidade a partir do foco da “fuga de cérebros”.

A prospetiva para a Europa, desde a criação do Espaço Europeu da Investigação, ao qual se ligam iniciativas diversas relativas à livre circulação de cientistas e liberalização de mercados de trabalho, assenta largamente numa disposição cultural de índole tecnocientífica: a ciência e a tecnologia marcam o ideário do devir europeu que se impôs sobre os restantes países.

Neste contexto, percebe-se por que razão a mobilidade de cientistas tem sido um assunto de grande relevo, pois os cientistas são percebidos como as peças mais importantes na dinâmica da ciência e inovação tecnológica (Nijkamp & Siedschlag, 2011). Mas os cientistas (como demais

qualificados) seguem as rotas do capital intimamente ligado às rotas das instituições de ciência e à inovação e, no contexto deste confronto de forças relativas à evolução técnico-científica entre EUA e Europa, torna-se conceitualizável o modo como os EUA e a Europa avaliam e valorizam a mobilidade de cientistas entre os dois espaços (EUA – Europa) que se afirmam no seu desejo de liderança mundial. Como podemos ler e problematizar os discursos que circulam sobre a mobilidade de cientistas europeus para fora da Europa? Qual é a carga semântica que carrega cada um destes discursos, do ponto de vista das características dos seus enunciadores? Qual é o lugar conferido à Europa e a que Europa nesses discursos? Estas são as principais questões que irão orientar esta análise, versando agora sobre a tipologia dos discursos sobre a mobilidade entre a Europa e os Estados Unidos.

NOTA METODOLÓGICA

A realidade que constitui hoje a mobilidade de cientistas é multidimensional e complexa. Não apenas por causa das variações que caracterizam os diversos percursos, áreas científicas e países, mas por causa da sobreposição de discursos que encontramos a respeito dos benefícios, métodos, procedimentos e vertentes da mobilidade de cientistas, entendida como objeto de política. Com efeito, numa sociedade de conhecimento, altamente globalizada e mediatizada, a mobilidade não se refere apenas a um fluxo/comportamento real. Ela constitui-se enquanto componente e elemento discursivo altamente importante no debate político e ideológico, justamente pelas razões que já enumerámos e que se prendem com a associação ao desenvolvimento político e social dos países, assim como ao seu reconhecimento internacional. Neste sentido, as mensagens que circulam a propósito das mobilidades de cientistas entre Europa e EUA não são meros conteúdos, são efetivamente discursos que circulam e se constituem na rede de significados que resultam das várias interações, também elas discursivas, entre os vários atores participantes munidos das suas próprias competências e poderes de imposição ou modelação desse discurso. De um modo simples, podemos afirmar ser na própria linguagem que se constroem e estruturam sentidos diretamente constitutivos das práticas e das interações.

No contexto dos objetivos traçados, propusemo-nos a explorar as principais características dos discursos oficiais, presentes na programação e definição de políticas (textos recolhidos no sítio eletrónico da Comissão Europeia); os discursos dos próprios cientistas em mobilidade entre os dois continentes (entrevistas realizadas no âmbito de um projeto em que

participou a autora, denominado “Mobiscence-trajetórias de mobilidade de investigadores portugueses”) e, finalmente, atendendo ao efeito modelador sobre a opinião pública e sobre a média, jornais impressos e *online* (consideramos jornais de referência internacional, a partir de uma busca eletrônica usando as expressões “mobility of European scientits” e “European scientists in USA”).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise ainda preliminar dos documentos e outros textos tratados dá conta de algumas especificidades dos vários tipos de discurso.

1. O discurso oficial produzido no âmbito da definição das políticas científicas, nomeadamente ligadas ao Espaço Europeu de Investigação (ERA) acentua explícita e implicitamente a ideia de a Europa “recuperar” o comando na área da ciência no mundo e de travar a saída de cérebros europeus, sobretudo para os EUA. Grande parte da programação Europa 2020 enfatiza esta dimensão de gestão das relações com os EUA a partir da fixação de cientistas em espaço europeu (embora tal se faça de forma não igualitária, ao acabarem alguns países mais centrais por ser o polo gravitacional de atração dos pequenos países). Apesar de se tratar de um discurso que valoriza a colaboração internacional e as redes de diáspora, acentua a necessidade de a Europa se constituir como polo catalisador de inovação e de mudança. E, nesse sentido, é um discurso que justifica continuamente a necessidade de a Europa atrair de novo os “seus” cientistas, além de tentar captar os cientistas reconhecidos que, não sendo europeus, podem replicar na Europa modelos de organização de unidades de investigação de raiz projetadas como sendo de “excelência”.
2. O discurso dos cientistas que saem está marcado pela ideia da diferença de oportunidades entre a Europa e os EUA e também pela ideia de perda para a Europa e, mais concretamente, para os países de onde são nacionais. Estes discursos temo-los nas entrevistas e também em blogues. Em geral, o discurso dos cientistas reparte-se entre os que perspetivam a mobilidade como positiva e conformam-se à sua existência e outros que a consideram um produto da política contemporânea, sendo desigual e desvantajosa para os investigadores europeus nos EUA. Na perspetiva de parte destes cientistas, é inquestionável a atração dos EUA para os investigadores europeus, uma vez que a ciência americana assenta na captação e acolhimento dos “melhores”, apesar de na Europa encontrarem quadros de maior estabilidade. Embora alguns salientem as possibilidades de a Europa vir a “recuperar” os cientistas entretanto fora do continente, grande parte considera

que estas possibilidades estão limitadas, considerando vantajosas a participação e a alimentação de redes de diáspora.

3. O discurso mediático, através do qual a mobilidade de cientistas europeus ganha visibilidade social e se expõe no espaço público, é menos homogêneo do que os precedentes porque é alimentado de posicionamentos ideológicos mais evidentes da parte dos média participantes no debate. Nos anos mais recentes, os média europeus tenderam a enfatizar a fraca capacidade da Europa para reter os seus cérebros e a crescente participação de cientistas europeus no desenvolvimento da ciência americana. Mas também encontramos uma outra tipologia discursiva mais centrada sobre a desvalorização dos percursos nos Estados Unidos, e a orientação no sentido da China e outros países emergentes.

No período mais recente, correspondente à definição das metas para a ciência e a inovação, os programas Horizonte 2020 e Europa 2020 têm sido bastante criticados. Os média têm desempenhado um papel de desconstrução junto da opinião pública, em particular no que diz respeito aos financiamentos à investigação na Europa. Trata-se de uma análise que se faz justamente a partir de uma comparação face aos EUA e por pessoas ligadas à implementação de políticas, como o conservador Evžen Tošenovský⁶, segundo o qual, “infelizmente, a maioria das descobertas científicas é conduzida fora da Europa, e muitas mentes brilhantes deixaram o nosso continente rumo aos EUA, onde há melhores condições e mais prospetivas de futuro”. Acrescenta ainda que “atendendo à sua capacidade científica, a Europa deveria ser muito mais ambiciosa e fazer mais para tornar-se líder global, mesmo em campos científicos relativamente novos, como a investigação espacial”.

No jornal *The economist* lê-se algo semelhante que enfatiza a fragilidade da Europa perante o avanço (e fascínio) tecnológico americano:

Os americanos não estão sozinhos no lamento sobre a timidez da UE. Mark Walport, conselheiro de ciência no Reino Unido, escreveu recentemente que na Europa o princípio da precaução derivou de “uma posição de espera enquanto se aguardam novas evidências para o que é agora efetivamente um sinal de paragem”. Além disso, a Europa tem um problema sério de inovação. Os políticos viajam frequentemente até à Califórnia para saborearem uma pitada do brilhantismo de Silicon Valley, mas raramente

⁶ Retirado de <https://www.theparliamentmagazine.eu/articles/opinion/europe-should-be-much-more-ambitious-prevent-us-braindrain>

agem no sentido de melhorar o clima de investimento no país. Os legisladores comemoram os benefícios para os consumidores de aplicativos como o Uber, um serviço de táxi, mas são relutantes em alterar as leis que protegem os operadores tradicionais. A França acaba de se tornar o último país a reprimir a Uber. As pequenas empresas que procuram dinheiro lutam para encontrar alternativas (...). Com exceção dos países nórdicos nenhum país da UE cumpre a meta europeia de dedicar 3% do PIB à investigação e desenvolvimento. (The battle of the scientists, 2014)

Contrariamente ao que afirmam alguns autores segundos os quais os média tendem a hegemonizar os discursos, argumentamos que estes possuem um forte pendor político. A imprensa especializada é a que mais explora esta questão no contexto internacional e europeu – fazendo participar os próprios cientistas nos seus debates. Podemos sustentar que a mobilidade de cientistas se interpreta poderosamente como um discurso acerca dos cientistas em mobilidade (como descobridores e navegadores) e como um discurso da Europa.

A mobilidade de cientistas, que sempre se afirmou como condição na ciência – de uma ciência universal, de ideário humanista –, corresponde a uma formulação identitária de tripla dimensão: a) dos governos nacionais europeus que, em circunstâncias distintas e por vezes desiguais, valorizam a mobilidade de cientistas por estes vincarem a imagem do país e representarem o que de melhor se faz nesses países; b) dos governos supranacionais – neste caso o Espaço Europeu de Investigação – por levar mais a Europa ao Mundo e c) dos cientistas individualmente considerados, por a mobilidade representar a interiorização do *ethos* – diga-se técnica e politicamente engendrado – de um modo de vida nómada, um tipo específico do estar no mundo.

Na sequência do pensamento de Appadurai (2004) sobre disjunturas e convergências, podemos sustentar que a mobilidade de cientistas integra um processo de construção identitária que incorpora a disjuntura e a dualidade entre a perda e o ganho. Com efeito, as perdas/ganhos não aparecem só desigualmente distribuídos, como recolhem contornos distintos conforme se fala da “Europa para fora”, ou “dentro da Europa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade de cientistas é uma questão de identidade, sendo também uma questão de narrativa. Ao mesmo tempo, constitui-se como um

eixo de lutas materiais e simbólicas entre nações e sociedades. A análise que fizemos, de forma exploratória, permite perspetivar como ao longo dos anos, sob um vigoroso discurso acerca da colaboração e efeitos positivos da mobilidade de cientistas, esta manteve-se como eixo decisivo de construção identitária da Europa e dos Estados Unidos entre si e face ao mundo, em termos de desenvolvimento científico e de inovação tecnológica. Com efeito, observa-se que, sob o debate acerca da mobilidade enquanto circulação de conhecimento, está o debate sobre a “fuga de cérebros” e as “perdas” que tal implica para o futuro da Europa e para a construções dos modos de relação, entre outros, com os EUA. É possível verificar a existência de discursos e contra-discursos acerca do fenómeno da mobilidade de cientistas entre a Europa e os EUA, particularmente a partir do início da crise financeira de 2008. Analisando-os percebemos que a ciência é, em geral, um elemento constitutivo de grande relevo no contexto dos modos de relacionamento e valorização entre países, ficando evidenciada a situação de fragilidade, tal como observada e auto-refletida, da Europa face aos EUA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackers, L. (2005). Promoting scientific mobility and balanced growth in the European research area. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 18(3), 301-317. doi: 10.1080/13511610500186680
- Ali, S.; Carden, G.; Culling, B.; Oswald, A.; Owen, N.; Raslmark, H. & Snodgrass, N. (2007). *Elite scientists and the global brain drain*. Reino Unido: University of Warwick. Retirado de <https://tinyurl.com/y9jpbodz>
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização – a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Araújo, E. & Ferreira, F. (2013). A “fuga de cérebros”: um discurso multidimensional. In E. Araújo, M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre a fuga de cérebros* (pp. 58-82). Braga:CECS.
- Bento, S. & Araújo, E. (2015). Mobilidade dos investigadores Uma abordagem às organizações e aos processos de trabalho em ciência. In M. Serrano & P. Urze (Eds.), *Inovação, organização e trabalho: estudos de caso* (pp. 121-142). Lisboa: Sílabo.
- Bush, V. (1945). *Science: the endless frontier*. Washington: United States Government Printing Office. Retirado de <https://tinyurl.com/yb47lrt4>

- Cervantes, M. & Guellec, D. (2002). The brain drain: old myths, new realities. *The OECD Observer*, p. 40. Retirado de <https://tinyurl.com/ybvuu2gf>
- Cresswell, T. (2010). Towards a politics of mobility, environment and planning. *Society and Space*, 28(1), 17-31. doi: 10.1068/d11407
- Delicado, A. (2008). Cientistas portugueses no estrangeiro: factores de mobilidade e relações de diáspora. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 109-129.
- Fontes, M. (2007). Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home. *Science and Public Policy*, 34(4), 284-298. doi: 10.3152/030234207X214750
- Fossum, J. (2009). Europe's "american dream". *European Journal of Social Theory*, 12(4), 483-504. doi: 10.1177/1368431009345067
- Gabaldón, T.; Horta, H.; Meyer, D. & Pereira-Leal, J. (2005). *Career paths and mobility of researchers in Europe*. Göttingen: Cuvillier Verlag. Retirado de http://in3.dem.ist.utl.pt/docs/Career_paths_and_mobility_of_researchers_in_Europe.pdf
- Ivancheva, L. & Gourova, E. (2011). Challenges for career and mobility of researchers in Europe. *Science and Public Policy*, 38(3), 185-198. doi: 10.3152/030234211X12834251302445
- Nijkamp, P. & Siedschlag, J. (2011). *Innovation, growth and competitiveness: dynamic regions in the knowledge-based world economy*. Londres: Springer.
- Stephan, P. & Levin, S. (2001). Exceptional contributions to US science by the foreign-born and foreign-educated. *Population Research and Policy Review*, 20(1), 59-79. doi: 10.1023/A:1010682017950
- The battle of the scientists (2014, 17 de dezembro). *The Economist*. Retirado de <https://tinyurl.com/ybpfu7wf>
- Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In E. Araújo; M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre a fuga de cérebros* (pp. 138-162). Braga: CECS
- Wagner, I. (2015). Entre a dupla ausência e o profissional transnacional: o lado "não dito" da mobilidade de cientistas. *Comunicação e Sociedade*, 28, 397-400. doi: 10.17231/comsoc.28(2015).2287

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Deloitte Consulting (2014). The researchers' report 2014. Retirado de <https://tinyurl.com/yb4qgn8f>
- Fernandez-Zubieta, A.; Geuna, A. & Lawson, C. (2013). Researchers mobility and its impact on scientific productivity. Retirado de <https://tinyurl.com/ycfmd82v>
- Lawson, C. & Shibayama, S. (2013). Temporary mobility. A policy for academic career development. Retirado de <https://ideas.repec.org/p/uto/dipeco/201321.html>
- Moguerou, P. (2006). The brain drain of Ph.D.s from Europe to the United States: what we know and what we would like to know. [EUI Working Paper RSCAS no. 2006/11]. Retirado de <https://tinyurl.com/ycxds936>

Citação:

Araújo, E. R. (2017). A mobilidade intercontinental de cientistas europeus: discursos sobre perdas e ganhos d(n)a Europa. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 40-53). Braga: CECS.

VANIA BALDI

vbaldi@ua.pt

UNIVERSIDADE DE AVEIRO – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
E ARTE – DIGITAL MEDIA AND INTERACTION CENTRE

ENTRE DISSONÂNCIAS POLÍTICAS E CONSUMOS CULTURAIS: OS CENÁRIOS DA JUVENTUDE EUROPEIA EMERGENTE

RESUMO

A cultura digital, os processos de aceleração histórica e de aproximação espacial, a emergência da dimensão transfronteiriça das identidades culturais representam, entre outros fatores, um cenário sociologicamente caracterizador das últimas décadas. Apesar de existirem concretas e múltiplas condições de marginalização e exclusão históricas e geográficas, os heterogêneos processos de globalização acarretaram transformações geopolíticas e geoculturais a partir das quais experimentar e repensar a peculiaridade do nosso lugar no mundo. A Europa encontra-se (e participa) dentro desse processo disruptivo, e a pluralidade histórica, política e cultural que a constitui continua a desafiar a busca dum eixo comum que não seja imposto de cima para baixo, mas mobilizador dum reconhecimento mútuo. Interessa investigar sobre a existência e a formação duma consciência continental, e entender se as novas gerações, através dos seus consumos culturais e práticas mediáticas, refletem um espírito europeu ou, eventualmente, uma inconsciência europeia.

PALAVRAS-CHAVE

Consciência europeia; identidade cultural; consumo juvenil; *mediascape*

IDENTIDADE EUROPEIA EM ESTADO DE CONFUSÃO

O Presidente francês Hollande definiu assim Marine Le Pen comentando a propaganda por ela levada a cabo: “fala como um panfleto comunista dos anos 70”. Ao mesmo tempo que enfatiza os valores da democracia e do laicismo francês, redobra o apoio político e moral à monarquia da Arábia Saudita. Marine Le Pen, por sua vez, comentando os sucessos eleitorais (antes do Syriza e depois do Podemos) elogia a emergência duma nova política popular dentro da Europa.

Frente aos fenómenos migratórios provenientes das costas africanas e às necessidades de gerir comunitariamente os desembarques pelo Mar Mediterrâneo, alguns países fundadores da União Europeia suspendem o Tratado de Schengen para não ficarem com a responsabilidade de gerir um problema europeu: o alastrar do desespero dos migrantes presentes nos países confinantes. Entretanto, estabelecendo uma hierarquia de seres humanos com *direito a direitos* (humanos) inalienáveis, declara-se solidariedade e respeito pela dignidade humana com os refugiados provenientes da Síria e do Iraque.

Defende-se a soberania nacional, como também a redução drástica da presença do Estado na vida económica de cada país. Os revolucionários de ontem são os sociais-democratas de hoje, e os sociais-democratas de ontem os neoliberais de hoje.

Como costumava referir o escritor Jean Paulham, “o problema é que as palavras mudaram de significado e os significados de palavra” (Balibar, 2014, p. 16).

Considerando as bizarras e as contradições constantes que permeiam a crónica política europeia e as posições institucionais que a representam, não é difícil imaginar a suspeição que gera nos seus cidadãos-espectadores.

Uma t-shirt de há alguns anos tinha inscrita a irónica frase: “tenho a consciência limpa: nunca a usei”. Esta piada pode explicar de forma emblemática o grave paradoxo que continua a bloquear a construção de uma identidade e de uma consciência europeia. Se pensarmos na discrepância entre o desígnio político originário para uma Europa Federal dos povos e a sua desconfortante realização, assim como na cisão radical existente entre a organização e o funcionamento das suas instituições representativas e os anseios dos seus cidadãos, podemos alegar como uma sua possível explicação esta consciência imaculada. Os europeus ainda têm dificuldades em pensar uma consciência europeia porque a Europa não demonstrou pensar o suficiente sobre os europeus, porque ainda não desenvolveu uma consciência sobre si própria. Com as palavras de Jürgen Habermas (2013b), dir-se-á que se trata de uma Europa sem europeus, uma Europa que não pensou, nem evoluiu, em direção a eles.

Para promover uma consciencialização acerca do ser europeu seria necessário, em primeiro lugar, reconhecer a importância de um projeto continental capaz de cultivar e fundamentar, de forma abrangente, a especificidade cultural da sua visão. Investigar sobre a emergência de uma consciência europeia junto das novas gerações obriga a examinar tal cenário, cruzando uma rede de problemáticas remetidas pelas relações

(transversais como desiguais) entre países, instituições e cidadãos de diferentes gerações.

É difícil falar de consciência europeia uma vez que nas suas instituições mais representativas não se manifesta, nem parece promover-se, uma consciencialização acerca do *ser europeu*. Para atingir um tal resultado seria necessário proporcionar uma conceção europeia ética e política, entendida, por exemplo, como resposta original e geral aos dilemas e aos perigos engendrados pela globalização. Recentemente esta posição foi tomada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, o qual, no seu livro *A Europa Alemã* (2013), realçou a ideia de como a Europa deveria desenvolver e representar uma nova “moral mundial”, um “cosmopolitismo europeu”, contra os riscos ecológicos, da pobreza e da injustiça trazidos pela desregulamentada competição global dos mercados financeiros. Para Beck, a força desta vocação ética e política distintiva, focada numa prospetiva e numa estratégia de longo prazo, requeria, ao mesmo tempo, um paralelo redescobrimto das grandes obras culturais e artísticas presentes na história e no território europeu. Este processo multifacetado representaria, portanto, o possível desígnio para um percurso convergente à formação da própria autoconsciência continental.

Neste sentido, um trabalho institucionalmente importante deveria ter sido (e continuar a ser) o de construir de forma alargada e participada os pilares do futuro europeu. Este futuro foi idealizado e cultivado, por exemplo, através de uma aposta em políticas promissoras orientadas para os jovens e para as suas mobilidades no continente. Mas apesar destas políticas comunitárias, em várias investigações (algumas das quais são aqui retomadas e resumidas) sobre o sentimento de pertença cultural dos jovens à Europa, deteta-se, paradoxalmente, um afastamento deste espírito comunitário (Baldi & Oliveira, 2014).

A CONSCIÊNCIA EUROPEIA COMO JOGO DE ESPELHOS

Embora esteja presente uma ideia positiva sobre a Europa como espaço cultural e artisticamente rico, caracterizado por várias tradições, facilmente transitável e com algumas oportunidades de estudo e trabalho transfronteiriço, persiste nos jovens inquiridos (mas não apenas neles) um forte ceticismo relativamente à União Europeia, na sua maneira de agir e de chegar ao quotidiano da vida das pessoas. Mesmo existindo mudanças e novidades trazidas pelo processo de integração europeia, e considerado que algumas delas tenham viabilizado experiências enriquecedoras,

acontece, ainda assim, que tais eventos não sejam percecionados como o resultado de uma cosmovisão e de um investimento coletivo num destino comum, assim como não cheguem a desafiar uma confiança em novas e mais ricas dimensões da cidadania.

Os jovens europeus, de facto, partilham na vida prática quotidiana uma opacidade *comum* sobre esta realidade *comum*, que é apresentada, apesar de tudo, como o cerne do seu horizonte histórico. Não deveria ser preciso incomodar os pais da sociologia para lembrar que uma sociedade é o resultado de um duplo e reiterado laço lógico-afetivo: ela de facto afirma-se como existente uma vez que os seus componentes se afirmam deixando-se absorver e projetando-se nela; ela é percebida como real uma vez que os indivíduos lhe reconhecem, sem hesitação, uma *consciência* própria que por sua vez lhes permite chegar (através um processo de fascinação e de captura) à *consciência* de si. Acontece assim que, mesmo atuando dentro dum contexto já europeu, a nova geração inquirida manifesta dificuldade em sentir-se e pensar-se como europeia, como se este contexto fosse invisível.

É suficiente pensar na falta no sistema escolar europeu, numa forma mesmo orgânica, de disciplinas voltadas para as temáticas europeias e para a sua perspectiva histórica e cívica. A falta de uma linha orientadora comum num setor tão delicado e estratégico é um sintoma dramático.

Se é verdade, como foi explicado pelos pragmatistas, que a validade de uma teoria, ou neste caso de uma política, se avalia a partir das suas consequências, então temos que refletir sobre estas inconsequências nos resultados.

É de facto difícil acreditar que a Europa, ao seu máximo nível dos organismos mandatados a defender e representar os interesses comuns, tenha dado prova de decidir e atuar em função de uma consciência sobre si própria. Atuou-se, nas suas sedes institucionalmente nevrálgicas, com lógicas alheias à consciencialização da sua (multi)identidade e àquela que devia ser a sua ambição cultural. Não basta, como fazem os governos atuais, invocar o seu nome para que ela exista como *mundo ou destino comum*. Não é por acaso que a União Europeia é percecionada maioritariamente como uma endogâmica oligarquia de poderosos que se protegem uns aos outros, onde as proclamações do “comum” e da “união”, sendo concretamente desviados, julgam-se uma retórica (ou um pretexto) a mais para disfarçar o interesse de poucos, tendo assim o efeito de asfixiar a operacionalização de uma consciência social e cultural aglutinante.

Hoje, de facto, parece incompreensível abordar o tema da Europa sem querer entrar no âmbito das reflexões económicas que já há muito

tempo a cercam e cristalizam. Contudo, na realidade, já não é mais sobre economia que se debate no âmbito europeu, mas fundamentalmente sobre finança despolitizante e de *capitalismo ficcional*, isto é, duma economia sem rumo político mas apenas especulativo. Um discurso, portanto, que confirma a ignorância (consciência imaculada) para a componente social que desde sempre reside no berço e no objetivo da ciência económica, caracterizando-a como disciplina visada a criar condições materiais para o bem-estar da sociedade na sua complexidade. A qualidade de vida dos europeus, a valorização e organização das relações entre os seus diferentes campos de atuação, a criação dum específico modelo civilizacional são, de facto, objetivos encarados como fatores secundários e técnicos, como aspetos ligados a uma ordem de tipo administrativo, problemas aos quais é eventualmente necessário responder pontualmente e em última instância.

Recentemente Étienne Balibar voltou a afirmar que “a legitimidade da integração europeia não pode ser decretada ou inventada por meio de um discurso jurídico” (2014, p. 16). Negar a relação implícita entre economia e sociedade leva a fazer crer na ausência de responsabilidades políticas pelas desigualdades sociais, como também na naturalidade dos assimétricos poderes nacionais.

De forma similar a Ulrich Beck, para Balibar, em falta de um modelo de sociedade europeia antagónico ao globalmente dominante, sem uma política económica preocupada com a gestão harmonizadora dos novos direitos e dos níveis de vida desiguais, cada país europeu torna-se um “potencial predador dos países vizinhos”, desafiando o regresso das nações a procurar abrigo nas identidades perdidas.

Todavia, esta condição de reiterada negligência (*neg-ligère*) torna fulcral, por contraste, uma tomada de consciência sobre a necessidade de procurar, criar, ter e multiplicar processos de consciencialização cidadã, crítica e afetiva, local e continental. Neste sentido, um tal processo pode vir a emergir, por exemplo, através dum amplo e polémico debate sobre o agendamento das novas prioridades europeias.

Por isso, uma vez que no cume de muitas esferas institucionais europeias fazem falta exemplos e testemunhos dedicados à consciencialização deste contexto pós-nacional zelado como uma *comunidade de destino*, uma estratégia teórica alternativa é aquela de procurá-la e desafiá-la mesmo naqueles elos da sociedade que passam por ser designados como os herdeiros destas instituições comunitárias. Torna-se então estratégico analisar as práticas e os hábitos sociais juvenis, examinar as perspetivas peculiares através das quais as novas gerações enquadram as suas experiências e o cenário

que as envolve, considerando que tais perspectivas e experiências resultam de diferentes níveis de mediação e de contextos de atuação específicos.

Logo, importa diagnosticar a conjuntura e o clima no qual decorrem as relações entre os jovens europeus e os multifacetados elos com a Europa, entendida esta como entidade institucional, cultural e política, a qual, apesar de tudo, é presente e representada em todas as localidades do seu espaço jurídico através das suas heterogêneas ramificações (universidades, empresas, média, transportes, bancos, jogos, tribunais etc.). A Europa, de facto, não pode ser pensada simplesmente como um conjunto de sedes e escritórios localizados em Bruxelas ou Estrasburgo, mas sim como um complexo de relações públicas e privadas que atravessam e constituem (de forma mais ou menos perceptível) a estrutura das práticas de vida dos indivíduos residentes (sobretudo) no seu território.

Neste sentido, dentro de tal espaço, investir num projeto de vida, tomar o partido de uma causa particular ou geral, alinhar com as atitudes padrão, resignar-se ou revoltar-se com a condição presente significa, de qualquer forma, *reagir* (isto é, confirmar) a presença de um contexto europeu circunstante. Contudo, mesmo num estado de objetiva e partilhada vinculação, permanece uma condição de alheamento entre as causas promovidas pela Europa e os desígnios dos seus cidadãos localmente espalhados e fragmentados nos seus diversos países. Nesse sentido, um dos últimos trabalhos de Jürgen Habermas (2013a) representa um manifesto vigoroso sobre a necessidade de romper definitivamente a espiral tecnocrática gerida para uma elite alérgica à democracia, para transformar urgentemente o projeto europeu numa forma de cidadania substancial e transversalmente solidária.

Interessa entender, falando de novas gerações, se, e eventualmente em que sentido, existem solicitações e processos alternativos de emergência de uma consciência transfronteiriça e trans-histórica que, *de baixo para cima*, possam permitir entrever laços de pertença comuns, ainda que longínquos e transversais. Ao procurar analisar esta cadeia de relações não pode descurar-se a problematização da condição geracional, isto é, das relações entre camadas etárias diferentes, considerando que uma geração é tal na medida que possa relacionar-se *com* (e diferenciar-se *das*) outras gerações. Importa investigar a presença dos fatores que mais despertam, ou limitam, a emergência de tal consciência, questionar se existem formas de transmissão cultural, experiências de um legado histórico e de uma herança geracional a serem entregues aos mais jovens, proporcionando-lhes uma apropriação simbólica dos desafios da temporalidade que advém.

OS DESAFIOS DA CONDIÇÃO JUVENIL

Nos últimos 30 anos, as análises sobre a juventude sofreram confluências significativas no que diz respeito ao enfoque da sua condição: para além de alguns estudos sobre movimentos culturais específicos, houve como que um refrão na análise da condição juvenil. Pela literatura crítica dominante, de facto, *apesar de serem jovens*, estes não são mais capazes de ser rebeldes e utópicos; *apesar de serem jovens*, não ambicionam a independência e falta-lhes audácia. Na maioria das leituras sociológicas e filosóficas chamou-se a atenção sobre o desengajamento juvenil das questões sociais, acerca da despolitização progressiva das suas atividades e da canalização das suas energias em direção ao hedonismo e ao consumo irreflexivo.

Mas será mesmo assim desoladora a condição juvenil contemporânea? Será que as novas gerações são tão indiferentes ao que os cerca e ao futuro que vão herdar? Se pensarmos mais uma vez em Hannah Arendt (1968), sabemos que cada indivíduo pode desenvolver e concretizar as suas capacidades na medida em que valoriza o património comum recebido pela sua comunidade, ao qual pode dar continuidade se puder contribuir de forma inovadora. Nesta perspetiva, *herança* e *heresia* coexistem, não pode haver comunidade política sem esta dupla articulação entre um legado histórico e a sua vital transformação.

Mas para conseguir responder a este desafio são necessários exemplos, testemunhos. Ainda assim, sabemos também que a relação com o futuro é bastante emblemática, uma vez que, em reação a um advir perçecionado com receio, a era contemporânea ocidental destaca-se por se fechar num presente perpétuo (Grusin, 2010). Como foi diagnosticado no fim do século passado, os desafios históricos e sistémicos da contemporaneidade devem ser sofridos-geridos individualmente: “a subjetivação e individualização dos riscos e contradições produzidos pelas instituições e pela sociedade” (Beck, 1992, p. 137). Logo, refletir sobre a condição juvenil de um país ou dum continente deve significar refletir sobre os outros nós da rede que, interagindo com ela, a condicionam.

Neste sentido, os diagnósticos que qualificam os jovens como Neet (Not in Employment, Education or Training) devem poder relacionar-se com outros diagnósticos sobre atividades similares em contextos mais abrangentes, de modo a dar uma ideia mais profunda dos resultados atingidos. Por exemplo, se pensarmos no recente Eurobarometer 399 realizado pela Diretoria-Geral para a Educação e Cultura (em conjunto com a Diretoria-Geral para a Comunicação da Comissão Europeia), sobre o “Acesso à Cultura e Participação” na Europa, deparamo-nos com dados gerais pouco

gratificantes¹. Entre 2007 e 2013, de facto, registou-se uma redução do desempenho geral em atividades culturais por parte dos cidadãos europeus, que passou de 21% para 18%. Existirá um jogo de espelhos, então, entre os jovens considerados apáticos e um mais amplo desinteresse pela cultura que os envolve?

Porém, nos relatos sobre a condição juvenil não costumam falar apenas as comparações com a paralela transformação da condição adulta (mudada em “adultesciência”), ou com as instituições que (pressupostamente) representam o seu legado histórico, mas também carecem de uma premissa basilar fundamentada na desigual distribuição das relações de poder entre diferentes sujeitos sociais. Uma maneira para resumir tal condição assimétrica nas relações sociais pode ser representada pela questão kantiana (e a seguir foucaultiana): *como sair da menoridade*?²

Embora a crítica à condição de menoridade não fosse direcionada para uma faixa etária específica, mas transversal aos demais indivíduos, pode-se igualmente destacar e resgatar o convite a criar as condições de possibilidade para que a crítica e a emancipação do *assujeitamento* existencial e intelectual se possa manifestar e valorizar de forma persistente. Tais condições de possibilidade remetem, por exemplo, a todas aquelas relações constitutivas da formação ética e cultural dos indivíduos, como é o caso do contexto escolar e universitário.

Investigando de perto a relação entre consumo, média e novas gerações, como também no caso dos trabalhos etnográficos realizados por Danah Boyd ou Momo Ito, e analisando a maneira como estas simbolizam e lidam afetiva e cognitivamente com os produtos considerados mais apetecíveis (quer no âmbito do domínio tecnológico, quer do vestuário, do musical ou do desportivo), constata-se uma maturidade inesperada em decodificar a cultura que lhes subjaz. As retóricas jornalísticas, e também o elitismo intelectual, propendem a repetir e divulgar, pelo contrário, estereótipos pelos quais a sensibilidade juvenil seria refém da sociedade do espetáculo e fortemente colada aos valores superficiais que os bens de consumo publicitados pelos média veiculam.

¹ Special Eurobarometer 399, Cultural access and participation. Retirado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf

² A questão originária de Immanuel Kant sobre o sentido do “esclarecimento”, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (1784), e retomada a seguir por Michel Foucault em “Qu'est-ce que les lumières?” (2001), assenta numa perspectiva alheia à condição moral, mas num saber estritamente ligado à capacidade de exercer em autonomia uma crítica do presente e uma construção do seu próprio projeto de vida, para assim passar, nas palavras de Foucault, duma condição preguiçosa e medrosa de “adultes mineurs” a uma responsável e indócil “majorité”.

A ideia é sempre – falando sobre quem não é admitido ao diálogo – a de pensar a “excitação” pela compra, ou o desejo por um objeto, como única (e banal) forma de identificação e representação de si efetivada pelos jovens. Na verdade, dado também o escasso poder de compra das novas gerações, quem é mais sujeito ao ritmo acelerado das modas e das tendências comerciais são essencialmente os *jovens adultos*, senão os pais desta juventude designada como acrítica, passiva e conformista.

Neste sentido, é importante sublinhar como a experiência do consumo juvenil não deixa de ser uma experiência, isto é, algo que permite criar sentido e negociar significados, num contexto social e culturalmente estruturado em torno de valores, interesses e ignorâncias, que também a mercadoria transmite. Surpreende relativamente, portanto, como, debatendo com os estudantes durante os grupos de foco³, ou nos contextos de didática, sobre o papel desempenhado, na nossa cultura, pelo imaginário mediático, sobre a primazia associada à visibilidade nas redes sociais e à estetização dos eventos sociais (no âmbito político ou empresarial, artístico ou científico), venham facilmente identificadas e desconstruídas as camadas de sentido e as ideologias latentes no *sex appeal* da cultura do consumo. Nestes contextos de discussão, a atitude analítica e crítica dos jovens revela-se mais presente e ativa do que inicialmente se poderia pensar (Reis, Oliveira & Baldi, 2012).

Deste modo, uma das primeiras reflexões a emergir durante as discussões promovidas, sempre em sede de didática ou de investigação, acerca do engajamento juvenil com a sociedade presente é a experiência de frustração trazida pelos desafios do consumo: *consumir para ficarmos insatisfeitos*. Este círculo vicioso guiado pela produção económica e cultural chegou à patenteação involuntária do seu próprio mecanismo interno: o bem-estar promovido pela mercadoria fundamentada na obsolescência programada começa a perder a sua força ilusória, revela ser sempre mais um falso sucedâneo das garantias morais e psicológicas necessárias à significativa construção de uma identidade (individual como coletiva), projetada num tempo de vida de médio-longo prazo.

Todavia, na ausência de fortes alternativas culturais, lidar e confrontar-se com a linguagem da mercadoria fica a opção mais fácil, sendo esta a

³ Trata-se de três sessões de grupos de foco realizadas com jovens entre os 18 e os 25 anos, todos eles estudantes universitários nacionais ou Erasmus na Universidade de Aveiro. Por cada sessão (todas amplamente registadas) foram abordadas e debatidas temáticas inerentes o estatuto da condição juvenil, a especificidade da identidade cultural portuguesa, a perceção e as expectativas ligadas à União Europeia, o uso e consumo dos bens culturais e comunicacionais.

gramática da vida dominante, mais compreensível e, portanto, mais praticável. Dentro deste panorama existe um tedioso entretenimento, uma identificação transitória com os elementos lúdicos do seu cenário, uma atitude de desejo-despejo em relação a estes, mas ao mesmo tempo persiste uma negociação de sentidos e um saudável questionamento dialético que só espera contextos e oportunidades de reflexão para se manifestar e articular entre pares.

Nesse contexto, não é irrelevante ressaltar como no tempo presente, definido como o da *era do acesso*, onde temos uma geração que desde o início cresceu com e através da internet, se regista muitas vezes uma falta de contexto comunicacional de proximidade capaz de despertar o interesse dos mais jovens em expressarem o seu sentir sobre os horizontes salientes da contemporaneidade e, sobretudo, de desafiar questões críticas relativas à sua própria condição juvenil. Paradoxalmente, como assinalado por muitos autores, muitos dos serviços digitais de troca e partilha de informações e opiniões disponibilizados pelas diferentes plataformas *online* resultam ser coros de pareceres, ideias e juízos unânimes. A tendência é a de reproduzir e alinhar de forma homogénea com a opinião e conversa dominante em cada blogue, rede social ou fórum, deixando de fora quem a pretende questionar criticamente. A estudiosa Jodi Dean (2010), por exemplo, no seu *Blog Theory: Feedback and Capture in the Circuits of Drive*, afirma que os média sociais prendem os utilizadores em grupos fechados nos seus próprios circuitos comunicacionais, onde as informações produzidas (*news* personalizadas, atualizações dos perfis, *self branding*, mensagens promocionais, etc.) tornam-se fins em si, obstaculizando a construção de projetos e, por consequência, qualquer tipo de intervenção no real.

Ao mesmo tempo, dentro da propagação da homofilia e das bolhas de conteúdos automatizados à medida dos utentes pelos algoritmos dos *social networks* (Pariser, 2011), existem indicadores de *cosmopolitismos pop* (Iwabuchi, 2002) e *fansubbing* (Ito, 2012) no consumo cultural emergente. Apesar de serem exemplos provenientes, na esmagadora maioria, do mundo oriental e norte-americano, a diáspora e a ubiquidade dos conteúdos e das identidades culturais permite entrever participações antagónicas na produção, distribuição e transmissão de textos hipermedia culturalmente conotados. A procura de conteúdos com raízes culturais diferentes dos habitualmente descaracterizados pela produção do mercado *mainstream*, acompanhado com o desejo de trocar competências linguísticas e culturais, é um fator despoletado pela emergência de culturas híbridas e pela aproximação *online* e *offline* engendrada pelas migrações transnacionais.

CONCLUSÕES

Os jovens europeus participam deste duplo e ambivalente processo de diáspora e realocização, e, duma forma ou outra, se as instituições político-culturais o viabilizarem nos demais contextos, um *cosmopolitismo europeu pop* instalar-se-á nos seus interesses e nas suas práticas quotidianas. Quanta mais proximidade com a alteridade se proporcionar (numa condição socioeconómica favorável), mais rica será a experiência da sua própria diferença cultural e cívica (Appadurai, 2004).

De facto, constatar o grau de participação nos contextos de investigação e didática, apurar a capacidade crítica e irónica, desencantada e curiosa destes jovens interlocutores em detetarem ambiguidades, observarem limites e almejarem alternativas aos aspetos do presente histórico com o qual são convidados a confrontarem-se, permite acreditar na utilidade dos diálogos especulativos entre gerações e na importância de valorizar os lugares de proximidade (dentro e fora das instituições) que lhes são propícios.

Se se desejar cimentar, nos jovens cidadãos do continente europeu, um sentimento comum de pertença cultural e cívica, é preciso resgatar uma *visão concreta* do legado histórico e cultural que partilhamos, desafiando, ao mesmo tempo, uma confiança sobre a mais-valia que representaria um futuro cocriado por diferentes europeus. Herdamos um futuro europeu, cabe ao presente e aos presentes não recuarem em posições hipócritas, regressivas e particularísticas. A perceção que temos do futuro retroage na maneira de vivenciar o nosso presente; tornar realisticamente promissor o projeto europeu implicaria, portanto, uma renovada consciência e confiança sobre os novos seres europeus que advêm.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema

Arendt, H. (1968). *Between past and future*. Nova Iorque: Viking Press.

Baldi, V. & Oliveira, L. (2014). *Europeus em busca da Europa. Os desafios da consciência europeia nas novas gerações*. Porto: Afrontamentos.

Balibar, E. (2014). Un nouvel élan, mais pour quelle Europe? *Le Monde Diplomatique*, pp. 16-17.

Beck, U. (1992). *Risk society*. Londres: Sage

- Beck, U. (2013). *A Europa alemã. De Maquiavel a “Merkievel”. Estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa: Edições 70.
- Dean, J. (2010). *Blog theory: feedback and capture in the circuits of drive*. Cambridge: Polity Press.
- Grusin, R. (2010). *Premediation: affect and mediality after 9/11*. Londres e Nova Iorque: Palgrave.
- Habermas, J. (2013a). *Im sog der technokratie. Kleine politische Schriften XII*. Berlin: Suhrkamp.
- Habermas, J. (2013b, 9 de agosto). Merkel's European failure: Germany dozes on a volcano. *Der Spiegel*. (tradução portuguesa: A bela adormecida, publicada na revista *Courrier International* de setembro, pp. 19-22).
- Ito, M. (2012). Contributors vs leechers: fansubbing ethics and a hybrid public culture. In M. Ito; O. Daisuke & T. Izumi (Eds.), *Fandom unbound: Otaku culture in a connected world* (pp. 179-204). Yale University Press: New Haven.
- Iwabuchi, K. (2002). *Recentering globalization: popular culture and Japanese transnationalism*. Durham: Duke University Press.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble*. Nova Iorque: Penguin Press.
- Reis, C.; Oliveira, L. & Baldi, V. (2012). O papel do consumo dos media pelos jovens portugueses na emergência de uma consciência europeia. *Animus, Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 11(22), 31-64. doi: 10.5902/217549777533

Citação:

Baldi, V. (2017). Entre dissonâncias políticas e consumos culturais: os cenários da juventude europeia emergente. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 54-65). Braga: CECS.

DANIEL NOVERSA

daniel.noversa@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO

PORTUGAL EUROPEU: A PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES DE ERASMUS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação de Portugal com a Europa, bem como compreender, através dos estudantes portugueses que participaram no programa de intercâmbio académico Erasmus, quais os traços/características que definem Portugal como um país europeu. Pretende-se, sobretudo, compreender como os estudantes de Erasmus portugueses percecionam a questão europeia em Portugal.

A metodologia adotada incidiu essencialmente numa abordagem qualitativa, pela razão de que tanto a dimensão europeia, quanto o programa Erasmus são temáticas muito desenvolvidas em estudos de cariz quantitativo e porque o objetivo principal era a compreensão do objeto de estudo. A principal técnica de recolha de informação escolhida foi a entrevista semidirectiva por permitir conhecer de modo aprofundado as opiniões, as representações e os sentidos dados por estes estudantes relativamente ao objeto de estudo, assim como a avaliação que fazem das suas experiências.

As entrevistas realizadas trouxeram diversos pontos de vista sobre as dimensões em análise, devendo-se, em grande parte, às diversas áreas científicas em que estes estudantes estudam e devido ainda às diferenças culturais e económicas dos países em que se instalaram no decurso do programa de intercâmbio. É, assim, possível perceber como os estudantes percecionam as diferenças e semelhanças do seu país face aos países onde tiveram oportunidade de estudar.

A partir da investigação exploratória conduzida junto dos estudantes Erasmus, com o objetivo de estudar a relação dos portugueses com a Europa, foi possível concluir que a Europa é percecionada como um espaço de modernidade e como uma espécie de “melhor amiga” do país, sobretudo, pelas vantagens que trouxe e que continua a trazer para o desenvolvimento do país e pela visibilidade que nos oferece ao encontrarmos-nos inseridos num quadro de maior amplitude como é o da União Europeia.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade europeia; Portugal; estudantes de Erasmus

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, a Europa assumiu para si um projeto de união, tendo por base os seus valores e herança histórica comum, de forma a garantir a paz e a prosperidade do continente que tinha como tradição a guerra. Depois do sucesso da unificação económica e política, a Europa alcançou a pacificação que tanto almejou: definiu uma dimensão simbólica (uma bandeira, uma moeda...), elaborou uma ordem normativa condensada na cidadania europeia e ao abrir as suas fronteiras internas estimulou as mobilidades intra-europeias, criando, neste âmbito, um novo modelo social europeu que penetra na vida de milhões de pessoas que vivem na Europa. Neste momento, o processo de europeização tem merecido a atenção da comunidade académica, como historiadores, antropólogos, sociólogos, etc., que têm procurado construir uma narrativa de uma Europa como entidade de significado social e cultural, utilizando instrumentos teóricos, metodológicos e interpretativos para explorar os sentidos e saber o quão os europeus se identificam com a Europa.

Este artigo tem como intuito compreender como os estudantes de Erasmus percecionam a questão europeia em Portugal, apresentando alguns resultados empíricos obtidos numa investigação já concluída (Novera, 2014), que tomou por objeto teórico a Europa e tinha como objetivo central compreender como a identidade europeia é percecionada em Portugal pelos estudantes de Erasmus.

A partir da investigação exploratória conduzida junto dos estudantes Erasmus, com o objetivo de estudar a relação dos portugueses com a Europa, foi possível concluir que a Europa é percecionada como um espaço de modernidade e como uma espécie de “melhor amiga” do país, sobretudo, pelas vantagens que trouxe e que continua a trazer para o desenvolvimento do país e pela visibilidade que nos oferece ao encontrarmo-nos inseridos num quadro de maior amplitude como é o da União Europeia.

A MOBILIDADE ERASMUS E A IDENTIDADE EUROPEIA

Nestes últimos anos, temos vindo a deparar-nos com uma acentuada livre circulação de pessoas e modos de vida. Muitos estudiosos desta área aperceberam-se de que se introduziram novas categorias sociais, estruturaram-se novas formas de mobilidade e novos critérios na análise das fronteiras, cada vez mais maleáveis e em sobressalto constante devido à instabilidade das estruturas sociais e da agência humana (Urry, 2010; Rumford, 2006). Na senda das mobilidades, desenham-se novos espaços

de experiência e novos padrões espaço-temporais à escala transnacional, onde se movem mensagens, informações, bens simbólicos e pessoas. A Europa é um bom exemplo do que acaba de ser dito, quando durante o seu processo de integração a Europa dirimiu as suas fronteiras internas e garantiu aos seus cidadãos direitos como a livre circulação dentro do espaço europeu. Neste sentido, os programas de intercâmbio apoiados pela UE, nomeadamente o programa Erasmus, são instrumentos preciosos para encorajar a integração entre os jovens europeus e para “forjar uma consciência europeia” (Papatsiba, 2006, p. 99; Ieracitano, 2014, p. 16).

A mobilidade Erasmus pode ajudar a promover a reflexividade sobre uma identidade cultural europeia, no sentido em que os estudantes que beneficiam deste tipo de mobilidade se podem assumir como portadores de cultura no processo de europeização (Papatsiba, 2005), assim como a desenvolver “uma autoconsciência pro-social num duplo movimento entre a autoafirmação e abertura aos outros” (Papatsiba, 2005, p. 55). Assim, a experiência Erasmus augura-se como fatora de uma consciência mais sólida pela diversidade.

A mobilidade Erasmus torna-se por isso um instrumento assaz relevante e promissor no que respeita à comunicação intercultural (Williams, 2005) e a coligar capitais interculturais (Pollmann, 2009). Dito de outro modo, potencia o desenvolvimento de novas competências para a comunicação e para a aprendizagem cultural. A experiência de intercâmbio Erasmus pode representar, também, uma nova forma de socialização para os jovens, ou seja, uma nova forma de aprendizagem institucional (Murphy-Lejeune, 2002) e cívica (Mitchell, 2012; Papatsiba, 2006), para além da cultural.

Segundo Mitchell (2012, 2014), a experiência de mobilidade Erasmus contribui positivamente para mudanças de atitudes no que à Europa diz respeito, uma vez que os participantes sentem-se mais “europeus” do que aqueles que não participam e identificam-se mais com a Europa. Por seu turno, outros estudos empíricos que tentam demonstrar o impacto da mobilidade Erasmus no processo de integração europeia, como os estudos de Sigalas (2010) e Wilson (2011), concluem que, com base em dados predominantemente de estudantes britânicos ou estudantes a estudar no Reino Unido, a mobilidade Erasmus não leva à formação de uma consciência cívica que defina o “nós sentimos” de ser cidadãos da Europa. No entanto, apesar de ainda não haver um consenso no debate sobre a relação entre a mobilidade Erasmus e a identidade europeia, a mobilidade continua a ser um importante utensílio conceptual e heurístico na análise que fazemos do processo de unificação europeia.

METODOLOGIA

A metodologia adotada incidu essencialmente numa abordagem qualitativa, pela razão de que tanto a dimensão europeia quanto o programa Erasmus são temáticas muito desenvolvidas em estudos de cariz quantitativo e porque o meu objetivo principal era sobretudo a compreensão do objeto de estudo.

A principal técnica de recolha de informação escolhida foi a entrevista semidiretiva por permitir conhecer de modo aprofundado as opiniões, as representações e os sentidos dados por estes estudantes relativamente ao processo de integração europeia, assim como a avaliação que fazem da sua experiência. Além disso, a adoção da entrevista como principal técnica pareceu ser adequada, tendo em consideração o tempo que tinha disponível para a realização da investigação, bem como para abarcar dados mais intensivos para as questões que norteavam a pesquisa exploratória junto dos estudantes Erasmus: 1. como os estudantes de Erasmus portugueses percebem a questão europeia em Portugal? 2. que significado tem Portugal ser membro da União Europeia? 3. quais as expectativas destes estudantes quanto à relação que Portugal mantém com a União Europeia?; por fim, 4. saber se a experiência Erasmus os fez sentir-se mais europeus e porquê.

No total foram entrevistados oito estudantes. Destas oito, três das entrevistas foram realizadas por escrito, através do *e-mail*, a pedido dos entrevistados; as restantes foram feitas presencialmente, gravadas e mais tarde transcritas na íntegra (com hesitações, frases incompletas...). As entrevistas foram conduzidas entre 25 de maio e 16 de junho de 2014, sendo uma realizada na Vila das Taipas, Guimarães; duas na Universidade do Minho; duas realizaram-se em Braga na casa de cada entrevistada.

O material empírico recolhido nas entrevistas foi tratado segundo a análise de conteúdo; optou-se por fazer uma análise categorial aliada a uma análise avaliativa, ou seja, a partir das categorias e das subcategorias trazidas pelas entrevistas pretendia-se, ao mesmo tempo, avaliar a intensidade das opiniões e a significação que os entrevistados constroem sobre o objeto de estudo (Bardin, citado em Guerra, 2006, p. 63).

As entrevistas realizadas trouxeram diversos pontos de vista sobre as dimensões em análise, devendo-se, em grande parte, às diversas áreas científicas em que estes estudantes estudam e devido ainda às diferenças culturais e económicas dos países em que se instalaram no decurso do programa de intercâmbio. É, assim, possível perceber como os estudantes percebem as diferenças e semelhanças do seu país face aos países onde tiveram oportunidade de estudar.

INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA: UMA MAIS-VALIA

Nos discursos analisados acerca da europeização de Portugal, é consensual entre os estudantes de Erasmus que Portugal esteja integrado na União Europeia pela projeção e oportunidades que traz para o país. Para a totalidade dos entrevistados a nossa pertença à UE é percebida como uma mais-valia pelas vantagens que traz a nível económico e cultural, bem como pela visibilidade e facilidade de mobilidade que nos trouxe: “claro ao estarmos na União Europeia dá-nos uma maior visibilidade que não teríamos se a ela não pertencêssemos, não só a nível cultural mas também a nível turístico, por exemplo, e económico” (Anabela, Irlanda). “Porque tanto a nível cultural e a nível económico pode trazer bastantes vantagens” (Adriana, Itália).

Pode-se, portanto, avançar com a ideia de que esta relação significa para estes estudantes, sobretudo, desenvolvimento e reconhecimento do país. A europeização de Portugal é para a maioria sinónimo de modernização, prosperidade económica e mais oportunidades. Assim, parece adequado dizer-se que a Europa, na perspetiva dos estudantes de Erasmus entrevistados, surge como uma espécie de vitamina que trouxe consigo os nutrientes essenciais para que um país atrasado como o nosso ganhasse uma nova vitalidade, permitindo-nos aspirar ao nível dos restantes países desenvolvidos da Europa. Tal relação é ainda observada por estes estudantes como uma via única, inevitável e desejável num momento em que o país clamava por estabilidade económica e política. Podemos ver isso na opinião expressa, por exemplo, de um dos entrevistados: “também somos um país europeu e temos muito a ganhar com isso (...) se não estivéssemos nesta comunidade europeia onde nós estaríamos!?” (Marco, República Checa). Diríamos, sem risco de polémica, que esta opinião serve como epítome do significado que é dado ao processo de integração europeia em Portugal por parte dos estudantes de Erasmus portugueses entrevistados. Ou seja, os estudantes de Erasmus portugueses aceitam a Europa porque partilhamos território com os restantes países europeus e porque ao pertencermos ao concerto das nações desenvolvidas europeias ganhamos desenvolvimento e reconhecimento que antes não tínhamos.

Segundo algumas perspetivas (Smith, 1999) a Europa não representa para os cidadãos uma referência a nível cultural ou de unificação política e é mais vista no discurso quotidiano como cumprimento de uma unificação económica. Todavia, os estudantes entrevistados identificaram-se mais com a Europa cultural porque consideram que as políticas da União se têm aproximado mais nesse sentido e por a mobilidade Erasmus lhes ter dado a

oportunidade de contactar com uma realidade cultural europeia que antes lhes era alheia:

ainda que considere fulcral a Europa económica acho que me identifico mais com a Europa cultural, no sentido em que cada vez mais tende a haver uma aproximação cultural entre os países europeus e nós, apesar de ainda não termos o mesmo ritmo estamos a chegar lá. Acho que há uma maior uniformidade ao nível cultural do que propriamente ao nível político ou económico dentro da Europa. (Anabela, Irlanda)

É assim, obrigatoriamente, temos que nos identificar com uma Europa económica (...) mas culturalmente identifico-me, como eu já estive fora, sem dúvida, que me identifico culturalmente. (Marco, República Checa)

Contudo, apesar de a maioria se identificar com uma Europa cultural, encontrou-se, mesmo assim, nos discursos dos estudantes uma tendência para caracterizar a Europa como um espaço de vantagens económicas. Isto é, a relação que Portugal mantém com a Europa, segundo os estudantes entrevistados, está associada principalmente a uma dimensão material e prática: “a nível profissional acaba por ser mais fácil para quem quiser trabalhar lá fora” (Adriana, Itália). Encontrou-se também, a par disto, algumas opiniões mais extremadas: “nesta Europa, não me revejo” (Bruno, Espanha); “penso que me identifico com todas [a cultural, a económica e a política] por causa da minha área de estudo [Direito]” (Rodrigo, Espanha).

Assim, a conclusão que é possível reter é de que a perceção que os estudantes portugueses de Erasmus têm da Europa não passa apenas pela ideia de um projeto que visa almejar a paz e a prosperidade, através de uma cooperação política ou a partilha de uma cultura. O que ressalta nos dados empíricos recolhidos é, pois, o facto de os estudantes de Erasmus se identificarem com uma Europa de dimensão económica de onde jorram benefícios e vantagens para o país. A verdade é que se observam nos seus discursos acerca da questão europeia raciocínios pragmáticos, utilitários e superficiais. Dito de outra forma, “queremos a Europa, mas só a Europa que queremos, a Europa que, por nos *europeizar*, nos devolve a posição paritária a que aspiramos, que achamos nos é devida” (Ribeiro, 2011, p. 245). Deste modo, atrever-me-ei a dizer que isso se relaciona com o período recente da história nacional que se fez numa estratégia de *estar e não estar com a Europa*, e que teve e tem, invariavelmente, uma forte influência

na forma como Portugal se posiciona no continente europeu. Recordemos que a política externa de Salazar mostrou-se, por um lado, muito conservadora no que diz respeito ao projeto europeu, mas, por outro lado, manifestou algum envolvimento nas novas organizações internacionais de onde pudesse tirar benefícios para a economia portuguesa (Silva, 2000; 2005). Portanto, podemos concluir que a ideia da Europa unida não está presente nas representações que estes estudantes têm da Europa, nem tão pouco para os portugueses em geral (Ribeiro, 2011).

No final, tudo parece resumir-se na avaliação de Alain Dieckhoff (2001, p. 271) quando afirma que “o apoio maioritário de que a unificação europeia beneficia (...) não provém nem de uma consciência europeia, nem de uma identificação pós-nacional, antes explica-se por um conjunto de interesses estritamente nacionais”.

A DIMENSÃO EUROPEIA EM PORTUGAL

Quando questionados sobre a dimensão europeia em Portugal, constataram-se respostas breves, superficiais, tautológicas e carregadas de longas pausas. Ao longo das entrevistas, pôde-se perceber que os estudantes entrevistados não têm a percepção do que o país tem de europeu. Não só por ser um tema pouco refletido no nosso quotidiano, mas também por ser uma temática quase nada debatida em Portugal. E nota-se, em geral, desinteresse, indiferença e distância em tentar compreender estes assuntos.

O que se observa, efetivamente, é uma falta de consciência crítica e reflexiva sobre assuntos intrinsecamente ligados à Europa. É neste sentido que é possível dizer-se que os estudantes portugueses que estiveram em intercâmbio em universidades europeias não são capazes de nos apresentar traços coerentes e concretos do que liga hoje Portugal à Europa. A grande maioria não conseguiu expressar elementos diretamente relacionados com a participação de Portugal na UE: moeda única, cooperação política, cidadania europeia, abolição de fronteiras, etc¹. O que pairou nos discursos dos estudantes que estiveram ao abrigo do programa Erasmus foi que Portugal

¹ Quanto a esta questão só se encontrou dois estudantes, dos oito entrevistados, que conseguiram expressar elementos relacionados com a integração de Portugal na EU: “abertura ao intercâmbio é, a meu ver, um traço europeu importante em Portugal. Por outro lado, existem fatores mais específicos, como o Euro e a Cooperação Schengen” (Jaime, Polónia); “talvez uma mistura de culturas, a moeda única, o turismo, a evolução dos meios de comunicação, a livre circulação de pessoas e mercadorias” (Rodrigo, Espanha). Estes casos servem para demonstrar como as áreas científicas em que os estudantes estudam (neste caso, Línguas e Relações Internacionais e Direito) têm influência na forma como estudantes percebem a Europa.

é europeu porque se converteu num país moderno: evoluiu em infraestruturas, apostou mais em eventos culturais, mais no turismo e já não é tão conservador. Tudo isto é salientado pelos estudantes Erasmus entrevistados como símbolos europeus e a ideia que ressalta de novo é a Europa como espaço de modernidade e de projeção. Vejamos alguns exemplos: “somos bastante evoluídos e acho que isso é um símbolo europeu” (Júlia, Bélgica); “Portugal interessa-se muito em fazer eventos culturais (...) é um bocadinho europeu isso” (Juliana, Hungria); “uma coisa que Portugal ganhou muito ao ter entrado para a união Europeia foi o turismo e ao estarmos na União Europeia veio a... alargar horizontes” (Marco, República Checa).

Perguntou-se, também, aos entrevistados se a experiência Erasmus os fez sentir-se mais europeus. A grande maioria respondeu favoravelmente, dizendo que o contacto com outras culturas lhes permitiu ter uma visão diferente do mundo, principalmente da Europa, e perceber que de tão diferentes que eram, de facto, tinham ideias muito idênticas e que os ligavam de alguma forma. Vejamos um exemplo elucidativo:

fez-me, porque tu contactas com tanta gente e, tu realmente notas, estavam lá comigo e depois com uma Europa e depois é que vem os outros, tu sentes mesmos estas ligações cada vez mais próximas como quanto mais distintas são as pessoas, (...) há certas coisas que nos liga, eu não sei se é só por pertencermos... ou se há realmente qualquer coisa europeia” (Júlia, Bélgica)

A verdade é que durante o processo de mobilidade se infunde uma autotransformação do sujeito, muito devido à interação e ação comunicativa entre os participantes de nacionalidades distintas em diversos contextos transnacionais. A cultura de mobilidade, nomeadamente a Erasmus, ajuda a tornar as fronteiras menos definidas, em alguns casos, bastante estreitas para os participantes (Ieracitano, 2014). No entanto, houve alguém para quem a experiência de Erasmus não fez sentir-se mais europeia do que já era, mas sobretudo mais portuguesa: “a experiência Erasmus mais do que tudo fez-me sentir mais portuguesa, não diria que me fez sentir mais europeia. (...) houve todo um sentimento de patriotismo inerente” (Anabela, Irlanda).

Neste sentido, poder-se-á dizer que “o que somos não pode estar separado do ‘onde estamos’” (Dieckhoff, 2001, p. 45). Ou seja, independentemente do lugar onde estamos, estaremos sempre mais familiarizados afetivamente com a nossa “cultura de origem” porque foi com ela que fomos socializados e com que criamos um vínculo inabalável, uma espécie de afetividade à terra que nos viu nascer e crescer. Dieckhoff fala-nos numa

“fidelidade” para com o lugar onde fomos socializados desde da infância. E, sociologicamente, sabemos que o processo de socialização tem uma forte influência sobre a forma como agimos, sentimos e somos ao longo da nossa vida, enquanto sujeitos e enquanto membros de grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos resultados apresentados, percebe-se que o significado que é dado, por parte dos estudantes de Erasmus, ao processo de integração europeia em Portugal é negociado na fórmula *benefícios e vantagens* que tem para o país. Pela análise dos dados, verificamos também, que as (re) definições identitárias destes estudantes se mobilizam mais no sentido de serem melhores portugueses do que em serem mais europeus. Por outras palavras, quando falamos na questão europeia em Portugal “equivale a dizer que *estamos na Europa, mas a Europa não está em nós*, senão superficial e instrumentalmente” (Ribeiro, 2011, p. 242). As representações que os estudantes portugueses de Erasmus têm da Europa revelaram-se muito afastadas do projeto de construção da paz e da solidariedade política. A Europa que emerge dos dados empíricos recolhidos neste estudo é a *Europa económica*, a Europa dos números e das vantagens práticas, que oferece ao país uma maior visibilidade e facilita a mobilidade no quadro do espaço europeu.

Neste sentido, uma conclusão deste estudo é o débil conhecimento ou entendimento dos estudantes de Erasmus quanto ao processo de construção europeia. Uma outra apreciação relevante é o facto de, apesar dos estudantes se sentirem mais europeus, não desenvolverem uma consciência europeia. O mesmo é dizer que as *trocas culturais e simbólicas* ocorridas durante a mobilidade não moldaram a forma como os estudantes Erasmus portugueses percecionam a Europa e como ela é pensada em Portugal. Esta situação verifica-se, de facto, na débil capacidade de refletir sobre assuntos ligados à Europa e em demonstrar certos traços identificativos da relação de Portugal com o projeto europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dieckhoff, A. (2001). *A Nação em todos os seus estados. As identidades nacionais em movimento*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Guerra, I. (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.
- Ieracitano, F. (2014). New European citizens? The Erasmus generation between awareness and skepticism. *European Journal of Research on Social Studies*, 1(1), 16-21. doi: 10.15526/ejrss.201416199
- Mitchell, K. (2012). Student mobility and European identity: Erasmus study as a civic experience? *Journal of Contemporary European Research*, 8(4), 490-518. Retirado de <http://jcer.net/index.php/jcer/article/view/473>
- Mitchell, K. (2014). Rethinking the “Erasmus effect” on European identity. *Journal of Common Market Studies*, 53(2), 330-348. doi: 10.1111/jcms.12152
- Murphy-Lejeune, E. (2002). *Students mobility and narrative in Europe: the new strangers*. Londres: Routledge. [online] Retirado de <https://tinyurl.com/y74mckqc>
- Novera, D. (2014). *A identidade europeia em Portugal: a perceção dos estudantes de Erasmus*. Relatório de investigação final de Licenciatura, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Papatsiba, V. (2005). Students mobility in Europe: an academic, cultural and mental journal? Some conceptual reflections and empirical findings. In M. Tight (Ed.), *International Perspectives on Higher Education Research* (Vol. 3, 29-65). Reino Unido: Emerald Group Publishing Limited.
- Papatsiba, V. (2006). Making higher education more European through student mobility? Revisiting EU initiatives in contexto of the Bologna Process. *Comparative Education*, 42(1), 93-111. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/29727768>
- Pollmann, A. (2009). Formal education and intercultural capital: toward attachment beyond narrow ethno-national boundaries? *Educational Studies*, 35(5), 537-545. doi: 10.1080/03055690902880240
- Ribeiro, R. (2011) *A Europa na identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rumford, C. (2006). Introduction: theorizing borders. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 155-169. doi: 10.1177/1368431006063330
- Sigalas, E. (2010). Cross-border mobility and European identity: the effectiveness of intergroup contact during the Erasmus year aboard. *European Union Politics*, 11(2), 241-265. doi: 10.1177/1465116510363656
- Silva, A. M. (2000). *Portugal entre a Europa e o além-mar*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Silva, A. M. (2005). *Portugal e a Europa – distanciamento e reencontro*. Viseu: Palimage Editores.
- Smith, A. D. (1999). *Nações e nacionalismo numa era global*. Oeiras: Celta.
- Urry, J. (2010). Mobile Sociology. *The British Journal of Sociology*, 61(1), 347-366. doi: 10.1111/j.1468-4446.2009.01249.x
- Williams, T. R. (2005). Exploring the impact of study abroad on students' intercultural communication skills: adaptability and sensitivity. *Journal of Studies in International Education*, 9(4), 356-371. doi: 10.1177/1028315305277681
- Wilson, I. (2011). What should we expect of “Erasmus Generations”? *Journal of Common Market Studies*, 49(5), 1113-1140. doi: 10.1111/j.1468-5965.2010.02158.x

Citação:

Noversa, D. (2017). Portugal europeu: a perceção dos estudantes de *Erasmus*. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 66-76). Braga: CECS.

SÔNIA CERQUEIRA

sonia.sociologa@gmail.com

UNIVERSIDADE TIRADENTES

MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DE BRASILEIROS: PERFIL, MOTIVAÇÕES E AVALIAÇÃO DO INTERCÂMBIO NA UNIVERSIDADE DO MINHO

RESUMO

A mobilidade estudantil tem se tornado um tema de grande importância na atualidade, visto o seu crescente avanço no mundo globalizado, resultante de um processo de internacionalização do conhecimento e do desenvolvimento de relações de cooperação entre países e instituições de ensino superior. Políticas públicas, convênios e acordos foram firmados para fortalecer este tipo de mobilidade, além do apoio financeiro fornecido por diversos programas que fazem circular em nível mundial bolsas de estudo para alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, o que mostra a complexidade desta temática. Com o intuito de abordar a mobilidade acadêmica e cultural de estudantes brasileiros em Portugal, este artigo retrata como se inserem os brasileiros neste contexto de internacionalização da educação, especificamente no nível da pós-graduação desenvolvida na Universidade do Minho (UMinho). Pretende-se abordar suas principais características e desafios, assumindo como objetivo geral uma compreensão acerca da identidade socio-cultural, das motivações, das formas de integração acadêmica e social nas quais acabam se inserindo os estudantes brasileiros. Os resultados revelam um tipo de mobilidade de que sobressaem motivações de ordem social e cultural, ainda que articuladas com as motivações acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE

Internacionalização da educação; mobilidade acadêmica; estudantes brasileiros; Universidade do Minho

INTRODUÇÃO¹

Recorrente nos discursos da mídia e da política, ainda que indiretamente mencionada através de termos como mobilidade estudantil, cooperação e integração do conhecimento, “fuga de cérebros” ou *brain drain*, a internacionalização da educação, e em específico da educação superior, torna-se bastante visível no mundo acadêmico. Sob a lógica global das Relações Internacionais e nas metas da Organização Mundial do Comércio (OMC), ela se intensifica. Colaborar para a globalização do conhecimento é atualmente condição fundamental para os países que pretendem aquecer e acelerar a sua economia e se inserir no mercado mundial. Todavia, os efeitos dessa política transnacional da educação geram controvérsias e questionamentos.

Como mecanismo eficiente da educação internacional, a mobilidade acadêmica além-fronteiras se concretiza, difundindo-se em redes de cooperação, atividades e serviços educacionais em nível mundial, e também por meio de políticas públicas, convênios e acordos que orientam, inclusive concedendo apoio financeiro, para a disponibilidade de bolsas de estudo. Em conformidade com esta política, relações de poder e campos de disputas também se fortalecem. Situada neste conjunto de ações, e dirigida para diversas áreas e iniciativas, a mobilidade estudantil se mostra processual e complexa, visto que em si envolve questões e problemas de grande dimensão, possibilitando abordagens distintas sobre os seus mais variados aspectos, seja em torno dos seus efeitos nos países emissores e receptores de fluxos, seja em relação ao retorno de cientistas e à circulação de conhecimento, ou no nível da constituição de identidade dos sujeitos em mobilidade.

O universo que circunscreve este tema é amplo, todavia, convém destacar que aqui contemplamos um debate acerca da mobilidade estudantil tomando como base estudantes e pesquisadores brasileiros inscritos em programas de pós-graduação da Universidade do Minho (UMinho), especificamente no campus situado na cidade de Braga. Com o objetivo de compreender acerca desse processo de mobilidade, buscamos delimitar o perfil desses estudantes e pesquisadores em mobilidade, a partir de seus principais aspectos pessoais e sociais, suas expectativas, motivações, formas de integração sociocultural e acadêmica. O presente estudo, ele mesmo desenvolvido em um contexto de mobilidade, uma vez que se trata

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa pós-doutoral, realizada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (UMinho), sob a supervisão da professora Rita Ribeiro.

de uma pesquisa de nível de pós-doutoramento em uma universidade estrangeira, contou com fontes de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionário *online*, encaminhado aos Centros de Investigação e a outros endereços de *e-mail* disponibilizados pelos Serviços Acadêmicos da UMinho. Utilizando formulário desenvolvido através da ferramenta Google Docs para a coleta dos dados, 76 questionários foram respondidos e tratados no SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

A MOBILIDADE ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Decorrente de uma política econômica mundial, a educação superior enfrenta o desafio da internacionalização do conhecimento, marcada, sobretudo, pela adoção de um sistema transnacional de educação. Para explicar este contexto, Miura (2006) sinaliza para a mudança de abordagem que percorre os discursos sobre este assunto desde o final dos anos 1980, defendendo que houve uma passagem do discurso voltado para as atividades de cooperação e relações acadêmicas internacionais para um discurso que privilegia a internacionalização como um processo, que integra a dimensão intercultural na base das propostas e funções da universidade, exigindo mudanças estruturais no ensino, na pesquisa e na extensão.

De uma forma geral, este processo de internacionalização do ensino superior ainda cobra ajustes em alguns países, dadas as dificuldades frente à ausência e fragilidade de estratégias organizacionais e programáticas, sobretudo em relação à equiparação internacional do currículo e à forma de articular metas e objetivos das Instituições de Ensino Superior (IES), que por vezes necessitam aprimorar os seus instrumentos administrativos de acompanhamento e auxílio aos estudantes em situação de mobilidade. Isto significa dizer que este contexto globalizado exige novas perspectivas das IES, devendo estas promover o diálogo com a diversidade cultural e, no plano estrutural, criar todas as condições possíveis nos espaços acadêmicos para acolher estas novas demandas. Dito isto, temos também que observar as relações de poder que perpassam este contexto, verificando como esta prática se encontra no domínio dos discursos e como estes sugerem um caráter ambíguo à internacionalização da educação. Pois, de um lado, pode ser visto como um processo intercultural de solidariedade social, que atende a um tipo de integração solidária entre os países envolvidos; e por outro, como mais um mecanismo do mercado que atende à lógica capitalista,

podendo ser, portanto, entendida como uma possibilidade de mercantilização da educação.

É curioso observar como o mercado mundial, com a formação dos blocos econômicos, acabou por cobrar a livre circulação de serviços e capitais educacionais, compatibilizando qualificações e sistemas de ensino, e formando novos padrões de educação (Castro & Neto, 2012). Presente na agenda mundial, desde a “Conferência Mundial sobre o Ensino Superior” (CMES), promovida em 1998 pela Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), e novamente estando na pauta das discussões desta conferência em 2003, o tema da internacionalização da educação se destaca pelos seus pontos polêmicos, um dos quais se refere à legitimidade de tratar a educação como um serviço comercial. Em consonância com esta visão, segue a proposta da Organização Mundial do Comércio, especificamente detalhada no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), que defende que os serviços educacionais devem entrar na rota do livre comércio, indicando algumas formas de oferta destes serviços, como a atuação das instituições de ensino em nível internacional, abertura de campus no exterior ou na fusão com outras escolas, oferta de especialistas para cursos especiais, palestras ou equipes de pesquisa. Tal entendimento retira o foco da educação como um serviço público e faz acelerar a lógica de mercado do ensino e as privatizações nesta área. Sob este cenário, há de se avaliar as suas características e estratégias, forçando-nos a refletir sobre as condições nas quais vêm se estabelecendo as regras da globalização do conhecimento, sobremaneira a pensar acerca das relações que se têm firmado entre os países ricos e os países pobres. Neste contexto, a mobilidade acadêmica parece mais bem observada como efeito desse processo internacional da educação.

A expansão dos programas de mobilidade acadêmica aparece como a principal manifestação da política de internacionalização da educação, conforme enfatizou Knight em entrevista (Gotard, 2014), sendo estimulada nas universidades a nível mundial, estreitando os laços entre estudantes, pesquisadores e centros de pesquisa. O que faz decidir sobre uma formação internacional incide sobre vários aspectos, desde motivações de ordem acadêmica, sociocultural, econômico-comercial até mesmo político-administrativa. Mas, embora seja crescente o interesse acadêmico pelo tema, ainda são poucos os estudos que esclarecem as implicações desses intercâmbios para a economia, a política e a cultura dos países envolvidos. Faz-se, portanto, necessário perguntar sobre os sujeitos migrados, entender como estes processos de mobilidade contribuem para o seu

desenvolvimento intelectual e acadêmico, e como interferem na sua identidade. Da mesma forma, torna-se importante compreender os seus vínculos sociais e culturais, a sua bagagem intelectual e como isso repercute na oportunidade de estudar em outro país.

Alguns autores discutem os benefícios e os prejuízos da mobilidade acadêmica para os que migram para outros países a fim de estudar, e também os seus impactos tanto para os países de origem como para os de destino. Para Ulrich Teichler (2002), por exemplo, a experiência da mobilidade, advinda da internacionalização do conhecimento científico, aparece como sendo uma alternativa de qualificação profissional para os países pobres, visto que faltam recursos destinados à educação nestes lugares. Disso decorre que a mobilidade acadêmica garantiria conhecimento de qualidade para a formação desses estudantes e conseqüentemente um crescimento para os países de onde provém. Contudo, é necessário avaliar como se efetivam os resultados desta prática para todos os envolvidos, e a quem mais se destinam seus benefícios. De onde se parte e para onde se vai é algo fundamental para entender o significado e as implicações da mobilidade, considerando-se que os fluxos migratórios internacionais de estudantes também obedecem a uma lógica capitalista e de dominação, notadamente influenciada e determinada por demandas do mercado de trabalho dos países centrais e desenvolvidos, os quais atraem mão de obra qualificada e geram o que ficou conhecido como *brain drain* ou “fuga de cérebros”. Sobre este fenômeno convém salientar que se refere a um fluxo de mobilidade que inicialmente, nos anos 1960, retratava o deslocamento em quantidade relevante de cientistas britânicos em direção aos Estados Unidos, e que após a década de 1970 passou a representar todos os movimentos de capital humano qualificado, mas que agora é marcado pelo desequilíbrio nas crescentes migrações dos cientistas altamente qualificados de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos (Videira, 2013). Logo, nesta perspectiva, é visceral a ligação entre mobilidade de cientistas e transferência de conhecimento. Assim, convém salientar que:

a saída de pessoas de um país para outro se, em certas alturas, serve como válvula de escape para as dificuldades de o Estado assegurar as tais condições de vida aos seus cidadãos e, no futuro, receber dividendos dessa mobilidade (através de divisas, remessas, ou capitais formativos e científicos), noutras surge perspectivada para o país de origem como “perda”, não só de pessoas, em sentido demográfico, mas justamente de capitais educacionais. (Araújo & Ferreira, 2013, p. 62)

Em contraposição a esta versão da mobilidade *brain drain*, surge o conceito de *brain gain*, defendendo que a emigração poderia ser o caminho para aumentar o nível médio de educação e de competências, e o estímulo ao crescimento econômico dos países pobres, já que estes não dispõem de condições para fornecer uma formação qualificada de capital humano. Neste caso, ressalta-se que é possível um retorno de conhecimento para o país de origem. Outra abordagem contrária ao *brain drain* é *brain circulation*, que anuncia os movimentos internacionais dos “altamente qualificados” como processos temporários e multidirecionais (Ackers, 2005a), o que reconhece trajetórias múltiplas de mobilidade, as quais possibilitam a troca de conhecimento e novas oportunidades de especialização, além da ampliação das redes de contato socioprofissionais, sobremaneira em relação aos cientistas. Posto isto, a perspectiva do *brain drain* se mostra insuficiente para explicar a circulação do conhecimento que se contabiliza em tais trajetórias de mobilidade, visto que esta perspectiva desconsidera ganhos e apenas aponta perdas para os países de origem. Todavia, em virtude da escassez de profissionais altamente qualificados em alguns países desenvolvidos, ressurgem estratégias políticas para atrair bons profissionais para estes lugares, evidenciando, mais uma vez, a preocupação com o *brain drain* (Ackers, 2005b).

De uma forma geral, neste debate é necessário atentar que o fluxo migratório de profissionais e cientistas pode estar refletindo a falta de capacidade e, por vezes, de interesse do Estado de origem em gerir políticas de estímulo, acrescido ao fato de que outros países têm se tornado mais atrativos em termos de mercado de trabalho. Talvez, por isso, se cristalice a ideia de que a “fuga de cérebros” esteja tão associada ao fluxo de países pobres para países ricos. De fato, de acordo com dados mundiais, 62% dos estudantes estrangeiros no mundo advêm de países “do sul” (países em desenvolvimento) e se dirigem a países “do norte” (em geral desenvolvidos), ao passo que 30% da mobilidade estudantil ocorre entre norte-norte e apenas 8% entre sul-sul (Nogueira, Aguiar & Ramos, 2008). Entendido dessa forma, se pode inferir que o deslocamento de países desenvolvidos entre si não se configura como “fuga de cérebros”, mas apenas como mobilidade, e, portanto, neste contexto, também ocorreria uma circulação e troca de conhecimento, ao ponto de contabilizar ganhos e não perdas nesta relação. Entretanto, devemos atentar para o fato de que, mesmo o fluxo ocorrendo entre os países ricos, os níveis de desenvolvimento não são lineares e por isso despontam posições centrais e periféricas na tomada de decisões sobre as políticas de mobilidade, o que resulta na adoção

de legislações favoráveis para certos países. Mercados comuns, como a União Europeia, são um bom exemplo, visto que demandam políticas e estratégias criadas pelos países com um maior poder econômico e político e que ocupam uma posição central na definição de ações voltadas para as migrações e mobilidade, e que, com efeito, atingem todos os outros países membros. Tal situação se agrava, especialmente, em relação aos países emergentes e em desenvolvimento, uma vez que o risco de exclusão na economia global do conhecimento é bem maior (Altbach, 2013). Portanto, diante da considerável competitividade que caracteriza as sociedades atuais, é fundante tensionar estas relações como relações de poder para avaliar os interesses e objetivos dos acordos e convênios estabelecidos entre as nações, sejam elas desenvolvidas ou não. O resultado disso pode significar mais desenvolvimento para todos ou simplesmente mais dependência dos países pobres em relação aos mais ricos, gerando oportunidades desiguais de crescimento no domínio da ciência, tecnologia e inovação, e, por conseguinte, no mercado de trabalho.

De qualquer forma, independente das disputas que emanam desse contexto, evidenciamos na atualidade um crescente investimento dos governos nacionais em promover a mobilidade internacional, como é o caso do governo brasileiro. Durante a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, o Ministério da Educação (MEC), junto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) desenvolveram importantes iniciativas no Brasil para o processo de internacionalização da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Contando com agências de fomento à pesquisa e à inovação tecnológica, o governo federal atuou com significativos investimentos em programas de fortalecimento da internacionalização do ensino e da pesquisa, adotando ações voltadas para a mobilidade acadêmica, seja na graduação ou na pós-graduação. Nesse contexto, a mobilidade acadêmica em nível internacional foi concebida através de acordos entre universidades e institutos de pesquisa brasileiros e estrangeiros, ou via acordos de cooperação entre o Brasil e outros países. Um dos programas de mobilidade acadêmica que se destacou foi o “Ciência sem Fronteiras”, criado em 2011, que oferece bolsas de estudo para diversos lugares do mundo. Até janeiro de 2016 o programa contemplou 92.880 estudantes de graduação e pós-graduação, e a 14 de junho deste ano foram liberados 138,5 milhões de reais para pagamentos de bolsas e auxílios referentes à seleção de 2014. Há investimento também da iniciativa privada neste setor, cujo objetivo é criar condições de acesso a sistemas educacionais competitivos. Compreender este cenário e as suas principais implicações é algo

complexo e necessário, visto que provoca mudanças no nível institucional e também nas subjetividades dos agentes sociais envolvidos.

Portanto, no âmbito deste contexto, e enfatizando a mobilidade de brasileiros para instituições de ensino e pesquisa portuguesas, ensaiam-se a seguir algumas reflexões sobre a pesquisa empírica realizada em 2014, acerca do perfil de pesquisadores e estudantes brasileiros em cursos de pós-graduação na Universidade do Minho, com vínculo entre os anos de 2013 a 2015.

BRASILEIROS EM MOBILIDADE NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO MINHO

Nesta seção, os dados da pesquisa empírica serão descritos e analisados, sugerindo algumas interpretações acerca dos resultados obtidos. Inicialmente, delimitamos uma caracterização geral referente ao perfil dos respondentes, destacando uma diversidade de aspectos pessoais; em seguida, observamos as principais características relacionadas a sua identidade sociocultural, enfatizando aspectos da sua formação escolar e acadêmica no Brasil, bem como o nível de escolaridade dos seus pais; depois, abordaremos as particularidades e o sentido da mobilidade acadêmica para o grupo de estudantes, suas trajetórias acadêmicas, motivações e dificuldades relacionadas à mobilidade, e o apoio institucional; o seu processo de integração acadêmica e de integração social e cultural na Universidade do Minho também é analisado, sobretudo acerca da socialização e do acolhimento institucional e no nível das inter-relações; por fim, tratamos da avaliação do intercâmbio por parte dos respondentes, a partir de aspectos estruturais da universidade e dos centros de pesquisa nos quais estão inseridos e do quadro de docentes e orientadores.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS RESPONDENTES

A maior parte dos respondentes (52 = 68,4%) é do sexo feminino, enquanto o sexo masculino compreende apenas 24 casos. Este processo de feminização vem acompanhando a mobilidade internacional. Em pesquisa realizada com estudantes brasileiros que experimentaram intercâmbio no estrangeiro, Lima & Riegel (2013) constataram também um maior número de mulheres do que de homens, correspondendo, respectivamente, a 69,9% e a 30,1%. A média de idade observada é de 40 anos, sendo que o estudante mais velho possui 66 anos e o mais novo 22. Apesar de o grupo

se mostrar bastante disperso em termos de idade, três quartos dos respondentes (57 = 75%) situam-se acima dos 30 anos.

Quanto à naturalidade dos respondentes, todas as regiões do Brasil estão representadas na amostra, mas alguns estados se destacam concentrando vários desses estudantes. Vinte e sete (35%) são naturais do nordeste brasileiro (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia), sendo esse mesmo o quantitativo dos casos da região sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Treze respondentes (17,1%) são da região sul, sete são do norte e apenas dois são do centro-oeste brasileiro. Dos 15 estados identificados, o Rio de Janeiro é o que tem a maior representatividade entre esses brasileiros em situação de mobilidade na Universidade do Minho, concentrando 14 casos (18,4%). Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo concentram oito estudantes, cada um deles, enquanto os estados do Paraná, Paraíba, Goiás e Mato Grosso possuem apenas um estudante na amostra.

Quando observamos acerca do estado civil, da fonte de renda, das condições de residência e dos vínculos empregatícios dos respondentes, notamos que tais dados, em consonância com a configuração etária apresentada, conferem uma relativa estabilidade financeira ao grupo de estudantes entrevistados. Observa-se que é elevado o percentual de casados (34 = 45%) entre os respondentes, e mais de metade (51 = 67%) possui trabalho ou fonte de renda e, nestes casos, a maioria (42 = 83%) possui rendimentos acima de cinco salários mínimos. Chama atenção o fato de que apenas um estudante possui renda na faixa de até um salário mínimo, e também o elevado percentual de respondentes (28 = 37%) com renda familiar superior a 10 salários mínimos. Considerando este fator renda, verifica-se uma diferença se compararmos à mobilidade internacional na graduação, visto que a inserção dos estudantes graduandos neste tipo de mobilidade internacional ocorre sobremaneira atrelada à poupança da família (Lima, Riegel, Carmignani, Garcia & Matsunaka, 2009), enquanto que os estudantes no nível da pós-graduação, já em sua maioria com independência financeira, e tendo acesso a um maior número de programas federais de mobilidade internacional, realizam as suas experiências de estudos em outro país não condicionados à renda da família.

Em relação aos vínculos empregatícios, constatou-se, neste levantamento, que 44 (58% dos respondentes) são profissionais que atuam em Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, o que corresponde a 80% de todas as ocupações mencionadas. Entre estes casos, 38 estão vinculados a IES públicas (UFMG, UFPB, UFT, UFF, UFS etc.) e apenas seis a

IES privadas (FUCAPI, ULBRA etc.). Entre as 31 instituições citadas, nove localizam-se na região Nordeste, oito no Sudeste, seis no Norte, quatro no Sul e apenas duas na região Centro-Oeste.

Sobre as condições de residência no Brasil, assistidas antes da mudança para Portugal, destacam-se os casos que residiam sozinhos e aqueles que moravam com esposa/marido, ou companheira/companheiro, juntamente com seus filhos, ambas as situações mencionadas por um mesmo número de respondentes (18 = 24%). Moravam com os pais 16 respondentes (21%), 12 (15,8%) viviam apenas com o cônjuge, cinco (6,6%) viviam com parentes próximos e três moravam sozinhos com seus filhos. Somente dois viviam em residências comunitárias, a exemplo da Casa de Estudante ou Residência Universitária.

Considerando os impactos da mobilidade nesse contexto de moradia assistida no país de origem, buscamos observar tais condições em Portugal. Os dados indicam alterações em relação à situação no Brasil: mais pessoas passaram a residir sozinhas (26 = 34,2%), tendo em vista que houve redução no número de pessoas morando com seus cônjuges/companheiros e/ou com seus filhos, e entre aqueles que residiam com seus pais e parentes, mais pessoas passaram a residir com amigos; houve aumento dos casos vivendo em residências universitárias. Em linhas gerais, essas alterações na moradia refletem uma situação comum para a realidade da mobilidade acadêmica, resultando de uma série de fatores (burocracia para obtenção de visto, vínculos empregatícios, disponibilidade financeira, etc.) que impedem ou inviabilizam que filhos, cônjuges e agregados acompanhem o estudante em sua estada no exterior. Por isso observamos uma drástica diminuição entre os casos residindo apenas com seus filhos ou com seus pais no contexto da mobilidade em Portugal. Convém ainda destacar que cinco pessoas afirmaram não morar em Portugal, provavelmente devido a configurações específicas de mobilidade que possibilitam tais condições, permitindo uma maior flexibilidade no cumprimento da carga horária do curso ou da pesquisa.

CAPITAL SOCIOCULTURAL DOS RESPONDENTES

Observamos que a maior parte dos respondentes (43 = 57%) desenvolveu sua formação básica em escola pública: 25 cursaram todo o ensino médio; 10 realizaram todo o ensino fundamental em tais instituições; três cursaram um período de dois a três anos; cinco estudaram menos de dois anos. Em relação ao curso de graduação, notamos que as instituições

públicas também prevalecem entre os respondentes: 50 deles (66%) estudaram integralmente em instituições públicas; 23 (30%) estudaram apenas em instituições privadas; três (4%) concluíram sua graduação recorrendo tanto a instituições públicas como privadas. Notamos que a maior parte dos casos são egressos de IES situadas nas regiões sudeste e nordeste do Brasil.

Entre os respondentes, 58 (76,3%) já possuíam o título de mestre antes da mobilidade, sendo que 47 destes cursaram o mestrado no Brasil, enquanto 11 o fizeram no estrangeiro, precisamente em instituições portuguesas e espanholas. Entre aqueles que concluíram o mestrado no Brasil predominam egressos (40 = 69%) de instituições públicas, já que apenas sete estudaram em IES de natureza privada. Na sua maioria, estas instituições também estão localizadas nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Já em relação ao curso de doutorado, 6 possuíam título de doutor antes da mobilidade, todos eles egressos de IES públicas brasileiras. Conforme veremos mais adiante, o doutorado é o curso que contempla o maior percentual de respondentes, quando da coleta dos dados desta pesquisa.

Considerando a bagagem social e cultural dos pais como fundamental na constituição das identidades dos indivíduos, buscamos também pontuar sobre a formação escolar tanto da mãe quanto do pai dos respondentes. No geral, observamos que o quadro de escolaridade das mães não sofre mudanças significativas em relação ao dos pais. Vejamos: são oito os casos em que o pai possui curso de pós-graduação, sendo seis mestres, um doutor e um com pós-doutorado; 25 (33%) cuja formação do pai consiste no ensino superior completo; 14 com ensino médio completo; dez com ensino fundamental completo; um respondente é filho de pai analfabeto. Com relação à escolaridade materna temos: seis mães possuem curso de pós-graduação, sendo quatro mestres, uma doutora e uma com pós-doutorado; 26 (34%) casos cuja mãe possui ensino superior completo; 15 (20%) com ensino médio completo; 10 com ensino fundamental completo; um respondente é filho de mãe analfabeta, sendo este o mesmo caso cujo pai é analfabeto. De uma forma geral, quando confrontamos esses dados acerca da formação escolar dos pais e das mães dos respondentes, notamos que coincidem, em uma mesma família, as seguintes ocorrências: analfabetos; mestres (dois dos quatro casos); pós-doutores. Além disso, levando-se em conta a trajetória acadêmica de mobilidade internacional e as interferências do âmbito familiar dos respondentes, notamos que um quarto dos respondentes (19 casos) já havia assistido a alguma experiência de intercâmbio neste contexto: 13 respondentes mencionaram que parentes próximos já

haviam realizado intercâmbio; três citaram o pai; dois citaram irmão/irmã; um mencionou a mãe.

A maior parte dos respondentes (45 = 60%) afirma ter habilidade em falar o idioma inglês, embora somente oito possuam fluência nessa língua; 17 têm habilidade satisfatória; 20 têm habilidade razoável. Os demais 31 casos (41%) mencionaram pouca habilidade em falar este idioma. Portanto, considerando o elevado percentual dos que têm pouca habilidade com a língua inglesa, percebe-se que estes dados confirmam, entre outros fatores, que o idioma português pode constituir um facilitador na escolha por Portugal como país de destino da mobilidade. É importante considerar que habilidades e conhecimentos que não necessariamente são adquiridos em sala de aula (ensino regular) também contribuem sobremaneira para a trajetória acadêmica. Na verdade, a relevância do ensino de Inglês nos níveis básicos de educação (fundamental e médio) somente é reconhecida por 28% dos respondentes, uma vez que a maior parte deles reconhece que sua habilidade com esta língua foi adquirida em escolas de idiomas, através de aulas particulares ou mesmo de intercâmbios.

Quanto ao ritmo anual de leitura dos respondentes, notamos que o maior grupo percentual (29% = 22) situa-se na faixa cuja média é de cinco a oito livros; seguido por 18 casos (24%) que afirmaram uma média de leitura de um a quatro livros por ano; enquanto 16 (21%) leem mais de 15 livros; 14 (18%) leem entre nove a 12 livros; e seis (8%) leem cerca de 13 a 15 livros por ano. A maioria dos respondentes (60 = 80%) mencionou frequentar museus, teatros ou outros espaços culturais no Brasil, antes da mobilidade. Também observamos que a maior parte do grupo de respondentes (58 = 76%), quantitativo bastante considerável, já havia viajado para o exterior antes da experiência na UMinho, e cerca de 70% destes casos já conheciam mais de três países antes de estudar em Portugal. Embora não tenhamos contemplado a natureza dessas viagens, torna-se evidente tratar-se de um grupo cuja experiência com contextos socioculturais distintos daqueles experimentados no Brasil já não se faz novidade, o que pode constituir um aspecto bastante favorável e encorajador para a realização da mobilidade observada nesta pesquisa.

Sobre a produção acadêmica, especificamente em termos de frequência anual de publicações científicas (considerando os últimos dois anos), notamos que quase metade dos respondentes (26 = 47%) mostra-se bastante tímida, situando-se na faixa de até uma publicação/ano. Enquanto 15 apresentam uma média de duas publicações por ano, somente quatro publicam mais de quatro trabalhos. Curiosamente, apesar do elevado

número de respondentes que não publicam (17 = 22%), observamos que todos que publicam (59 casos) possuem trabalhos em revistas, congressos ou encontros internacionais. Outro dado importante é que menos da metade destes casos (24 = 40%) possuem publicação em regime de coautoria com pesquisador/orientador da UMinho.

CARACTERIZAÇÃO DA MOBILIDADE ACADÊMICA

Buscamos entender, sob a ótica dos respondentes, em que se sustenta um curso de mobilidade internacional, sobretudo em termos de motivações pessoais e dos mecanismos estruturais que condicionam suas escolhas. Portanto, empreendemos uma caracterização deste tipo de mobilidade junto ao grupo estudado, tanto no nível das subjetividades quanto das estruturas objetivas, a fim de avaliar as suas relações e particularidades.

Quanto ao curso contemplado pela mobilidade na Universidade do Minho, identificamos a seguinte distribuição: pouco mais da metade dos respondentes (39 = 51%) estudava ou havia concluído doutorado em regime integral; 12 (16%) realizavam estágio doutoral no exterior; 18 (24%) cursavam o mestrado; enquanto sete (9%) realizavam pesquisa pós-doutoral. Em relação às áreas do conhecimento, notamos que predominavam cursos nas Ciências Humanas e Ciências Sociais, contando, respectivamente com 28 e 25 casos, seguidos pelas Engenharias (11 casos), Ciências Exatas (cinco casos) e Ciências da Terra (dois casos). Das Ciências Biológicas, Multidisciplinar, Linguística, Letras e Artes, identificamos dois casos em cada uma delas, e apenas um curso na área de Ciências da Saúde. O maior percentual dos respondentes se concentra na área de Educação.

A maior parte deste grupo (43 = 56%) iniciou a mobilidade na UMinho no ano de 2013, enquanto 33 respondentes o fizeram em 2014. Quanto à conclusão dos cursos, apenas um já havia finalizado seus estudos em 2013, 14 declararam concluí-lo em 2014, 28 em 2015 e 33 em 2016. Excetuando-se os cursos das Engenharias, onde prevalecem os homens, ressalta-se que em todos os demais cursos as mulheres são a maioria. Ressalta-se que, entre o grupo contemplado, não há homens desenvolvendo estudos de pós-doutoramento.

São várias as motivações para a realização da mobilidade acadêmica internacional manifestadas pelos respondentes. Apesar do reduzido percentual de indicações (4 = 5,3%), e representando a última colocação de todas as sinalizações, a experiência anterior do respondente em mobilidade acadêmica aparece nos dados fornecidos como um dos motivos para a

realização do atual intercâmbio. De qualquer forma, esse reconhecimento representa somente um quarto dos 17 que já tinham participado de algum tipo de intercâmbio internacional (Portugal, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, México e Paraguai).

No geral, as motivações mais valorizadas pelos respondentes para a realização da mobilidade acadêmica internacional são as seguintes: interesse em melhorar o currículo acadêmico (55 = 72%); desenvolvimento de competências relativas à profissão (44 = 58%); desejo de mudança pessoal (38 = 50%); desejo de conhecer outro país e sua cultura (37 = 49%); interesse em estudar em centro de pesquisa de excelência acadêmica (32 = 42%); aproveitar a oportunidade de morar no exterior (29 = 38%); possibilidade de trabalhar com investigadores que são referências na sua área (29 = 38%); escassez da área de estudo no Brasil (19 = 25%); insatisfação com as perspectivas de formação profissional no Brasil (15 = 20%); maior facilidade de acesso ao curso no exterior (11 = 8%). Neste quadro, há de se observar a complexidade das escolhas, as quais por vezes se complementam.

Quanto às razões pela escolha de Portugal como país de destino do intercâmbio, o fato do país ter o português como língua oficial aparece como a principal motivação para a maior parte dos respondentes (55 = 72%). Tal fato, é, para nós, compreensível, sobretudo quando observamos a habilidade dos respondentes com o idioma inglês. Contudo, aliado a esta orientação, vários outros aspectos socioculturais e econômicos são valorizados pelo grupo: a reputação acadêmica da UMinho (44 = 58%); o custo de vida reduzido (39 = 51%); a boa infraestrutura de acolhimento (31 = 41%); reconhecimento da UMinho pelo mercado de trabalho (29 = 38%); a indicação de amigos (18 = 24%); a facilidade de obtenção do visto (12 = 16%); a proximidade cultural e histórica, assim como a possibilidade de compatibilizar trabalho e estudo foram mencionadas, 11 (15%) cada uma delas. Outras motivações mencionadas pelo grupo, embora com pouca expressividade entre os mesmos, são: a aprovação do destino por parte dos pais; a estabilidade da moeda local; a existência de convênio entre a instituição de trabalho no Brasil e a UMinho; a disponibilidade de bolsa de estudos; o fato de terem familiares em Portugal; os aspectos socioculturais; a existência de projetos de colaboração entre o orientador no Brasil e o supervisor em Portugal; o envolvimento prévio com professores da UMinho.

Considerando que o custo de vida no país de destino pode significar um entrave para a mobilidade acadêmica, torna-se importante observar a média mensal de despesas relativas ao intercâmbio dos respondentes. Calculadas com base na moeda brasileira (real), identificamos que o número

de casos cuja despesa mensal é de até R\$ 800,00 é o mesmo daqueles que ultrapassam o valor de R\$ 5.000,00. Na verdade, em cada um destes extremos encontramos apenas seis respondentes. Contudo, essa variação nas despesas mensais é mais bem observada se considerarmos os seguintes extratos: 14 (18%) possuem gastos acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 3.000,00; 14 gastam acima de R\$ 4.000,00 e até R\$ 5.000,00; 12 (16%) possuem despesas acima de R\$ 3.000,00 e até R\$ 4.000,00; 10 (13%) gastam acima de R\$ 1.200,00 e até R\$ 1.500,00; 9 (12%) possuem despesas acima de R\$ 1.500,00 e até R\$ 2.000,00; 5 (6,5%) gastam acima de R\$ 800,00 e até R\$ 1.200,00.

Embora a maior parte dos respondentes (67%) possua fonte de renda, é importante considerar, no contexto da mobilidade internacional, que o acesso a bolsas de estudo é fator preponderante. No grupo observado, mais da metade (44 = 58%) não contava com auxílio financeiro de instituições de fomento à pesquisa para desenvolver seus estudos na UMinho. Os 32 (42%) bolsistas estão distribuídos entre os seguintes cursos: 11 realizam estágio doutoral no exterior; 16 estão no doutorado integral; quatro no pós-doutorado; e apenas um no mestrado. Entre as agências de fomento predominam organismos e instituições brasileiras, embora também conste a principal agência portuguesa: quase três quartos dos bolsistas (22 = 69%) são apoiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), enquanto seis são apoiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e apenas um respondente recebe bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). Os demais contam, respectivamente, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e da Universidade Nilton Lins. Convém ressaltar que a maior parte (20 = 63%) dos bolsistas está vinculado a uma IES no Brasil.

Quanto aos valores das bolsas de estudo, notamos que estes partem dos 500 euros e chegam a ultrapassar a faixa dos 2.000 euros. Contudo, mais da metade desses bolsistas (19 = 60%) recebe valores na faixa de 1.000 a 1.500 euros. As maiores bolsas, acima de 2.000 euros, contemplam apenas três casos, quantitativo igual aquele observado nas bolsas de valor mais reduzido, na faixa entre 500 e 700 euros. Embora pouco mais de um terço dos bolsistas (12 = 37%) considerem suas bolsas insatisfatórias, notamos que em todos os estratos de valores recebidos prevalece uma percepção de que as bolsas são suficientes para cobrir todas as despesas dos bolsistas em Portugal, exceto entre aqueles na faixa de 500 a 700 euros. Em relação aos não bolsistas, notamos que prevalecem aqueles que

custeiam suas despesas com recursos pessoais, com recursos provenientes de familiares ou advindos das instituições com as quais mantêm vínculo empregatício.

INTEGRAÇÃO ACADÊMICA

Com a internacionalização da educação, as universidades passam por um processo de mudança, o que gera novas demandas em nível institucional. A forma de acolhimento dos alunos em mobilidade acadêmica por parte das instituições dos países de destino torna-se fundamental, pois, facilita a sua inserção e integração no meio acadêmico, e, consequentemente, contribui para o bom desenvolvimento das suas atividades.

Dessa forma, buscamos compreender como vem se constituindo esta realidade no nível da pós-graduação para os brasileiros em mobilidade na Universidade do Minho. Em linhas gerais, notamos que a maior parte dos respondentes (55 = 72%) recebeu algum tipo de apoio acadêmico quando de sua chegada à UMinho. Entretanto, somente 26 realizaram matrícula ou inscrição nos centros de pesquisa da universidade, configurando-se este fato, inclusive, como entrave para alunos de pós-doutorado e de estágio doutoral, uma vez que tais modalidades de pesquisa ainda não possuem regulamentação institucional. Estes matriculados estavam distribuídos por nove centros, sendo o Centro de Investigação em Educação aquele que integrava maior número de casos, agregando nove respondentes. O Centro de Investigação em Ciências Sociais e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, respondiam por três casos, cada um, e o Centro de Investigação Algoritmi e o Instituto de Polímeros e Compósitos (IPC) – Laboratório Associado I3N englobavam dois casos, cada um. O Centro de Biologia Molecular e Ambiental, o Centro de Ciências da Terra, o Centro de Investigação em Estudos da Criança e o Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas, contemplaram, cada um, apenas um caso.

Pouco mais da metade dos respondentes (40 = 53%) foi convidada para participar de aula inaugural e metade recebeu algum tipo de ato normativo da instituição. A maioria dos respondentes (64 = 84%) frequentou aulas ao longo de sua mobilidade acadêmica, sobretudo os alunos de cursos de Mestrado e de Doutorado integral. Porém, curiosamente a maioria (49 = 64%) não frequentava grupos de pesquisa na UMinho. Observamos que os casos que receberam algum tipo de apoio acadêmico da universidade também correspondem à maior parte dos que participavam de disciplinas, das aulas inaugurais, dos grupos de pesquisa, além de atuarem

em centros de pesquisa e de manifestarem acesso ao ato normativo. Mas convém atentar que essas formas de participação não são exclusivas daqueles que receberam apoio acadêmico da UMinho, pois há alguns casos que fogem desta relação.

INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL

A integração social e cultural dentro e fora da universidade é um aspecto relevante para se entender melhor a trajetória de mobilidade estudantil. Com efeito, levantamos, junto aos respondentes, algumas questões relacionadas a este assunto.

É possível verificar que a maioria destes brasileiros (58 = 76%), durante a permanência em Portugal, conseguiu estabelecer laços de amizade com estudantes portugueses e, da mesma forma, a maior parte (53 = 70%) também estabeleceu laços de amizade com cidadãos portugueses em convívio fora do ambiente acadêmico. Contudo, isto não significa o estreitamento de laços e um firme processo de integração social, visto que há reclamações dos respondentes dirigidas à socialização, sendo, inclusive, esta apontada como a principal dificuldade encontrada durante a realização da mobilidade na UMinho. Em pesquisa feita com estudantes brasileiros e franceses, Riccio e Sakata (2006) também constataram que tanto os que partem para a mobilidade quanto os que chegam apontam como dificuldade a interação social e a manutenção de laços de amizade com os estudantes locais. Um dado pertinente é que apenas seis respondentes (8%) mantiveram envolvimento amoroso com colegas portugueses da UMinho e somente 14 (18%) o fizeram com cidadãos portugueses fora do ambiente da academia. Ainda acerca deste processo de integração social, pouco mais da metade dos casos (45 = 59%) foi convidado, em algum momento da mobilidade, para participar de celebrações festivas por parte dos colegas. Confrontando estas informações, observamos que o envolvimento amoroso é majoritariamente mencionado pelos respondentes que também despontam entre aqueles convidados para festas, sendo apenas dois os casos que não foram convidados mas se relacionaram amorosamente com portugueses (fora do ambiente acadêmico).

Por outro lado, é importante destacar que aproximadamente um quarto dos respondentes (18 = 24%) não estabeleceu vínculos de amizade com colegas portugueses na UMinho e cerca de um terço (23 = 30%) também não firmou vínculos de amizade com portugueses fora do ambiente acadêmico. Disso decorre também que uma boa parte dos respondentes

(37 = 49%) relaciona-se com maior frequência com outros brasileiros, enquanto 23 relacionam-se de forma indistinta com cidadãos de nacionalidades diversas e apenas 16 disseram relacionar-se mais com portugueses. Quanto à participação na vida cultural e artística, a maior parte (72 = 95%) manifesta uma agenda cultural em Portugal, frequentando espaços diversos, sobretudo cinemas, teatros e museus. Observamos que aqueles que já possuíam essa prática cultural no Brasil a intensificaram em Portugal, e entre os 16 que não frequentavam espaços culturais antes da mobilidade, 12 passaram a adotar este costume.

Uma pequena minoria dos respondentes (8 = 10%) ainda não havia enfrentado qualquer tipo de dificuldade durante a realização da mobilidade na UMinho. Mas, para a maioria dos casos que encontraram algum tipo de entrave, destacam-se os seguintes aspectos: socialização (46% dos casos); questões econômicas (28% dos casos); moradia (25% dos casos); dificuldades administrativas (22% dos casos); dificuldades acadêmicas e dificuldades culturais (19% dos respondentes), cada uma delas; transportes (17% dos casos); alimentação (9% dos respondentes); e dificuldades relativas ao clima (4% dos casos).

AVALIAÇÃO DO INTERCÂMBIO

Para compreendermos a avaliação da mobilidade, por parte dos respondentes, contemplamos aspectos diversos, tais como o corpo administrativo, o corpo docente e a estrutura física da UMinho, mas também a integração sociocultural, a produção acadêmica do respondente, o orientador/supervisor e o centro de pesquisa relativos ao intercâmbio. Além disso, foi observada uma avaliação de caráter mais geral da mobilidade. Para avaliar tais aspectos, os respondentes atribuíram notas de um a seis, em uma escala qualitativa correspondente, respectivamente, a “ruim”, “regular”, “bom”, “muito bom”, “excelente” e “sem opinião”.

Mais de um terço dos respondentes (30 = 39%) avaliaram como “muito bom” o corpo administrativo da Universidade do Minho, mais de um quarto (19 = 26%) avaliaram como “bom”, 15 o consideraram excelente, mas cinco o avaliaram como “ruim” e um como “regular”. Quanto ao corpo docente, somente 2 respondentes o consideraram “regular” e nenhum respondente o considerou “ruim”. Conforme as avaliações, quase metade dos casos declarou que o corpo docente era “excelente”, um quarto disse ser “muito bom” e 15 o considera “bom”. Na avaliação sobre o corpo administrativo e o corpo docente, houve cinco casos (6,6%) que assinalaram “sem opinião”. A estrutura física da instituição também recebeu avaliação

positiva, sendo considerada “excelente” por quase metade dos respondentes e “muito boa” por 30 deles. Apenas um caso não soube opinar e cinco a classificaram como “regular”.

Quanto à integração social e cultural, apenas nove respondentes a consideraram “excelente”. Vinte e três respondentes avaliaram como “bom” e mais 23 como “muito bom”, enquanto 13 a consideraram “regular”, quatro sinalizaram como “ruim” e outros quatro se posicionaram “sem opinião”. É oportuno verificar que mesmo a socialização aparecendo como a principal dificuldade da mobilidade acadêmica, este item da integração sociocultural teve uma boa avaliação. Outro item positivamente avaliado foi a produção acadêmica dos respondentes durante a mobilidade, sendo destacada como “muito bom” por aproximadamente um terço dos respondentes, “bom” por 23 casos e “excelente” em nove respondentes. Entre o grupo observado, 12 declararam-se “sem opinião”; trata-se de alunos que iniciaram a mobilidade na UMinho no mesmo ano da coleta dos dados desta pesquisa, possivelmente não tendo tempo suficiente para fazer este tipo de avaliação. Apenas três consideraram “ruim” este aspecto da sua mobilidade e cinco a entendem como “regular”.

O item “Orientador” foi o que obteve o maior percentual de avaliações “excelentes”, sendo estas manifestadas por mais de metade dos respondentes. As avaliações “muito bom” e “bom” aparecem, respectivamente, com 15 e 10 casos, enquanto que as avaliações “ruim” ou “regular” aparecem com apenas um caso cada. Neste item, oito respondentes se declararam “sem opinião”.

O “Centro de Pesquisa” desponta como item com maior percentual de respondentes “sem opinião”, compreendendo aproximadamente um quarto dos casos, mesmo quantitativo daqueles que avaliaram os seus centros como “muito bom”. Embora apenas 26 dos respondentes tenham declarado algum tipo de matrícula ou vínculo com algum centro de investigação, a maioria deles (56 = 73%) manifestou avaliações sobre os mesmos. Assim, 25 respondentes avaliaram os seus respectivos centros como “excelente” e 14 como “bom”. Apenas um respondente considerou o centro de pesquisa da UMinho como “ruim”. De uma forma geral, se constatou que entre aqueles que declararam anteriormente ter firmado algum tipo de vínculo a um Centro de Investigação, prevalecem avaliações “excelente” e “muito bom”.

Finalmente, sobre a avaliação geral do intercâmbio apenas três respondentes não manifestaram opinião clara acerca deste item. Assim, a avaliação do intercâmbio como “muito bom” foi mencionada por cerca de um terço dos respondentes, percentual semelhante àqueles que avaliaram o

intercâmbio como “excelente”, enquanto 16 o assinalaram como “bom”. As avaliações “regular” e “ruim” totalizam apenas cinco respondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tipo de mobilidade, que geralmente não ocorre em centros acadêmicos de excelência, como os hegemonicamente eleitos localizados em países centrais, a exemplo dos Estados Unidos, é marcada consideravelmente por motivações de ordem social e cultural. Isto significa dizer que os aspectos socioculturais determinam mais este tipo de mobilidade do que os aspectos acadêmicos, o que não descarta a importância e o peso destes últimos, visto que, segundo os respondentes (mais de 70% da amostra), o idioma português foi o principal motivo da sua escolha por Portugal, acrescido de outros motivos, como custo de vida e proximidade cultural. Então, embora também sejam citados motivos relacionados à vida acadêmica, estes não são colocados como o foco da questão. Aliado a isso, percebi que para os brasileiros inquiridos este tipo de mobilidade possibilita a sua inserção neste processo de internacionalização da educação de uma forma menos agressiva e com menos rupturas, como se fosse experimentar em Portugal a continuidade da sua vida social e cultural no Brasil. Ao que tudo indica, o fato de ser a mesma língua seria o pressuposto de manter uma familiaridade com o seu país de origem, e isso significa uma forma particular de mobilidade, pois ao mesmo tempo em que possibilita a oportunidade de viver uma experiência de mobilidade internacional, considerando a relevância disso para o mundo globalizado, também possibilita a sensação de identificação cultural. É claro que esta ideia de identificação será abalada posteriormente, já que há muitas diferenças de costumes e práticas culturais, mas o fato de ter o mesmo idioma já comporta em si uma sensação de conforto e de não ruptura, e que facilitará o processo de socialização. E, portanto, em termos de motivações subjetivas, este tipo de mobilidade encontra no seu caráter social a sua explicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackers, H.L. (2005a). Moving people and knowledge, the mobility of scientists within the European Union. *International Migration*, 43(5), 99-129. doi: 10.1111/j.1468-2435.2005.00343.x

- Ackers, H.L. (2005b). Promoting scientific mobility and balanced growth in the European research area. *Innovation*, 18(3), 301-317. doi: 10.1080/13511610500186680
- Araújo, E. & Ferreira, F. (2013). A “fuga de cérebros”: um discurso multidimensional. In E. Araújo; M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros* (pp. 58-82). Braga: CECS. Retirado de <https://tinyurl.com/yb732we2>
- Castro, A. A. & Neto, A. C. (2012). O Ensino Superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, 21, 69-96. Retirado de <https://tinyurl.com/ybehxb3f>
- Lima, M. & Riegel, V. (2013) A influência da mobilidade acadêmica sobre a formação dos jovens. *Negócios e Talento*, 2(11), 70-80.
- Miura, I. K. (2006). *O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento*. Tese apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto como requisito para obtenção do título de Professor Livre Docente, Ribeirão Preto, USP.
- Nogueira, M. A.; Aguiar, A. M. de S. & Ramos, V. C. C. (2008). Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. *Revista Educação & Sociedade*, 29(103), 355-376. doi: 10.1590/S0101-73302008000200004
- Riccio, E. L. & Sakata, M. G. (2006). A internacionalização da Educação Superior – uma pesquisa com alunos intercambistas franceses e brasileiros da FEA – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da USP. *Cadernos PROLAM/USP*, 5(9), 279-296. doi: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81815
- Teichler, U. (2002). *Erasmus in the Socrates programme: findings of an evaluation study*. Bonn: Lemmens Verlags. Retirado de <http://www.aca-secretariat.be/index.php?id=393>
- Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In E. Araújo; M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre a fuga de cérebros* (pp. 138-162). Braga: CECS. Retirado de http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1582/1490

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Altbach, P. (2013, 13 de agosto). Troca de cérebros ou drenagem de talentos: os ricos não se importam com os países em desenvolvimento. *International Higher Education*. Retirado de <https://tinyurl.com/y7be23yy>

- Gotard, G. (2014, julho). Universidades apostam na internacionalização. Entrevista a Jane Knight. Retirado de <https://tinyurl.com/y8c6e2ja>
- Lima, M.; Riegel, V.; Carmignani, P.; Garcia, R. & Matsunaka, F. (2009). Motivações da mobilidade estudantil entre os estudantes do curso de Administração. II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Curitiba/PR. Retirado de http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2009/ENEPQ282.pdf

Citação:

Cerqueira, S. (2017). Mobilidade acadêmica internacional de brasileiros: perfil, motivações e avaliação do intercâmbio na Universidade do Minho. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 77-98). Braga: CECS.

ARTE COM O MUNDO LÁ DENTRO

CELSO MARTINS

c.cruzmartins@gmail.com

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA, ESCOLA SUPERIOR
DE ARTES E DESIGN DE CALDAS DA RAINHA**

MUNDOS CONFLUENTES? REPRESENTAÇÕES DA ARTE AFRICANA CONTEMPORÂNEA NO OCIDENTE

RESUMO

Ainda que a primeira fase da globalização tenha ocorrido há mais de 500 anos com a expansão portuguesa e espanhola, as relações entre o Ocidente e o antigo mundo colonial asiático e africano só se tornaram aproximadamente paritárias, do ponto de vista político e económico, na segunda metade do século XX com o evento das descolonizações a partir do final dos anos 1940; com a emergência, primeiro dos grandes potentados económicos asiáticos, Japão e Coreia do Sul nos anos 1980, e bem mais recentemente com a chegada da China e do Brasil ao estatuto de potências de primeira linha ou de países como Angola ao estado de potência regional com interesses neo-coloniais em Portugal e na Europa.

O objetivo deste texto é lançar algumas pistas de reflexão sobre o impacto destas transformações e reconfigurações na produção artística de algumas dessas nações mas, sobretudo, entender o que mudou no modo como essa produção simbólica é percebida no ocidente e que impacto a visibilidade recente da arte africana encontrou no campo da chamada arte contemporânea mundial.

Limitar-nos-emos ao caso africano, já de si extenso e variado, como modelo histórico específico de colonização e descolonização, não replicável em qualquer outro contexto.

PALAVRAS-CHAVE

Arte; África; globalização; contemporaneidade

PRÓLOGO

Este texto não é uma análise intensiva das configurações ou tipologias da arte africana contemporânea. Procura-se antes entender as transformações ocorridas no olhar ocidental que contribuem para uma alteração

visível do estatuto da arte dos artistas da África subsariana no contexto internacional que permite agora a esses criadores circular nas principais bienais internacionais, ver as suas obras disputadas nas feiras e vistas em galerias e museus ocidentais.

Não ignorando que aquilo a que chamamos “arte africana contemporânea” sofreu naturais transformações nas últimas décadas, aproximando-se de práticas mediáticas e discursivas que correspondem aos vocabulários com circulação internacional, alguma coisa de decisivo tem de ter mudado no âmbito da receção para permitir a sua inclusão e a metamorfose desse olhar.

O OLHAR COLONIAL E AS HIERARQUIAS DA SUA MOLDURA CIVILIZACIONAL

Do período dos descobrimentos e da expansão luso-espanhola até às descolonizações ocorridas a partir de meados do século XX as relações entre os colonizadores e os colonizados foram marcadas, do ponto de vista político, por elos de dominação/submissão.

Essas relações de natureza colonial entre instituições e pessoas alicerçam-se numa forma de desigualdade radical entre colonizadores e colonizados; dominadores e dominados; tutores e tutelados. Mas sendo essa a lógica do poder, as conexões culturais que elas reverberam não são isentas de ambiguidades. Numa relação de qualquer outra natureza, que exprima posições hierárquicas diferenciadas, o dominador compraz-se na sua superioridade, vendo na menor força ou eficácia do outro um estado de menoridade que alastra ao domínio do cultural.

As relações de carácter colonial não são, porém, redutíveis, a este esquema relacional simples. O caso colonial português é um bom exemplo dessa complexidade, embora esteja longe de ser o único. A partir do século XVI, quando a presença portuguesa se tornou constante nas costas da África subsaariana e no sudoeste asiático, e o interesse pela cultura desses novos e tão distintos povos e os seus artefactos se constitui, dois conceitos culturalmente ambivalentes tornam-se simultaneamente estruturantes para as representações dos colonizados.

Falamos, claro, dos conceitos de *primitivo* e de *exótico*. O primeiro claramente hierarquizado entre *elas*, os primitivos, e nós os civilizados, mas sem que essa relação dialéctica não deixasse de ter um estranho eco na cultura ocidental, sobretudo a partir do século XIX, depois da revolução industrial.

Se o primitivo lembrava ao europeu o seu próprio desenvolvimento tecnológico também o acometia de uma nostalgia de um tempo mítico onde a inocência, a espontaneidade predominavam sobre a razão e o *spleen* urbano.

O primitivo, e as suas manifestações “artísticas” tinham assim o condão de oferecer um novo “início” civilizacional, um retorno a um paraíso (mítico, certamente) purificado dos pecados e da venalidade do mundo urbano.

Mais do que uma categoria estética intrínseca à arte africana austral, o “primitivo” era, enfim, para o europeu uma projeção e foi como conteúdo necessário ou desejado no âmbito da cultura europeia que ele foi valorizado¹.

O primitivismo valoriza mumificando o *outro*, removendo-o do tempo histórico e transformando-o num mero contraponto cultural, o que quer dizer que a categoria é muito menos descritiva em relação àquilo a que se refere e mais enquadradora no seio de uma lógica e de um sistema cultural (europeu, moderno, *branco*) a que a sua existência é completamente estranha.

Já o *exotismo*, categoria simultaneamente geo-espacial e cultural, é mais difícil de definir como um conceito cativo de uma hierarquia cultural. Na verdade, ele sinaliza duas distâncias essenciais: a física (que é ao mesmo tempo a distância do desconhecido) e a do radicalmente outro, mas não “inferior” ou “atrasado” do ponto de vista cultural. Em grande medida é essa combinação que torna preciosas para os colecionadores, para os proprietários dos *cabinet de curiosités*, a posse de objetos artísticos orientais como porcelanas, mobiliário, estampas e outros objectos que se constituíam assim como um capital de distinção simbólica e notoriedade social. O que estava em causa era tanto a sofisticação desses objetos, como a sua condição externa à cultura europeia que por eles ansiava como motivos simbólicos de distinção.

O que aproxima o primitivo e o exótico não são, pois, tanto as realidades culturais e étnicas que designam mas o facto de corresponderem a respostas da cultura ocidental àquilo que ela própria considera *radicalmente outro*.

¹ “Ao abordar o ‘primitivo’, devemos começar por notar que o termo não representa uma categoria essencialista mas exemplifica uma relação. Uma relação de contraste, de oposição binária aos “civilizados”. O termo ‘primitivo’ não pode existir sem o seu oposto, e de facto os dois termos funcionam constituindo-se um ao outro. No contexto domodernismo, ‘primitivismo’ é um ato de artistas e escritores que procuram celebrar elementos da arte e cultura dos povos considerados ‘primitivos’ e apropriar a sua alegada simplicidade e autenticidade no projecto de transformar a arte ocidental” (Antliff & Leighten, 1996, p. 170)

UM MUNDO GLOBAL SEM ÁFRICA – DAS DESCOLONIZAÇÕES AOS ANOS 1990

Entre o período das descolonizações (ocorridas, maioritariamente, entre os anos 1950 e a década de 1970) e o início dos anos 1990, a arte então contemporânea da África subsaariana parece ter mergulhado numa aparente invisibilidade no contexto artístico internacional. O facto pode surgir aos nossos olhos como estranho já que essas décadas correspondem a processos de emancipação cívica e a construções da identidade coletiva que deveriam forjar acontecimentos artísticos interessantes a uma escala global.

Na verdade, essa realidade torna-se menos estranha se vista tanto na complexidade dos seus fatores internos como na dos externos.

Quanto aos primeiros, é necessário levar em conta que esses anos são na maioria dos países descolonizados (Angola e Moçambique são bons exemplos), anos de construção identitária nacional, em muitos casos paralelas a lutas pelo poder e grande conflitualidade ideológica na qual as elites artísticas colocam os seus maiores esforços. A arte que daí resulta (seja no campo das artes plásticas mas também no campo do cinema ou da literatura) está com frequência vinculada a essas disputas ideológicas (muito marcadas pela Guerra Fria mas que possuem sobretudo expressões internas) e tem naturais dificuldades em afirmar-se num contexto global. Por outro lado, esse é um tempo de transição entre as práticas predominantemente ligadas ao artesanato e a uma imagem mais homogénea da arte africana e as propostas propriamente autorais que caracterizam a produção das décadas mais recentes.

Depois há ainda que levar em conta os fatores externos. Até ao final dos anos 1980, a geopolítica internacional é dominada pela lógica bipolar da Guerra Fria que faz com que as grandes potências (EUA e URSS) vejam nos países descolonizados satélites da sua própria política, com o estatuto semi-colonial que essa realidade pressupõe. Outro fator importante de isolamento é o facto de a maior potência económica e política da África austral, a África do Sul manter, até 1994, um regime de *apartheid* racial, o que a colocou sob um boicote internacional generalizado. Finalmente, é preciso lembrar que aquilo a que hoje chamamos globalização, com o sentido económico que lhe conferimos, só começa a ser uma verdadeira realidade a partir dos anos 90 com a abertura dos grandes blocos económicos ao comércio internacional liberalizado, o que inclui o bloco de leste, varrido por uma abertura económica depois da queda do muro de Berlim em 1989 e a ascensão das grandes potências económicas do sudoeste asiático (Japão e Coreia do Sul).

Neste contexto, é fácil deduzir que a afirmação da África austral como região cultural e artisticamente interessante vive um impasse. Por um lado, as velhas representações que valorizavam as suas manifestações artísticas perdem sentido neste mundo pós-colonial; por outro um conjunto de fatores políticos, económicos e institucionais não favorecem a possibilidade de estas novas nações e as suas elites artísticas granjearem a atenção do meio artístico internacional, permitindo a afirmação individual e paritária dos seus artistas num contexto global. O *primitivo* teve de se tornar invisível antes de ser um autor.

A INTEGRAÇÃO DE ÁFRICA NA GLOBALIZAÇÃO ARTÍSTICA

O interesse ocidental pela arte africana ganha um novo e decisivo elã a partir da segunda metade dos anos 1990. Dir-se ia que algumas das razões se prendem, exatamente, com modificações no que respeita aos anos anteriores, do fim da Guerra Fria e do *apartheid* à transformação de alguns países africanos como Angola em potências económicas regionais. Outro fator não negligenciável mas exógeno à própria evolução da arte africana prende-se com a proliferação dos chamados *postcolonial studies* que se tornam particularmente influentes nas universidades ocidentais e colocam questões que se reportam diretamente ao passado recente dos territórios coloniais e às disputas culturais e de poder neles vividas.

No campo das artes plásticas, um acontecimento tem particular impacto na visibilidade da arte africana na Europa. Apresentada no Centro Georges Pompidou em 1989, a polémica exposição “Les Magiciens de la terre” traz a Paris um grande número de artistas não ocidentais e entre eles inúmeros africanos, questionando de modo muito perturbador a centralidade mundial do paradigma artístico ocidental, branco e europeu. Curiosamente, o modo como são apresentados os artistas não ocidentais e a estranheza da sua relação com um paradigma tido como universal é parte central da polémica.

Nos anos seguintes, acontece uma verdadeira desmultiplicação de exposições coletivas com artistas contemporâneos africanos em instituições ocidentais. Entre as mais significativas podemos incluir: “Africa Hoy” (Centro Atlántico de Arte Moderno, Gran Canária, 1991); “The Short century: Independence and liberation Movements in Africa – 1945-1994” (Museum Villa Stuck, Munich); “Seven Stories about Modern African Art”, (Whitechapel art gallery, Londres 1995); “Fiction of Authenticity, Contemporary African Abroad” (Contemporary Art Museum, Saint Louis, 2003);

“Looking Both Ways: Art of Contemporary African Diaspora” (Museum of African Art, Nova Iorque, 2004); “Africa Remix” (Museum Kunstpalast, Dusseldorf, 2005) e “Flow” (Studio Museum, Harlem, NY, 2008).

Essa visibilidade vai sendo acompanhada pela circulação crescente de comissários oriundos do velho continente como Bisi Silva (Lagos), Meskrem Assegued (Addis Ababa), Koyo Kouoh (Dakar), Fernando Alvim (Luanda) e Gabi Ngcobo (Cape Town) ou Okwui Enwezor² (Abuja), comissário da “Bienal de Veneza” em 2015. Ao mesmo tempo a expansão do campo artístico internacional com a proliferação de bienais de arte um pouco por todo o planeta cria um cenário global que favorece o aparecimento de algumas delas em África como a “Dak’art em Dakar” (desde 1992), “Os Encontros de Fotografia de Bamako” (desde 1994) ou a “Bienal de Joanesburgo” (desde 1995).

Todas estas circunstâncias, agentes e instituições novos surgidos nas últimas décadas não criam necessariamente um campo artístico mas geram um chão de possibilidades de circulação de tendências, ideias artísticas e individualidades muito mais alargado do que no passado. Por outro lado, persistem alguns óbices em relação há estabilização de um campo artístico africano, como a existência muito deficitária de museus e centros de arte contemporânea ou de coleções públicas, institucionais que permitam um contacto alargado com essas manifestações artísticas e, talvez mais importante do que isso, escasseia a produção de discurso histórico capaz de enquadrar a natureza do que se produz, sobretudo se feito por africanos, para além do que aquilo que se produz possa representar para o ocidente.

REPRESENTAÇÕES DA ARTE AFRICANA CONTEMPORÂNEA NO OCIDENTE

Esta última constatação conduz-nos ao cerne mesmo deste capítulo a que só poderemos, nesta fase da investigação, responder com mais perguntas.

Todas estas transformações (geopolíticas, económicas, culturais), ocorridas nas últimas décadas impedem a manutenção da operacionalidade de conceitos como *primitivo* ou equívocos antropológicos como a busca de *autenticidade* quando nos referimos à arte africana. As sociedades da África contemporânea são hoje tão culturalmente híbridas e expostas a múltiplas contaminações culturais como as de outro qualquer ponto do planeta. Mas significará este interesse pela arte africana uma garantia de que a

² Ver as obras de Enwezor (1999, 2009).

globalização do campo artístico se tornou total e os ocidentais olham para a produção da África negra como para a de qualquer outro lugar do mundo? Ou esse interesse corresponde antes, como parece sugerir Jean-Loup Amelle (2005), a uma injeção de frescura e juventude na arte ocidental num momento em que esta se encontra demasiado exausta e autorreferencial? Essa tese é convincente mas a promessa que ela encerra está à partida condenada porque, no fundo, não é mais do que uma representação ocidental daquilo que a arte africana encerra verdadeiramente. Isso conduz-nos a uma nova pergunta: quem é o artista africano? Que arte faz? Uma pesquisa pelas biografias daqueles que conseguiram obter, senão consagração, pelo menos visibilidade e notoriedade mostra-nos que se trata de criadores que, em muitos casos, estudaram em cidades como Londres, Berlim, Paris ou Nova Iorque, que nelas residem, pelo menos parcialmente, e que a partir delas estabelecem as suas ligações internacionais.

Mas mais importante do que averiguar os dados biográficos destes artistas é olhar para aquilo que produzem. Que metodologias e dispositivos utilizam e que abordagens conceptuais seguem?

Novamente, a constatação é decepcionante para os que pretendem ver uma especificidade particularmente aguda no universo artístico africano. Como os seus congéneres canadianos ou islandeses, os artistas africanos fazem pintura, escultura, fotografia, instalação, questionam a sua identidade, fazem *statements* políticos, refletem sobre a natureza dos meios com que trabalham ou assimilam às suas obras a cultura da sua proveniência, fator que mais decisivamente define a sua singularidade.

E é, porventura, a combinação entre esses substratos culturais e históricos e um *modus faciendi* partilhável no ocidente que é a chave simultaneamente da atração que exerce na Europa e da sua legibilidade à luz do paradigma artístico contemporâneo. O artista africano contemporâneo é assim, com frequência, um híbrido entre a sua origem africana (quase sempre já não rural mas urbana) e a aculturação com as estéticas da contemporaneidade internacional, e é essa condição que o faz escapar às etiquetas do passado e o torna ágil o suficiente para que possa ser assimilado pelo meio da arte, pelas instituições internacionais e pelo mercado.

Alguma desta produção coloca problemas de correlação com a história da arte global, mas em casos mais recentes, que não são muito numerosos, esses problemas não impediram que, fruto da correção política ou da real qualidade do seu trabalho, alguns artistas se salientassem individualmente num horizonte artístico mais alargado (o exemplo mais forte será o do angolano Edson Chagas que em 2013 conquistou o Leão de Ouro

em Veneza). De um modo mais abrangente, porém, os artistas africanos continuam a ser vistos como uma entidade genérica que se expõe, quase sempre, coletivamente ou como parte de uma amostragem de arte não-ocidental mais alargada e isso corresponde, malgrado as boas intenções que a enformam, a uma representação europeia daquilo que são e fazem. Ou seja, a sua condição continua demasiado acobertada pela etiqueta *Africano*, facto que simultaneamente é uma chave de entrada e um rótulo limitador.

Talvez a paridade e a ausência de paternalismo ocidental só se confirmem por completo quando as mostras coletivas, as tendências e os enquadramentos hiper-curatoriais derem lugar a um interesse pelos discursos autorais e o nome dos indivíduos que os enunciam possua um valor mais substantivo do que a etiqueta ambígua e paradoxalmente desejada da africanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amselle, J.-L. (2005). *L'art de la friche: essai sur l'art africain contemporain*. Paris: Flammarion.
- Antliff, M. & Leighton, P. (1996). Primitive. In R. S. Nelson; R. Shiff (Eds.), *Critical terms for art history* (pp. 217-233). Chicago: The University of Chicago Press.
- Enwezor, O. & Oguibe, O. (1999) *Reading the contemporary: African art from theory to the marketplace*. Nova Iorque: The MIT Press.
- Enwezor, O. & Okeke-Agulu, C. (2009). *Contemporary African art since 1980*. Bologna: Damiani.

Citação:

Martins, C. (2017). Mundos confluentes? Representações da arte africana contemporânea no ocidente. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 100-107). Braga: CECS.

INÊS CARVALHO MATOS

inescarvalhomatos@hotmail.com

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OS OBJETOS ARTÍSTICOS E A INTEGRAÇÃO DA EPOPEIA MARÍTIMA PORTUGUESA NA IDENTIDADE CIVILIZACIONAL EUROPEIA: UMA REFLEXÃO TRANSDISCIPLINAR

RESUMO

Um pensamento transdisciplinar conduz à introspeção das sociedades, neste caso sobre a memória coletiva afeta à “presença portuguesa no oriente” (expressão consagrada pela história da expansão portuguesa). A arte-nanban e, de modo geral, as peças conotadas com os ditos Descobrimientos portugueses têm estado presentes na reflexão sobre as macro categorias da história mundial, passando a primeira modernidade a ser considerada como a primeira globalização. Os artefactos híbridos revestiram-se de leituras de transculturalidade, desconvenacionalizando a carga nacionalista da epopeia marítima portuguesa de modo a facilitar a sua integração no projeto europeu de civilização à escala global. Assumindo a heterogeneidade deste grupo de peças, o seu estudo abre portas para reinterpretar os objetivos implicados na produção de um discurso que ultrapassa largamente os próprios objetos expostos, estendendo-se para o campo da museologia, da cultura visual (através de arquétipos iconográficos) e até das artes gráficas e *branding*.

PALAVRAS-CHAVE

Arte-nanban; identidade; memória; cultura visual

No programa geral da conferência “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa. Crise e identidade” procurámos refletir sobre as reformulações profundas (ou crises) que a Europa enfrenta ou enfrentou no que toca à sua relação com o resto do mundo e de que modo a identidade europeia se foi construindo e reconstruindo com cada uma dessas crises. Na verdade o tema não é novo: constitui a génese dos estudos de história da cultura e das mentalidades do período medieval e moderno. Tomando a Europa como uma entidade, a alteridade conforma necessariamente a definição do Eu-próprio: primeiro porque o que nele se identifica – os europeus, as instituições europeias – define-se como o Outro de tudo o que lhe é externo,

mas também porque a diversidade e divergência internas requerem negociação e resolução a favor da coerência dessa mesma identidade.

A relação dialética entre o eu-próprio e o outro é, desde Hegel a Lacan, necessária para a formação do sujeito, pelo que não existe realmente uma resolução da alteridade, apenas uma crítica e reflexão das suas implicações e processos. A alteridade desdobra-se, não há apenas uma alteridade. O modo como se trata aqui este conceito está dependente dos exemplos históricos que nos ocupam; pelo que esta alteridade consiste essencialmente em não reconhecer identidade no que não é o eu-próprio da identidade europeia. Assim, o que é diferente é imediatamente diverso e mistura-se indiscriminadamente. As outras territorialidades não são necessariamente o Outro, pois este é uma amálgama sem características definidas. Os objetos que trazem para o interior da Europa (simbólica e espacialmente) outras geografias e realidades são a domesticação do potencial de alteridade, e efetivamente são a afirmação da auto-imaginação da Europa como a única entidade do mundo. Este exercício (através da comissão dos objetos, da sua aquisição, coleção, doação e apreciação) sedimenta a pretensão imperialista europeia.

Recenseando brevemente este conceito, importa notar que a questão da alteridade no período medieval se baseava sobretudo no conflito entre a Cristandade e os Inféis, tendo a divergência interna vindo a aparecer pontualmente durante esse período e em grande escala já no período moderno; mas, simultaneamente, também se deu a absorção simbólica do Oriente Próximo – no qual a narrativa bíblica se desenrolara – e o gosto pelos materiais exóticos que provinham dos territórios exteriores (o que se pode entender como uma herança do Império Romano). Esta “crise”, constituída pelo conflito entre o imaginário e a observação empírica (no domínio da história cultural), entre a expectativa e a violência (história política), entre a pulsão e a frustração (psicanálise) resolveu-se a nível interno – na Europa – com um leque de impérios (nacionais e comerciais), os quais representavam os tentáculos da relação da Europa com o resto do mundo. Voltando o nosso enfoque para o que, nos nossos dias, se reconhece e reproduz a respeito desse período histórico, o papel de Portugal na questão da identidade europeia não é, de todo, periférico. Assim, no seguimento de Serge Gruzinsky¹ e superando a dicotomia centro-periferia através da teoria da Fronteira², Portugal é

¹ Vejam-se as obras de Gruzinsky: *O Pensamento Mestiço* (2001) e *Les Quatre Parties du Monde: histoire d'une mondialization* (2004).

² A Fronteira dá limite ao espaço por si definido, sendo uma ferramenta crucial para a auto-imaginação/ imaginação do eu-próprio colonial (*colonial self*), que assim atinge definição e valor próprio. A

uma periferia ativa, um outro centro produtor de discurso, onde a identidade da Europa se relaciona dialeticamente com a identidade nacional.

Os séculos XVI e XVII assistiram a uma explosão da percepção do mundo por parte das elites científicas e políticas da Europa, o que se reflete nos mapas que colocam o sul do continente africano literalmente fora da moldura cartográfica (Brotton, 2012, p. 187). O mapa de Henricus Martellus, de 1489, foi o primeiro mapa do mundo a representar a viagem de Bartolomeu Dias, que regressara a Lisboa em dezembro de 1488 depois de ter dobrado o Cabo das Tormentas/ Cabo da Boa Esperança. O mapa segue o modelo de Ptolemeu e é típico dessa concepção geográfica em todos os aspetos exceto num: o cartógrafo escolheu representar o extremo sul de África e a parcela de mar que permite que o mesmo seja circum-navegável por cima da moldura. Esta decisão estética não se deve subestimar, uma vez que o tempo de acabamento do mapa nos faz crer que não se tenha tratado de uma emenda súbita. Martellus procurava transmitir fielmente o impacto que esta viagem tinha tido no conhecimento, o sentido de “expansão” para lá da realidade transmitida pela Antiguidade (portanto a verdadeira rutura com a Idade Média) e a condição sua contemporânea de testemunha do processo irreversível de fragmentação de molduras/fronteiras/limites no que diz respeito à imagem literal (desenhada) e à imagem mental que os europeus tinham do resto da Terra.

Outro sistema de incorporar e apresentar a nova percepção do mundo é a coleção, nomeadamente as Câmaras de Maravilhas. O exemplo paradigmático será a *Kunstammer* de Habsburg em Viena. A relação desta linhagem familiar com praticamente todas as coroas da Europa e o facto de se ter constituído deliberadamente uma Câmara de Maravilhas recheada de objetos exóticos leva-nos a intuir que o projeto colonial emergente não só colocava em atuação uma política externa mas também uma política interna, e também que os objetos artísticos e a categoria do Exótico faziam parte de uma mesma atitude de concepção da identidade europeia.

Tendo herdado da Idade Média o fascínio pelos materiais exóticos, aos quais, segundo uma cosmogonia pré-científica, se associavam propriedades mágico-curativas, os centros de cultura e de poder da Europa renascentista ensaiavam uma resolução psicológica e política para a crise do seu tempo: o contacto direto e deliberado com realidades até então no domínio

Fronteira no discurso do colonialismo (imperial) foi concebida metaforicamente de modo a distinguir e delinear, emulando as fronteiras ditas “naturais”, nomeadamente na invenção de categorias para as quais a referência espacial era uma imagem apropriada com bastante liberdade, de modo a atingir a desejada divisão racial, cultural ou de género (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1998, p. 108).

da fantasia. A posse de materiais tais como os cocos do Pacífico, as pedras bezoares, os marfins da Índia, as lacas do extremo-oriental ou a porcelana chinesa (cuja fórmula não se conhecia) representam a procura de satisfação do desejo de posse sobre os próprios territórios e gentes dessas paragens, bem como um exercício de sumptuosidade que tem como destinatários os congéneres europeus. Com materiais tais como resinas, madeiras e conchas de diferentes partes do globo compiladas numa mesma obra final (algumas acabadas na Europa com montagem de ourivesaria) a dificuldade de determinação da genealogia destas peças bem como a multiplicidade de lugares e técnicas que estão implicados no aparecimento destes objetos artísticos fazem deles recetáculos que fragmentaram a realidade. A sua natureza híbrida reside no excesso de realidade que neles se acumula, gerada pelo desejo europeu. São objetos recetivos à atribuição de uma nova identidade. O nascimento do consumismo (proto capitalista) e o desejo de integração deste tipo de objetos nos sectores fundamentais da sociedade europeia (as práticas religiosas, as manifestações de poder secular e o interesse científico pelo mundo) alinharam-se e complementaram-se precisamente pela necessidade da reconfiguração da identidade europeia.

Algumas das peças que se exibem em museus e galerias de antiquários, os objetos artísticos, escapam às classificações tipológicas convencionais como por exemplo pintura, ourivesaria ou mobiliário e também não podem limitar-se à designação depreciativa de “artes menores”. Alguns destes objetos artísticos, esteticamente muito próximos daqueles que rechearam as Câmaras de Maravilhas, têm uma relação umbilical com o contexto dos ditos Descobrimentos portugueses. A classificação, tanto do período como dos objetos em causa, remete para a ideia de uma epopeia marítima portuguesa, com um sentido marcadamente eufórico, e é portanto uma construção cultural deliberada, nomeadamente a partir de valores do nacionalismo oitocentista. O papel de certos objetos – como por exemplo a Custódia de Belém – para a identidade nacional portuguesa e a interdependência dessa identidade em relação ao imaginário da epopeia marítima foram mais uma vez comprovados pela cobertura mediática que teve a sua recolocação em exposição após um restauro profundo. Não só foi feita reportagem audiovisual que passou depois nos jornais de diversas estações televisivas como os próprios jornalistas procuraram fotografar as figuras do governo e a peça em questão no mesmo enquadramento, mais uma vez resignificando o objeto e trazendo a sua identificação com o Estado para a cronologia da contemporaneidade. A Custódia de Belém tem como matéria-prima um material exótico, pois apesar de existir ouro na Europa

este ouro em particular veio de um estado da África central, dado em tributo. Para além disso a Custódia de Belém tem sido apresentada ao público – pelo menos desde que passou do Mosteiro dos Jerónimos para uma coleção museológica do Estado – como um sintoma dos Descobrimentos, sendo prova material de narrativas quasi-míticas como a viagem de Vasco da Gama e a figura de D. Manuel I. A preponderância da Custódia de Belém no espaço expositivo (do Museu Nacional de Arte Antiga) e o seu papel estratégico na apresentação de valores de adoração à pátria que protagonizaram o regime ditatorial não foram cancelados pelo advento da democracia, antes foram (apenas superficialmente) reorganizados para passarem a configurar um discurso de integração dessa epopeia marítima na missão civilizacional da Europa ou mesmo da globalização iniciada no século XVI. A Custódia de Belém como símbolo de um período da história de Portugal que se estima e estimula, objeto fetiche da nacionalidade, é uma das peças usadas também nas exposições dedicadas à reflexão sobre o impacto dos Descobrimentos portugueses na História Mundial. Nelas, os objetos artísticos são expostos e mostrados como estratégias discursivas a respeito da exaltação do período histórico, isto é, a caracterização e valorização da “epopeia marítima” enraíza-se na memória coletiva através da experiência de interagir com estas peças ou com as imagens que as representam.



Figura 1: Visita da Mocidade Portuguesa Feminina ao Museu Nacional de Arte Antiga, 1939. Na foto pode ver-se o grupo reunido à volta da Custódia de Belém. Estúdio Mário Novais.

Fonte: <http://baimages.gulbenkian.pt>

No entanto, a Custódia de Belém não é o veículo ideal para articular a relação entre a Europa e o Mundo na Pós-Modernidade. Precisamente por se revestir de um excesso de nacionalidade perde potencial para problematizar as questões pós-coloniais e de história global. A nossa análise vai então incidir sobre um grupo de peças que tem uma correlação tão ou mais forte com a conceção de epopeia marítima portuguesa: a arte-nanban. A expressão foi importada de um termo japonês – nanban bijutsu – do qual é a tradução literal³ sendo “nanban” uma palavra que se associa com os europeus que primeiro estabeleceram relações com o Japão nos séculos XVI e XVII: os “nanban jin” (a pessoa em si, o estrangeiro). A arte-nanban é portanto uma categoria da história da arte japonesa na qual o Outro é o mercador ou missionário ao serviço das coroas de Portugal e Castela, e recai sobre objetos de arte que atestam a presença desses estrangeiros no território japonês e exemplificam o impacto da presença dos “nanban-jin” no Japão. Em muitos desses objetos constata-se mesmo a representação direta dos “nanban-jin”, um tema que se tornou popular nas encomendas de peças lacadas para o mercado interno. A figuração humana é tipificada pelo que a configuração desta decoração deveria estar sistematizada em manuais para artistas. Podemos ver as mesmas figuras em diferentes peças, desde caixas para alimentos a recipientes para pólvora, passando por pintura sobre papel e sobre seda.

O estudo da arte-nanban em Portugal desenvolveu-se sobretudo a partir dos biombos, contribuindo assim para a identificação entre esta designação e a figuração que protagoniza o programa decorativo. A representação dos “nanban-jin”, apesar de não ser a única característica que leva ao seu reconhecimento, é um dos elementos que mais identifica esta classificação. O barco e o nanban-jin são dois arquétipos iconográficos que,

³ A “nanban bijutsu” como um capítulo da história da arte japonesa começou a ser estudada no Japão no final do período Meiji, num contexto de renovado interesse pelos registos históricos e pelas obras de arte que remetiam para períodos anteriores de contacto com o Ocidente. Os protagonistas desta fase pré-académica da historiografia da arte nanban exerciam diversas atividades culturais: eram pintores, poetas e escritores. Já na segunda metade do século XX o interesse reacendeu-se entre os especialistas da arte e da decoração, tendo sido finalmente publicadas as obras fundamentais para a produção académica: Yoshitomo e Tadao (1970), Mitsuru e Moto’o (1974). O interesse nos biombos nanban explica-se não somente pela sua temática mas sobretudo por se tratarem de obras da Escola Kano, vide Grilli (1971). Estas publicações em língua japonesa foram rapidamente traduzidas para inglês e francês, pelo que na Europa e Estados Unidos a consideração por estas peças cresceu exponencialmente, um fenómeno no qual participa o mercado da arte e também os agentes promotores de exposições dedicadas a estes objetos. Neste último caso destaca-se a exposição organizada pela Fundação de Exposições Internacionais da Sociedade de Jesus, em 1973, com peças provenientes de coleções japonesas, a qual produziu um catálogo com textos (em inglês e em japonês) de Shinichi Tani e Tadashi Sugase.

metonimicamente, configuram um universo de significado⁴, o qual extrapola a própria arte-nanban. A cultura-visual que deriva da iconografia da arte-nanban não é um mero repositório de cópias ou fragmentos da mesma, é uma linguagem autónoma na qual se articulam significados. Esta cultura visual reafirma uma perspetiva positiva e eufórica a respeito da relação entre Portugal e o Japão na primeira modernidade, não poucas vezes com o objetivo de colar essa perspetiva à relação contemporânea entre Portugal e o Japão, num discurso interno (em Portugal) e externo (para a Europa e para o Japão), como se pode aliás constatar pela escolha de linguagem gráfica em diversos momentos comemorativos: 1993 (comemoração dos 450 anos de chegada dos portugueses ao Japão), 1998 (Expo 98), 2010 (150 anos do Tratado que restabelece relações diplomáticas, etc).



Figura 2: Polvorinho MNAA (Lisboa) Inv.: 931 Div. (Mob)

⁴ O termo “universo de significado” deriva da sociologia da religião como parte integrante da sociologia do conhecimento; foi forjado por Berger e Luckmann (2010) para caracterizar um tipo de relação entre significante e significado que se baseia na plausibilidade de uma premissa de natureza sociocultural. O universo de significado não diz respeito apenas a ideias sobre religião, filosofia e a reflexões teóricas sobre a sociedade mas inclui também o conhecimento do senso-comum e a realidade quotidiana, assumindo o que se tem como um dado adquirido acerca da realidade. Para o significado de um certo significante se manter legítimo e reconhecido o universo de significado como um todo necessita de reforço constante, pelo que a narrativa que o suporta (o princípio da plausibilidade) terá de se reproduzir, ajustando-se se necessário, de modo a atingir a sucessão das gerações e sedimentar a estabilidade da crença socialmente sustentada.



Figura 3: Caixa de Escrita. Museu do Caramulo

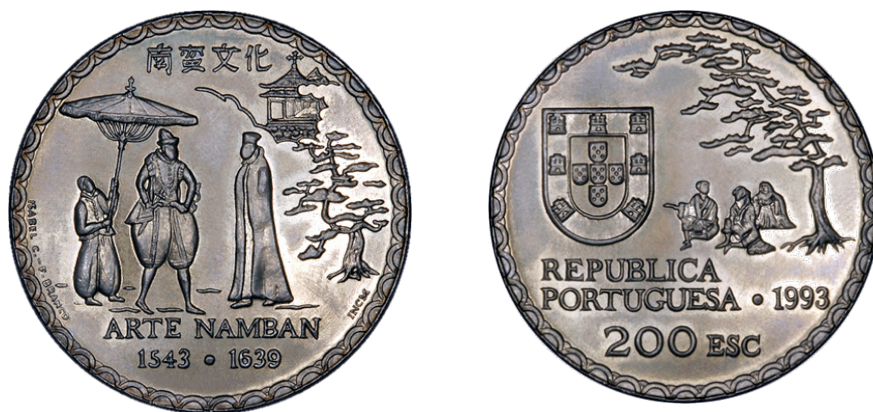


Figura 4: Numismática, Museu de Évora. Moeda Comemorativa de 1993, frente e verso.



Figura 5: Pormenor de biombo, representativo da iconografia típica da arte-nanban. Imagem em domínio público
Fonte: <https://de.wikipedia.org>



Figura 6: Sala de Exposição do Museu Nacional de Arte Antiga na qual se encontram os biombos nanban

Os primeiros biombos a dar entrada nas coleções do Estado português foram os exemplares que hoje se encontram em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga. Este par foi oferecido pelo colecionador e especialista em arte-nanban Tadao Takamizawa a Costa Carneiro, então Ministro Plenipotenciário de Portugal em Tóquio entre 1925 e 1930, que, entre outras funções, esteve presente na coroação do novo imperador. A utilização deste par no âmbito da construção de um universo de significado (nacional e internacional) para a cultura visual que deriva da arte-nanban é evidente logo em 1955, quando foram escolhidos para integrar a *Exhibition of Portuguese Art 800-1800* na Royal Academy of Arts (Londres), um evento de projeção do Estado e do Império. Com efeito, o Estado português estava ativamente a procurar engrossar a coleção de arte-nanban, tendo-se já constatado o potencial destas imagens para que a partir delas se pudesse fazer o elogio à presença dos portugueses no Japão e, implicitamente, à glória de Portugal como Nação e como Pátria, sede de um ideal de Império que ultrapassava mesmo as suas fronteiras territoriais.

Em 1953 o Ministério das Finanças deu à Direção Geral de Negócios e da Administração Interna a incumbência de conduzir o processo de aquisição de obras de arte no Japão que fossem significativas para a história da presença portuguesa no extremo-orient, tendo esta solicitado informações a uma Legação portuguesa especialmente enviada a Tóquio. A Legação fez a prospeção do mercado e constatou que das peças mais vendidas e que mais claramente representavam os portugueses do séc. XVI no Japão se destacavam os biombos, os quais se encontravam com grande procura no mercado de antiguidades nacional e internacional e também em fase de se constituírem como património classificado do Japão, pelo que existia urgência em conduzir o processo de compra⁵. Finalmente, em

⁵ Carta da Direção Geral dos Negócios e Administração Interna para o Chefe de Gabinete do Ministério das Finanças, fazendo notar que se encontravam à venda biombos nanban e a importância de serem comprados por Portugal: “a legação de Portugal em Tóquio informou que se encontram à venda em Kioto dois biombos Namban de seis folhas representando o desembarque de portugueses em Nagasaki. A venda é anunciada por intermediários que pedem por um dos biombos 1.200.000 ien e pelo outro 3.500.000 ien. A legação receia que estes preços venham a ser aumentados(...).// (...) acentua o valor histórico destas pinturas, cada vez mais raras, sobretudo depois que os museus e outras instituições americanas começaram a comprá-los por altos preços(...) os próprios museus japoneses estão presentemente a adquirir obras deste género que, em muitos casos, são arrolados e, embora na posse de particulares, não são autorizados a sair do país.(...)”. (datada 30/01/1954) Carta da Legação de Portugal em Tóquio justificando a importância de adquirir os biombos apesar do preço elevado: “A Legação não encontra explicação a não ser o facto de se tratar de obras muito raras, sem preços de mercado, pedindo cada possuidor o preço que entende. // Assim, por exemplo, um biombo namban do mesmo período foi vendido à pouco ao Museu de Boston por seis milhões de ienes (...). O Biombo de 1.200.000 ienes/96.000 escudos é negociado por um americano, o Sr. Curtis, em Kioto (...). (...) submete-lo à apreciação de peritos (...) transportar o biombo para Tóquio, o que implica

finais 1954, adquire-se o par que chegará a Portugal em fevereiro de 1955⁶. Em junho do mesmo ano determina-se que o novo par de biombos irá para o Museu Soares dos Reis, no Porto⁷.

Entretanto, em 1954 tinha-se realizado no Museu Nacional de Arte antiga a exposição “Portugal na Índia, China e Japão”, e no seu catálogo os biombos de Costa Carneiro surgem já descritos como “biombos namban”; são as únicas peças com semelhante designação nesse catálogo, apesar de também integrarem a exposição peças que hoje se encontram classificadas como tal, nomeadamente o polvorinho desse mesmo museu. Em 1956 realizou-se, no Porto, a Exposição Histórico-Militar em Homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1º Centenário do seu Nascimento, no qual são já expostos os biombos que hoje se encontram no Museu Nacional Soares dos Reis.

Em Portugal o uso da arte-nanban e mais exatamente da sua iconografia na esfera do discurso político começou muito antes do seu estudo

uma despesa de 50.000 ienes/ 4.000 escudos(...).// A Legação entrou em contacto com o Sr. Kondo, especialista de pinturas nambans do Museu Nacional de Ueno, que informou existir perto de Tóquio um biombo daquele género, dos mais antigos (...) e prontificou-se a sondar o proprietário sobre a possibilidade da sua venda.(...)// A Legação de Portugal em Tóquio manifesta o desejo de ser informada sobre as intenções do Governo de Portugal quanto a este assunto, nomeadamente sobre o número de biombos que pretendem adquirir, preços, etc.(...)” (datada 15/03/1954) Documentação consultada no Museu Nacional Soares dos Reis.

⁶ Carta da Direção Geral dos Negócios e da Administração Interna para a Direção Geral da Fazenda Pública, remetendo o que soube através da Legação de Portugal em Tóquio, e que comprova que a compra recomendada em Março de 1954 foi afinal aceite pelo estado português (apesar da verba muito elevada): “acaba de informar esta Secretaria de Estado de que convém abreviar, tanto quanto possível, o processo de transferência bancária para pagamento do par de biombos cuja compra foi resolvida, visto não se poder confiar nos vendedores japoneses, sobretudo se recebem uma oferta superior, o que é frequente devido às muitas instituições de cultura americanas que no Japão procuram adquirir obras de arte raras e de valor histórico.” (datada 03/11/1954). Carta emitida pela Direção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, e destinada à Direção Geral da Fazenda Pública, sobre serem os biombos “genuínos” e quem o garante: “(...) os biombos comprados têm genuidade garantida pelo senhor Y. Okamoto, vendedor e negociante de antiguidades e pelo irmão deste, o Professor Yoshimoto Okamoto, que é a maior autoridade sobre assuntos de história e arte luso-nipónica no Japão” (datada 17/01/1955). Registo de importação na Alfândega, datado 15/02/1955: “um par de biombos japoneses, obras de arte”, tendo chegado de São Francisco (EUA) por via do MS Bali, no qual estão registados a 23/12/1954. Esta documentação foi consultada no Museu Nacional Soares dos Reis.

⁷ Carta interna do Ministério das Finanças, Repartição da Fazenda Pública, em que se sugere a colocação de um par de biombos no MNSR por estar já um par no MNAA: “Encontra-se ainda no Ministério um par de biombos japoneses namban adquiridos recentemente em Tóquio.//Dado o valor não só artístico mas também histórico e documental destes biombos representativos da expansão portuguesa no Oriente no século XVI, afigura-se que os exemplares ultimamente adquiridos devam ser colocados em local onde possam ser facilmente vistos pelo público e que além disso tenha ambiente propício.//Como os outros dois exemplares adquiridos se encontram no MNAA parece que o par a que ainda não se deu destino pode ser cedido ao MNSR que reúne as melhores condições para a sua exposição.” (datada 21/06/1955 e assinada A. Luis Gomes)

sistemático como objeto artístico e artefacto histórico, como vimos, mas mesmo quando a análise a respeito destes biombos e restantes obras realmente passou a fazer parte da agenda de historiadores de arte e técnicos de museus o discurso por estes produzido não pode considerar-se esterilizado de tal dimensão. O *momentum* para a historiografia da arte-nanban em Portugal coincide, não casualmente, com o contexto de integração na União Europeia e dele emerge a apologia do “encontro”. A primeira exposição dedicada especificamente à arte nanban teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian em 1981, claramente reproduzindo o modelo de uma exposição igualmente dedicada à arte nanban que tinha ocorrido em Paris em 1980⁸; e em 1987 realiza-se uma segunda exposição sobre o tema, dedicada aos embaixadores portugueses no Japão e os objetos desse contexto, a qual se realizou no Palácio Galveias (também em Lisboa), ambas com a curadoria de Maria Helena Mendes Pinto. A exposição da Fundação Calouste Gulbenkian contou mesmo com peças vindas do Museu Municipal de Kobe e do Museu de Arte Nanban de Osaka, para além das que integravam o Museu Nacional de Arte Antiga. Nestas exposições era notório o “fascínio pelo *Encontro*” (Peixoto, 2006, p. 80) e entre os objetivos fundamentais estariam a “apresentação e partilha de objetos que atestam o diálogo e entendimento entre culturas”, “culminando na simbiose de entendimento”, “essencialmente uma constante reafirmação do *Encontro* original”. Este conceito de “encontro” foi forjado para conciliar a carga patriótico-mitológica que anteriormente tinha ligado os biombos e a narrativa eufórica dos Descobrimentos portugueses com a integração de uma nação identitariamente forte numa Europa civilizacionalmente superior ao (resto do) mundo. Portanto, sem negar os valores especificamente portugueses da arte-nanban (que nada têm a ver com a sua produção ou características técnicas), o discurso do “encontro” serve para integrar a história nacional na história da Europa, fazendo do dito “encontro” um momento fundamental não apenas da relação entre Portugal e o Japão mas da relação entre a Europa e o Japão. O sucesso desta proposta e a sua durabilidade seria tal que a vemos, já maturada, na exposição “Encounters – the meeting of Europe and Asia 1500-1800” que o Museu Victoria and Albert apresentou

⁸ “Namban, ou, de l’Européisme japonais : XVIe-XVIIe siècles : [exposition]”, Musée Cernuschi, 18 de Outubro a 14 de Dezembro de 1980, Ville de Paris. Esta exposição e o seu consequente catálogo não é referida no catálogo da exposição na Fundação Gulbenkian de 1981 nem na obra “Arte Namban: os portugueses no Japão” de Maria Helena Mendes Pinto e Pedro Canavarro (MNAA e Europália – Bélgica) de 1990, possivelmente porque a de Paris propunha pensar toda uma influência europeia ou mesmo “ocidental”, enquanto a orientação da política cultural portuguesa era a de enfatizar o carácter especificamente português da arte-nanban, o que culminou nas comemorações de 1993 (centenário de 1543, data da chegada ao Japão) com diversas exposições, publicações, medalhística, eventos, etc.

em 2004, a qual fez publicar um catálogo cuja capa mimetiza a da exposição portuguesa de 1981: uma secção da nau que tipicamente figura nos biombos nanban.

A arte-nanban, e de modo geral as peças conotadas com os ditos Descobrimientos portugueses, têm estado presentes na reflexão sobre as macro-categorias da história mundial até ao presente. A reconfiguração de uma identidade europeia após a queda do muro de Berlin (perdido o Outro do bloco soviético e o antagonismo com o comunismo) contribuiu para que se perspetivassem as questões emergentes da globalização como tendo raízes históricas, psicológicas e sociais na primeira Modernidade. Esta passou a ser considerada como, se não uma origem, pelo menos um substrato fértil para o aparecimento das dinâmicas definidoras da globalização moderna e pós-moderna. Ao nível dos artefactos híbridos, como os que foram aqui apresentados, a consequência foi a de os mesmos se terem revestido de leituras transculturais, numa tentativa de desconvenacionalizar a carga simbólica afeta à epopeia marítima portuguesa de modo a contribuir para a sustentabilidade de uma narrativa europeia. No entanto o projeto de interligar a categoria de história global à reconfiguração de uma identidade europeia na Pós-Modernidade estava condenado à partida. Isto porque cada um deles se orienta por princípios incompatíveis. A relação da Europa com o “resto do mundo” e a própria perceção europeia da diversidade alternativa (ou alteridade) como sendo “o resto do mundo” é marcada pelo Exótico. A identidade europeia necessita assim de uma relação com o Exótico para dar significado ao desejo de possessão, ao sentido de missão civilizadora, à negociação com a diferença, e mesmo à estima da sua própria essencialidade (real ou imaginada)⁹. O Exótico, mesmo que levado para o espaço doméstico ou introduzido no estilo de vida quotidiano, é sempre externo à identidade, o seu requisito é o reconhecimento pela diferença e a impossibilidade de normalização ou integração.

Por outro lado, a história global como corrente de análise historiográfica que tem em conta o globo ou mundo (não confundir com história comparativa) analisa as dinâmicas e processos que diluem a separação entre espaços e fenómenos, observa o mundo a partir da constatação de que todos os atores da História são apenas afetados pela perceção fragmentada sobre a realidade, mas que a realidade em si mesma não tem uma fronteira pura ou natural.

O valor intrínseco dos biombos nanban e da restante arte-nanban é o seu exotismo, mas não apenas porque supostamente refletem o impacto

⁹ No sentido de *imagined communities* /comunidades imaginadas (Anderson, 1983)

da presença portuguesa no Japão. Estas peças foram criadas para o mercado interno japonês, um contexto no qual a politização do exotismo era eficiente (Curvelo, 2005). Portanto a arte-nanban tem um duplo exotismo: no Japão estas peças foram criadas para constituírem a imagem que atesta a propriedade sobre conhecimento a respeito dos estrangeiros e a captura dos seus saberes para proveito próprio (dos japoneses), e na Europa foram incorporadas em coleções e exposições para apoiar narrativas de expansão europeia em direção ao Exótico, supondo que nestas imagens os portugueses encontrariam o seu retrato. Mas, na verdade, o que estas peças nos mostram é como a alteridade e a subjetividade são difíceis de definir entre os atores e as dinâmicas envolvidas na sua produção. Elas provocam a reflexão a respeito dos problemas da hibridiz e da construção de significados acerca do eu-identitário, para além de convidarem ver o mundo e a História do Mundo em renovadas perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso.
- Ashcroft, B.; Griffiths, G. & Tiffin, H. (1998). *Key concepts in post-colonial studies*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Berger, P. & Luckman, T. (2010). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Brotton, J. (2012). *A history of the world in twelve maps*. Londres: Penguin Books.
- Curvelo, A. (2005). *Nuvens douradas e paisagens habitadas. A arte namban e a sua circulação entre a Ásia e a América, Japão, China e Nova-Espanha (c. 1500 – c. 1700)*. Tese de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Grilli, E. (1971). *The art of the Japanese screen*. Nova Iorque e Tóquio: Weatherhill, Bijutsu Shuppan-sha.
- Gruzinsky, S. (2001). *Pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gruzinsky, S. (2004). *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialization*. Paris: La Marrinière.
- Mitsuru, S. & Moto'o, Y. (1974). Namban bijutsu. In *Nihon no bijutsu*. Tóquio: Shôgakkan.

Peixoto, L. M. (2006). Maria Helena Mendes Pinto and the encounter with Japan: an analysis of the semantic and plastic concepts of her exhibitions. *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*, 12, 79-110.

Yoshimoto, O. & Tadao T. (1970). *Namban Byobu*. Tóquio: Kajima Shuppankai.

Citação:

Matos, I. C. (2017). Os objetos artísticos e a integração da epopeia marítima portuguesa na identidade civilizacional europeia: uma reflexão transdisciplinar. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 108-122). Braga: CECS.

FLÁVIA ROCHA

flaviarocha@unb.br / flaviarochafotos@gmail.com

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A RELAÇÃO ENTRE PORTUGAL E BRASIL NA COPRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA. POLÍTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

RESUMO

Desde 2008, no Brasil, percebe-se um aumento no estímulo às coproduções cinematográficas internacionais. Daquele ano até 2014, Portugal tem sido o principal parceiro do Brasil em coproduções de longas-metragens e o único país lusófono com o qual o Brasil mantém uma relação consolidada no âmbito da política de fomento direto. Foram registrados 25 filmes compartilhados entre os dois países, representando 30% das coproduções brasileiras independentes amparadas por mecanismos públicos bilaterais de apoio direto e indireto, naquele período. Entre os continentes, a Europa também está em primeiro lugar nesse *ranking*. Tendo como sustentação teórico-metodológica a Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) e os Estudos Culturais, além de entrevistas com cineastas e gestores das políticas de cinema, bem como o levantamento e a análise de dados, este artigo apresenta subsídios para refletir sobre como vem sendo construída a relação entre Portugal e Brasil no âmbito das coproduções cinematográficas.

PALAVRAS-CHAVE

Coprodução cinematográfica internacional; Portugal e Brasil; política audiovisual portuguesa; política audiovisual brasileira

QUESTÕES PRELIMINARES

Nos dias da realização da conferência “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa. Crise e identidade”, na Universidade do Minho, em Braga – Portugal, coincidentemente, comemoravam-se o Dia do Cinema Português, a 18 de junho, e o Dia do Cinema Brasileiro, a 19 de junho. O primeiro por conta da primeira exibição no Real Coliseu de Lisboa, em 1896. Já o segundo em homenagem à inaugural filmagem no Brasil: *A Vista da Baía de Guanabara*, na cidade do Rio de Janeiro, em 1898. Com 120 anos de história

do cinema mundial, 515 anos de relações entre Brasil e Portugal desde Pedro Álvares Cabral, e diversas mudanças no campo político, econômico, social e cultural, é interessante problematizar como vem sendo construída a relação entre Portugal e Brasil no âmbito do cinema, através das coproduções. Apresentando tais datas apenas em caráter de contextualização, este artigo se debruça principalmente no período de 2005 a 2014, embora também discorra sobre eventos anteriores ao recorte da pesquisa, no intuito de melhor compreender a conjuntura acerca das coproduções luso-brasileiras.

Entre as primeiras longas-metragens produzidas nesse regime no Brasil, está *Vendaval Maravilhoso*, um filme histórico do realizador português Leitão de Barros, interpretado pela estrela portuguesa Amália Rodrigues, em 1949. Trinta e dois anos depois, em 1981, Brasil e Portugal assinam um Acordo Bilateral de Coprodução Cinematográfica, com o intuito de fortalecer a integração cultural entre os dois países. Já em 2007, o governo brasileiro e o governo português assinam o Protocolo Luso-brasileiro de Coprodução Cinematográfica. A partir de então, os cineastas dos dois países passam a contar com um edital de fomento direto, sinalizando o início de um dos principais apoios de incentivo às coproduções nos dois países.

Mutualmente, Brasil e Portugal têm sido os maiores parceiros em número de coproduções cinematográficas nos últimos anos. Entre 2005 e 2014, foram lançados 25 filmes longas-metragens coproduzidos em parceria entre os dois países, segundo a Agência Nacional do Cinema (Ancine, 2015). No mesmo período, Argentina e França, foram os segundos maiores parceiros do Brasil, ambos com 16 obras. Já o terceiro é a Espanha, com 15. Diante do conflito entre cinema hegemônico e promoção da diversidade cultural, que condições favorecem ou dificultam o alargamento da integração entre Brasil e Portugal através do cinema?

Tendo como inspiração teórico-metodológica a Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) e como recurso metodológico entrevistas em profundidade com cineastas e gestores das políticas de cinema, bem como levantamento e análise de dados, este artigo tem como objetivo apresentar subsídios para verificar como vem sendo construída a relação entre Brasil e Portugal no âmbito das coproduções cinematográficas. A EPCC é entendida como o “estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, a distribuição e o consumo de recursos, incluídos os recursos de comunicação” (Mosco¹, 2006, p. 59).

¹ Vincent Mosco é um sociólogo canadense que atua nas áreas de investigação da Sociologia da Comunicação e Tecnologia da Informação; Economia Política da Comunicação Social; Sociologia do Conhecimento dos Trabalhadores; e Política de Comunicação. Mosco é autor de vários livros sobre

Com um olhar voltado para a concentração de poder, bem como para as forças e os processos que atuam no mercado, a EPCC enfatiza o estudo do “negócio da comunicação e da cultura”. Uma das questões-chave é que a “cultura, a informação e a comunicação social representam bens que pertencem, em princípio, à totalidade da coletividade” (Herscovici, Bolaño & Mastrini, 2000, p. 10). Segundo estes autores, nos estudos da Economia Política da Comunicação e da Cultura:

é cada vez mais necessário propugnar por uma economia política da comunicação que resgate as análises sobre as relações de poder, restaure a discussão sobre o problema da estratificação e das desigualdades de classe e, em termos gerais, que não deixe de estar atenta à análise das condições de produção, distribuição e intercâmbio da indústria cultural. (Herscovici, Bolaño & Mastrini, 2000, p. 2)

Ainda para esses autores, um dos principais desafios para os estudiosos dessa abordagem é “analisar como se organiza a produção para os novos mercados da informação segmentados e específicos” (Herscovici et al., 2000, p. 6). Portanto, a escola da EPCC se traduz em um paradigma pertinente para melhor compreender o novo cenário que se abre no âmbito de mercados segmentados de cinema, cujo modelo de coprodução internacional é um instrumento facilitador.

Com o intuito de melhor compreender a relação Brasil-Portugal na realização de obras cinematográficas em coprodução, realizamos entrevistas com Manoel Rangel, Presidente da Ancine²; Alberto Flaksman, Superintendente de Acompanhamento de Mercado da Ancine; Eduardo Valente, Assessor internacional da Ancine; entre outras não citadas neste artigo. Tentamos também analisar um caso concreto de coprodução Brasil/Portugal, com base em entrevistas com os coprodutores Bruno Stroppiana, italiano radicado no Brasil desde a década de 1970, e Tino Navarro, português com vasta experiência em coproduções realizadas em parceria com países da Europa, Ásia, África e Américas. Ambos assinaram a coprodução minoritária brasileira³ e maioritária portuguesa *Call Girl*, através de edital de

comunicação, tecnologia e sociedade, entre eles, o livro *The Political Economy of Communication* (1996), um clássico da área, em que mapeia as definições e os fundamentos sobre a Economia Política da Comunicação.

² A Ancine é a instituição responsável por fomentar as atividades de produção, distribuição e exibição de obras cinematográficas e videográficas brasileiras, bem como coordenar as ações e atividades governamentais referentes à indústria cinematográfica e videofonográfica, ressalvadas as competências dos Ministérios da Cultura e das Comunicações.

³ Conforme a legislação brasileira a coprodução é “minoritária brasileira” quando o montante de recursos investidos pelos produtores nacionais na coprodução é inferior a 50%.

coprodução Brasil-Portugal. Fazemos aqui algumas considerações a partir das declarações prestadas por estes dois cineastas, utilizando também trechos das entrevistas com as autoridades cinematográficas brasileiras mencionadas acima. Como contribuição, apresentamos alguns desafios para o estímulo ao intercâmbio cultural entre Brasil e Portugal através das produções de cinema, no contexto da indústria cinematográfica mundial e das possibilidades de novas parcerias na Europa e na Ibero América, como também em outros países que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

AS CONEXÕES POLÍTICAS E CULTURAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL ATRAVÉS DAS COPRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS

Refletir sobre os motivos que fazem de Portugal o principal parceiro do Brasil nas coproduções cinematográficas é um interessante caminho para pensar sobre as conexões políticas e culturais entre os dois países. A produção regular oriunda dessa relação pode ser explicada, principalmente, por meio de duas iniciativas de âmbito político: o Protocolo Luso-brasileiro de Coprodução Cinematográfica e os editais anuais de fomento direto à coprodução de longas-metragens entre Brasil e Portugal. Tais mecanismos públicos têm se configurado como uma estratégia para aumentar as relações culturais e comerciais entre os dois países, tendo como consequência ainda a possibilidade de abertura de novos mercados audiovisuais na Europa e na Ibero América, através de outros benefícios governamentais, fundos e concursos específicos voltados a produções de cineastas dessas regiões. Dessa forma, esses incentivos podem representar uma atraente ferramenta também para a promoção desses filmes em países terceiros, levando um maior número de conteúdos audiovisuais que expressam as culturas brasileira e portuguesa a espectadores europeus e ibero-americanos.

O que mais tem contribuído para Portugal ser o maior parceiro do Brasil em coproduções não é a comodidade da língua portuguesa, mas sim, a relação geopolítica histórica entre os dois países. Os governos brasileiro e português lançam, anualmente, um edital de fomento direto por meio do qual asseguram a duas empresas produtoras de suas respectivas nacionalidades, detentoras minoritárias dos direitos patrimoniais da obra, apoio financeiro a projetos audiovisuais cinematográficos de longa-metragem, nos gêneros ficção, documentário ou animação⁴, em regime de

⁴ O edital passou a abranger os gêneros documentário e animação a partir do ano de 2007.

coprodução luso-brasileira, oferecendo US\$ 150.000,00 (150 mil dólares norte-americanos) para cada projeto selecionado. Dessa forma, quatro novos filmes luso-brasileiros são beneficiados com tais concursos públicos desde o ano de 2005.

Histórias em comum ente os dois países, principalmente narradas na época colonial, é um fator que também facilita a criação de novos roteiros para coproduções luso-brasileiras. Outra característica das coproduções entre Portugal e Brasil é o uso de adaptações a partir de obras literárias. Nos 10 anos tratados nessa pesquisa, de 2005 a 2014, o edital de coprodução luso-brasileiro apoiou a realização de vários filmes resultantes de adaptações literárias, como: *Dores, Amores e Assemelhados* (2005⁵), do livro da escritora brasileira Claudia Tajes; *Budapeste* (2007), do romance de Chico Buarque; *O Último Voo de Flamingo* (2008), da obra de Mia Couto; *Capitães de Areia* (2008), do drama de Jorge Amado; *Quase Memória* (2009), baseado no romance de Carlos Heitor Cony; *Os Maias* (2013), baseado na obra homônima de Eça de Queirós; e *Seara do Vento* (2014), clássico do romance neorrealista português de autoria de Manuel da Fonseca.

Para incentivar e facilitar o intercâmbio cultural através do cinema, os governos de Portugal e do Brasil têm investindo ainda em outros mecanismos públicos. O que faz com que os produtores de cinema disponham de iniciativas tanto governamentais como intergovernamentais. Portugal, apesar de não ter formalizado ainda a sua adesão ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, participa voluntariamente do Programa Ibermedia⁶ e mantém acordos bilaterais de coprodução cinematográfica com mais sete países, além do Brasil: Alemanha, Angola, Cabo Verde, Espanha, França, Itália e Moçambique. Já o Brasil é um dos principais investidores do Programa Ibermedia e mantém acordos bilaterais com mais 10 países, além de Portugal: Argentina, Alemanha, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, França, Índia, Itália e Venezuela. O governo brasileiro mantém ainda protocolos de cooperação com outros seis países, além de Portugal: Argentina, Chile, Coreia, Itália, México e Uruguai.

Além de motivar o intercâmbio cultural e as relações comerciais binacionais, consideram-se ainda as coproduções luso-brasileiras como uma

⁵ Ano da aprovação do projeto no edital de apoio a coproduções luso-brasileiras. Esta é a mesma referência utilizada nos anos destacados nesse parágrafo.

⁶ Ibermedia é o Programa de Desenvolvimento Audiovisual em Apoio à Construção do Espaço Visual Ibero-americano; um fundo financeiro multilateral de fomento às atividades cinematográficas ibero-americanas, com sede na Espanha. O país sede é o maior investidor, investindo anualmente dois milhões de dólares norte-americanos. O Brasil é o segundo maior investidor, com 600 mil dólares norte-americanos investidos anualmente.

estratégia para ampliar e fortalecer as relações com outros países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Como é residual a atividade cinematográfica na maioria desses países, investe-se prioritária e basicamente onde já há uma estrutura mínima para fomentar o desenvolvimento de relações de coprodução cinematográfica entre os países. Portugal tem sido o único país lusófono com o qual o Brasil mantém uma relação consolidada no âmbito da política de fomento direto. Longe de formar um bloco com vasta troca de experiências e movimentação contínua entre os atores da cadeia cinematográfica, a trajetória de cooperação construída até então, entre os países da CPLP, ainda não conseguiu produzir filmes com impacto no mercado global e nem tampouco atingir os mercados endógenos, embora tenham sido realizados filmes conjuntamente entre Portugal, Brasil e alguns outros países da comunidade.

No início desta pesquisa, trabalhávamos com a hipótese, aparentemente lógica, de que o idioma, e certos aspectos da cultura comum entre os dois países, seriam motivos suficientes para Portugal ser o maior parceiro brasileiro em coproduções. A facilidade do idioma não estaria implicada apenas na narrativa da obra cinematográfica, mas também nas negociações para fechamento dos contratos, já que se fala que uma das grandes dificuldades, para o estabelecimento do que seria uma cultura do modelo de coprodução no Brasil, é a falta de um segundo idioma, principalmente o inglês, por parte de muitos produtores brasileiros, para permitir um mínimo de interlocução ao buscarem parceiros em outros países. No caso das alianças entre Brasil e Portugal, essa barreira estaria eliminada, já que a comunicação, tanto entre os profissionais como entre obra e público, se dá na língua materna. No entanto, a língua portuguesa tem sido importante apenas no campo político de relações internacionais entre os dois governos. É por causa dela que os governos se unem para incentivar os interesses comerciais da atividade cinematográfica. Por outro lado, produtores do Brasil e de Portugal divergem quanto a esta questão, como tentaremos mostrar adiante.

Quanto à comunicação entre os profissionais dos países em questão, claro, também é um elemento facilitador, já que, para o fechamento de contratos, não é necessário a nenhum deles ter conhecimento de um segundo idioma, requisito-chave para as negociações entre cineastas portugueses ou brasileiros e realizadores de qualquer outro país não lusófono. No que se refere à comunicação entre obra coproduzida e público do país

parceiro, a língua portuguesa não facilita como poderíamos prever em um primeiro momento. Por conta da variedade de sotaques e expressões culturais, faz-se necessária a legendagem dos filmes, do mesmo modo como se legenda um filme brasileiro exibido em qualquer outro país. Destacamos o exemplo da legenda não por uma questão de incremento de custos no orçamento, mas por ser uma peculiaridade não tão facilmente percebida, bem como para salientar que há certo distanciamento cultural entre os dois povos que limita a tentativa de aproximação entre os mercados. Nunca é demais lembrar que o mercado brasileiro de cinema é grande, se comparado ao mercado português, tendo em vista principalmente a dimensão continental brasileira e o número de habitantes.

Para o produtor Bruno Stroppiana, o principal entrave para a realização de filmes em coprodução no Brasil é o idioma:

acho que o problema do Brasil é a língua... Quando há uma participação alta de um país, eles não vão botar aqui, por exemplo, um milhão de dólares ou quinhentos mil para você depois entregar um filme em português. Ou seja, você tem que entregar um filme na língua deles. E aí, como é que você vai fazer com as leis brasileiras? Porque as leis brasileiras não permitem você fazer um filme em outra língua, mesmo que você seja minoritário. Se você quiser captar dinheiro das leis de incentivo, você não pode fazer um filme em francês... Ninguém vai pôr dinheiro em um filme falado em português. Podem botar alguma coisinha, mas para você fazer um filme grande, pesado, que depois tem que ser legendado no país que te dá a grana, é difícil⁷.

Já o realizador português Tino Navarro apresenta posicionamento diverso. Para ele, os cineastas de língua portuguesa devem aproveitar as potencialidades do idioma:

pelo contrário, eu acho que o idioma português é uma vantagem e não um problema. Eu se quiser produzir um filme em inglês eu vou produzir, mas se eu entender que aquele filme tem um potencial para o mercado internacional, para o mercado americano ou para o mercado global; mas isso é muito particular. É natural que os produtores portugueses e brasileiros produzam filmes em português. Não vejo isso como obstáculo, vejo isso como uma vantagem⁸.

⁷ Entrevista concedida à autora, publicada em Rocha, 2011, p. 167.

⁸ Entrevista concedida à autora a 28 de agosto de 2015, via Skype (entrevistado em Portugal).

Em 10 anos, como já foi destacado, Brasil e Portugal concluíram juntos 25 filmes, incluindo parcerias envolvendo outros países. Importante destacar que estes números consideram as informações da Ancine (2015), de acordo com uma nova metodologia aplicada a partir de 2013, que provocou mudanças significativas nos dados anteriormente apurados.

Mesmo Portugal sendo o maior parceiro em número de produções e apresentando um interessante resultado de espectadores em suas salas comerciais, foi com esse país que a bilheteria e a renda acumulada nas salas brasileiras alcançaram os menores resultados no período analisado, com exceção dos anos de 2005, 2006, 2010 e 2013. De 2005 porque só foi lançado um filme em coprodução e esta com Portugal; de 2006, porque não houve nenhuma coprodução lançada; de 2010, porque a menor bilheteria foi de um filme coproduzido com Hong Kong; e de 2013, com o Uruguai.

No entanto, em 2013 e 2014, as coproduções luso-brasileiras também apresentaram significantes resultados. Em 2013, *Tabu*, uma coprodução entre Portugal, Brasil, França e Alemanha; terceira longa do realizador português Miguel Gomes, trama em preto e branco ambientado numa África recriada, foi lançada nas salas brasileiras atingindo um público de 22.060 espectadores, conquistou vários prêmios e até o momento é a coprodução envolvendo os dois países com maior repercussão internacional. Já em 2014, o destaque foi no âmbito da atração de público: *Getúlio*, do diretor brasileiro João Jardim, atingiu a segunda maior bilheteria em dez anos de coproduções, com 508.901 ingressos vendidos. Atrás de *Getúlio*, o segundo recorde de público entre as coproduções luso-brasileiras foi atingido em 2011, com o filme *Capitães de Areia*, com 166.071 espectadores.

Nas salas de cinema portuguesas, em termos gerais, coproduções luso-brasileiras têm conseguido mais resultados de destaque nas bilheterias. A coprodução luso-brasileira *Call Girl* (2007), do diretor português António-Pedro Vasconcelos, é um filme sobre corrupção, poder, dinheiro e prostituição de luxo. Conta a história de um honesto presidente de uma vila que não quis aprovar um projeto turístico que causaria um grande impacto ambiental. Como há muito dinheiro envolvido, os empreendedores de uma multinacional contratam uma prostituta da alta sociedade, Maria (interpretada pela modelo e atriz portuguesa Soraia Chaves), para seduzir o representante político e convencê-lo a aprovar o projeto. Perdidamente encantado pela jovem, o político cai na armadilha, assim como o público é atraído para as salas de exibição da distribuidora e exibidora portuguesa Lusomundo Audiovisuais. A crítica social, acompanhada de sensualidade, nudez e palavrões, apresentada por *Call Girl*, fizeram dele o segundo filme português mais visto

no país em 2007, ano de lançamento da obra⁹; bem como a sexta longa-metragem portuguesa com maior público entre os anos de 2004 e 2014. No total, foram 232.581 espectadores¹⁰. Mesmo com um resultado de destaque em Portugal, a obra não foi lançada comercialmente no Brasil.

Independentemente de analisar se o filme que interessa ao público português é atrativo ou não ao espectador brasileiro, até 2012 predominava a falha na distribuição e exibição das coproduções Brasil/Portugal no mercado brasileiro, quando o coprodutor brasileiro é minoritário. Não é fácil identificar a principal causa desses resultados poucos auspiciosos, já que o sucesso ou o fracasso de um filme nos mercados geralmente é devido a multifatores. Ainda assim, a título de exercício analítico, mencionamos aqui a estratégia utilizada pelos coprodutores portugueses de escolher como distribuidora dos filmes mencionados no mercado português, a Lusomundo Audiovisuais. Trata-se de uma empresa portuguesa que faz parte de um conglomerado de mídia, apresentando uma concentração do tipo vertical e controlando duas fatias da cadeia cinematográfica portuguesa: a distribuição e a exibição. Além disso, a Lusomundo aparece no topo das maiores receitas, com mais filmes estreados e maior público, ocupando o primeiro lugar do pódio entre 2004 e 2011¹¹ no mercado português. Já quanto à escolha dos produtores brasileiros para distribuir os seus filmes: no período de 2005 a 2014, observa-se que 16 distribuidoras diferentes atuaram com coproduções luso-brasileiras no circuito brasileiro.

Cabe destacar o princípio orientador da matriz reguladora da coprodução cinematográfica entre Brasil e Portugal. No texto do acordo bilateral assinado entre os governos dos dois países em 1981 e aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1984, sobre a motivação do tratado é dito o seguinte:

animados pelo propósito de *difundir* através da coprodução de filmes, *o acervo cultural dos dois povos* e pelo objetivo de promover e incrementar os interesses comerciais das indústrias cinematográficas respectivas, com base na igualdade de direitos e benefícios mútuos. (Brasil, 1985, itálico acrescentado)

No que se refere à ação de “difundir através da coprodução de filmes, o acervo cultural dos dois povos”, o propósito de “difundir” não é alcançado plenamente no caso do filme *Call Girl*, já que o filme não chegou a ser

⁹ Retirado de <http://www.icaip.pt/Admin/Files/Documents/contentdoc1787.pdf>

¹⁰ Retirado de <http://www.ica-ip.pt/Admin/Files/Documents/contentdoc1959.pdf>

¹¹ Retirado de <http://www.ica-ip.pt/pagina.aspx?pagina=400>

lançado no Brasil, assim como muitas outras obras que apesar da dupla nacionalidade não conseguem usufruir da janela das salas de exibição comercial do país coprodutor minoritário, no caso o Brasil. Apesar de sabermos das dificuldades, até mesmo para se estreiar um filme somente brasileiro dentro do seu próprio território – problema enfrentado pela maioria das cinematografias do mundo – o não lançamento ou o lançamento com uma única cópia no Brasil de coproduções luso-brasileiras foi um dos primeiros fatores que nos chamaram a atenção em nossa pesquisa. O governo brasileiro disponibiliza um conjunto de mecanismos de fomento e apoio às coproduções Brasil/Portugal, sejam elas majoritárias ou minoritárias brasileiras, com o intuito de estreitar as relações cinematográficas com Portugal, bem como de viabilizar um mercado comum entre os dois países. No entanto, na prática, o que vem ocorrendo, predominantemente, são alianças eventuais entre produtores dos dois países, em virtude dos editais de fomento, como explica Eduardo Valente, assessor internacional da Ancine:

existem diferentes tipos de coprodução. Existem coproduções que o país entra com o dinheiro, mas não entra necessariamente com presenças artísticas importantes. Existem umas que são efetivamente trocas culturais intensas e existe a coprodução mais na questão financeira (...) A Ancine tem feito um esforço de fortalecimento de presença da produção do Brasil com a CPLP (Comunidade de Língua Portuguesa) como um todo... Mas tudo que é incentivado pelo governo é um desejo que algo possa a vir a acontecer, que algo seja fomentado para que venha a existir. Então, vários desses filmes aproveitaram desse modelo, mas trocaram muito pouco. Então, não diria que se tornou um caminho muito tradicional que os produtores tem seguido independente desse protocolo. Mas não diria que estaria tendo uma troca artística como se gostaria que acontecesse, porque é mais difícil¹².

Enquanto a Ancine, na voz de Valente, reconhece que há vários tipos de coprodução, inclusive aquelas em que não há uma participação efetiva brasileira nem com imagens, nem com equipe técnica e/ou artística, na visão de André Sturm¹³, Presidente do Programa Cinema do Brasil, existem dois tipos de coprodução: a de “verdade” e as “de papel”:

¹² Entrevista concedida à autora, publicada em Rocha, 2011, p. 170.

¹³ André Sturm é presidente do Programa Cinema do Brasil, programa de exportação de filmes brasileiros criado pelo Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo e financiado pela Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e pelo Ministério da Cultura.

na prática, infelizmente, ao invés das pessoas fazerem coproduções de verdade, elas fazem coproduções para ganhar o edital. Então eles arranjam um sócio “laranja” em Portugal ou no Brasil, entram no edital, e como poucas pessoas entram no edital, eles acabam ganhando. Elas não são coproduções de verdade, elas são coproduções de papel. Por isso lhe falei que para uma coprodução ser verdadeira ela tem que ter interesses culturais, tem que ter elenco, porque senão vira uma coprodução de mentira, de papel pelo seguinte: tem um produtor português com um projeto... ele arranja uma produtora brasileira que topa dizer que está investindo xis no filme e que tem tal participação no filme, mas é tudo de fantasia¹⁴.

Note-se aí a fala de alguém que além de ter experiência em todos os setores da cadeia cinematográfica – produção, distribuição e exibição – responde como sociedade civil atuando com o Estado para a construção de uma política pública de exportação do cinema brasileiro. Nesse momento, o que interessa destacar é que a atividade cinematográfica é complexa e cheia de pendências relativas a antigos e novos problemas, tanto no Brasil e em Portugal, como em quase todos os países.

Retornando ao depoimento de Valente, é interessante observar o posicionamento da Ancine quanto à lógica que tem comandado a política de fomento direto para estreitar as relações com Portugal. Quando perguntamos sobre os possíveis contratos “de papel” com o objetivo de captar recursos públicos, Valente diz:

como tudo que tem a ver com a arte, o cinema também... Mas acho que o papel da Ancine não é criar regras de situações tão difíceis que realmente impeçam que as coisas aconteçam, às vezes o acordo de papel é o que é preciso para começar, e esses incentivos são importantes para se criar um interesse, e isso leva tempo¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises que fizemos até aqui, de experiências concretas de coprodução entre Brasil e Portugal, o que se percebe, embora com exceções, é uma incipiência na prática da coprodução como troca cultural,

¹⁴ Entrevista concedida à autora, publicada em Rocha, 2011, p. 159.

¹⁵ Entrevista concedida à autora, publicada em Rocha, 2011, p. 171.

como divisão de trabalho, como política e como tentativa de “difundir o acervo cultural dos dois povos”. Mesmo assim, é notável o esforço para sistematizar uma política de incentivo às relações cinematográficas entre as duas nações. A incipiência mencionada está respaldada também pelas entrevistas que realizámos com o produtor Bruno Stroppiana, com o presidente do Programa Cinema do Brasil André Sturm, bem como com autoridades audiovisuais brasileiras. Mesmo assim é importante destacar que há uma cultura oficial de coprodução entre os dois países e alguns avanços, no período analisado, tanto no campo político como na esfera do intercâmbio cultural entre cineastas dos dois países.

Por razão da ligação cultural, disponibiliza-se uma estrutura política favorável para o fomento de parcerias no âmbito da produção cinematográfica. Ainda assim, realizadores beneficiados com editais públicos ainda não demonstraram desenvoltura na arte de conquistar o mercado internacional, nem mesmo os mercados previamente desenhados como estratégicos, como é o caso dos territórios lusófonos. Por outro lado, tanto na coprodução internacional como no modelo nacional de produção, faltam políticas voltadas para a cadeia cinematográfica como um todo. Historicamente, a distribuição e a exibição são deixadas de lado em benefício do fomento concentrado na produção.

Por fim, pretende-se com o presente texto oferecer uma contribuição ao debate “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa”. No contexto das superproduções e da indústria de cinema hegemônico em quase todo o mundo, o mercado mundial é quase completamente dominado pelo cinema *hollywoodiano*, com exceção apenas de países como China, Índia e Rússia. O esforço de incentivar as coproduções luso-brasileiras justifica-se como uma ferramenta para: aumentar a diversidade dos filmes produzidos entre os diferentes continentes; fortalecer os laços culturais; aumentar a participação de artistas independentes nas cinematografias nacionais e internacionais; possibilitar o acesso a incentivos e subsídios dos governos parceiros; dividir custos e riscos; e aumentar o potencial de exibição nas salas de cinema do mercado parceiro. A coprodução, portanto, é uma aliada importante das relações políticas, econômicas e culturais internacionais. Quanto às conexões culturais, os filmes realizados em parcerias entre Brasil e Portugal oferecem elementos para futuras pesquisas a respeito de aspectos históricos, sobre o hibridismo de identidades bem como acerca da interculturalidade no cinema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Herscovici, A.; Bolaño, C. & Mastrini, G. (2000). Economia política da comunicação e da cultura, uma apresentação. In M.I.V. Lopes; D. Frau-Meigs & M.S.T. Santos (Eds.), *Comunicação e informação: identidades e fronteiras*. São Paulo Recife: Intercom Edições Bagaço.
- Mosco, V. (2006). La economía política de la comunicación: una actualización diez años después. *CIC – Cuadernos de Información y Comunicación*, 11, 57-79. doi: 10.5209/CIYC.8118
- Rocha, F.P. (2011). Coprodução cinematográfica internacional e a política audiovisual brasileira (1995-2010) Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Retirado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11582/1/2012_FlaviaPereiradaRocha.pdf

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Ancine (Agência Nacional do Cinema) (2015). Listagem das coproduções internacionais realizadas entre 2005 e 2014. Compilado pela Superintendência de Acompanhamento de Mercado. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA). Retirado de <http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2412-02042014.pdf>
- Brasil (1985). Exec. Order No. 91.332. Promulga o Acordo de Coprodução Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.

Citação:

Rocha, F. (2017). A relação entre Portugal e Brasil na coprodução cinematográfica. Políticas, experiências e desafios. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 123-135). Braga: CECS.

ANA MARGARIDA FONSECA

anafonseca@ipg.pt

CENTRO DE ESTUDOS COMPARATISTAS/INSTITUTO LITERATURA COMPARADA
MARGARIDA LOSA/UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

UM CENTRO SEM FRONTEIRAS: COM HELDER MACEDO, PELO MUNDO

RESUMO

A obra literária e ensaística de Helder Macedo reflete o percurso existencial de um homem que incessantemente cruzou fronteiras – da África do Sul, onde nasceu, até Inglaterra, onde viveu a maior parte da sua vida, com passagens pelo Moçambique colonial, pelo Brasil e, naturalmente, por Portugal. Mas mais do que fronteiras físicas, Helder Macedo distingue-se pelo atravessamento dos limites de um povo ou nação: firme na recusa de essencialismos e na defesa de uma identidade plural, tanto em termos individuais como coletivos, o escritor acredita que a riqueza nos vem da multiplicidade e da assunção de um lugar no mundo que se abra à presença do outro. O nosso objetivo passa, assim, por percorrer alguns romances de Helder Macedo, assim como parte da sua produção ensaística, na tentativa de discutir os contributos que este notável intelectual português pode trazer para um repensar da(s) crise(s) na Europa e para a redefinição das identidades coletivas.

PALAVRAS-CHAVE

Helder Macedo; fronteiras; globalização; identidade

Num texto de 2001, intitulado “Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português”, escreve Helder Macedo na conclusão:

é precisamente por ser português que não sou apenas europeu, que posso e que quero dialogar com outras línguas e outras culturas a partir das plurais culturas da língua que temos em comum. Será isso aceitar irremediavelmente o meu lugar nas periferias das culturas dominantes? Talvez não, talvez seja assumir o lugar que nos compete – a todos nós, os de língua portuguesa – num centro sem fronteiras que também possa ser o meu. (Macedo, 2001, p. 16)

Com estas palavras, Helder Macedo dá o mote para a reflexão que pretendemos aqui trazer, motivada pelo tema deste colóquio: a Europa e o mundo, a Europa no mundo, as muitas Europas que no mundo se definem, umas dominantes, outras periféricas. Na passagem citada, Macedo questiona os conceitos de centro e periferia, é certo, mas abre sobretudo a discussão em torno do fatalismo que encerra povos e culturas em posições de subalternidade assumidas pelos próprios. É, pois, de um centro sem fronteiras que pretendemos falar – de um centro que se define criticamente, de fronteiras que existem para ser transgredidas, da possibilidade de construção de novos centros e reinventadas periferias.

Helder Macedo é, na verdade, um homem de muitas fronteiras, como ele próprio se define. Nascido na África do Sul em 1935, filho e neto de administradores coloniais, passou a infância nas antigas colónias portuguesas, Moçambique sobretudo. Aos 12 anos partiu para Lisboa, para estudar, tendo enveredado pelo curso de Direito, nos anos 50 do século XX, em plena ditadura salazarista. Mais atraído pelo combate político, em oposição ao regime, e pelo labor poético, do que pelas leis, acaba por abandonar o país devido ao envolvimento na campanha presidencial de Humberto Delgado. O destino era Londres, onde trabalhou em vários locais antes de começar a carreira académica no King's College, tendo aí desenvolvido de forma notável o Departamento de Estudos Portugueses, Brasileiros e de África de Língua Portuguesa. Passou por outras universidades europeias, brasileiras e norte americanas, como Harvard. A Portugal regressa primeiro em 1972 e depois em 1974, para exercer as funções de Diretor-Geral de Espetáculos e de Secretário de Estado da Cultura, no governo de Maria de Lourdes Pintasilgo. Volta depois a Londres e retoma o seu lugar no King's College, assumindo a Cátedra Camões de 1982 até ao ano da sua jubilação em 2004.

Se são múltiplas as fronteiras físicas atravessadas por este intelectual e escritor, são também diversas as formas genológicas por ele cultivadas. Começou por publicar poesia com apenas 21 anos (*Vesperal*), a que se somou *Lago Bloqueado*, *Viagem de Inverno*, entre outros. Notabilizou-se também como ensaísta, com textos sobre diversíssimos autores e épocas, do trovadorismo a algumas das figuras maiores da literatura contemporânea. Na ficção estreou-se em 1991 com *Partes de África*, seguindo-se *Pedro e Paula*, em 1998, e *Vícios e Virtudes*, em 2000. Do elenco de romances fazem ainda parte *Sem Nome* (2005), *Natália* (2009) e o mais recente *Tão longo amor tão curta a vida* (2013). Em todos eles, o complexo jogo intertextual a piscar o olho ao leitor atento, a reflexão em torno da identidade nacional

(que Helder Macedo, provocatoriamente, diz que não existe), a mulher como sede da força anímica, a abertura ao outro, seja ele cultura, espaço físico ou inscrição ideológica.

E se começamos esta reflexão com uma tentativa de resumo existencial, é porque pretendemos sublinhar, antes de mais, a centralidade do atravessamento das fronteiras no percurso de vida de Helder Macedo; algo que é, aliás, reconhecido pelo próprio – disse o escritor, em entrevista, que para além do conceito de viagem “há outra palavra, outro conceito, que é recorrente em tudo quanto escrevo, quanto faço: *fronteiras*”. Tendo-lhe sido depois perguntado se, como afirma em *Partes de África*, se trata de “fronteiras ausentes”, o escritor e ensaísta responde:

faço por isso. O que sei é que se estão lá é para serem atravessadas, como gosto de dizer e de praticar. Se isso é português, também não sei. Talvez: sempre fomos poucos e sempre viajamos muito. Viajar é preciso. (Macedo, 2002, p. 332)

A ausência de fronteiras a que se refere Macedo é, portanto, também uma presença, pois a transgressão faz-se, precisamente, porque elas “estão lá”. Este aparente paradoxo chama a atenção para o facto de que a permeabilidade dos limites não significa a sua dissolução; o valor contestatório do atravessamento das margens só poderá existir se não se cair num relativismo em que o eu e o outro se tornam, afinal, duas faces do mesmo. Por outro lado, o escritor deteta na sua atitude as raízes hipotéticas de um certo modo de estar português, que inclui a experiência da viagem, reiteradamente cultivada ao longo dos séculos. Estando ausente qualquer tentativa de remitificação de um povo aventureiro e civilizador, a viagem surge como expressão de uma inquietude, simultaneamente ética e estética, que obriga à itinerância, sendo o discurso (os múltiplos discursos praticados pelo autor) a forma de dar sentido à errância que para a vida se procurou.

Na verdade, Helder Macedo tem cultivado, em múltiplos sentidos, o atravessamento das margens, e disso dá conta o seu percurso geográfico, afetivo, literário e crítico, como brevemente procurámos descrever. Curiosamente, o segundo livro de poesia de Macedo, de 1962, intitulava-se precisamente *Das fronteiras* e, não por acaso, Teresa Cristina Cerdeira, organizadora de um livro de ensaios sobre o autor, nomeou-o *A experiência das fronteiras* (2002). Será, portanto, a ideia de *fronteiras transgredidas* que conduzirá a presente reflexão, procurando, num primeiro momento, analisar criticamente o conceito de fronteira para, de seguida, efetuar uma leitura

– necessariamente sucinta – de três dos romances do autor, procurando evidenciar neles as marcas de uma opção simultaneamente estética e ética.

Ao considerarmos o conceito de fronteira¹, importa-nos desde logo sublinhar a sua ambivalência, característica que lhe vale, por um lado, uma notória plasticidade mas, por outro, o torna particularmente suscetível a equívocos. Esta duplicidade está presente desde logo na noção de limite físico: a fronteira divide e separa espaços, mas só através dessa linha (real ou imaginária) é que se pode atravessar para o espaço do outro. Se é assim no plano denotativo, o uso metafórico do conceito de fronteira reproduz a ambivalência entre separação e união, entre definição de limites e possibilidade de os cruzar. Emergem, assim, dois sentidos aparentemente contrários, mas que na verdade se complementam, permitindo que o mesmo conceito, quando presente em distintos discursos críticos, seja usado quer com “um valor crítico e emancipatório” quer como “um sinal negativo e conservador”, como assinala António Sousa Ribeiro (2001, p. 467).

Victor Mendes, Paulo de Medeiros e José Ornelas, na introdução a um volume dedicado aos “Usos das Fronteiras”, referem-se de forma muito clara à elasticidade do conceito:

eis um sentido muito positivo de fronteira: o de abrir um espaço de intercâmbio, onde o diálogo seja privilegiado, e capaz de dissuadir qualquer tentativa de colonização cultural. Embora o estudo das fronteiras seja uma área liberal, justamente na medida em que se trata de dar dignidade epistemológica a sociedades mescladas, a divergências morais, a literaturas que insistem nas diferenças e nas margens, ao estrabismo de um sujeito que precisa de olhar a partir de dois pontos de vista, à identidade que é feita de contradições, também é certo que as fronteiras podem ser usadas na acepção aparentemente conservadora do verso “Good fences make good neighbours”, como escreveu o poeta Robert Frost. (Mendes, Medeiros & Ornelas, 1998, p. xiv)

A consciência de que os “usos das fronteiras” estão longe de ser unívocos explicita-se nestas palavras, pois os limites tanto podem ser assumidos nas suas virtualidades comunicativas, como podem servir precisamente para o oposto, separando e restringindo o contacto.

¹ Uma análise do conceito de fronteira, assim como uma referência extensa ao campo dos chamados “estudos de fronteira” ou *border studies* podem ser encontrados no nosso ensaio *Percursos de Identidade. Representações da Nação na Literatura Pós-colonial de Língua Portuguesa* (Fonseca, 2012), particularmente no capítulo III.1.

Consciente desta duplicidade, Rui Cunha Martins propõe que se atente na dimensão *heteronímica* do conceito de fronteira, em função da análise do sentido político da configuração fronteiriça, a qual determinará os *heterónimos* aplicáveis: “a fronteira-evidência; a fronteira-transgressão; a fronteira-visibilidade; a fronteira-ausência; a fronteira-*frontier*; a fronteira-*border*; a fronteira-diluição; a fronteira-reprodução, entre outros” (Martins, 2001, p. 59). Será este o caminho, considera o autor, para a viabilização dos objetivos emancipatórios possibilitados pelo conceito, sem cair na atomização da experiência.

Assim, importa sobretudo reconhecer a pluralidade de sentidos inerente ao conceito de fronteira, pelo que os “usos” que dele são feitos se encontram condicionados pela historicidade própria de cada situação individual e coletiva. A instabilidade do lugar fronteiriço implica que um pensamento crítico se exerça, mais do que sobre a fronteira, sobre a mobilidade constitutiva de uma fronteira em permanente processo crítico de reconfiguração e cuja pertinência é aquilo que importa, em cada caso, apurar (Martins, 2001, p. 40). Contraria-se, deste modo, as críticas frequentemente apontadas de omissão das desigualdades ou apagamento das situações de exclusão – o pensamento *na* ou *da fronteira* será necessariamente um pensamento em construção, na recusa de essencialismos de género, etnia, nacionalidade ou outros.

No ensaio “Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português”, a que começámos por nos referir, Helder Macedo reconhece a importância do duplo sentido das fronteiras, afirmando que “se as fronteiras dividem, também servem para unir. Estão lá para serem atravessadas, em ambas as direcções. Portugal é um país com muitas fronteiras.” (Macedo, 2001, p. 11) Prosseguindo, o ensaísta recorda que Portugal se vê hoje com as mesmas fronteiras que tinha antes da expansão ultramarina, mas com a particularidade de pertencer ao espaço da União Europeia, também ele formado em grande parte por antigas potências coloniais. Sem ingenuidades, Macedo aponta o dedo ao modelo expansionista da União Europeia, que vai incorporando as periferias relativamente ao centro fundador, mas observa igualmente os inegáveis benefícios económicos e políticos da integração para os portugueses (importa não esquecer que o ensaio é publicado em 2001).

Contudo, e previsivelmente, o ensaísta observa que, sendo abolidas as fronteiras políticas e económicas, existe o perigo de “dissolução de fronteiras culturais” – mas essa, afirma Macedo, “é uma fronteira que merece ser mantida. Não para fechar, mas para que possa ser mantida aberta e

transitável” (Macedo, 2001, p. 12), na verdade, sendo Portugal um país geograficamente inserido na Europa, as suas fronteiras não são estritamente europeias, pelo que se impõe uma atenção à sua pluralidade cultural.

E é neste sentido que o pensamento do escritor se orienta então para a questão da caracterização de Portugal como “uma nação periférica – quando muito semiperiférica – na linguagem sociológica atualmente em voga”. “Isto pressupõe, é claro, que há um centro exterior do qual possa ser a periferia, o que por sua vez também sugere que o problema não é apenas cultural ou apenas por arrastamento o passa a ser”. Na verdade, reconhece-se facilmente que “o centro é onde o poder económico e político se situa e a periferia é tudo quanto depende desse centro sem ter a possibilidade de influenciá-lo directamente” (Macedo, 2001, p. 12). Deste modo, considera Macedo, a própria União Europeia se pode considerar “periférica – quando muito semiperiférica” em relação ao centro que controla os mecanismos da globalização, os Estados Unidos da América, que na altura em que o ensaio foi redigido se encontrava sob a presidência de George W. Bush.

São por de mais conhecidas as teses de Boaventura Sousa Santos acerca da caracterização de Portugal como nação semiperiférica². Recordando brevemente as linhas centrais do seu pensamento, para Sousa Santos, Portugal define-se pelo facto de constituir uma sociedade semiperiférica, tendo esta condição marcado a experiência imperial ao longo de cinco séculos. Assim, se por um lado Portugal era o centro em relação às suas colónias, por outro lado era a periferia da Europa e das potências coloniais hegemónicas, nomeadamente a Inglaterra, mantendo-se o carácter intermédio da colonização portuguesa após a descolonização.

Sousa Santos procurava deste modo a definição de vetores identitários da cultura portuguesa, partindo de uma hipótese de trabalho inicial: “a cultura portuguesa não tem conteúdo. Tem apenas forma e essa forma é a fronteira ou a zona fronteira” (Santos, 1994, p. 133). Para o sociólogo, a matriz intermédia ou semiperiférica da cultura portuguesa condiciona toda a vivência coletiva, uma vez que Portugal, tendo sido o centro de um grande Império durante séculos, era na altura (e de um certo ponto de vista é ainda), simultaneamente, a periferia da Europa. Esta duplicidade refletiu-se na dificuldade de diferenciação da cultura portuguesa relativamente a culturas exteriores, concretizada na apetência pela *mimesis* cultural, bem como numa acentuada heterogeneidade interna, uma vez que são mais

² “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira” e “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal” (1994); “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, pós-colonialismo e identidade” (2001).

fortes as identidades locais e transnacionais do que propriamente aquilo que poderia ser individualizado como a cultura nacional. O “défice de diferenciação e de identificação” terá então consolidado a forma cultural de fronteira, conforme explica o sociólogo:

a cultura portuguesa é uma cultura de fronteira, não porque além de nós se conceba o vazio, uma terra de ninguém, mas porque de algum modo o vazio está do lado de cá, do nosso lado. (...) A zona fronteiriça é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco susceptíveis de globalização. (Santos, 1994, p. 134)

Este confronto entre a valorização positiva da zona fronteiriça, no plano do discurso académico, e a representação textual de um aceso conflito decorrente dessa existência “nas margens” põe em relevo a ambivalência do conceito, à qual fizemos anteriormente referência. Assim, se é certo que a identidade se constrói na relação com a imagem do outro que a fronteira possibilita, também é essencial reconhecer que a experiência da alteridade nunca é neutra, implicando tensões, conflitos e por vezes antagonismos. Neste sentido, comungamos das observações formuladas por António Sousa Ribeiro relativamente à importância de renunciar a uma visão eufórica da fronteira:

a formulação utópica da noção de fronteira como figura de mediação tende a fazer esquecer que a construção social dessa noção pode ser de sinal muito diverso consoante a posição relativa que se ocupe. [...] se, para uns, a fronteira proporciona uma reconfiguração de identidades enriquecedora, para outros pode ter um significado puramente distópico, funcionando como espaço intransponível ou inabitável de exclusão e de violência coerciva. (Ribeiro, 2001, p. 471)

A própria definição de centro(s) e periferia(s) encontra-se sujeita a negociação, e este é o principal contributo que pretendemos reter do pensamento de Boaventura Sousa Santos. Longe de uma visão essencialista, importa-nos compreender que a hierarquização das culturas é um processo contínuo e como tal não se limita ao globalizado mundo contemporâneo, antes atravessa os tempos históricos, com e sem impérios coloniais.

Helder Macedo, partilhando desta visão, como antes referimos, chama então a atenção para o facto de as culturas periféricas possuírem uma autoimagem negativa e, com isso, influenciarem quer a percepção que têm

de si próprias quer a percepção do centro. Esta projeção que a periferia faz da sua autoimposta inferioridade contamina não apenas a forma como se vê a si mesma, mas também a relação com o centro, uma vez que o ver-se com olhos alheios (precisamente os do centro) implica, paradoxalmente, que este último assuma como verdadeira essa imagem.

Qual será, então, o equilíbrio possível num mundo em que, como sublinha Macedo, o trânsito cultural se parece processar numa única direção, “diluindo toda a diferença no mesmo mar cinzento da semelhança, impondo à magnífica polifonia do nosso vasto mundo uma linguagem de surdos sem interlocutores” (Macedo, 2001, p. 15)? Para Macedo, a resposta só pode passar pelo diálogo com outras culturas, sejam elas do centro ou da periferia. Assim, observa o escritor que “no mundo pós-nacional da globalização começa a haver lugar para alternativas não centralizadas” (Macedo, 2001, p. 15). E, neste sentido, os portugueses devem recordar que, para além de serem uma cultura nacional na Europa, são também parte de um “internacionalismo pluricultural que partilha a mesma língua noutros continentes” (Macedo, 2001, p. 16). Este internacionalismo constitui-se, pois, como uma forma de resistência à globalização e à mesmização do centro hegemónico, afirmando uma língua partilhada fundadora de diferença, de partilha e de autonomia. Nesta aproximação cultural com fundamentos na língua comum, procurar-se-ia, afinal, novas centralidades e a saída de uma auto-infligida periferização.

Esta posição estabelece pontos de contacto com o pensamento de outros pensadores do Sul, como o brasileiro Benjamin Abdala Júnior, que faz igualmente apelo a “laços comunitários supranacionais”: “pelas margens de um mundo de fronteiras múltiplas, parece-nos imprescindível buscar novas associações no campo do comunitarismo cultural a que historicamente nos vinculamos – articulações que efetivamente não reproduzam gestos coloniais ou imperiais” (Abdala Júnior, 2002, p. 30).

Na verdade, mesmo no campo dos bens culturais e do pensamento teórico, importa não reproduzir os discursos dominantes do centro, mesmo quando produzido por intelectuais da periferia. Assim, continua Abdala Júnior:

parece-nos que noções como centro e periferia continuam a ser ainda imprescindíveis. É evidente que se pode considerar uma periferia na cartografia do centro ou um centro na cartografia de países periféricos, mas é politicamente relevante enfatizar que, afinal, fronteiras múltiplas se interseccionam, configurando e situando, pela sinergia, formas

alternativas de poder simbólico em territórios determinados, hegemônicos. (Abdala Júnior, 2002, p. 78)

A proposta de Helder Macedo vai igualmente neste sentido e para tal, recorda o professor, é necessário que os portugueses se libertem de “ressacas colonialistas e de nacionalismos requeitados (...)”, celebrando o facto de poderem exprimir-se numa língua sem donos nacionais” (Macedo, 2001, p. 16). Este projeto, que se exprime nas múltiplas vertentes em que o professor, ensaísta e romancista desenvolve o seu trabalho, tem uma relevância fundamental no plano da produção ficcional, desde *Partes de África* a *Tão longo amor tão curta a vida*. Por razões de brevidade, referir-nos-emos apenas aos três primeiros romances publicados, sendo certo que as questões suscitadas surgem, sob distintas formas, nos restantes.

O romance de estreia, *Partes de África*, constituiu uma das primeiras obras da literatura portuguesa a lidar com os despojos do império e os mitos que dele herdámos, de forma lúcida e problematizadora. Romance híbrido e complexo, nele se encena o diálogo impossível do narrador com o pai falecido, num tecido de memórias que convoca as últimas décadas de colonialismo e ditadura. Sem saudosismos mas também sem negar a carga repressiva inerente à dominação colonial, percorre-se a história recente portuguesa, para anunciar um tempo diferente, pós-colonial, onde se possam inscrever novas formas de pensar a relação entre povos e culturas:

quando os mal-entendidos começam a esclarecer-se, quando o desconhecido deixa finalmente de ser reconhecido por aquilo que não é e a norma da diferença se integra na norma que diferencia, então é porque já chegou o tempo do fim dos impérios, quando o pós-imperialismo se pode tornar na consequência positiva de ter havido impérios. E a verdade é que esse fim já estava contido no princípio. (Macedo, 1991, p. 167)

Como Helder Macedo sugere, o fim dos impérios apenas pode acontecer realmente quando se desfizerem os equívocos alimentados pela recusa do olhar do outro, pois só desse modo o outro deixa de ser o espelho onde se refletem os nossos próprios modelos de mundo. O pós-colonialismo não é, portanto, o “depois”, mas sim um “para além”, apelando reconhecimento de que as fronteiras eram, desde o início, fertilmente instáveis.

No romance seguinte, *Pedro e Paula*, Helder Macedo prossegue a reflexão em torno do que o Portugal pós-império é ou pode vir a ser, servindo-se de uma oposição só aparentemente linear entre dois irmãos gémeos, cuja vida atravessa as últimas décadas de ditadura e as primeiras de vida

em democracia. Com efeito, escreve o narrador, esta “deveria ter sido uma simples história simbólica de gémeos antagónicos que (...) poderiam ser estes mesmos Pedro e Paula ou quaisquer outros que igualmente significassem o contentado tempo português em que agora vivemos os nossos esquecimentos” (Macedo, 1998, p. 151). O narrador terá, pois, pretendido construir um discurso onde os gémeos Pedro e Paula fossem os símbolos de antagonismos ideológicos entre a direita e a esquerda, o conservadorismo e o espírito revolucionário, a acomodação e a procura de alternativas, a cobardia e a aventura, a dependência emocional e a liberdade criativa. Porém, a figura mitológica de Janus, citada noutra parte do romance, lembra que os opostos são, afinal, inseparáveis e complementares, não se podendo entender o real sem a mediação de pontos de vista aparentemente contraditórios. Por outras palavras, atravessar as fronteiras é fundamental, mesmo que estas pareçam (e em certa medida sejam) impenetráveis à influência da alteridade. Por outro lado, observe-se a caracterização do presente como um tempo “contentado”, sugerindo uma certa passividade e o evitar dos desconfortos provocados pela memória colonial.

Em *Pedro e Paula*, como já em *Partes de África*, regressa-se à experiência traumática do fim de Império para questionar a autoimagem dos portugueses no período pós-revolução. Assim, é de forma irónica e contundente que se denuncia a hipocrisia do autoproclamado pacifismo da Revolução de Abril e dos méritos da descolonização: “quarenta e oito anos de vampiros sonâmbulos foram tão contagiosos que os portugueses até acreditaram que tinham feito uma revolução pacífica, de brandos costumes. E ao mesmo tempo também diziam que a revolução tinha sido feita nas colónias, sem notarem a contradição. Um pingo de napalm para cada cravo vermelho?” (Macedo, 1998, p. 105).

A referência às vicissitudes do processo revolucionário português, incluindo o complexo processo de descolonização, expõe a contradição com a “imagem ideal”, entretanto construída, de um acontecimento histórico sem mácula de violência. O narrador aponta para a persistência de “esquecimentos” estratégicos, assim como denuncia o voltar de costas a África, na euforia da (re)descoberta da Europa – “rumo ao futuro e a Europa connosco, porque agora somos todos brancos e os pretinhos que se lixem” (Macedo, 1998, p. 105).

Contudo, se *Pedro e Paula* faz a denúncia de traições, erros e subversões, apresenta igualmente um otimismo essencial em relação às conquistas da revolução, num reconhecimento sereno de que as contradições fazem parte da ação humana quando se luta pelas alternativas a um estado

de opressão e clausura. Salvaguardando o que ficou de positivo, declara-se, segundo cremos, uma confiança fundamental na capacidade humana de sonhar e de agir, pois “antes assim”, antes “o assim de agora” que aquilo a que teria conduzido a resignação e o imobilismo. E se, da utopia passada, o balanço fica feito, é ainda em direção ao futuro que *Pedro e Paula* se projeta, procurando, como sempre no romance, “tentar abstrair [da] exemplificativa lição privada a sucinta lição pública que a todos nós diz respeito” (Macedo, 1998, p. 182). Assim, o nascimento de Filipa, gerada pelo amor de Gabriel e Paula, representa, segundo julgamos, a continuidade do desejo utópico, alimentado pela vida, pela liberdade e pela coragem dos dois amantes.

Finalmente, em *Vícios e Virtudes*, de 2000, prossegue a reflexão sobre o “contentado tempo português”, incidindo agora sobre a interminável discussão em torno da identidade nacional, perdida entre os lamentos pelo que perdeu (África e o império) e o peso da mitologia histórica, com D. Sebastião à cabeça. Procura-se, assim, desmontar os discursos paralisantes em que os portugueses se deixam enredar, ao mesmo tempo que descontroem os tão celebrados mitos do povo conquistador e civilizador.

Neste romance, o papel principal é concedido à mãe de D. Sebastião, a princesa Joana de Áustria, filha de Carlos V e de Isabel de Portugal, irmã de Filipe II e “certamente mais interessante do que o filho”, este último caracterizado pelo narrador de forma acentuadamente pejorativa (Macedo, 2000, p. 29). Joana foge ao estereótipo de princesa do século XVI, estando a sua vida marcada por acontecimentos incomuns para a época. Em paralelo, o autor constrói uma Joana do século XX, uma “Joana pós-moderna”, igualmente rebelde e afastada dos padrões convencionais. E é pelo confronto entre uma e outra personagem que a rejeição daquilo em o sebastianismo nos tornou se vai tornando evidente, levando o narrador-personagem do romance a declarar, desassombadamente – “o tanas a identidade nacional, não há tal coisa. Há pessoas e circunstâncias. Mudam umas, mudam as outras, muda a identidade nacional” (Macedo, 2000, p. 27).

Tal como estava já presente nos romances anteriores, a rejeição faz-se sobretudo em relação às banalidades que povoam os discursos sobre a identidade nacional, contra a imposição de uma autoimagem do colonizador de brandos costumes: “por exemplo, que somos uma nação meiga e contemplativa quando temos uma História feita só de violências. Como é que tu julgas que se fazem impérios? Com punhetas saudosistas?” (Macedo, 2000, p. 28).

Em *Vícios e Virtudes*, Helder Macedo apresenta, pois, uma narrativa labiríntica, que convoca as memórias do passado expansionista de Portugal

para questionar, num registo pleno de ironia, a identidade de uma nação em tempo de globalização e pós-modernidade. O jogo de Joana é, afinal, um jogo de verdades e mentiras, vícios e virtudes, assumido provocatoriamente para desenganar a procura de um rosto único da identidade, pessoal ou coletiva. Neste romance, o Dom Sebastião de todos os delírios nacionalistas fica de fora, para dar lugar a Joana (de Áustria) e aos enigmas que à sua volta se agregam. De Dom Sebastião, apenas a referência oblíqua de uma criança enjeitada no momento de nascer e de um adolescente rebelde e cruel, que morre (será que morre? será sequer que existiu?) prematuramente. Trata-se, afinal, de recusar os lugares comuns de uma “essência” lusitana, hipoteticamente saudosista e contemplativa, para procurar nas versões de uma História marginal a ambiguidade da afirmação identitária.

Concluimos regressando ao ponto de partida: o centro sem margens que Helder Macedo reclama para a cultura portuguesa radica num internacionalismo pluricultural que faça da língua um ponto de encontro – uma fronteira em estado de abertura, recetiva ao outro e em permanente reconfiguração. Utopia? Talvez, mas apenas no sentido em que a utopia represente uma procura ativa de um futuro diferente, anticonformista e disponível para a alteridade.

A parte final do poema “Orfeu” (nessa outra vertente de Macedo-poeta) pode, assim, ser a melhor forma de sintetizar o cruzamento de fronteiras (existencial, estético, ideológico) do escritor – uma ambição de multiplicar centros e periferias, num gesto de radical procura do futuro:

Quero abrir o que as palavras não descrevem
por já não responder ao sim e ao não
do meu espelho conhecível.
Já não me basta apenas dar um nome
à morte que me cabe enquanto vivo
porque morrer é ter perdido a morte
para sempre
tornando sem sentido o sim e o não
com que me circundei e defini-me.
Conheço-me as fronteiras.
Quero o resto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdala Júnior, B. (2002). *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: SENAC.

- Cerdeira, T. C. (Ed.) (2002). *A experiência das fronteiras. Leituras da obra de Helder Macedo*. Niterói: UdUFF.
- Fonseca, A. M. (2012). *Percursos de identidade. Representações da Nação na literatura pós-colonial de Língua Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Macedo, H. (1991). *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença.
- Macedo, H. (1998). *Pedro e Paula*. Lisboa: Editorial Presença.
- Macedo, H. (2000). *Vícios e virtudes*. Lisboa: Editorial Presença.
- Macedo, H. (2001). Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português. *Letras*, 23, pp.11-16.
- Macedo, H. (2002). Partes de si e dos outros. Entrevista de Vilma Arêas e Haqira Osakabe a Helder Macedo. In T. C. Cerdeira (Ed.), *A Experiência das Fronteiras. Leituras da obra de Helder Macedo* (pp. 331-342) Niterói: EdUFF.
- Martins, R. C. (2001). O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, 37-63.
- Mendes, V.; Medeiros, P. de & Ornelas, J. (1998). Os usos das fronteiras. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 1, xii-xv.
- Ribeiro, A. S. (2001). A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In B. S. Santos (Ed.), *Globalização, fatalidade ou utopia* (pp. 463-488) Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades. In M. I. Ramalho e A. S. Ribeiro (Eds.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 23-85) Porto: Edições Afrontamento.

Citação:

Fonseca, A. M. (2017). Um centro sem fronteiras: com Helder Macedo, pelo mundo. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 136-148). Braga: CECS.

NARRATIVAS IDENTITÁRIAS E MÉDIA

SOFIA VIEIRA LOPES

sofiavieiralopes@gmail.com

INSTITUTO DE ETNOMUSICOLOGIA – CENTRO DE ESTUDOS EM MÚSICA E DANÇA /
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

PORTUGAL NO CORAÇÃO – MÚSICA E PERFORMANCE NO FESTIVAL RTP DA CANÇÃO ENQUANTO VEÍCULOS DE NARRATIVAS IDENTITÁRIAS

RESUMO

Este artigo é resultado do trabalho realizado no âmbito do Doutoramento em Ciências Musicais – Etnomusicologia (FCSH-UNL), financiado pela FCT e orientado pelo Professor Doutor João Soeiro de Carvalho. Pretende-se analisar de que forma a música e a *performance* no Festival RTP da Canção veiculam discursos identitários nomeadamente no que respeita à saudade. Apresentam-se algumas linhas gerais para compreensão desta problemática, assim como algumas linhas de pensamento relativas à *performance* e à forma como as memórias são mediadas através de uma “*performance utópica*” (Dolan, 2001).

Este artigo está dividido em três secções, sendo as duas primeiras de carácter teórico relativas à saudade, à Europa, à Eurovisão e à *performance*. Na terceira parte, apresento uma análise à canção portuguesa concorrente ao Festival Eurovisão da Canção de 1996 como forma de verificar o modo como é apresentada uma narrativa identitária num contexto internacional, cruzando a análise da música e da letra com uma reflexão em torno do conceito de lusotropicalismo (Freyre, 1953).

PALAVRAS-CHAVE

Festival RTP da Canção; Festival Eurovisão da Canção; identidade; saudade; lusotropicalismo

INTRODUÇÃO¹

A televisão é sem dúvida um *medium* privilegiado para a transmissão de comportamentos expressivos. Desde 1956 que o Festival Eurovisão da Canção (FEC) é um evento que congrega milhões de telespetadores dentro

¹ *Portugal no Coração* é o título da canção vencedora do Festival RTP da Canção em 1977.

e fora da Europa, promovendo “a união pela diferença” e a “construção de pontes”² culturais entre países. Pela sua longevidade e pela sua dimensão, este é um campo em constante definição baseado em premissas que estão muito para além da música³. No Festival Eurovisão da Canção (FEC) e no Festival RTP da Canção (FRTPC) as várias identidades nacionais e europeias são expostas num *display* mediático. A partir do alargamento do Festival Eurovisão a Leste, o interesse dos académicos internacionais⁴ tem vindo a crescer e a sua importância na mediação de discursos identitários através da música e da performance é amiúde debatida. No contexto português, a investigação sobre a relevância do Festival RTP da Canção no campo da chamada “música popular” (Castelo-Branco & Cidra, 2010) está em curso com o trabalho por mim realizado no âmbito do meu Doutoramento em Etnomusicologia (FCSH-UNL), tendo sido lançada a discussão com a entrada sobre o Festival da Canção na *Enciclopédia da Música em Portugal* (2010) (Cesar & Tilly, 2010). Por outro lado, o trabalho publicado por Mangorrinha (2015) assenta na importância deste concurso no que respeita às questões sociais: “à impressão generalizada de que o FEC é estética e intelectualmente pobre, os autores [Raykoff & Tobin, 2007] contradizem-na, demonstrando que o concurso tem tido uma relevância significativa para as transformações sociais, culturais e políticas na Europa do pós-guerra” (Mangorrinha, 2015, p. 17). Deste modo, considero fundamental o estudo do Festival RTP da Canção e da sua importância enquanto mediador identitário no contexto da Etnomusicologia.

A reflexão teórica apresentada na primeira e segunda partes deste artigo serve de base para análise das narrativas identitárias apresentadas na canção e performances analisadas na última parte. O exemplo escolhido, a concorrente portuguesa ao Festival Eurovisão da Canção 1996 – *O meu coração não tem cor*, interpretada por Lúcia Moniz, aparece num contexto de consolidação da posição portuguesa numa União Europeia cujas fronteiras se alargavam a Este. Pretende-se assim contribuir para a compreensão das estratégias dos autores, intérpretes e produtores do Festival RTP da Canção na construção musical e performativa como mediadora de discursos identitários. Porém, e uma vez que este é um trabalho ainda em desenvolvimento, as questões aqui levantadas serão futuramente cruzadas com o

² Slogan da edição Festival Eurovisão da Canção 2015.

³ Para um conhecimento do Festival Eurovisão da Canção no âmbito dos estudos culturais, aconselha-se a leitura de Raykoff & Tobin (2007) e Fricker & Gluhovic (2013).

⁴ No âmbito da Etnomusicologia, interessa considerar o trabalho de Bohlman (2004, 2007) e Tragaki (2013).

discurso direto dos intervenientes, uma metodologia crucial no domínio da Etnomusicologia.

A SAUDADE

Se uns acreditam que a saudade é um sentimento unicamente português, outros defendem que essa é uma visão essencialista e errónea (Leal, 2000). Apresento aqui duas perspetivas antagónicas da questão, mas é necessário salientar a constante discussão acerca deste assunto e as diversas nuances na sua abordagem. Todavia, a verdade é que o discurso saudosista está patente em inúmeras criações no âmbito da música popular e está presente nos discursos quotidiano e académico.

Com Teixeira de Pascoaes (1998), no início do século XX mas com raízes anteriores, surge no panorama literário e filosófico português uma nova corrente de pensamento – o saudosismo – fundamentando-se na literatura popular e exaltando as glórias dos descobrimentos. No entender de Leal (2000), a invenção da saudade a partir de Pascoaes é um novo paradigma na psicologia étnica portuguesa. Uma mudança operada por poetas e não por etnólogos; um movimento literário e artístico contra o cosmopolitismo (Leal, 2000, p. 273) e por isso importa distinguir entre saudosismo como sistema filosófico e saudosismo como expressão cultural (Botelho, 1990, p. 6). Desde então, diferentes argumentos têm vindo a ser apresentados.

Durante o Estado Novo, o resgate do fado do seu contexto marginal e a sua apropriação enquanto canção nacional faz a saudade reemergir enquanto estereótipo discursivo para a “alma portuguesa” (Leal, 2000, p. 277), beneficiando da difusão dos média e da emigração. Os discursos nacionalistas e saudosistas enfatizaram a ligação entre saudade, desejo, tristeza, mágoa e ausência; a união do material com o espiritual, do passado com o presente.

No pós-revolução de 1974, a saudade é vista por alguns agentes como uma ferramenta de perpetuação dos discursos reacionários e neste contexto, a canção vencedora do Festival RTP da Canção de 1977, *Portugal no Coração*, que dá título a este artigo, é um exemplo curioso. Os autores, Ary dos Santos (Félix, 2010) e Fernando Tordo (Silva & Tilly, 2010), atrevem-se a dizer: “Portugal é ter a vontade de acabar com a saudade” e Paulo de Carvalho (integrante do conjunto “Os Amigos”) canta este verso sozinho, com uma entoação próxima do fado, muito mais perceptível na versão gravada em Portugal e emitida pela RTP do que na versão interpretada ao vivo na Eurovisão. No entanto, em simultâneo com esta visão de corte com o

passado, como afirma Leal, a saudade parece voltar gradualmente à vida e cultura portuguesas (2000, p. 219).

Para Eduardo Lourenço, a saudade é uma imagem “que de nós mesmos temos forjado” (1978, p. 12) e para Leal é uma tradição inventada, uma versão da cultura portuguesa que alguns portugueses produzem para o estrangeiro (2000, p. 280). É o resultado da tendência de construção e circulação de símbolos nacionais:

apesar de dirigidos a toda a população nacional, na verdade estes são seletivamente apropriados por determinados grupos culturais e sociais que os reproduzem enquanto símbolos do seu próprio entendimento acerca de um sentimento geral: “ser-se português”. (...) O que é português não é a própria saudade, mas a forma como determinadas pessoas continuam a falar a seu respeito enquanto algo especificamente português. (Leal, 2000, p. 282)

Lourenço vê a saudade como um símbolo negativo nos discursos identitários, produto de um “irrealismo pródigo”. No seu entender,

as nações, com a responsabilidade histórica da gente portuguesa, não podem imobilizar-se extaticamente, nem devem iludir-se infantilmente; têm que desentranhar sucessivamente da massa das suas tradições e aspirações um ideal coerente com a conjuntura histórica, que exprima e defina o seu estar mudável em concordância com o seu ser permanente. (Lourenço, 1978, p. 17)

Mesmo com a publicação de artigos que desconstruem a saudade como “capital cultural nacional” (Lôfgren, 1989 citado em Leal, 2000), no âmbito da música popular estas perspetivas mais críticas não têm tido expressão significativa e as canções vencedoras no Festival RTP da Canção em 1989, 1991 e 1996, são exemplo disso. Aqui e tal como em Pascoaes (1998), combinaram-se a memória do passado e o desejo no futuro, a tristeza e a esperança.

EUROPA, EUROVISÃO E PERFORMANCE

Para compreender as dimensões em que o Festival RTP da Canção se desenrola, importa ter em consideração os contributos de alguns autores relativamente à problemática das identidades na Europa e na Eurovisão, assim como do papel da performance como veículo para a mediação de discursos identitários.

Sassatelli considera que, desde o final da II Guerra Mundial, a ideia de Europa e a sua identidade têm-se sustentado na procura de instrumentos de legitimação simbólica para simular uma sensação de pertença e partilha (Sassatelli, 2002, p. 436). A autora adverte:

a cultura não pode ser a “cola” da integração Europeia; pelo contrário, a ideia de identidade europeia é por vezes apresentada enquanto algo prejudicial, uma vez que poderá pôr em perigo a diversidade cultural considerada uma das características fundamentais da Europa. (Sassatelli, 2002, p. 439)

A Europa e a sua identidade assentam numa natureza dialógica que integra as diferenças sem as homogeneizar, o que contribui para uma expressão da unidade (Morin, 1987 citado em Sassatelli, 2002). A diferença é considerada um valor cultural e não apenas uma base de cooperação. Todavia, a identidade europeia como identidade múltipla tem sido criticada como uma solução formal sem substância, um ícone de conteúdo ambíguo com múltiplas interpretações (Sassatelli, 2002, p. 440) e um tropo para um novo triunfalismo eurocêntrico (Sassatelli, 2002, p. 439). Para uma eficiente transmissão discursiva, e tal como Tragaki afirma, os média têm sido fundamentais para a afirmação de uma ideia de europeidade: “as políticas audiovisuais têm sido um dos pontos-chave para criar a Europa enquanto narrativa popular mestra e a televisão tem sido capitalizada como um dos campos mais poderosos para a invenção de novos símbolos” (Tragaki, 2013, p. 3).

O Festival Eurovisão da Canção é um dos primeiros programas televisivos de legitimação de uma “cultura e comunidade europeias” e possivelmente ainda um dos mais importantes. Pela sua natureza de corte com a rotina, é considerado um *media event* (Bolin, 2009) e, por isso, um campo privilegiado para a transmissão de símbolos identitários de naturezas diversas. Devido a este caráter mediático, os académicos alertam-nos para a existência de uma grande dose de simulação (Baker, 2008, p. 174). As representações identitárias passam por um processo de simplificação, criando imagens facilmente reconhecíveis além-fronteiras: “as representações beneficiam das construções televisivas da nação em detrimento da complexidade da própria nação” (Baker, 2008, p. 174). Neste contexto de “diferença domesticada” (Appadurai, 1996 citado em Sassatelli, 2002) é performada uma fantasia de autoexibição – a imagem de uma nação como um todo diferenciado e ao mesmo tempo integrado numa Europa cosmopolita e num contexto global (Baker, 2008, p. 211). Segundo Shay, estamos perante um “controle taxonómico da diferença” (Shay, 2002 citado em Baker, 2008,

p. 177). Deste modo, a música é pensada de forma a combinar sentimento e entretenimento (Dyer, 2002), diferença e proximidade. Transformam-se símbolos culturais em *mediated memories*: “atividades e objetos que produzimos e apropriamos através das tecnologias mediáticas para criar e recriar uma sensação de passado, presente e futuro de nós próprios em relação aos outros” (Djick, 2007, p. 21). Constrói-se uma performance utópica (Dolan, 2001) que congrega “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983) através da mediação de memórias (Djick, 2007) evocadas para despoletar emoções e delimitar fronteiras entre o “eu” e o “outro” (Ahmed, 2004 citado em Pajala, 2013). A expressão das diversas identidades nacionais e de uma identidade europeia comum e partilhada assente na diferença poderá ser um dos principais problemas na criação musical e performativa devido às premissas musicais, televisivas e económicas que a regem. Na introdução ao estudo etnomusicológico mais recente, a editora Dafni Tragaki alerta-nos para a centralidade da música e da performance neste *display* e nesta negociação identitários: “a performance musical contém um nível de realidade de onde as subjetividades europeias constantemente emergem, enquanto as cosmovisões estabelecidas são negociadas, contestadas, invertidas ou reafirmadas através das canções” (Tragaki, 2013, p. 3).

Os fatores aqui descritos são cruciais para a compreensão dos processos de mediação de identidades presentes no Festival RTP da Canção. Nas canções analisadas durante a preparação deste artigo (1977, 1989, 1991, 1996) encontro duas estratégias distintas:

- 1) uma conceção musical e performativa baseada em elementos sonoros, visuais e musicais distintivos, associados à cultura popular portuguesa (por exemplo, 1977 e 1996);
- 2) um discurso saudosista e essencialista patente na letra de uma canção com uma estética musical próxima do *pop* internacional (1989 e 1991).

1996 – O MEU CORAÇÃO NÃO TEM COR

Em 1996 coube a Lúcia Moniz representar Portugal no Festival Eurovisão em Oslo com a canção *O meu coração não tem cor*, da autoria de José Fanha⁵ (letra) e Pedro Osório⁶ (música, orquestração e direção de orquestra).

⁵ Autor de poemas e espetáculos teatrais e televisivos. Participou, com José Afonso, Francisco Fanhais, Carlos Alberto Moniz, entre outros, nos denominados “Cantos Livres” antes e depois da Revolução de 1974 (consultado em <http://www.nonio.uminho.pt/netescrita/autores/jfanha.html>).

⁶ Compositor e diretor musical de programas da RTP; orquestrador da *Tourada* (vencedora do Festival Eurovisão da Canção 1973). Cantou com Carlos Alberto Moniz (pai de Lúcia Moniz) no grupo Outubro que “representava um repertório enformado pelo teor político que refletia a função social interventiva

A canção é composta por três secções musicais, uma Ponte e Refrão. Pelas suas características musicais e estéticas e pelo contexto performativo, esta canção é facilmente integrada na denominada “música popular” (Castelo-Branco & Cidra, 2010) e na categoria “música ligeira” (Moreira, Cidra & Castelo-Branco, 2010), apresentando elementos musicais tanto de carácter cosmopolita como da denominada “música tradicional portuguesa” na aceção de Castelo-Branco (2010). Nas secções A, B e C encontramos elementos que remetem para géneros sul-americanos (o uso de congas, por exemplo), enquanto a inspiração na música tradicional portuguesa se encontra principalmente na Ponte e no Refrão.

Neste caso, não só a música é essencial para criar um imaginário identitário, como a letra é um elemento fulcral na construção da narrativa nacional. Apresenta uma mensagem forte e muito comum nos discursos em torno dos Descobrimentos, do colonialismo português e do lusotropicalismo de Gilberto Freyre (1953). Foi traduzida para inglês sem alterar o seu conteúdo, ao contrário do que tinha acontecido com outras canções (por exemplo, com a tradução, a canção de 1989 – *O Conquistador* do grupo Da Vinci – passou de uma exaltação dos Descobrimentos para uma canção de carácter amoroso). A postura face ao outro, assente na tolerância e na miscigenação é, na canção representada por Lúcia Moniz, retratada como uma característica intrínseca dos portugueses, uma mensagem que facilmente se integra nos discursos europeus e eurovisivos, aludindo a uma função apaziguadora da música (“O que está longe fica perto nas cantigas⁷”). A letra de *O meu coração não tem cor* é um exemplo claro da apropriação dos discursos sobre o lusotropicalismo de Freyre (1953), adaptada pelo Estado Novo no final dos anos 1950 como resposta à crescente crítica internacional relativamente à política colonial portuguesa. Consequentemente, e acompanhando o que é postulado por Martins quando este refere: “num contexto pós-colonial, mas uma vez liberta da componente colonialista em que o Estado Novo português enredou o luso-tropicalismo, a figura da lusofonia convoca hoje uma comunidade transnacional, com propósitos político-culturais” (Martins, 2004, pp. 11-12), a canção representante de Portugal no Festival Eurovisão 1996 assenta num discurso sobre a lusofonia, uma vez que este conceito está intimamente ligado à noção

da expressão musical próxima dos estilos da música popular portuguesa.”; em 1994 agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique (Tilly, Latino & Silva, 2010, p. 956).

⁷ António Guterres, então Primeiro-Ministro, no vídeo que antecede a performance de Lúcia Moniz em Oslo vai ao encontro do conteúdo da letra da canção, quando deseja “que a música seja cada vez mais um fator de paz e de aproximação entre os povos”. Este é o único ano em que as interpretações no Festival Eurovisão da Canção foram precedidas de um discurso por parte dos governantes.

de lusotropicalismo. A visão apresentada na canção corrobora a opinião do mesmo autor quando este afirma que “num e noutra caso, com efeito, prevalece a ideia de que o progresso e a cultura resultam da miscigenação das etnias, e também da miscigenação de memórias, tradições e paisagens” (Martins, 2004, p. 9). Num contexto que Martins poderá considerar de “globalização cosmopolita” como é o Festival Eurovisão, Portugal apresenta uma visão de “globalização multiculturalista” (Martins, 2004, p. 9). Nesta canção, é representada uma atitude de reciprocidade do português para com os outros povos que, tal como Freyre destaca, é “única em povo europeu moderno” (Freyre citado em Castelo, 2011, p. 265), uma vez que a integração portuguesa nos trópicos teria estado assente na adoção e divulgação de diversos aspetos culturais locais. Importa ainda salientar que neste caso é descrito o que Castelo salienta no seu texto: “note-se, porém, que a plasticidade do português não se revela exclusivamente na adoção de valores alheios, mas também ‘na adaptação de valores europeus, transformados ou modificados, aos meios tropicais’” (Castelo, 2011, p. 270) que se materializa no refrão “Vem juntar o teu ao meu sabor (...) Que o meu coração não tem cor”. A canção evidencia assim o pioneirismo dos portugueses na aproximação geográfica e cultural e combina o desejo do passado projetado no presente, tão próximo do discurso saudosista e símbolo-chave da construção identitária entre Portugal e as ex-colónias (Leal, 2010). Canta-se assim, “O modo português de estar no mundo”, baseado no amor e não na força (Castelo, 2013).

Aparecem expressões típicas de um país cuja vida esteve associada ao mar (“estamos de maré”) que a tradução para Inglês não conseguiu captar. Ao longo da canção são referidos géneros musicais portugueses e locais associados aos Descobrimientos, ligados a verbos que definem o seu carácter: “chora-se o fado” em contraste com o samba que se dança⁸, por exemplo. Numa “festa tricontinental”, fazem-se referências a instrumentos musicais tradicionais portugueses, sul-americanos e africanos, entre outras alusões multiculturais. A identidade portuguesa é caracterizada tanto pela multiplicidade de influências como pela sua influência noutras culturas, performando a opinião de Castelo relativamente ao nacionalismo português: um nacionalismo baseado sobretudo no orgulho da história nacional e, concretamente, na história dos descobrimientos, afirmando-se a sua natureza anti-racista e ecuménica (Castelo, 2013). Retrata-se, deste modo, um português hospitaleiro e emocional que sente uma “saudade

⁸ Fica aqui esquecido o carácter dançável que também o fado já teve antes da sua apropriação como canção hermética.

desordeira” de um passado grandioso e a escrita no presente enfatiza a permanência dessas características. Portugal é caracterizado por uma visão essencialista e utópica, por um coração sem cor e “descompassado”, muito próximo do carácter emocional do indivíduo português descrito por Pascoaes (1998), mas assente nos ritmos regulares e repetitivos da música tradicional portuguesa, nomeadamente na ponte e refrão. Aqui, a música e a orquestração de Pedro Osório caracterizam a identidade nacional ligada a uma matriz rural: destaca-se o timbre dos cavaquinhos, os bombos lembram a tradição dos Zés-Pereiras e a flauta *piccolo* remete-nos para a prática da Flauta e Tamborileiro, por exemplo. Pelo seu valor identitário e visual, os cavaquinhos e os bombos aparecem em palco mas não são estes os instrumentos amplificados.

É importante salientar as diferenças entre as performances ocorridas no Festival RTP da Canção e no Festival Eurovisão da Canção. No primeiro, um dos elementos masculinos do coro aparece em palco com um teclado eletrónico que no Festival Eurovisão da Canção foi substituído por um bombo. Também os fatos de Lúcia e dos coristas sofreram alterações: na atuação em Oslo, os trajes destacam as cores da bandeira nacional e apresentam bordados “tradicionais”. Os elementos visuais aparecem assim para enfatizar a atmosfera folclórica e a modernidade é substituída pela “tradição”. As escolhas dos agentes decisores não terão sido alheias ao facto de, para um contexto internacional, e uma vez que a canção seria interpretada em português, a componente performativa ter uma maior eficácia na transmissão da mensagem veiculada.

Lúcia Moniz surge em ambas as atuações com uma presença jovial e uma interpretação condizente com o carácter alegre da música. Uma voz limpa que dá destaque à mensagem da letra, mas com alguns problemas técnicos numa canção que apresenta algumas dificuldades.

A canção portuguesa foi considerada uma das favoritas e Lúcia uma das mais simpáticas participantes. Porém, a canção terminou em 6.º lugar, mas esta era até 2017 a melhor classificação de Portugal na Eurovisão. Nas opiniões recolhidas no YouTube⁹, verifica-se que uma das causas apontadas para a derrota de uma canção que “diz muito sobre a alma lusitana” (segundo um dos comentários) foi a forte presença dos países do Leste Europeu. Mangorrinha (2015) considera que nesse ano as questões identitárias tiveram um maior destaque através da utilização de elementos folclóricos pelos países de Leste e a música portuguesa enquadra-se neste contexto.

⁹ Chama-se a atenção para o facto de estes comentários terem sido feitos muito *a posteriori*.

Resta verificar se os autores desta canção, a RTP e o júri nacional que a escolheu enquanto representante de Portugal tinham consciência desta tendência. Surge assim uma questão que importa confrontar com os diversos intervenientes: Quais foram os pressupostos que presidiram à escolha desta canção e desta intérprete por parte do júri do concurso português?

É importante lembrar que esta era a 31.^a presença da RTP no Festival Eurovisão e que os autores eram experientes em eventos como este. Por outro lado, é de destacar que os autores eram também presença assídua nos encontros de *baladeiros* ligados à canção de intervenção, cujo discurso assentava na “procura das raízes folclóricas”¹⁰. Quais terão sido os pressupostos dos autores desta canção?

A união de uma Europa de diferenças é representada em 1996 por um Portugal multicultural. Porém, e segundo Mangorrinha, a divulgação da canção para a indústria, imprensa e público internacionais foi muito deficiente: “a RTP não estava interessada em ganhar” (Mangorrinha, 2015, p. 59). Subsistem assim algumas dúvidas que interessa clarificar, uma vez que a mensagem passada pela canção é tão próxima do discurso de tolerância veiculado pelo próprio Festival Eurovisão: De que modo terá sido compreendida a mensagem veiculada por esta canção? De que forma os europeus poderão ter partilhado esta “união pela diferença” que se canta na canção interpretada por Lúcia Moniz? Com uma canção tão contundente no discurso que viria a ser o símbolo da Expo 98, quais as razões para a falta de estratégia comercial? Qual terá sido o papel da indústria musical?¹¹

CONCLUSÕES

Tanto no Festival Eurovisão da Canção como no Festival RTP da Canção, as diversas “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983) são constantemente configuradas por pressupostos que muitas vezes são alheios aos telespectadores.

Na canção analisada combinam-se elementos da música tradicional portuguesa, referências multiculturais e elementos *mainstream*, criando simultaneamente diferentes “comunidades imaginadas”. A coexistência destas diferentes referências tenta enquadrar a canção no contexto

¹⁰ “Foi o valor estético da música e da canção regional, tal como Lopes-Graça o sublinhou, que foi despertado após a revolução. (...) em função desse mesmo valor estético, selecionaram, reconstruíram e apresentaram o discurso da canção regional como modo de intervenção social (...) sublinhado o valor da cultura popular de proveniência rural” (Côrte-Real, 2010, p. 226).

¹¹ Para uma compreensão da indústria da música em Portugal, aconselha-se a leitura de Losa (2010).

internacional e, ao mesmo tempo, transmitir uma mensagem identitária facilmente reconhecível nacional e internacionalmente. Aqui, a saudade e a lusofonia são propositadamente configuradas pelos agentes decisores para uma representação da nacionalidade num contexto altamente mediático como o Festival Eurovisão.

Os Descobrimientos são lembrados, acriticamente, como sinónimo de tolerância e a identidade portuguesa é retratada em função do seu passado e presente multiculturais – uma memória do passado projetada no presente e no futuro. O coração sem cor caracterizado nesta canção é, na verdade, um coração de múltiplas cores, recriando os discursos lusotropicalistas de Freyre. A saudade de um passado onde as diferenças convivem pacificamente aparece aqui como um símbolo identitário. A identidade nacional é configurada, torna-se numa memória mediada que é posta em *display* e que é perpetuada pelos média de forma a coadunar-se com os discursos de tolerância europeus e eurovisivos.

Neste final de século XX, a canção escrita com o intuito de representar Portugal não só ao nível nacional como no Festival Eurovisão apresenta um discurso assente em ideias apropriadas pelo Estado Novo, mas que não deixam de estar presentes nos discursos atuais. Num contexto de consolidação da posição de Portugal na Europa, retrata-se um país cujo pioneirismo na tolerância cultural tem raízes ancestrais. Porém, e como aponta Martins (2004), os discursos sobre o lusotropicalismo de Freyre (1953) e o atual conceito de lusofonia tocam-se e, por isso, mesmo parecendo descontextualizado o discurso veiculado na canção poderia fazer sentido no momento em que a Europa assistiu à integração de países do anterior Bloco de Leste. Numa canção que congrega ritmos e instrumentos tradicionais com elementos cosmopolitas e contemporâneos, o autor da letra transmite uma mensagem de multiculturalidade, dando como exemplo o caso do mundo lusófono. Imagina-se este mundo lusófono para projetar uma europa “unida na diferença”, transmitindo esse imaginário a milhões de telespectadores não só na Europa como em todo o mundo. Retoma-se a ideia de Freyre: “o Português, criando um novo mundo não só na América, como na Ásia, na África e até na Oceânia, fez desse mundo, sob todos os aspectos, uma combinação de diversidade com unidade” (Freyre citado em Bastos, 1998, p. 424). É transmitida e reificada uma estereotipação do povo português, consubstanciando o que Martins (2004, p. 9) advoga e quando remete para Roland Barthes relativamente aos processos da linguagem na história. Com a projecção mediática dos dois festivais, assiste-se à difusão de uma versão simplificada do lusotropicalismo, tal como tinha acontecido nos anos 1950,

uma ideia que “foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da auto-imagem em que os portugueses melhor se reveem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica” (Castelo, 2011, p. 273). Esta “fantasia de auto-exibição” cantada coaduna-se com as identidades nacional e europeia que Portugal pretende forjar e mediar, integrando o local e o global, o que Meyrowitz (2005) denomina de “glocal”. Deste modo, esta “performance utópica” vem ao encontro dos discursos europeus, mediando uma diferença enquanto valor cultural e não apenas uma base de cooperação.

ANEXO

O meu coração não tem cor

A

Andamos todos a rodar na roda antiga
Cantando nesta língua que é de mel e de sal
O que está longe fica perto nas cantigas
Que fazem uma festa tricontinental

B

Dança-se o samba, a marrabenta também
Chora-se o fado, rola-se a coladeira
Pela porta aberta pode entrar sempre alguém
Se está cansado diz adeus à canseira

C

Vai a correr o corridinho
Que é bem mandado e saltadinho
E rasga o furaná, faz força no malhão
Que a gente vai dançar sem se atrapalhar
O descompasso deste coração

PONTE

E como é, e como é, e como é
Vai de roda minha gente
Vamos todos dar ao pé!

REFRÃO

Estamos de maré vamos dançar
Vem juntar o teu ao meu sabor

Põe esta canção a navegar
Que o meu coração não tem cor
(BIS)

A

Andamos todos na ciranda cirandeira
Preguiça doce e boa vai de lá vai de cá
Na nossa boca uma saudade desordeira
De figo de papaia e de guaraná

B

Vira-se o vira e o merengue também
Chora-se a morna solta-se a sapateia
Pela porta aberta pode entrar sempre alguém
Que a gente gosta de ver a casa cheia

C

Vamos dançar este bailinho
Traz a sanfona ou o cavaquinho
A chula vai pular, nas voltas do baião
Que a gente vai dançar sem se atrapalhar
O descompasso deste coração

PONTE

E como é, e como é, e como é
Vai de roda minha gente
Vamos todos dar ao pé!

REFRÃO

Estamos de maré vamos dançar
Vem juntar o teu ao meu sabor
Põe esta canção a navegar
Que o meu coração não tem cor
(BIS 2x)

CODA

E vai de volta, vai de volta p'r'acabar
Que o meu coração não tem cor

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of Nationalism*. Nova Iorque: Verso.
- Baker, C. (2008). Wild dances and dying wolves: simulation, essentialization and national identity at the Eurovision Song Contest. *Popular Communication*, 6, 173-189. doi: 10.1080/15405700802198113
- Bastos, C. (1998). Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. *Análise Social*, XXXIII(146-147), 415-432.
- Bohman, P. (2004). *The music of European nationalism. Cultural identity and modern history*. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Bohman, P. (2007). The politics of power, pleasure, and prayer in the Eurovision Song Contest. *Muzikologija (Musicology)*, 7, 39-67. doi: 10.2298/MUZ0707039B
- Bolin, G. (2009). Media events, Eurovision and societal centers. In N. Couldry; A. Hepp & F. Krotz (Eds.), *Media events in a global age* (pp. 124-138). Abingdon: Routledge.
- Botelho, A. (1990). *Da saudade ao saudosismo*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona*, Ano VI. Retirado de <https://tinyurl.com/yb7ehxly>
- Castelo-Branco, S. (2010). Música tradicional. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 887-895). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Castelo-Branco, S. & Cidra, R. (2010). Música popular. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 875-878). Lisboa: Círculo de Leitores.
- César, A. J. & Tilly, A. (2010). Festival RTP da Canção. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 501-504). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Côrte-Real, M. S. J. (2010). Canção de intervenção. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 220-228). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Dijck, J. (2007). *Mediated memories in the digital age*. Stanford: Stanford University Press.

- Dolan, J. (2001). Performance, utopia, and the “utopian performative”. *Theatre Journal*, 53(3), 455-479.
- Dyer, R. (2002). *Only entertainment*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Félix, P. (2010). José Carlos Ary dos Santos. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 1178-1180). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Freyre, G. (1953). *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Fricker, K. & Gluhovic, M. (Eds.) (2013). *Performing the “new” Europe. Identities, feelings, and politics in the Eurovision Song Contest*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Leal, J. (2000). The making of saudade: National identity and ethnic psychology in Portugal. In H. Dekker & Wijers (Eds.), *Roots & Rituals: The construction of ethnic identities* (pp. 267-287). Amsterdão: Het Spinhuis.
- Lourenço, E. (1978). *O labirinto da saudade – psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Losa, L. (2010). Indústria fonográfica. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 632-643). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Mangorrinha, J. (2015). *A cultura eurovisiva: canções, política e o caso português*. Lisboa: Instituto Europeu Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa [eBook]. Retirado de <http://pt.calameo.com/books/001827977a102829a2050>
- Meyrowitz, J. (2005). The rise of glocality: new senses of place and identity in the global village. In K. Nyíri (Ed.), *A sense of place: the global and the local in mobile communication* (pp. 21-30). Viena: Passagen Verlag.
- Moreira, C. & Castelo-Branco, S. (2010). Música ligeira. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 872-875). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Pascoaes, T. (1998). *Arte de ser português*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pajala, M. (2013). Europe, with feeling: the Eurovision Song Contest as entertainment. In K. Fricker & M. Gluhovic (Eds.), *Performing the “new” Europe. Identities, feelings, and politics in the Eurovision Song Contest* (pp. 77-93). Hampshire: Palgrave Macmillan.

- Raykoff, I. & Tobin, R. D. (Eds.) (2007). *A song for Europe. Popular music and politics in the Eurovision Song Contest*. Farnham: Ashgate Publishing.
- Sassatelli, M. (2002). Imagined Europe. The shaping of an European cultural identity through EU cultural policy. *European Journal of Social Theory*, 5(4), 435-451.
- Silva, H. & Tilly, A. (2010). Fernando Tordo. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 1270-1272). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Tilly, A.; Latino, A. & Silva, J. (2010). Pedro Osório. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da música em Portugal no Séc. XX* (pp. 954-957). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Tragaki, D. (Ed.) (2013). *Empire of song. Europe and nation in the Eurovision Song Contest*. Lanham (MD): Scarecrow Press.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Martins, M. L. (2004). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. Conferência inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, São Paulo. Retirado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins_LusotropiLusofonia_2004.pdf
- Castelo, C. (2013). O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio. Retirado de <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>

Citação:

Lopes, S. V. (2017). Portugal no Coração – Música e performance no Festival RTP da Canção enquanto veículos de narrativas identitárias. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 150-165). Braga: CECS.

MARTA LIMA

martammlima@gmail.com

UNIVERSIDADE DO PORTO, INSTITUTO DE SOCIOLOGIA

MÉDIA E IDENTIDADE(S): AS NOTÍCIAS SOBRE A EUROPA E O MUNDO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PORTUGUESES

RESUMO

No presente artigo procuramos analisar a primazia que o critério da proximidade assume no processo de seleção noticiosa e o grau de importância que é atribuído, pelos órgãos de comunicação social portugueses, às notícias sobre os contextos europeu e internacional. Tendo por base as peças noticiosas dos noticiários de horário nobre dos três principais canais da televisão generalista portuguesa (RTP1, SIC e TVI) e das edições impressas de três jornais diários (*Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Público*), tentamos ainda refletir sobre a potencial existência de uma correspondência entre o peso do noticiário europeu e internacional e o sentimento de pertença identitária dos portugueses com tais contextos.

PALAVRAS-CHAVE

Média; identidade; Europa; mundo

INTRODUÇÃO

Os média desempenham um papel fundamental no processo de construção social da realidade, sendo vetores essenciais na formação da opinião pública. Não obstante, este processo não se caracteriza por um sentido único, dado que os meios de comunicação social são igualmente um reflexo do interesse manifestado pelo público em determinado tipo de temas, acontecimentos e contextos. Neste ponto, a seleção e hierarquização dos assuntos a noticiar emerge como um vetor essencial no processo de produção noticiosa.

Neste processo, o pendor de atualidade assume o protagonismo entre os valores-notícia (Fontcuberta, 1999), a par de vetores como a

imprevisibilidade, a abrangência, o imediatismo, ou o cariz conflituoso/emotivo inerente aos acontecimentos (Veiga, 1992; Agnès & Croissandeau, 1981). Na opinião de Park (2002), importa ainda destacar a imprevisibilidade inerente aos acontecimentos, na medida em que considera que é através desta que os média conseguem captar a atenção do público de uma forma mais imediata, o que se configura como um dos objetivos intrínsecos ao seu funcionamento. Na mesma esteira, autores como Aubenas e Benasayag (2002) enfatizam a relevância que a surpresa e o impacto dos assuntos a noticiar assumem no processo de seleção das notícias, considerando que os jornalistas têm sempre presente uma “espécie de escala de Richter” que lhes permite definir “o que é ou não digno de surpresa” (Aubenas & Benasayag, 2002, p. 36).

Para além destes critérios, os autores destacam ainda o papel que a proximidade dos acontecimentos e o interesse do público desempenham no processo de seleção e hierarquização noticiosa. De acordo com Aubenas e Benasayag (2002), os órgãos de comunicação social tendem a privilegiar a proximidade enquanto valor-notícia, muito por força da menor mobilização de recursos inerente à cobertura de acontecimentos próximos e da potencial existência de um interesse maior do público face a estes acontecimentos, fazendo assim depender da distância geográfica uma maior ou menor cobertura mediática.

Desta forma, o interesse do público, tal como é entendido pelos profissionais que têm a responsabilidade de selecionar e hierarquizar a informação que é publicada ou transmitida nos órgãos de comunicação social, desempenha um papel crucial no processo de seleção noticiosa. A este nível, critérios como a espetacularidade, o negativismo e a proximidade tendem a ser privilegiados como vetores de captação da atenção do público.

É precisamente sobre o último critério – a proximidade – que nos debruçamos no presente artigo.

METODOLOGIA

Os resultados apresentados no presente artigo afiguram-se como uma parte de uma investigação mais vasta desenvolvida no âmbito de uma tese de doutoramento em Sociologia intitulada *O campo jornalístico em Portugal: convergências e disparidades entre o jornalismo televisivo e a imprensa escrita na atualidade* (Lima, 2014). Esta investigação, concebida no curso de 3.º ciclo em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e

financiada pela FCT¹, teve como finalidade primordial analisar o conteúdo e a estrutura dos noticiários de horário nobre dos principais canais da televisão generalista portuguesa (RTP1, SIC e TVI) e das primeiras páginas das edições diárias dos jornais *Correio da Manhã* (CM), *Jornal de Notícias* (JN) e *Público*.

Tendo em consideração os objetivos desta investigação, consideramos fundamental capitalizar as potencialidades das metodologias qualitativa e quantitativa, alicerçando-nos numa estratégia de pesquisa pautada pela multiplicidade de “formas de abordagem do objeto de estudo, negando modelos metodológicos unidimensionais e privilegiando a complementaridade” (Lopes, 2000, p. 190), numa postura de “ecletismo metodológico”, abordada por autores como Lopes (2003), Pinto (1984), Flick (2002), Creswell (1994), Cea D’Ancona (1999) e Bryman (2012).

A seleção das técnicas de investigação a operacionalizar ao longo dessa investigação é o reflexo desta postura metodológica eclética: entrevistas a especialistas na esfera dos média e a profissionais do campo mediático; análise da estrutura e dos conteúdos dos noticiários da RTP1, SIC e TVI, e das edições do CM, JN e *Público*.

Considerando o objeto analítico da presente comunicação abordaremos sobretudo as conclusões resultantes da operacionalização da segunda técnica mencionada, nomeadamente no que se refere a duas das variáveis analisadas nesse âmbito – “contexto” e “subcontexto” – as quais cruzaremos com a variável “categoria temática”, de forma a aferir quais os temas dominantes em cada um dos (sub)contextos em análise.

Com efeito, alicerçando-nos na análise da estrutura e do conteúdo dos noticiários e das edições diárias dos órgãos de comunicação supra mencionados, procurámos apurar as principais dimensões que caracterizam o campo jornalístico português e enumerar as semelhanças e discrepâncias existentes entre o jornalismo televisivo e o jornalismo impresso. Paralelamente procurámos identificar os critérios subjacentes ao processo de seleção e hierarquização das notícias, descortinar a existência de uma penetração de lógicas de índole comercial no universo informativo nacional e averiguar as fontes noticiosas privilegiadas pelos jornalistas, dando particular atenção às potenciais influências que a televisão e a imprensa possam exercer entre si a este nível.

A seleção dos noticiários dos três operadores televisivos mencionados teve por base o facto de estes se assumirem como os principais

¹ SFRH/BD/48829/2008.

espaços informativos do dia, estando ainda em concorrência direta no referido período horário (20 horas). No que se refere aos jornais, optámos por analisar os títulos da imprensa que então se configuravam como as publicações com maior circulação no nosso país, seguindo-se, pois, a mesma lógica que sustentou a seleção dos operadores televisivos.

Em termos metodológicos delimitámos a análise a seis meses do ano de 2009 (de janeiro a junho), o que resultou num total de 150 noticiários e 300 edições dos jornais. O facto de termos o dobro dos jornais está relacionado com a opção de analisarmos não só as edições publicadas no mesmo dia da transmissão dos noticiários em estudo, como também as edições do dia seguinte, com vista a aferirmos a existência de uma influência mútua entre estes dois meios de comunicação e não apenas a influência no sentido imprensa-televisão. Os 50 noticiários emitidos por cada um dos canais analisados tiveram uma duração global de 9.225 minutos, uma duração útil de 7.949 minutos e um total de 4.859 notícias. Por sua vez, as edições diárias dos jornais em estudo contemplaram um total de 2.460 chamadas de primeira página e 10.371 peças noticiosas.

No que se refere à categorização dos dados, delimitámos um conjunto de variáveis de suporte à análise da estrutura e do conteúdo dos espaços informativos televisivos e dos jornais em estudo, com destaque para as seguintes: “tema”, “subtema”, “tipo de peça”, “valência”, “natureza”, “intervenientes”, “fontes de informação”, “contexto” e “subcontexto”. É precisamente sobre estas duas últimas que sustentamos a presente comunicação.

Ao nível da variável “contexto” optámos por analisar as peças noticiosas tendo por base sete palcos principais: noticiário nacional, noticiário internacional, Europa, África, América, Ásia e Oceânia. Para além da divisão das notícias por estes palcos mais genéricos entendemos que faria todo o sentido aprofundar esta análise de pendor geográfico através da criação de uma outra variável, que nos permitiria aferir quais as regiões mais mediatizadas pelos meios de comunicação em análise, tanto em Portugal como no mundo: a variável subcontexto. Nesse sentido, e no que se refere ao plano nacional, para além da categoria “noticiário nacional”, que inclui as notícias relativas ao país como um todo, acrescentámos sete regiões, tendo por base o segundo nível da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II): Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

No plano internacional, adaptámos o geoesquema da Organização das Nações Unidas, de modo a obtermos uma análise mais detalhada de algumas subcontextos (como a União Europeia, por exemplo). Nesse

sentido, os 21 subcontextos considerados no plano internacional foram os seguintes: continente europeu, União Europeia e Resto da Europa; continente africano, Norte de África, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional; continente americano, América do Norte, América Central e América do Sul; continente asiático, Ásia Central, Ásia Oriental, Ásia Meridional, Sudeste Asiático, Médio Oriente e Ásia Setentrional; Oceânia.

RESULTADOS

NOTICIÁRIOS TELEVISIVOS

A primazia do critério proximidade no processo de seleção noticiosa é um dos traços mais evidentes quando analisamos os noticiários de horário nobre da RTP1, SIC e TVI. Entre as 4.859 notícias que compuseram a nossa amostra, 3.778 têm como palco central Portugal, o que corresponde a mais de 77% do total. No segundo lugar encontramos as peças noticiosas referentes ao noticiário internacional, com 7,8 pontos percentuais, mais 2,8% do que as notícias sobre o contexto europeu. A América e a Ásia ocupam o terceiro e quarto lugares, com 4,8% e 3,5%, respetivamente, enquanto a África e a Oceânia registam percentagens residuais, abaixo de 1%.

Entre as peças noticiosas que têm a Europa como palco, a primazia da UE torna-se particularmente evidente, representando 93,9% do total. Os restantes pontos percentuais são divididos pelas notícias que têm como contexto o continente europeu como um todo (4,9%) e o espaço extracomunitário (1,2%). No caso das notícias sobre o continente americano, a grande maioria tem como protagonista a América do Norte (79,4%), ao passo que a América do Sul e a América Central ocupam a segunda e terceira posições, com percentagens de 16,7 e três pontos, respetivamente. Muito por força do conflito israelo-palestiniano, o Médio Oriente assume-se como o palco primordial entre as notícias relativas ao continente asiático, abarcando 57,3% do total das peças noticiosas sobre este continente. O segundo lugar é ocupado pela Ásia Meridional (21,6%), seguindo-se o Sudeste Asiático (9,4%), a Ásia Oriental (7%) e a Ásia Setentrional (4,7%). Por fim, no que concerne às notícias sobre África, 44,7% têm como palco a África Ocidental, ao passo que o Norte de África e a África Oriental sustentam 18,4% do total de notícias cada. O terceiro subcontexto mais noticiado é a África Central, com uma percentagem de 10,5, seguindo-se a África Meridional, com 7,9 pontos percentuais.

Cruzando estes dados com o “tema” abordado nestas peças noticiosas, constatamos que as notícias sobre “política” e “futebol” são as protagonistas no seio dos noticiários nacional e internacional, ao passo que as notícias relativas à Europa e à Oceânia são dominadas pelo tema “acidentes e catástrofes”. Por sua vez, os temas “ordem interna”, “política” e “conflitos” ocupam o lugar cimeiro entre as peças noticiosas referentes aos continentes africano, americano e asiático, respetivamente.

TELEJORNAL (RTP1)

Atentando no noticiário das 20 horas do operador público de televisão, verificamos que o noticiário nacional assume o protagonismo no seio da variável contexto, sustentando 76,7% do total das peças noticiosas emitidas no decurso deste espaço informativo. Esta percentagem é o reflexo do peso que o valor-notícia da proximidade tem no processo de seleção das notícias apresentadas pela RTP, o que vai ao encontro do ponto de vista defendido por José Alberto Carvalho, então diretor de informação do canal público, na entrevista que lhe efetuámos no decurso da investigação que aqui se apresenta.

O contexto internacional aparece como o segundo mais noticiado, registando uma percentagem de 8,2 pontos, seguindo-se os contextos europeu e americano, com 5,7% e 5,6%, respetivamente. Na quinta posição e com uma percentagem de 2,4 pontos encontramos o continente asiático, ao passo que a África alicerça apenas 1% do total de notícias das emissões do *Telejornal* analisadas. A Oceânia emerge como o palco menos relevante, com uma percentagem residual (0,4%).

Cruzando as variáveis “contexto” e “tema” percebemos que as peças que preenchem o noticiário nacional e internacional remetem maioritariamente para assuntos relacionados com “política” e “futebol”, sendo o primeiro tema dominante entre as notícias relativas a Portugal e o segundo nas notícias do foro internacional. Já entre as notícias sobre a Europa e a África, o protagonismo cabe ao tema “ordem interna”, enquanto as categorias “política”, “conflitos” e “acidentes e catástrofes” dominam entre as notícias referentes aos restantes continentes.

JORNAL DA NOITE (SIC)

Na linha do operador público de televisão, a SIC também concede a maior parte do tempo de antena do seu bloco informativo de horário nobre a temas de cariz nacional. Assim, as notícias referentes a Portugal

representam 77% do total das notícias analisadas, o que vai ao encontro do ponto de vista defendido por Alcides Vieira no decurso das entrevistas realizadas aos profissionais dos órgãos de comunicação em estudo. De acordo com o diretor de informação deste canal privado, o critério da proximidade desempenha um papel fundamental no processo de seleção e hierarquização das notícias a transmitir na SIC, o que está diretamente relacionado com o facto de o público manifestar um interesse acrescido e uma identificação mais imediata em relação a notícias que lhe são próximas e que comportem algum tipo de utilidade e de relevância para o seu dia a dia, o que tende a acontecer de forma mais recorrente no caso do noticiário de proximidade. Segundo Alcides Vieira, é precisamente este motivo que explica o carácter mais residual do noticiário internacional nos espaços de informação televisivos, nomeadamente ao nível das notícias de abertura destes espaços, as quais raramente tendem a incidir sobre um tema de carácter internacional.

Entre as emissões do *Jornal da Noite* analisadas, o noticiário internacional tem, de facto, um papel secundário, sustentando apenas 8,3% do total de notícias, seguindo-se os continentes americano (4,9%), europeu (4,7%) e asiático (4%). Por seu turno, a África e a Oceânia assumem-se como os contextos menos noticiados, com 0,8 e 0,3 pontos percentuais, respetivamente.

No seio do noticiário nacional, as categorias temáticas “política”, “futebol” e “assuntos diversos” são as mais mediatizadas, ao passo que o noticiário internacional é dominado pelas peças sobre “futebol”, “eventos e festividades” e “arte e cultura”. As notícias sobre a Europa e a Oceânia, por sua vez, têm na categoria “acidentes e catástrofes” o seu pilar fundamental, enquanto as notícias relativas aos continentes africano, americano e asiático se sustentam sobretudo nos temas “ordem interna”, “assuntos diversos” e “conflitos”, respetivamente.

JORNAL NACIONAL (TVI)

Entre os três operadores televisivos analisados, a TVI é o que concede uma maior importância às notícias de cariz nacional no seu espaço de informação de horário nobre. Abarcando 79,4% do total de peças noticiosas, o noticiário nacional assume um enorme protagonismo nas emissões do *Jornal Nacional*, remetendo os contextos internacionais para segundo plano. Assim, apenas 6,8% do total de notícias tem como alicerce o noticiário internacional, 4,8% o continente europeu, 4,1% o continente

americano e 3,9% o continente asiático. A África e a Oceânia são os contextos menos abordados, sustentando apenas 0,6% e 0,4% do total de notícias, respetivamente.

O “futebol” destaca-se claramente como o tema dominante quer no noticiário nacional, quer no internacional. Seguem-se as notícias sobre “política” e “casos mediáticos”, no caso das notícias sobre Portugal, e as notícias relativas a “assuntos diversos” e “eventos e festividades”, no caso das notícias sobre o mundo. No que concerne às notícias que têm como palco a Europa e a Oceânia, o protagonismo é assumido pelo tema “acidentes e catástrofes”, enquanto os temas “ordem interna”, “assuntos diversos” e “conflitos” são, respetivamente, os mais mediatizados entre as notícias relativas aos continentes africano, americano e asiático.

IMPrensa Escrita

À semelhança dos blocos informativos das 20 horas da televisão generalista portuguesa, as edições do *CM*, *JN* e *Público* analisadas têm na proximidade um dos principais critérios na seleção dos temas e acontecimentos a noticiar nas suas páginas. Tal facto torna-se particularmente notório quando comparamos o peso dos noticiários nacional e internacional. Desta forma, ao passo que o primeiro abarca 89,4% do total de peças noticiosas apresentadas por estes três jornais nas edições em estudo, o noticiário internacional corresponde a apenas 4,5% do total. O continente asiático ocupa a terceira posição, com 2,3 pontos percentuais, seguindo-se os continentes europeu e americano, com 2% e 1,2%, respetivamente, enquanto as notícias sobre África e Oceânia são praticamente residuais, ficando abaixo de 1%.

Atentando na variável “subcontexto”, constatamos que, entre o noticiário nacional, o lugar cimeiro é ocupado pelas notícias referentes à generalidade do território português, as quais correspondem a 69,1% do total. Já a região Norte destaca-se no segundo lugar, com 18,1 pontos percentuais, seguindo-se Lisboa (6,4%), a região Centro (3,8%) e o Algarve (1,6%), bem como o Alentejo e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, os quais registam percentagens muito reduzidas.

O Médio Oriente assume-se como o palco primordial entre as notícias referentes ao continente asiático (76,8%), enquanto as regiões da Ásia Meridional (12,5%), da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático (5,4% cada) ocupam os lugares restantes. A UE emerge como a protagonista entre as notícias que se sustentam na Europa, abrangendo a quase totalidade de notícias

sobre este contexto (93,9%). De igual forma, a América do Norte assume um papel primordial entre as peças relativas ao continente americano, representando 72,4% do total, uma percentagem bem acima das registadas pela América do Sul (17,2%) e pela América Central (10,3%). Entre as notícias que têm África como palco, metade dizem respeito a países situados na África Ocidental, subcontexto que serve de base a mais do dobro das notícias do que a África Central, que surge na segunda posição, com 21,4 pontos percentuais. Seguem-se a África Meridional (14,3%) e o Norte de África e a África Meridional (7,1% cada).

O cruzamento entre a variável “contexto” e a variável “tema” permite-nos perceber que o “futebol” emerge como o tema central entre as notícias referentes a Portugal, seguindo-se os temas “ordem interna” e “política”. Ao nível do noticiário internacional e das notícias que têm como palco os continentes europeu, africano e americano, a “política” ganha relevo e assume-se como o tema mais importante entre as notícias relativas a estes contextos. Importa ainda destacar a primazia que os temas “saúde e serviços sociais” e “arte e cultura” ocupam ao nível do noticiário internacional, bem como o relevo que os temas “conflitos” e “acidentes e catástrofes” têm entre as notícias relacionadas com a Ásia e a Oceânia, respetivamente.

CORREIO DA MANHÃ

O *CM* emerge como o meio de comunicação social analisado que concedeu uma maior importância ao noticiário nacional, nele sustentando 97,5% da sua produção noticiosa. Tal significa que apenas 2,5% dos temas ou acontecimentos destacados por este título da imprensa nas primeiras páginas das edições analisadas se alicerçam em notícias relativas a assuntos que extravasam as fronteiras nacionais. Entre estas, o destaque cabe ao noticiário internacional, que representa 1,1% do total, seguindo-se a Europa (0,6%), a América (0,4%), a África (0,3%) e a Ásia (0,1%). Por sua vez, a Oceânia não é objeto de qualquer chamada de primeira página entre as edições do *CM* analisadas.

Cruzando as variáveis “contexto” e “tema” verificamos que a “ordem interna” se assume como a categoria temática dominante no seio do noticiário nacional, sendo seguida pelos temas “futebol” e “assuntos diversos”. Ao nível do noticiário internacional, o destaque cabe às notícias sobre “religião” e “acidentes e catástrofes”, sendo este último também o tema dominante entre as notícias relativas ao continente europeu, juntamente com a categoria “justiça”. Os temas “eventos e festividades” e “política” dominam, respetivamente, o noticiário sobre os continentes africano e

americano, enquanto a categoria “conflitos” serve de base à única notícia do *CM* relativa ao continente asiático.

JORNAL DE NOTÍCIAS

O noticiário nacional volta a ter um enorme protagonismo entre as peças noticiosas destacadas pelo *JN* nas suas primeiras páginas, sustentando 90,9% do total de notícias. O noticiário internacional, por sua vez, ocupa o segundo lugar, com 3,8 pontos percentuais, seguindo-se as notícias sobre a Europa (2,3%), a Ásia (1,6%), a América (0,8%) e a África (0,6%). A Oceânia emerge como o contexto menos noticiado, servindo apenas de palco a uma notícia.

Quando atentamos nos temas mais destacados em cada um dos contextos noticiados, percebemos que o “futebol” e a “ordem interna” se assumem como os assuntos dominantes entre as peças noticiosas relativas a Portugal, enquanto o tema “arte e cultura” emerge como o mais noticiado ao nível das peças internacionais. Os acidentes e catástrofes, por sua vez, desempenham um papel primordial enquanto tema dominante das notícias baseadas no continente europeu, a par do tema “assuntos diversos”. Entre as notícias relativas aos continentes africano e americano, a primazia é assumida pelo tema “política”, ao passo que uma parte significativa das notícias sobre a Ásia têm nos “conflitos” um assunto central.

PÚBLICO

Na linha dos meios de comunicação social anteriormente mencionados, as edições do *Público* que analisámos concedem uma grande importância ao noticiário nacional nas suas primeiras páginas. Desta forma, as notícias sobre Portugal representam 72,4% do total de notícias publicadas por este jornal, percentagem muito superior à registada pelo noticiário internacional: 11,8 pontos. O terceiro lugar é ocupado pelas notícias relativas ao continente asiático (7,3%), seguindo-se a Europa (4,1%), a América (3,2%) e a África (1,1%). A Oceânia surge como o contexto com menor importância, sustentando apenas uma notícia de primeira página.

Cruzando a variável “contexto” e a “variável” tema constatamos que a “política” emerge como o tema que engloba o maior número das peças noticiosas relativas a Portugal, ao mundo, à Europa, a África e à América, destacando-se ainda como o segundo tema mais abordado entre as notícias sobre o continente asiático, contexto onde os “conflitos” assumem o protagonismo. O tema “economia e finanças”, por seu turno, é o segundo

tema mais mediatizado ao nível do noticiário nacional e das notícias sobre os continentes europeu e americano, ao passo que o noticiário internacional tem na “saúde e serviços sociais” o segundo tema mais recorrente.

ANÁLISE GLOBAL E COMPARATIVA

Entre os seis órgãos de comunicação social analisados, o noticiário nacional emerge como o protagonista, alicerçando 77,8% do total de notícias emitidas nos três noticiários televisivos e 88,2% do total de peças publicadas nas edições dos três jornais que integram a nossa amostra. Entre os operadores televisivos, a TVI destaca-se como o canal que apresenta o maior número de peças referentes a Portugal, as quais correspondem a 79,4% do total, percentagem que fica acima dos 77% registados pelo noticiário de horário nobre da SIC e dos 76,7% apresentados pelo espaço informativo das vinte horas do operador público de televisão. Neste quadro, apenas 22,2% do total de notícias emitidas por estes três noticiários televisivos refere-se a temas ou acontecimentos ocorridos fora das fronteiras nacionais. Entre estes, o destaque cabe ao noticiário internacional, que ocupa a segunda posição nos três canais (8,3% na SIC, 8,2% na RTP1 e 6,8% na TVI), seguindo-se a América no caso da SIC (4,9%) e a Europa no caso da RTP1 e da TVI (5,7% e 4,8%, respetivamente).

No seio da imprensa escrita, o peso do noticiário nacional torna-se ainda mais vincado. Desta forma, as notícias relativas ao território português correspondem a 89,4% do total das notícias apresentadas nas primeiras páginas das edições dos três títulos da imprensa analisados. A importância das peças noticiosas nacionais torna-se particularmente evidente entre as primeiras páginas do *CM*, que alicerça 97,5% do total de notícias no território nacional, seguindo-se o *JN*, com 90,9%, e o *Público*, com 72,4%. Por sua vez, o noticiário internacional ocupa o segundo lugar entre as notícias dos três títulos em análise, seguindo-se a Europa nas edições do *CM* e do *JN* e a Ásia nas edições do *Público*.

No que concerne ao “subcontexto”, importa destacar a importância que os conteúdos relativos à região Norte assumem entre as peças noticiosas publicadas pelo *JN* e a relevância do Médio Oriente enquanto alicerce de uma parte significativa das notícias apresentadas pelo *Público*. O facto de o *JN* estar implantado no Porto torna expectável a primazia da região Norte enquanto palco privilegiado por este jornal e explica o peso que este contexto assume nas edições deste título (21,2%), em comparação com o verificado nos restantes meios de comunicação analisados: TVI (8,5%), *CM*

(8,4%), RTP1 (6,1%), SIC (6%) e *Público* (3,4%). O peso percentual do Médio Oriente no seio das edições do *Público* é incomparavelmente superior ao registado nos outros órgãos de comunicação em estudo, alicerçando 6,7% do total de peças noticiosas deste jornal. A SIC é o órgão que apresenta a segunda percentagem mais elevada no que a este subcontexto diz respeito (2,4%), seguindo-se a TVI (1,8%), a RTP1 (1,7%) e o *JN* (1,3%). No caso do *CM*, esta região asiática tem uma importância diminuta, servindo de palco a apenas 0,2% do total de notícias destacadas por este jornal.

BALANÇO CONCLUSIVO E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

Neste texto apresentamos uma parte das conclusões obtidas com uma investigação sobre a esfera dos média em Portugal, por via da qual tentámos aferir, entre outros aspetos, quais os contextos geográficos mais mediatizados por seis órgãos de comunicação nacionais das áreas da televisão e da imprensa escrita.

Tendo por base duas variáveis analíticas diretamente ligadas ao âmbito das notícias (“contexto” e “subcontexto”) concluímos que a proximidade se configura como um dos critérios de noticiabilidade mais importantes, não só ao nível da seleção dos temas e acontecimentos a noticiar, como da sua hierarquização nos espaços informativos televisivos ou nas primeiras páginas dos jornais. Com efeito, as notícias sobre Portugal como um todo ou sobre as várias regiões do país assumem um protagonismo muito significativo nos meios de comunicação social analisados, o que faz com que o noticiário internacional seja colocado em segundo plano pelas agendas dos média, o que se reflete em percentagens que ficam bem abaixo das registadas pelo noticiário nacional. Por sua vez, a Europa ocupa um lugar secundário, tendo um peso muito reduzido nos noticiários televisivos e nas primeiras páginas dos jornais, em comparação com as notícias nacionais.

No entanto, a primazia do critério da proximidade não fica apenas evidente quando atentamos nos dados extraídos da análise do conteúdo dos blocos informativos de horário nobre da RTP1, SIC e TVI e das edições do *CM*, *JN* e *Público*, mas também quando refletimos sobre as conclusões obtidas por via da operacionalização das entrevistas a profissionais do campo mediático. De acordo com alguns diretores e editores de informação entrevistados, para além da relevância/importância dos factos e da utilidade ou interesse público do tema, a proximidade emerge como um critério fundamental na hora de se decidir pela publicação ou não de determinada notícia. Segundo alguns dos entrevistados, a importância do

critério da proximidade está amplamente relacionada com a representação que os média têm acerca do interesse do público em relação às notícias que lhes são mais próximas, uma vez que consideram que o público tende a identificar-se mais rapidamente e a interessar-se de forma mais vincada por temas e acontecimentos que tenham alguma utilidade no seu quotidiano e que impactem, de algum modo, na sua vida.

Arriscamos dizer que o menor relevo do noticiário sobre a Europa e o mundo nos espaços informativos televisivos e nos jornais poderá também ser explicado pela fraca identificação dos portugueses como cidadãos do espaço europeu ou mesmo como cidadãos do mundo, tal como comprovam alguns estudos académicos sobre questões identitárias.

Tendo por base estas conclusões, parece-nos fundamental que se proceda a um estudo não só sobre a esfera da produção noticiosa mas também sobre a esfera da receção, de forma a que se possa aferir se o diferente peso que os noticiários nacional e internacional têm na televisão e na imprensa escrita portuguesas está, de algum modo, relacionado com a identificação dos portugueses com a Europa e com o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agnès, Y. & Croisaandeau, J. M. (1981). Seleção e informação. In A. D. Rodrigues; E. a Dionísio & H. G. Neves (Eds.), *Comunicação social e jornalismo: os media escritos* (vol. 2, pp. 20-23). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Aubenas, F. & Benasayag, M. (2002). *A fabricação da informação: os jornalistas e a ideologia da comunicação*. Porto: Campo das Letras.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Cea D'Ancona, M. A. (1999). *Metodología cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Creswell, J. (1994). *Research design: qualitative & quantitative approaches*. Califórnia: Sage.
- Flick, U. (2002). *An introduction to qualitative research*. Londres: Sage.
- Fontcuberta, M. de (1999). *A notícia: pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Notícias Editorial.

- Lima, M. (2014). *O campo jornalístico em Portugal: convergências e disparidades entre o jornalismo televisivo e a imprensa escrita na atualidade*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Retirado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77546/2/106162.pdf>
- Lopes, J. T. (2000). *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lopes, J. T. (2003). Bourdieu: uma Sociologia para o século XXI. *Educação, Sociedade & Culturas, Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação*, 19, 171-180.
- Park, R. E. (2002). As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na Sociologia do conhecimento. In J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa* (pp. 35-48). Lisboa: Livros Horizonte.
- Pinto, J. M. (1984). Questões de metodologia sociológica (I). *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, 5-42.
- Veiga, J. C. (1992). *Introdução ao estudo da Comunicação Social*. Porto: Fundação Fernando Pessoa.

Citação:

Lima, M. (2017). Média e identidade(s): as notícias sobre a Europa e o mundo nos meios de comunicação social portugueses. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 166-179). Braga: CECS.

RUI VIEIRA CRUZ

rmvcruz@gmail.com

CENTRO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS (CICS.NOVA
UMINHO)/ CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

NANO-GAMING: PRODUTORAS E EDITORAS DE VIDEOJOGOS COMO CRIADORES DE CONTEÚDOS SOBRE NANOTECNOLOGIA

RESUMO

São diversos os discursos políticos e científicos que apresentam a nanotecnologia como a nova Revolução Industrial, com a promessa de fomentar um novo paradigma civilizacional abalando o mundo como o conhecemos. Enquanto tecnologia convergente ligada a setores tecnológicos (por exemplo, biotecnologia, tecnologias de informação) e a setores de aplicação (por exemplo, energia, produção alimentar, saúde, militar), a sua composição torna-a uma forma de conhecimento multidisciplinar e de aplicação inter-industrial.

Esta pluralidade conceptual permitiu às indústrias culturais – em especial literatura, cinema, séries televisivas e videojogos ligados ao género de ficção (científica) – a construção de um novo imaginário social em torno da nanotecnologia conectando-a com temáticas como o transhumanismo.

No presente artigo questionamos o contributo dos videojogos no retrato da nanotecnologia e quais as temáticas emergentes que fundamentam a criação dos atuais paradigmas tecnológicos. Por moldarem os contextos narrativos dos produtos culturais, os videojogos possibilitam aos jogadores uma interação virtual com a nanotecnologia, demonstrando diferentes aplicações e configurações em torno desta tecnologia.

Este capítulo visa identificar a forma como a nanotecnologia foi retratada nos videojogos, no período correspondente à produção de dois ciclos de consolas (2005-2013/ 2013-actualidade) estimando quais as funções e os papéis atribuídos pelas diferentes produtoras e editoras de videojogos. Pretendemos demonstrar o modo como a nanotecnologia é associada aos setores tecnológicos e de aplicação, questionando as configurações geopolíticas representadas na indústria dos videojogos. Configurando um arquétipo analítico pela aplicação de índices de concentração territorial Herfindahl-Hirschmann quisemos perceber quem são, de onde provêm as produtoras/ editoras, explorar as suas bases de consumidores e auscultar as nanonarrativas emergentes nos videojogos.

PALAVRAS-CHAVE

Nanotecnologia; videojogos; indústria cultural; transhumanismo; concentração territorial HHI

If you believe that your thoughts originate inside your brain,
do you also believe that television shows are made inside
your television set?

(Warren Ellis, Transmetropolitan, 1997, Vol. 1)

INTRODUÇÃO

A ficção criada nas indústrias culturais tem uma longa tradição de cruzamento com o desenvolvimento tecnológico. No filme *Terminator* de 1984, a personagem é capaz de projetar a leitura de informação biométrica nos seus óculos através de um *display* virtual de retina (Sagan, Frary & Walker, 2008). Em 2013, com a colocação no mercado dos Google Glass tal ação saiu do universo do imaginário tornando-se demonstrável e comercializável. Similar fenómeno ocorreu quando a Motorola se inspirou no design do telecommunicador em *Star Trek* (década de 1960) para a criação do seu telemóvel *flip-top* (Montaqim, 2012; Sagan et al., 2008). A ideia de um humano biónico criado no livro *StarShip Troopers* de Robert Heinlein conduziu à colocação de implantes biónicos em corpos humanos ou às práticas de *biohacking* (Elhefnawy, 2009; Gannon, 2009). Porém, estas ligações não abarcaram somente a esfera material do *hardware*, tendo incorporado também o *software*. Os contributos da série *CSI* na ficção televisiva forense fez emergir uma nova conceptualização de como se procede uma averiguação no panorama da investigação criminal e nas formas de policiamento tecnológico – um “efeito *CSI*” junto dos espectadores (Santos, 2011). Recentemente, em 2014, a Microsoft implementou nos seus sistemas¹ e dispositivos a assistente virtual Cortana (Jones, 2015), uma inteligência virtual criada no videogame *Halo* em 2001. A (r)evolução tecnológica não resulta somente de atos de *serendipity*, ao invés decorre de processos construídos que combinam diferentes estados da arte tecnocientíficos e imaginários sociais.

A ligação entre objetos tecnológicos, nomeadamente (nano)tecnologias que fomentam paradigmas convergentes e a produção das indústrias culturais ainda não é um foco analítico desenvolvido nas ciências sociais. Numa área de conhecimento pouco explorada e fortemente transversal, o desenvolvimento da nanotecnologia, dos seus setores de aplicação e a sua ligação às tecnologias de informação e biotecnologia é algo que as próprias indústrias culturais em especial a literatura, o cinema, as séries televisivas e os videogames ainda têm dificuldade em apresentar.

¹ Windows 10 e Windows Phone/Mobile.

Como uma tecnologia assente numa escala de comprimento (1000 milhões de vezes mais pequeno que um metro) a nanotecnologia não constitui um universo no qual os públicos possam facilmente ver e reconhecer as suas especificidades/potencialidades. Por conseguinte, os elementos textuais e elementos visuais assumem particular centralidade. A opção comum de ilustrar a nanotecnologia consistiu em relatar a transformação do humano (numa ótica transhumanista) e as formas como este interage com o mundo. Centrando-se nos aspetos visuais das personagens, esta adoção permite ao recetor a visualização de um produto que à partida é e/ou configura um mundo novo (utópico ou distópico) repleto de possibilidades comportadas pela nanotecnologia. Acrescentamos que, ao transformar a nanotecnologia num produto, as indústrias culturais afastam-se do procedimento industrial meramente de fabrico. Ao analisar apenas um dos campos (o oficial e mensurável ligado à produção industrial) corremos o risco de sobrestimar ou excluir conteúdos (Khan & Morgado, 2013), perdendo a pluralidade de mensagens e contributos enquanto promovemos o foco em romper a subordinação de uns saberes perante outros (Khan & Ribeiro, 2013), neste caso, entre produção industrial e cultural.

Tal argumentação levantou-nos uma série de questões ainda não aprofundadamente exploradas nas ciências sociais e no âmbito da tecnociência: que países promovem a nanotecnologia através das indústrias culturais dos videojogos? Como estas indústrias culturais a relacionam com diferentes sectores de aplicação ou tecnologia? Como vislumbram novas organizações societais? Que temáticas e nanonarrativas emergem? Como configuram um novo-humano?

A partir de uma abordagem exploratória analisamos os traços distintivos das produtoras/editoras de videojogos, a sua distribuição à escala global calculando o índice de concentração territorial Herfindahl-Hirschmann e as nanonarrativas que emergem nestes produtos culturais. Neste sentido subdividimos o presente artigo em quatro secções: i) construção da nanotecnologia como objeto analítico, ii) a importância dos videojogos na construção e imaginação da nanotecnologia; iii) notas metodológicas; iv) análise de dados, e discussão sobre a aglomeração espacial das produtoras/editoras e as nanonarrativas emergentes.

NANOTECNOLOGIA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO ANALÍTICO

O conceito de nanotecnologia foi construído a partir da combinação entre um procedimento tecnocientífico e a participação política emergindo

conceptualmente como um conjunto de ramos de ciência e tecnologia que trabalham com objetos mais pequenos do que um micrón (1000 nanómetros), ou como uma medida entre 1 e 100 nanómetros (nm).

Quão pequena tem de ser uma estrutura artificial para que a possamos considerar como nanotecnologia? Foi feita esta questão a um candidato para um emprego na minha universidade; ele respondeu com firme autoridade “100 nanómetros”. Porquê 100? o painel perguntou, ao qual ele respondeu sem hesitação: “Porque o presidente Clinton o afirmou.” Isso pareceu uma resposta muito justa – 100 nm era, de facto, o número associado à Iniciativa Nacional de Nanotecnologia dos EUA e a invocação da autoridade do presidente dos EUA basicamente resume a arbitrariedade da natureza de definições como essa. (Jones, 2007, pp. 38-39).

O debate científico envolve outros parâmetros que vão além da escala de medidas de trabalho e das visões políticas, questionado se as nanopartículas existentes na natureza (por exemplo, carbono) podem ser consideradas nanotecnologia (Miller, Serrato, Represas-Cardenas & Kundahl, 2005). Outras dúvidas manifestam-se na adoção de uma definição tendo em conta os objetos (materiais, mecanismos e sistemas) construídos com precisão atómica, que envolvem nanomateriais (Shelley, 2006).

A definição da National Nanotechnology Initiative – a mais recorrente no campo científico – identifica a nanotecnologia como:

investigação e desenvolvimento tecnológico ao nível atómico, molecular ou macromolecular, numa escala de comprimento de uma amplitude de aproximadamente 1-100 nanómetros, que forneça uma compreensão fundamental de fenómenos e materiais à nanoescala e para criar e usar estruturas, dispositivos e sistemas que tenham novas propriedades e funções devido ao seu tamanho pequeno e/ou intermédio. (Miller, et al., 2005, p. 14)

Estando assente numa medida de comprimento, a abrangência da nanotecnologia enquanto fonte de produção de aplicações inter-industriais e os setores de aplicação na qual se insere é imensa. Como elemento de vital importância para as economias do conhecimento do século XXI (Bainbridge, 2007), a nanotecnologia consubstancia-se num *pivot* central no desenvolvimento económico e social no futuro próximo (Roco, 2007). Aliás, é possível encontrar a nanotecnologia em diversos setores de aplicação, como nos sectores energético, produção alimentar, saúde e militar

(Salamanca-Buentello, Persad, Court, Martin & Daar, 2005; Smalley, 2007). A sua ligação a outras tecnologias, nomeadamente as ciências da computação/informação e a biotecnologia permitiu ampliar o alcance de aplicações assentes na nanotecnologia designadamente na formulação e transformação de materiais. O âmbito alargado de aplicação de nanotecnologia conduziu à formação de novos paradigmas tecnológicos convergentes, em particular GNR (Genética, Nanotecnologia, Robótica), BANG (Bio, Átomos, Nano e Genética) e NBIC (Nano, Bio, Ciências da Informação e Ciências Cognitivas).

Devido à ampla aplicabilidade, inúmeros países procederam à implementação de diferentes estratégias. A aposta do Japão incidiu em nanomateriais (Ishizu, Sekiya, Ishibashi, Negami, & Ata, 2008; Kanama & Kondo, 2007), tecnologias de informação e robótica (Kishi, 2005; Yamaguchi & Komiyama, 2001). Os EUA têm investido nos departamentos de energia, defesa, cosmética e biotecnologia/saúde (Kosal, 2010). Os países europeus privilegiaram uma aposta diferenciada na nanoelectrónica, nanobiotecnologia e nanomateriais (Hullmann, 2006, 2007).

NANOTECNOLOGIA NAS INDÚSTRIAS CULTURAIS

A série televisiva *Arrow* (DC Comics) optou por demonstrar a inovação do fato tecnológico da personagem Atom referindo continuamente a palavra “nanotecnologia” para revelar o seu carácter inovador e revolucionário (T3E18-23²). Na série *Eureka*, a nanotecnologia (nanoid) aparece ligada à iminente destruição da cidade (T1E9), ou ao controlo remoto cerebral de uma personagem, assim como à sua salvação aliada à melhoria da sua condição de saúde (T4E15). Na série *Doctor Who* (T7E1) é mencionado um campo de forças – *nanocloud* composto por nanogenes – que permite à raça mais poderosa do universo, os Dalek, a conversão de todas as espécies interplanetárias em membros do exército Dalek. No cinema, o filme *Big Hero 6* da Disney aplica alguns dos fundamentos reais (e imaginados) da nanotecnologia, especialmente aqueles ligados à microrrobótica (microdots) e à manipulação em regime de *bottom-up*, na qual um enxame de pequenos dots dão origem a um objeto maior em escala. Contudo, o tamanho de cada dot teve a sua escala aumentada de forma a tornar-se visível na tela para o público. Neste filme assiste-se a uma das formas de convergência tecnológica, em particular entre a nanotecnologia e as ciências cognitivas, já que a personagem recorre a um neurotransmissor craniano (isto é, fita

² Temporada 3, do Episódio 18 ao 23.

em torno da cabeça que detém a capacidade de atribuir poderes psíquicos) capaz de controlar os *microdots*.

A implementação da nanotecnologia revela uma transividade nos diferentes média. No livro *I, Robot* de Isaac Asimov, robots errantes são corrigidos através de uma nova disciplina: robotpsicologia. A coleção de nove textos promoveu ainda as três famosas leis³ de Asimov. A sua influência chegou a outros formatos das indústrias culturais, em particular a animação (por exemplo, *The Simpsons* e *Futurama*) e séries televisivas (por exemplo, *Star Trek*). Aquando a sua passagem para o cinema, o filme de 2004 abandona a conceptualização original de Asimov: inspira-se no episódio “Little Lost World” (da série televisiva *Out of this World* da década de 1960), acrescenta a nanotecnologia e a sua ligação/convergência às ciências cognitivas e à robótica, atribuindo-lhes um papel de destaque na criação de uma consciência nos robots e na resolução do conflito final. Estas formas de imaginação social transfiguram a nanotecnologia como bem de consumo.

O período temporal permite, por isso, diferenciações na forma de abordagem. Enquanto o cinema prima por uma abordagem transversal, já que um filme decorre num único período temporal, as séries televisivas ensejam uma abordagem longitudinal (isto é, num episódio de uma determinada temporada a nanotecnologia pode possuir uma determinada representação e numa diferente temporada ser caracterizada de forma antagónica, como em *Eureka*). Os videogames, por permitirem ambas as abordagens – jogo pode ser composto de uma única propriedade intelectual (PI), possuir sequelas, ou arcos narrativos diferenciados dentro do mesmo jogo que obrigam a re-jogar – transfiguram a forma como a nanotecnologia pode ser representada.

TECNOLOGIA EMERGENTE NUMA INDÚSTRIA CULTURAL EMERGENTE: NANOTECNOLOGIA E VIDEOJOGOS

O fenómeno religioso centrado no Cristianismo europeu tem sido apontado como o principal responsável pelo afastamento do estudo dos jogos (Bornet & Maya, 2012; Heidbrink, Knoll & Wysocki, 2014) devido à

³ Primeira lei de Asimov: um robot não pode ferir um ser humano ou, por inação, permitir que um ser humano seja ferido. Segunda lei: um robot deve obedecer às ordens que lhe forem atribuídas por humanos, exceto em casos que tais ordens entrem em conflito com a Primeira Lei. Terceira lei: um robot deve proteger a sua própria existência desde que tal proteção não entre em conflito com a Primeira ou Segunda Leis.

abolição do romano *ludi* da doutrina teológica católica e sua consideração imoral com ligações às culturas pagãs. Posteriormente a reforma protestante e as práticas católicas romanas reforçaram a condenação dos jogos de azar e apostas. A investigação académica nas ciências sociais não aborda com frequência os mundos dos videojogos e somente a partir de 1970 os jogos seriam parte integrante dos estudos académicos e do meio empresarial no Japão, nos Estados Unidos, e num bloco de países europeus. A abordagem das diversas produtoras e editoras às referências geográficas tem sido uma das esferas mais relegadas de análise académica e, não obstante o seu valor socioeconómico crescente, a forma como o tema é encarado pertence ainda à periferia da cultura mainstream⁴ (Carbone & Ruffino, 2014).

A questão da “identidade tecnológica” retratada através da nanotecnologia não tem sido alvo de profundo debate teórico nas ciências sociais, transitando o foco para a transformação que esta possibilita em termos socioeconómicos (Wood, Jones & Geldart, 2003), filosóficos (Dupuy, 2010), religiosos (Toumey, 2011) e ético-morais (Ferrari, 2010). As molduras teóricas e empíricas de referência em torno da nanotecnologia como objeto analítico autónomo em torno do binómio humano-máquina, não se manifestam como a norma. Estas limitações são constatáveis nos estudos sobre videojogos acerca das representações nanotecnológicas na produção e comercialização de conteúdos culturais.

As abordagens manifestam-se em torno de perceções e formas de compreensão de diversos atores e públicos (Brown & Kuzma, 2013; Macnaghten, Kearnes & Wynne, 2005; Macoubrie, 2006; Marchant, Sylvester & Abbott, 2008; Nordmann & Macnaghten, 2010; Katz, Solomon, Mee & Lovel, 2009; Kurath, Nentwich, Fleischer & Eisenberger, 2014; Kuzma & Priest, 2010) tendo descurado os elementos tecnocientíficos que ligam as indústrias produtivas e as culturais. Os trabalhos que o tentaram fazer procederam à criação de tarefas (Bowman, Hodge & Binks, 2007; Cobb, 2005) distribuindo elementos literários e questionando os indivíduos sobre a forma como compreenderiam as obras em questão. Contudo, focando-se essencialmente na produção literária e banda desenhada (Milburn, 2005), as análises das ciências sociais não têm incorporado aquela que é atualmente a maior industrial cultural à escala global: videojogos (Marchand & Hennig-Thurau, 2013).

⁴ A menção centro-periferia é uma referência ao tema da revista *GAME* “Video Game Subcultures: Playing at the Periphery of Mainstream Culture”

JOGAR: DO *PLAY* AO *GAME*

Quando uma criança brinca (*play*) ela constrói um mundo imaginado, com regras e procedimentos moldáveis. Inversamente, ao entrar num jogo (*game*) as regras são previamente estabelecidas, conhecidas e (relativamente) estáticas, bem como a sua posição perante o jogo (Kang, 2013). Se ao jogar à bola sozinha a criança pode ocupar todas as posições, imaginar os adversários, as balizas e contornar as regras, quando diversas crianças o fazem em grupo um novo conjunto de dinâmicas emerge, e com elas um novo conjunto de regras partilhados. Da mesma forma, no xadrez as peças possuem movimentos rígidos, incontornáveis contribuindo para conferir sentido e lógica ao jogo (Hamlen, 2011; Herodotou, Kambouri & Winters, 2011). *Play* configura-se como um ato espontâneo, enquanto *Game* constitui-se como um ato refletido. Contudo, o comportamento humano não se estrutura unicamente neste binómio. Outras formas de avaliação consistem na criação de elementos espontâneos dentro de um conjunto de regras específicos (Dormans, 2011; McGonigal, 2006) – jogabilidade emergente (*emergent gameplay*) – explicando como um jogador sustenta o seu próprio espaço criativo dentro de um jogo com normas, regras e objetivos definidos, ou seja, quando cria elementos de *play* dentro do *game* (Habel & Kooyman, 2014; Juul, 2002).

Pela inclusão de elementos narrativos manifestados através de uma variedade de processos de contar histórias, os jogos fundem espaços criativos, regras, e objetivos narrativos conferindo um novo conjunto de componentes que forma o mundo ficcional na qual as personagens se inserem: “jogar um videogame é (...) interagir com regras reais enquanto se imagina um mundo ficcional” (Juul, 2011, p. 1). Desta forma, o mundo pode ser ficcional, mas as regras, o sentido de vitória e derrota são percebidos como reais, ou seja, o sentido conferido a tais ações é real (McGonigal, 2014). Um jogo possui portanto um conjunto mínimo de regras, mas que permitem inúmeras variações no ato de jogar, sem necessitar obrigatoriamente de uma história/narrativa que guie as ações. Todavia, quando a narrativa está presente e aliada à jogabilidade potencia um ato de *storytelling*⁵ contribuindo para a imersão nos contextos e nos mundos que este providencia. Assim, jogos com narrativa constituem-se, regra geral, como

⁵ As narrativas expressam conteúdos, mundividências que podem ser, ou não configuradas pelos utilizadores. O jogador pode, ou não questionar porque ataca animais para alimentação em *Minecraft*, *The Elder Scrolls V: Skyrim*, ou *Tomb Raider*. O animal não é somente um desenho, um conjunto de pixels ou véxeis, pelo que cumpre destacadamente uma função marcada pelos designers do jogo (Kunzelman, 2014).

jogos de progressão (Dormans, 2011), enquanto jogos assentes em regras fomentam inúmeras possibilidades constituindo-se como jogos com jogabilidade emergente.

LINGUAGEM, NARRATIVA E RE-SIGNIFICAÇÃO: *STORYTELLING*

Perceber como as narrativas emergem aliadas à jogabilidade é um desafio sociológico. Logo, duas formas de análise sociológica emergiram dentro do espaço dos videojogos. Por um lado, o estudo de como as instituições sociais se refletem na prática de videojogos e, por outro, novos elementos que surgem da prática nos videojogos. Os jogadores estão de forma constante a interpretar e re-significar os jogos (Huynh, Lim & Skoric, 2013). Esta criação de sentidos e de linguagens manifesta-se de diversas formas, incidindo na compreensão de símbolos culturais hegemónicos e representações de *imperial gaze* (Burns, 2017; Wanderer, 2011), em sentidos de ligação empática entre a personagem jogável e o jogador – *narcisistic gaze* (Featherstone, 2010) – ou entre criação entre um objeto real e o seu semelhante virtual (*toys2life*). Tais manifestações contribuem para que o design e estética de um jogo ou de uma personagem se alterem ao longo do tempo (por exemplo, Lara Croft em *Tomb Raider*).

O sexo e as identidades de género são algumas destas formas de re-significação, configurando-se como uma forma de *emergent gameplay*⁶. Em títulos como *The Sims*, *Ultima Online*, *World of Warcraft*, *Guild Wars* e *Final Fantasy XIV: a Realm Reborn*, os jogadores exploraram tradicionais mas também inovadoras formas de jogar e encarar fenómenos sociais. Desde a prática da realização de casamentos e funerais *online*, a visões não normativas de sexualidade, os comportamentos nos espaços virtuais importam instituições sociais e culturais previamente existentes e simultaneamente contestam significados. Esta oscilação entre a reprodução e a criação de instituições e normas sociais nos videojogos manifesta-se de diversas formas. Os MMO, regra geral, não possuem regras ou mecânicas que possibilitem casamentos. Estas práticas “nascem” a partir dos jogadores sendo algo construído por eles. Todo o processo é virtualmente construído, desde a criação/forja de anéis, flores, fogo-de-artifício, planeamento do espaço, emissão dos convites, copo-de-água, bailes. Tais ações podem recorrer aos elementos (*assets*) que os produtores do jogo possibilitam ou através da criação de novos *assets* por parte dos jogadores através de modificações

⁶ Entende-se por emergent gameplay também o conceito de *sequence break* no qual o jogador explora e tira proveito de bugs (erros) no jogo numa forma não esperada pelos produtores.

(*mods*). Os jogadores reeditam assim tradições reproduzindo cânones sociais mas recorrendo a mecânicas de jogo não planeadas pelos produtores. Reproduzindo instituições sociais, os jogadores criam novos espaços não planeados pelos criadores dos jogos.

Este dinamismo e ambivalência da linguagem serve para negociar definindo espaços de autoridade no jogo e nas respetivas comunidades de gaming. Os jogos possuem significados seja em termos verbais ou visuais (Patridge, 2010). Para S. Hall (1997), compreendemos cultura através da linguagem e, partindo de uma abordagem semiótica aos estudos culturais, vários níveis de poder e de produção são geridos para compreender significados. O mesmo processo ocorre na contestação de significados.

O setor de produção tecnológica exige um conhecimento lexical alargado para compreender a produção. O próprio conceito de nanotecnologia exige um prévio conhecimento do termo nano de forma a compreender novos léxicos como *nanoenhancement* e as suas representações ideológicas (Rembold, 2014). Da mesma forma, a indústria cultural dos videogames exige também um conhecimento lexical alargado (Hou, Chern, Chen & Chen, 2011). Esta linguagem especializada define o que é ou não é produção legítima. Os videogames (tal como a literatura, o cinema ou as séries televisivas) permitem criar um conjunto de visões do futuro (Hall, 2004) não havendo também uma forma única de interpretar a narrativa e os elementos de um jogo.

NOVO HUMANO – TRANSHUMANO NA FICÇÃO

“Perguntei-lhes quantos conseguiam descrever a Segunda Lei da Termodinâmica... No entanto, estava a questionar algo que é o equivalente científico de: ‘já alguma vez leram uma obra de Shakespeare?’” (Snow, 1990, p. 172).

Mais relevante que o exemplo científico (a segunda lei da termodinâmica) ou literário (Shakespeare) apresentado por C. P. Snow é a demonstração da ligação entre ciência e cultura ou, na linguagem do autor, entre ciências e humanidades para a fundação de sentidos culturais (Hall, 1997). Se a criação científica não surge no vazio, a mesma premissa é válida para as indústrias culturais. Quando Galvani (em 1780) dissecou um sapo e conectou uma bateria (elétrica) à sua perna fazendo-a ter um espasmo, criava as bases para a conceção (em 1818) do livro *Frankenstein* de Mary Shelley, no qual o monstro é ativado através da energia (elétrica) de um relâmpago. Contrariamente à ideia de vencer a morte do livro de Shelley

(Ball, 2010; Laan, 2010), o foco em transcender o humano é representado em *The Strange Case of Dr. Jekyll & Mr. Hyde* (R. L. Stevenson). Inspirado na teoria da evolução de Darwin, Jekyll pretende criar um soro capaz de eliminar o mal num humano. Quando a criatura maligna – Hyde – emerge, a sua aparência símia revela um traço de evolução biológica: Jekyll é bom/humano; Hyde é maligno/símio (Kirby, 2008). Também o filme de 1966 *Fantastic Voyage* (que posteriormente deu origem ao livro e série televisiva) inspirou-se na ciência, em especial na injeção de partículas na corrente sanguínea, alastrando a aplicação à miniaturização de humanos. Trabalhando num nanomundo à nanoescala, os nanonautas têm como função destruir um coágulo de sangue que se instalou no braço de um cientista que possui segredos vitais. No filme *Ex Machina* (de 2015) um dos maiores desafios não consistia em ultrapassar o teste de Turing, originalmente criado em 1950, mas sim em reconhecer se um humano trataria uma inteligência artificial android da mesma forma que trataria outro humano.

Abordando especificamente a nanotecnologia como elemento central dos paradigmas convergentes, os livros *Prey* de Michael Crichton (2006) – criador de *Jurassic Park* no qual debate o descontrolo da biotecnologia – e *Diamond Age* de Neil Stephenson (1995) ditaram alguns dos cenários que têm sido reforçados no imaginário popular, em particular o “cenário de gosma cinza” do químico Eric Drexler (1990) no qual os *nanobots* se replicam incessantemente até à (possível) dominação das restantes formas de vida (Bowman, Hodge & Binks, 2007). Se em *Frankenstein* é criado um novo ser a partir de membros biológicos retalhados, em *Prey*, os *nanobots* interagem e fundem-se (na corrente sanguínea) com os humanos. Esta forma de transcender as limitações dos humanos não está contudo limitada à literatura e cinema.

DO HUMANO AO TRANSHUMANO⁷

Embora a implementação das primeiras próteses⁸ remonte à década de 1920, as primeiras manifestações de transhumanismo surgiram a partir da figura do *cyborg*, termo inicialmente cunhado por Clynes e Klyne

⁷ Na esteira de Martins (2006) diferenciamos entre neo, meta e trans-humano. Os neo-humanos definem-se pela compressão dos organismos biológicos, dando origem a dois caminhos de evolução: os meta-humanos e os trans-humanos.

⁸ Vários videogames exploraram abordagens *steampunk* que ligam a evolução tecnológica à era vitoriana recorrendo a configurações de próteses modernas, imaginadas à realidade daquela era: *Dishonored*, *Codename Steam* são alguns exemplos. Não serão, contudo, elementos empíricos para análise neste artigo.

em *Cyborgs & Space* na década de 1960 (Duarte, 2014; Ihde, 2008; Park, 2014). Contudo, foi através de Haraway (Gane 2006; Haraway, 1985) que a construção e a imagética da figura do *cyborg* se constituiu como forma para transcender as manifestações de sexo (biológico) e género (como construção social) contestando o tradicional binómio homem/mulher atravessando divisões categóricas entre facto e ficção (Shields, 2006). Também Latour (Latour, 2008; Rae, 2014) refletiu sobre o híbrido e como a sua existência gera enorme imprevisibilidade em vastas redes compostas por pessoas e objetos. O recente aparecimento de *body hackers* (Park, 2014), *grinders* (Duarte & Park, 2014) ou *self-made cyborgs* (Coenen, 2014; Dubiel, 2011) cria novas possibilidades de interrelação social que escapam à determinação biológica formando-se como distintas formas de modificação corporal (Duarte, 2014; Olivares, 2014).

A identidade serve como uma autodefinição em contraste com heterodefinições na qual se demarcam zonas de fronteira e exclusão (Ribeiro, 2011). É nesta diferenciação que se possibilitam espaços de estigma, reforçados entre o endogrupo (por exemplo, reclusos) em relação ao extragrupo (por exemplo, não-reclusos) (Wacquant, 2009), mas sobretudo quando este extravasa os muros alastrando o estigma para outros elementos e espaços, como os familiares em espaço doméstico (Granja, 2015). O filme *Gattaca* e o jogo *Remember Me* debatem os impactos da nanotecnologia e os vários tipos de discriminação que germinam do acesso desigual às tecnologias, como o genoísmo. Nos debates da nanotecnologia, amplo espaço tem sido dedicado à relação entre humanos e neo/meta/transhumanos e as formas de estigma, mas também de superação da condição humana. Fundindo o *cyborg* de Haraway (1985) com o híbrido de Latour (Latour, 1993) o transhumano é resultado de um triplo hibridismo: biológico e máquina; realidade e ficção; real e virtual. No dualismo bio/máquina, o estigma da figura do *cyborg* ocorre no universo da ficção (por exemplo, sem compreender a essência do sentir). Na dicotomia entre realidade/ficção, o estigma da ficção científica ocorreu quando a mensagem sobre os perigos da nanotecnologia contidos no livro *Prey* foram descartados nos grupos de discussão porque era percecionado como ficção (Bowman et al., 2007; Bowman & Hodge, 2007). Em relação ao binómio real/virtual, o termo de *digital now* promovido pela escritora Abha Dawesar (2013) é disso reflexo: as redes virtuais estão sempre presentes possibilitando a um corpo presencial simultaneamente agir num espaço real (por exemplo, sentado na mesa do café) e interagir num mundo virtual (por exemplo, postando texto e imagem nas redes sociais) quebrando o tradicional fluxo entre passado-presente-futuro.

TRANSHUMANISMO: (IDENTIDADE) DA CONSCIÊNCIA EMERGENTE À JOGABILIDADE EMERGENTE

Uma ideia recorrente da ligação entre videogames e nanotecnologia é o transhumanismo⁹, incidindo na capacidade para os humanos transcenderem as suas limitações corpóreas biológicas (Butryn & Masucci, 2009; Franklin, 2006). Enquanto parte de um paradigma convergente (GNR; BANG; NBIC) a relação da nanotecnologia com o transhumanismo¹⁰ tem-se revelado profícua. Tecnologias convergentes promovem resultados divergentes. Fundem-se tecnologias para dar azo a múltiplas formas de evolução. Várias possibilidades apresentam-se em aberto, em particular a manipulação genética do humano, contrastando com implantes ou elementos robóticos ou com o contributo das tecnologias de informação na alteração das capacidades de processamento e cognitivas do humano; o transhumanismo permite imaginar uma evolução não mais dependente da biologia e sobretudo não-externas ao ser humano. As indústrias culturais apresentam supermercados genéticos (Garcia, 2006; Martins, 2006) nos quais de forma convergente aliam a nanotecnologia às TIC, biotecnologia, robótica focando-se na capacidade de criar consciência corrigindo as limitações da biologia. O controlo pelas TIC ocorre de forma similar como o relógio permitiu o controlo do tempo: “a tecnologia “conhece” e define os parâmetros sobre o que é normal, saudável e familiar como aquilo que é pré-programável, previsível e antecipável, enquanto o desvio é lido como emergência” (Rapoport, 2013, p. 213).

Dentro da fusão tecnológica, o transhumanismo tem debatido as diferenças entre o cérebro biológico/químico e o cérebro computacional (Jones, 2007). Centrar a ação do cérebro somente pela sua capacidade cognitiva é ignorar a tomada de decisão humana através da consciência. Não sendo uma característica inerente, apriorista ou essencialista, a consciência (como abordada no filme *Ex Machina*) manifesta-se como uma propriedade emergente tal como a jogabilidade emergente dos videogames se

⁹ Diferenciamos transhumanismo de pós-humanismo. Se numa fase inicial, entre as décadas de 1930 e 1960, a configuração de transhumanismo era mencionada como uma corrente dentro do pós-humanismo, a partir da década de 1990 estabeleceu-se como uma corrente diferenciada cujo foco consiste em transcender os limites biológicos pela implementação voluntária de próteses capazes de tornar um humano mais forte, resistente, ou de ler/processar informação. A fusão entre biologia, robótica e ciências cognitivas têm sido algumas das esferas de aplicação.

¹⁰ Transhumanismo, como forma de manipulação genética, de intervenções biotécnicas possibilita recorrer a tratamentos médicos (Park, 2014). Distingue-se de outras técnicas de melhoria como doping no desporto ou de operações cosméticas por estas não afetarem a evolução da espécie humana (Rembold, 2014). Como técnica voluntária, os transhumanistas pretendem transformar o corpo de forma a eliminar as presentes limitações biológicas do humano (Howe, 2011) e esbatendo as barreiras entre o orgânico e inorgânico (Butryn & Masucci, 2009).

constitui como espaço criativo dentro de espaços estabelecidos; também a consciência transhumana se sustenta como propriedade emergente da combinação entre cérebro biológico e computacional.

A hierarquização dos nanomelhoramentos é, assim, incisiva. Se num binómio entre animal e humano, o animal – através de uma ação de *othering* (Hall, 1997) – é encarado como inferior (Bendel, 2013; Salter, 2015), como criatura senciente (ato de sentir) mas não-sapiente (ato de pensar) estando os seus comportamentos orientados para finalidades (Lee, 2016), o pensamento transhumano encara o ser (humano) biológico como algo limitado e determinado, no qual a tecnologia é essencial para transcender a categoria de humano (Kim & Kim, 2013). Tal como em *Ex Machina*, a capacidade computacional android¹¹ é uma variável central para o humano dialogar no qual o objetivo não é somente “enganar” o humano, fazendo-se passar por humano, mas sim reconhecer se o humano, sabendo que está a dialogar com uma android, a trata como humana.

Pela criação de universos ficcionais e pela vertente da interação, os videojogos permitem dar azo a especulações civilizacionais, a formas utópicas e distópicas de futuro ou à materialização efetiva de artefactos técnicos ainda especulados ou patenteados no presente. Na série de jogos *Deus Ex*, o transhumanismo é relacionado com o tema das desigualdades sociais (Cruz, 2013). Em *Metal Gear* o transhumanismo serve como forma de transfiguração e superação do humano seja pela clonagem genética, pela robótica, pela implementação dos *cyborgs* ou por transformar humanos em máquinas de guerra. Em *Crysis*, a evolução transhumana é fruto de uma relação simbiótica entre humanos e os nanofatos. Tais evoluções transhumanas retratam múltiplos sentidos evolutivos (e cenários futuristas):

do ponto de vista de um *cyborg*, a localização externa ou interna da tecnologia em relação ao corpo não importa. O que é mais importante são as interfaces e as relações que criamos entre os receptores biológicos e os sensores tecnológicos, o processamento de informações biológicas e tecnológicas, e os modos biológicos e tecnológicos de interação com o meio ambiente. (Greiner, 2014, p. 300)

¹¹ A Singularidade Vingeanana promove a criação de um super-humano (Vinge, 1993), num espaço contemporâneo munido de *peças inteligentes* (Giddens, Beck & Scott, 1997) dotados de uma reflexividade social aumentada (Siqueira & Medeiros, 2011). Ora, esta fusão entre processamento e conhecimento merece um reparo dado que “todos os factos do universo acumulados não produzem uma ideia” (Quental, 1989, p. 71). Um computador (lógica digital) processa com melhor capacidade que um cérebro humano (lógica química) (Warwick, 2003), mas são as conexões das sinapses estabelecidas neste que atribuem a casualidade e aleatoriedade necessária para um processo cognitivo criativo (Jones, 2007).

NOTAS METODOLÓGICAS

Dado o cariz exploratório da análise e os objetivos de cruzamento de variáveis, a seleção das plataformas foi efetuada tendo em conta o número de vendas e aquelas com maior base instalada de jogadores. De forma a abarcar diferentes representações e diferentes ligações nanotecnológicas implementámos uma configuração longitudinal integrando a anterior geração de consolas – que teve início em 2005 com o lançamento da Xbox360 (Microsoft) sucedendo-se em 2006, a Wii (Nintendo) e em 2007 a PlayStation 3 (Sony) – até à presente geração com início em novembro de 2012¹² aquando lançamento Wii U (Nintendo) e posteriormente da PlayStation 4 (Sony) e da Xbox One (Microsoft). Em termos de configuração temporal a nossa amostra teve início no quarto trimestre de 2005¹³ e o término no segundo trimestre de 2015. Ao delimitar a nossa análise às consolas caseiras procedemos à exclusão de outras plataformas de *gaming*, as consolas portáteis, as plataformas móveis (*smartphones* e *tablets*) e títulos exclusivos para PC.

Recorremos à utilização de bases de dados comerciais (Amazon) e não comerciais (Internet Movie Database – IMDb), com recurso aos *sites* e fóruns de duas agências noticiosas centradas em videojogos: IGN e Gamespot. As palavras-chave incidiram diretamente em termos relacionados com o objeto de análise, como nanotecnologia, o prefixo nano, de onde se extraíram léxicos como nanites (*Red Faction/ Marvel Ultimate Alliance*), nanofato/ *nanosuit* (trilogia *Crysis*), cenário Grey Goo (*World of Goo*) assente na obra de Eric Drexler de 1986 *Engines of Creation* (1990), nanomelhoramento/ *nanoenhancement* presente em *Deus Ex: Human Revolution* e *nano-forge*, uma arma em ambos os títulos estudados da série *Red Faction*.

De um total de 29 títulos encontrados excluímos 10 pelo facto de a sua fundamentação como objeto nanotecnológico se constituir de forma verbal e não visual. Ou seja, o jogador só saberia que se tratava nanotecnologia porque uma personagem não jogável – NPC (Non-Playable Character) – o definia oralmente como tal, sem existir um elemento com o qual pudesse interagir. Dos 19 títulos restantes, deparamo-nos com duas trilogias (*Crysis* e *Mass Effect*) perfazendo assim seis títulos. Três séries (*Metal Gear*

¹² A consola da Nintendo Wii U foi lançada mundialmente ainda durante o final de 2012 enquanto a PlayStation 4 (Sony) chegou aos consumidores no último trimestre de 2013. A Xbox One (Microsoft) não teve um lançamento global, mas atingiu o mercado norte-americano no último trimestre de 2013, só chegando à maioria dos países europeus no ano de 2014.

¹³ A extração só ocorreu com títulos produzidos após 22 de novembro de 2005, data de lançamento oficial da consola Xbox360.

e *Red Faction*, *Mortal Kombat*) compõem seis títulos. Desta forma 12 dos 19 títulos são compostos por *franchises* lançados durante a sétima geração de consolas e não novas propriedades intelectuais (PI) isoladas.

Alguns procedimentos metodológicos merecem uma particular explicação. Para proceder aos índices de concentração territorial de títulos, produtoras e editoras contabilizamos cada uma deles de acordo com cada um dos títulos rejeitando agrupar os elementos por *franchise*. O índice de Herfindahl-Hirschmann (Feng et al., 2015; Naldi & Flamini, 2014) estima a importância das empresas relativamente ao tamanho da indústria atuando como um indicador de medição do nível de competição entre elas (Graham & Iacopetta, 2014; Pencavel, 2014). Através de uma escala de pontuação entre um e 10 mil pontos é possível aferir o nível de competitividade industrial de forma a medir os índices concorrenciais ou monopolistas. Se valores inferiores baixos são indicadores de mercados altamente concorrenciais, valores elevados demonstram a existência de monopólios ou de baixo nível concorrencial.

HHI	GRAU DE CONCENTRAÇÃO
<100	Forte dispersão
100-1500	Ausência de concentração
1500-2500	Concentração moderada
>2500	Forte concentração

Tabela 1: Nível de concentração e interpretação dos valores de referência HHI

O objetivo consiste em atribuir um valor à importância das produtoras/editoras de acordo com a sua divisão territorial. Como exemplo, a série *Crysis*, que conta com três entradas, fez a sua produtora Crytek contabilizar três vezes. Este procedimento justifica-se dado o facto de que uma produtora não tem necessariamente de desenvolver o produto original e as suas sequelas como ocorreu com *Farcry*, um título inicialmente desenvolvido pela Crytek cabendo as suas sequelas à Ubisoft Montreal. Da mesma forma, alguns títulos seguem a série principal – por exemplo, *Metal Gear Solid 4*, produzido pela Kojima Productions – enquanto outros são *spin-offs* da série principal, como ocorreu com *Metal Gear Rising Revengeance* cuja produção esteve sob o controlo da Platinum Games. Outro fenómeno ocorreu com *Portal 2*, possuindo este menções à nanotecnologia, enquanto o primeiro título da série também ele lançado durante a mesma geração de

consolas não o faz. Outros títulos que integraram a amostra, como *Mortal Kombat 9/X* e *Marvel Ultimate Alliance*, viram os seus títulos anteriores referir nanotecnologia mas dado terem chegado ao mercado na sexta geração de consolas, o requisito não foi conducente com os objetivos da amostra.

Numa segunda fase agrupamos os videojogos de acordo com a produtora de forma a medir se existe concentração ou dispersão na produção destes títulos. O mesmo procedimento foi repetido de forma a constatar o efeito tendo em conta as editoras. Por fim, agrupamos a nacionalidade de cada uma das produtoras de acordo com o seu espaço geográfico: América do Norte (AN), Europa (E), Japão (JP) e Resto do Mundo. Não foram encontrados quaisquer títulos para esta última categoria. O mesmo procedimento foi executado para a análise das editoras.

NOME	GÉNERO	PRODUTORA	EDITORIA
Binary Domain	TPS	Yakuza Team (JP)	Sega (JP)
Crysis (1, 2 e 3)	FPS	Crytek (E)	Electronic Arts (AN)
Deus Ex: Human Revolution	RPG	Eidos Montreal (AN)	Square Enix (JP)
Injustice Gods Among Us	Luta	Netherrealm (AN)	Warner Bros (AN)
Marvel Ultimate Alliance	RPG	Vicarious Vision (AN)	Activision (AN)
Mass Effect (1, 2 e 3)	RPG	Bioware (AN)	Electronic Arts (AN)
Metal Gear Rising Revengeance	Acção	Platinum Games (JP)	Konami (JP)
Metal Gear Solid 4: Guns of Patriots	Acção	Kojima Productions (JP)	Konami (JP)
Mortal Kombat 9 / Mortal Kombat X	Luta	Netherrealm (AN)	Warner Bros (AN)
Portal 2	Puzzle	Valve Corporation (AN)	Valve Corporation (AN)
Red Faction Armaggedon	Acção	Volition (AN)	THQ (AN)
Red Faction Guerilla	Acção	Volition (AN)	THQ (AN)
Remember Me	Acção	Dontnod (E)	Capcom (JP)
World of Goo	Puzzle	2DBoy (AN)	2DBoy (AN)

Tabela 2: Agrupamento de videojogos segundo produtoras/editoras

Pretendemos perceber a configuração tecnológica de produção numa relação assente em setores de aplicação, setores tecnológicos e paradigmas convergentes. O agrupamento de informação e sua posterior desagregação teve como objetivo contabilizar diferenciadamente quem produz, quem edita e distribui (e quem consome). Os modelos de concentração

territorial permitiram-nos configurar os locais onde se imaginam as possibilidades da nanotecnologia e com que outras tecnologias ou setores de produção esta tecnologia converge.

O foco esteve nos elementos visuais (por exemplo, imagens) e nas representações promovidas pelas produtoras/editoras dos videojogos mencionados¹⁴. Pela função que estas atribuem à tecnologia é possível retratar a forma como foi implementada, sem abordar os recetores. O centro analítico é na mensagem/ tecnologia e no seu produtor, e não no seu recetor.

DADOS: CRIADORES DE CONTEÚDOS DE NANOTECNOLOGIA E CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA

Quando contabilizados o total de produtos (19) e unidades vendidas (50.817.000) constatamos que o maior número de produtoras que abordam nanotecnologia como objeto provém da América do Norte, seguindo-se o Japão e a Europa. Na distribuição por editoras a influência da América do Norte e do Japão cresce em detrimento dos países europeus visto não terem qualquer editora.

	Nº	PRODU- TORAS %	SHARE VENDAS PRODUTORAS	Nº	EDITO- RAS %	SHARE VENDAS EDITORAS
Japonesa	3	15,79%	16,23%	5	26,32%	23,82%
Norte-americana	12	63,16%	70,05%	14	73,68%	76,18%
Europa	4	21,05%	13,71%			
Totais	19	100,00%	100,00%	19	100,00%	100,00%
HHI	767,12	1644,22	5359,05		2432,86	6370,50

Tabela 3: Divisão dos produtos de acordo por produtora e editora

Verificamos um índice de concentração de 767 demonstrando que o número de videojogos não opera num mercado concentrado, apresentando contudo algumas assimetrias entre o número de unidades vendidas

¹⁴ Não sendo este um estudo de receção de conteúdos e configurando-se os jogos como compostos por um conjunto de emoções (Zagalo, 2009) (por exemplo, alegria, satisfação, tristeza, frustração) derivadas da sua narrativa mas também da sua jogabilidade, existe a possibilidade do jogador poder responder positivamente a uma cena moralmente negativa e vice-versa. Tal resposta depende da representação social do jogador da cena, ou pelo facto do seu foco se manifestar na jogabilidade e não na narrativa. Por isso, pretendemos analisar esta vertente culturalmente específica e culturalmente contingente dos videojogos abrindo espaço para a inclusão de uma nova esfera de análise: o design e as possibilidades que as produtoras/editoras de videojogos fazem da nanotecnologia.

de cada videogame. Contudo, esta informação só nos transmite uma visão geralista. Quando nos centramos numericamente nas produtoras, ou seja, as criadoras de conteúdos, registamos que os 19 videogames são produzidos por apenas 12 produtoras; esse valor ascende a 1.644 o que nos indica uma concentração moderada de mercado. Quando as posicionamos no mercado em termos geográficos verifica-se uma maior concentração de produtoras no mercado norte-americano, seguindo-se o mercado japonês e europeu. Outro fenómeno que se destaca é o diferencial entre o número total de produtoras japonesas corresponder a 15,79% ascendendo a 16,23% das unidades vendidas, registando as produtoras europeias um decréscimo entre o número de produtoras (21,05%) e a sua percentagem de vendas (13,71%). Esta perda reflete-se sobretudo para as produtoras norte americanas que registam um crescimento de 63,16% para 70,05% do total, tornando o mercado tendencialmente monopolista (5.359,05).

Esta tendência de concentração é mais visível no que toca às editoras de videogames. Com a ausência de editoras europeias, os mercados ficaram dualmente segmentados entre Japão (26,32%) e América do Norte (73,68%). O mercado demonstra-se assim tendencialmente monopolista (2.432,86). Contudo, quando contabilizamos as unidades vendidas registamos que o Japão perde algum *share*, aumentando ainda mais o domínio das editoras norte-americanas (76,18%). O índice de concentração territorial torna-se monopolista atingindo um valor HHI de 6.370,50.

Os videogames são produtos comercializados à escala global. Todavia, o domínio das produtoras e das editoras como criadores de conteúdos de nanotecnologia, seja através do número de produtos criados, seja no consumo, gera um efeito de concentração no espaço norte-americano. Não só o mercado americano possui maior número de produtoras como vende em média mais que as suas congéneres europeias e japonesas. Se em termos de unidades vendidas as produtoras europeias perdem influência para as japonesas e norte americanas, no que respeita a editoras a sua total ausência reforça a concentração territorial norte-americana justificado pelo facto de três dos títulos produzidos na Europa serem editados por empresas norte-americanas.

DADOS: NANONARRATIVAS

Conhecendo a distribuição das produtoras, o passo seguinte consistiu numa análise descritiva da função da nanotecnologia no arco narrativo. Em termos históricos/narrativos, sendo uma tecnologia recente cujas primeiras

experiências remontam à década de 1980, não foram encontrados jogos situados em períodos anteriores a esta data. Opostamente, os períodos narrativos sofreram de um efeito “futurista”, no qual a contextualização histórica decorria num período temporal ainda não conhecido: o futuro.

Do quase presente de 2014 de *Metal Gear Solid 4*, com *Deus Ex Human Revolution* a decorrer em 2027, ao futuro distante de *Remember Me* em 2084 e ao ainda mais longínquo futuro de *Mass Effect*, a abrangência tecnológica demonstrou esta evolução. Se em *Deus Ex* ainda são debatidos os benefícios e as desvantagens do transhumanismo, incluindo diferentes formas de transcender o humano incorporando uma ligação entre nanotecnologia a genética e a robótica (paradigma GNR), em *Remember Me* o espaço para debate é francamente menor. Esta superação do humano biológico foi naturalizada, num espaço de convívio entre a nanotecnologia, as tecnologias de informação, as ciências cognitivas (inteligências artificiais), a biotecnologia (aliada à genética) e a robótica.

Binary Domain, um título da japonesa Yakuza Team/Sega, liga a nanotecnologia à robótica. Com a narrativa a desenvolver-se em 2080, o aquecimento global causou cheias à escala global matando milhões de pessoas. Os diversos governos mundiais recorreram à robótica substituindo os humanos como força de trabalho. É assim que uma empresa americana, Bergen, passa a dominar a indústria e com isso a produção global. Uma empresa japonesa, Amada, tenta competir criando um primeiro robot humanoide capaz de se passar por humano, mas a produção é bloqueada no regime de patentes pela Bergen. Esta empresa usa a sua esfera de influência de forma que na “Nova convenção de Genebra” seja proibida a criação de humanoides, ou de robots que se assemelhem a humanos. Em *Binary Domain* tais humanoides são conhecidos como *hollow children*. Embora diversas instituições de controlo tenham como finalidade destruir as tentativas de criação dos humanoides são realizadas diversas experiências ilegalmente culminando posteriormente com a destruição da sede da Bergen por um humanoide que não tinha a consciência de ser um robot, mas sim um humano.

A narrativa da trilogia de *Crysis* ocorre entre 2020 e 2023 centrando-se em torno de um nanofato, capaz de conferir poderes sobre-humanos aos seus detentores. Se nos dois primeiros títulos a ampla convergência entre tecnologias pareceu manifestar-se unicamente sobre capacidades físicas – regeneração, maior velocidade, força – o terceiro título abordou a fusão mental/intelectual entre duas personagens recorrendo a um intermediário computadorizado. Tal como em *Binary Domain* também em *Crysis*

uma empresa, CELL, controla os recursos e a segurança global contra uma invasão alienígena.

Deus Ex: Human Revolution, da produtora canadiana Eidos Montreal e distribuído pela japonesa Square Enix, foca a sua narrativa nas vantagens/desvantagens do transhumanismo e como se reflete nos aspetos bélicos e no melhoramento da saúde física dos humanos. Entre as personagens que pretendem ultrapassar a condição biológica determinada do humano através da nano(bio)tecnologia e aqueles que pretendem a evolução natural da espécie, o videojogo refletiu os vários setores de aplicação de ligação da nanotecnologia, em especial o setor militar e a saúde ligando-os a setores tecnológicos da biotecnologia e das tecnologias de comunicação.

O título de luta da produtora americana Netherrealm, *Injustice Gods Among Us*, primou por uma abordagem imaginada de uma realidade retirada das personagens da banda desenhada da DC Comics. Incluindo personagens icónicas como Superman, Batman, Green Arrow e Flash, a nanotecnologia foi tecnologia escolhida pela produtora para que as diversas personagens incluídas no jogo pudessem competir com a personagem mais poderosa do universo DC, o Superman. Pela criação de um soro nanotecnológico, qualquer uma das personagens humanas (heróis e vilões) superou a sua condição biológica e tornou-se capaz de competir e rivalizar com a mais poderosa personagem da DC.

Em *Marvel Ultimate Alliance* a cidade de Atlantida é ocupada pelo vilão Attuma usurpando o trono de Namor. A nanotecnologia permite aos heróis não-aquáticos respirar debaixo de água com uma liberdade de movimentos simulando a terra.

A trilogia *Mass Effect* é aquela que decorre num espaço temporal mais longínquo (2183 a 2186) no qual os humanos estão em profunda exploração espacial e fruto do contacto com outras espécies no universo procedendo à aquisição e adaptação de diversas tecnologias. Embora algumas das formulações da nanotecnologia sejam especuláveis na reconfiguração da figura do humano, o jogo menciona nanotecnologia na sua aplicação direta a armamento e aquando da remodelação biológica da personagem principal em *Mass Effect 2*.

A narrativa de *Metal Gear Solid 4: Guns of the Patriots* desenrola-se em 2014 (o título foi originalmente lançado em 2008). Num mundo controlado por companhias militares privadas, que equipam os seus soldados com nanomáquinas melhorando as suas capacidades físicas e cognitivas em combate. O controlo desta rede de nanomáquinas torna-se o objetivo central do jogo. Dado a personagem principal do jogo ser um clone, sintomas

similares ao síndrome de Werner (aceleração da decomposição física) cria uma projeção temporal limitada para evitar o controlo da rede de nanomáquinas por organizações terroristas. O objetivo bélico da nanotecnologia é elemento central em *Metal Gear Solid 4*.

Metal Gear Rising Revengeance vê a sua narrativa desenvolver-se entre 2016 e 2018. No seguimento de *Metal Gear Solid 4* as companhias militares privadas tentam destruir quaisquer negociações de paz. O controlo diferenciado por nanomáquinas permitiu a várias organizações seguir linhas diferenciadas de desenvolvimento, mas sobretudo ganhar influência política tornando-se a nanotecnologia o elemento central para determinar as eleições. A personagem central, Raiden, um *cyborg* nanobiónico confronta o vilão nano-aumentado que é praticamente invulnerável. *Metal Gear Rising Revengeance* escala o conflito armado em que só nanomelhoramentos são capazes de competir com nanomelhoramentos, configurando os conflitos bélicos do século XX como obsoletos.

Outros títulos da Netherrealm enveredaram por um caminho distinto criando um conjunto de personagens com características distintivas de combate fomentadas pela nanotecnologia. Ao contrário de *Injustice: Gods Among Us* em que a nanotecnologia serviu de equalizador, em *Mortal Kombat IX* (e posteriormente em *Mortal Kombat X*) as personagens de Smoke são claramente distintivas do resto do elenco, sendo a fusão entre o humano e o robot os seus grandes traços característicos. Como o único transhumano com consciência, as suas capacidades passam pela desmaterialização em fumo (com referências a Enerra – demónios japoneses capazes de se transformar em fumo). Em *Mortal Kombat X* a personagem Smoke altera o seu nome para Enerra reforçando a ligação entre robótica, TIC e ciências cognitivas reforçando o seu traço distintivo em relação a outras personagens como Cyrax e Sektor (robots sem autonomia cognitiva).

Portal 2 tem a sua narrativa passada num laboratório – Aperture Science – e apresenta uma personagem à nanoescala – Jerry, o *nanobot* – com a capacidade de processamento cognitivo e reflexão e de se expressar verbalmente, interagindo com personagem principal jogável. O objetivo destes *nanobots* passa por proceder a reparações e manutenção consertando componentes ao nível molecular.

Em ambos os títulos da saga *Red Faction* (*Guerrilla* e *Armageddon*), a apresentação da nanotecnologia é realizada através do setor de aplicação militar (*nanoforge*), estando fortemente vinculado à criação de nano-armas (*nanorifle*), dispositivos com a capacidade de desmaterializar edifícios, veículos e adversários. *Red Faction* manifestou assim uma representação bélica do replicador visto na série de *Star Trek* da década de 1960, capaz de

desmaterializar e replicar produtos. Contudo, se em *Guerrilla*, decorrido em 2125, a *nanoforge* pouco mais é que uma arma, *Armageddon* de 2175 primou pela sua incorporação numa vasta panóplia de armamento e dispositivos. Tal como em *Crysis*, a forma como as produtoras fizeram evoluir a nanotecnologia adicionando-lhe novas capacidades ao longo dos títulos da série foi constatável.

Remember Me, decorrido no ano de 2084 é o título mais transversal da amostra. A sua narrativa decorre em Neo-Paris na qual a ideia de humano é praticamente inexistente, apresentado uma sociedade na qual a ação de moldar e eliminar memórias é a norma do misto de convivência entre organismos biológicos metahumanos, robotizados e transhumanos.

Por fim, *World of Goo* é um título centrado sobretudo na jogabilidade e sem grandes definições narrativas. Contudo, centrado nos princípios promovidos por Drexler (1990) de mecanismos de criação e mecanismos de destruição, cabe ao jogador concentrar diversos *nanobots* de forma a construir ou destruir cenários. Quantos mais *nanobots* o jogador acumular mais a área de jogo se aproxima a um cenário de gosma cinza (*grey goo scenario*).

Na ligação entre produção patenteada de aplicação futura e as aplicações futuras, a indústria dos videogames inspirou-se em possibilidades técnicas, propriedades intelectuais ou protótipos patenteados para resgatar a sua aplicabilidade em cenários futuros.

NOTAS FINAIS

A pluralidade de cenários imaginados nos videogames combinadamente com as múltiplas capacidades da nanotecnologia criou diversas configurações ao nível territorial. Duas temáticas sobressaíram da descrição narrativa: a configuração territorial e como as tecnologias imaginadas no presente configuram a evolução humana no futuro.

Não só a América do Norte detém territorialmente mais produtoras como são vendidos mais títulos desta proveniência, em detrimento dos títulos produzidos na Europa e Japão. Esta abrangência tendencialmente monopolista levanta questões acerca da veiculação da mensagem. Com a ênfase do Japão na robótica e dos Estados Unidos na área militar, saúde/biotecnologia, foi registado o sincronismo entre as produções da indústria cultural dos videogames e a produção industrial efetiva. As produtoras europeias demonstraram uma configuração diferente das suas congéneres norte-americanas e japonesas. Se estas se demonstraram mais direcionadas

na veiculação da nanotecnologia a um conjunto de tecnologias e setores de aplicação, as produtoras europeias revelaram uma maior amplitude. Contudo, tal não significa maior pluralidade no desenvolvimento e promoção tecnológico visto que as produtoras europeias descentraram a sua narrativa do espaço territorial europeu migrando-a, sobretudo, para os Estados Unidos, reforçando as ligações tecnológicas que caracterizam este país.

Constatamos que as indústrias culturais refletem nos conteúdos o local em que são produzidos ligando a produção cultural com a produção industrial. Também a forma como representam a nanotecnologia e conotação com o transhumanismo depende do local geográfico na qual a produtora está sediada. Sendo a esfera militar uma constante, o domínio da América do Norte, em especial dos Estados Unidos, reforça um conjunto de ligações da nanotecnologia com os setores tecnológicos e de aplicação em particular com a biotecnologia e a saúde e o campo militar, enquanto o Japão retratou a robótica.

Foi sobretudo uma série produzida na Europa (*Crysis*) que demonstrou a evolução da nanotecnologia. Se nos dois primeiros títulos de *Crysis* a ligação ao campo militar e à esfera da saúde eram visíveis, no terceiro jogo, a ligação às ciências cognitivas através da fusão entre um corpo biológico com um diferente “cérebro” constitui-se como uma forma da imagem do humano transcender a sua limitação biológica e a sua limitação cognitiva. Para além disso, demonstrou como a nanotecnologia convergiu juntando diferentes áreas do conhecimento alargando o espectro de um determinado paradigma tecnológico.

O transhumanismo emergiu como um tema ligado à nanotecnologia levando a múltiplos desenvolvimentos narrativos, passando por cenários distópicos e aumento das desigualdades sociais, mas também antagonicamente por melhorias no desempenho físico e mental dos (trans)humanos e ampla oferta na escolha da evolução humana. Vislumbrou-se uma diferenciação de acordo com área regional tendo as produções da América do Norte uma preferência pelo transhumanismo configurado pelas modificações genéticas e algumas aptidões biónicas enquanto o Japão demonstrou uma maior relação pela fusão com a robótica configurando um humano com cérebro biológico, mas com corpo robótico. As produções europeias ao invés optaram pela incorporação de externalidades, e.g. o nanofato, em que o humano só é transformado após a introdução destes elementos externos, mas focou-se nos melhoramentos cognitivos. A dicotomia passou assim por um corpo humano (transformado) e um cérebro melhorado pela implementação de novas capacidades de processamento de informação.

Teoricamente diferenciando-se das formulações de outras indústrias culturais, em especial o cinema e séries televisivas, o setor militar da nanotecnologia foi um tema recorrente e transversal nos jogos cuja narrativa se realizou num futuro recente/presente (*Metal Gear Solid 4 Guns of Patriots*) até aos jogos passados num futuro longínquo. Shelley (2006) antecipa que após a Guerra Fria e a Guerra das Estrelas chegaremos às Nanoguerras nas quais, para além da militarização do corpo confere-se a militarização do cérebro, ocorrendo um controlo (militarizado) do corpo e da mente (Hayles, 2006).

Embora o foco tenha incidido no local de produção dos videojogos e a ligação entre nanotecnologia e setores tecnológicos e de aplicação, não foram debatidos os elementos ideológicos e os significados simbólicos que representam essa mesma configuração. Futuros pontos de interesse analíticos residem no estudo dos elementos visuais da nanotecnologia e o seu contributo para a elaboração do processo de construção identitário da nanotecnologia. Outro nível analítico passa pela forma como as indústrias culturais antecipam eventos e ocorrências fomentando a criação prévia de memórias (nano) tecnológicas, acelerando os processos de aceitação da tecnologia aquando a sua implementação comercial. Por fim, títulos da série *Call of Duty*, em concreto as sub-séries *Modern Warfare* e *Advanced Warfare* configuram e veiculam uma noção de “destino manifesto” muito presente nas operações militares desenvolvidas pelos Estados Unidos. Dada a concentração territorial, estudos futuros atenderão à forma da construção da narrativa através do *imperial gaze* manifestando-se na compreensão na relação entre o local de produção dos videojogos e os seus conteúdos transmitidos. No *nano-gaming*, a mensagem transmitida revelou estar dependente das nacionalidades das produtoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bainbridge, W. S. (2007). Ethical considerations in the advance of nanotechnology. In L. E. Foster (Ed.), *Nanotechnology – science, innovation and opportunity* (pp. 233-242). Nova Jersey: Prentice Hall.
- Ball, P. (2010). Making life: a comment on “Playing God in Frankenstein”’s footsteps: synthetic biology and the meaning of life by Henk van den Belt (2009). *Nanoethics*, 4, 129-132. doi: 10.1007/s11569-010-0091-x
- Bendel, O. (2013). Considerations about the relationship between animal and machine ethics. *AI and Society*, 1-6. doi: 10.1007/s00146-013-0526-3

- Bornet, P. & Maya, M. (Eds.) (2012). *Religions in play. Games, rituals, and virtual worlds*. Zurique: TVZ Theologischer Verlag.
- Bowman, D. M. & Hodge, G. A. (2007). Nanotechnology and public interest dialogue: some international observations. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 27, 118. doi: 10.1177/0270467606298216
- Bowman, D. M.; Hodge, G. A. & Binks, P. (2007). Are we really the prey? Nanotechnology as science and science fiction. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 27(6), 435-445. doi: 10.1177/0270467607308282
- Brown, J. & Kuzma, J. (2013). Hungry for information: public attitudes toward food nanotechnology and labeling. *Review of Policy Research*, 30(5), 512-548. doi: 10.1111/ropr.12035
- Burns, B. S. (2017). Vampire and Empire: Dracula and the Imperial Gaze. *Electronic Journal of Studies in the Tropics*, 16(1), 5-17. doi: 10.25120/etropic.16.1.2017.3563
- Butryn, T. & Masucci, M. (2009). Transversing the Matrix – cyborg athletes, technology and the environment. *Journal of Sports & Social Issues*, 33(3), 1-57. doi: 10.1177/0193723509340000
- Carbone, M. B. & Ruffino, P. (2014). Video game subcultures. *Games as Art Media Entertainment*, 1(03), 5-22.
- Cobb, M. D. (2005). Framing effects on public opinion about nanotechnology. *Science Communication*, 27(2), 221-239. doi: 10.1177/1075547005281473
- Coenen, C. (2014). NanoEthics seven years on. *NanoEthics*, 8(2), 117-119. doi: 10.1007/s11569-014-0208-8
- Crichton, M. (2006). *Prey*. Londres: Harper Collins Publishers.
- Cruz, R. V. (2013). Nanotecnologia e videogames: contestar a narrativa do Norte a partir das epistemologias do Sul. *Configurações*, 12, 199-218.
- Dormans, J. (2011). Integrating emergence and progression. In *DiGRA '11 - Proceedings of the 2011 DiGRA International Conference: Think Design Play*. Holanda: DiGRA/Utrecht School of the Arts.
- Drexler, K. E. (1990). *Engines of creation – the coming era of nanotechnology*. Nova Iorque: Anchor Books.
- Duarte, B. N. (2014). Entangled agencies: new individual practices of human-technology hybridism through body hacking. *NanoEthics*, 8(3), 275-285. doi: 10.1007/s11569-014-0204-z

- Duarte, B. N. & Park, E. (2014). Body, technology and society: a dance of encounters. *NanoEthics*, 8, 259-261. doi: 10.1007/s11569-014-0211-0
- Dubiel, H. (2011). What is “narrative bioethics”. *Frontiers in Integrative Neuroscience*, 5, 10. doi: 10.3389/fnint.2011.00010
- Dupuy, J. (2010). The narratology of lay ethics. *Nanoethics*, 4, 153-170. doi: 10.1007/s11569-010-0097-4
- Elhefnawy, N. (2009). Robert Heinlein’s starship troopers. *The Explicator*, 68(1), 62-63. doi: 10.1080/00144940903423097
- Featherstone, M. (2010). Body, image and affect in consumer culture. *Body & Society*, 16(1), 193-221. doi: 10.1177/1357034X09354357
- Feng, Y.; Pistollato, M.; Charlesworth, A.; Devlin, N.; Propper, C. & Sussex, J. (2015). Association between market concentration of hospitals and patient health gain following hip replacement surgery. *Journal of Health Services Research & Policy*, 20(1), 11-7. doi: 10.1177/1355819614546032
- Ferrari, A. (2010). Developments in the debate on nanoethics: traditional approaches and the need for new kinds of analysis. *Nanoethics*, 4, 27-52. doi: 10.1007/s11569-009-0081-z
- Franklin, S. (2006). The cyborg embryo: our path to transbiology. *Theory, Culture & Society*, 23(1997), 167-187. doi: 10.1177/0263276406069230
- Gane, N. (2006). When we have never been human, what is to be done? Interview with Donna Haraway. *Theory, Culture & Society*, 23, 135-158. doi: 10.1177/0263276406069228
- Gannon, C. E. (2009). Imag(in)ing Tomorrow’s Wars and Weapons. *Peace Review*, 21(2), 198-208. doi: 10.1080/10402650902915177
- Garcia, J. L. (2006). Rumor à criação de desenhada de seres humanos? Notas sobre justiça distributiva e intervenção genética. *Configurações*, 2, 89-101.
- Giddens, A.; Beck, U. & Scott, L. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- Graham, S. J. H. & Iacopetta, M. (2014). Nanotechnology and the emergence of a general purpose technology. *Annals of Economics and Statistics*, 115/116, 5-35.
- Granja, R. (2015). *Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Greiner, S. (2014). Cyborg bodies – self-reflections on sensory augmentations. *NanoEthics*, 8(3), 299-302. doi: 10.1007/s11569-014-0207-9

- Habel, C. & Kooyman, B. (2014). Agency mechanics: gameplay design in survival horror video games. *Digital Creativity*, 25(1), 1-14. doi: 10.1080/14626268.2013.776971
- Hall, M. A. (2004). Romancing the stones: archaeology in popular cinema. *European Journal of Archaeology*, 7(Petrie 1993), 159-176. doi: 10.1177/1461957104053713
- Hall, S. (1997). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: SAGE Publications.
- Hamlen, K. R. (2011). Children's choices and strategies in video games. *Computers in Human Behavior*, 27(1), 532-539. doi: 10.1016/j.chb.2010.10.001
- Haraway, D. (1985). Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist-feminism in the 1980s. *Socialist Review*, 80(80), 65-108. doi: 10.1007/978-1-4020-3803-7_4
- Hayles, N. K. (2006). Unfinished work: from cyborg to cognisphere. *Theory, Culture & Society*, 23(1985), 159-166. doi: 10.1177/0263276406069229
- Heidbrink, S.; Knoll, T. & Wysocki, J. (2014). Theorizing religion in digital games: perspectives and approaches. *Heidelberg Journal of Religions on the Internet*, 5, 5-50. doi: 10.11588/rel.2014.0.12156
- Herodotou, C.; Kambouri, M. & Winters, N. (2011). The role of trait emotional intelligence in gamers' preferences for play and frequency of gaming. *Computers in Human Behavior*, 27(5), 1815-1819. doi: 10.1016/j.chb.2011.04.001
- Hou, A. C. Y.; Chern, C. C.; Chen, H. G. & Chen, Y. C. (2011). "Migrating to a new virtual world": exploring MMORPG switching through human migration theory. *Computers in Human Behavior*, 27(5), 1892-1903. doi: 10.1016/j.chb.2011.04.013
- Howe, P. D. (2011). Cyborg and supercrip: the paralympics technology and the (dis)empowerment of disabled athletes. *Sociology*, 45, 868-882. doi: 10.1177/0038038511413421
- Hullmann, A. (2006). *The economic development of nanotechnology – an indicators based analysis*. Comissão Europeia: DG Research Unit "Nano S&T – Convergent Science and Technologies".
- Hullmann, A. (2007). Measuring and assessing the development of nanotechnology. *Scientometrics*, 70(3), 739-758. doi: 10.1007/s11192-007-0310-6

- Huynh, K.-P.; Lim, S.-W. & Skoric, M. M. (2013). Stepping out of the magic circle: regulation of play/life boundary in MMO-mediated romantic relationship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 18(3), 251-264. doi: 10.1111/jcc4.12011
- Ihde, D. (2008). Aging: I don't want to be a cyborg! *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 7, 397-404. doi: 10.1007/s11097-008-9096-0
- Ishizu, S.; Sekiya, M.; Ishibashi, K.; Negami, Y. & Ata, M. (2008). Toward the responsible innovation with nanotechnology in Japan: our scope. *Journal of Nanoparticle Research*, 10(2), 229-254. doi: 10.1007/s11051-007-9306-7
- Jones, R. (2007). *Soft machines: nanotechnology and life*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Jones, S. (2015). How I learned to stop worrying and love the bots. *Social Media + Society*, 1(1). doi: 10.1177/2056305115580344
- Juul, J. (2002). The open and the closed: games of emergence and games of progression. In F. Mäyrä (Ed.), *Proceedings of Computer Games and Digital Cultures Conference* (pp. 323-329). EUA: Tampere University Press.
- Juul, J. (2011). Introduction. In J. Juul (Ed.), *Half-Real* (pp. 1-22). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Kanama, D. & Kondo, A. (2007). Analysis of Japan's nanotechnology competitiveness – concern for declining competitiveness and challenges for nano-systematization. *Science and Technology Trends*, 25, 36-49.
- Kang, Y. (2013). Global citizens in the making: child-centred multimedia ethnographic research on South Korean student migrants in Singapore. *Ethnography*, 14(3), 324-345. doi: 10.1177/1466138113491673
- Katz, E.; Solomon, F.; Mee, W. & Lovel, R. (2009). Evolving scientific research governance in Australia: a case study of engaging interested publics in nanotechnology research. *Public Understanding of Science*, 18(5), 531-545. doi: 10.1177/0963662507082016
- Khan, S. & Morgado, J. C. (2013). Caminhos desobedientes: pensar criticamente o contexto português de conhecimento. *Configurações*, 12, 75-88.
- Khan, S. & Ribeiro, R. (2013). Epistemologias do Sul. Contextos de investigação. *Configurações*, 12, 7-11.
- Kim, M. S., & Kim, E. J. (2013). Humanoid robots as “the cultural other”: are we able to love our creations? *AI and Society*, 28, 309-318. doi: 10.1007/s00146-012-0397-z

- Kirby, D. A. (2008). The devil in our DNA: A Brief History of Eugenics in Science Fiction Films. *Lit. Med*, 1(1), 83-108.
- Kishi, T. (2005). Nanotechnology R&D policy of Japan and nanotechnology support project. *Journal of Nanoparticle Research*, 6(6), 547-554. doi: 10.1007/s11051-004-6759-9
- Kosal, M. E. (2010). The security implications of nanotechnology. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 66(4), 58-69. doi: 10.2968/066004006
- Kunzelman, C. (2014). *The nonhuman lives of videogames*. Georgia: Georgia State University.
- Kurath, M.; Nentwich, M.; Fleischer, T. & Eisenberger, I. (2014). Cultures and strategies in the regulation of nanotechnology in Germany, Austria, Switzerland and the European Union. *NanoEthics*, 8(2), 121-140. doi: 10.1007/s11569-014-0200-3
- Kuzma, J. & Priest, S. (2010). Nanotechnology, risk, and oversight: learning lessons from related emerging technologies. *Risk Analysis*, 30(11), 1688-1698. doi: 10.1111/j.1539-6924.2010.01471.x
- Laan, J. M. Van Der. (2010). Frankenstein as science fiction and fact. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 30, 298. doi: 10.1177/0270467610373822
- Latour, B. (1993). *We have never been modern*. Harvard: Harvard University Press.
- Latour, B. (2008). "It's development, stupid!" or: how to modernize modernization. In *Postenvironmentalism* (pp. 1-13). Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Lee, J. (2016). Brain-computer interfaces and dualism: a problem of brain, mind, and body. *Ai & Society*, 31(1), 29-40. doi: 10.1007/s00146-014-0545-8
- Macnaghten, P.; Kearnes, M. & Wynne, B. (2005). Nanotechnology, governance, and public deliberation: what role for the Social Sciences? *Science Communication*, 27(2), 268-291. doi: 10.1177/1075547005281531
- Macoubrie, J. (2006). Nanotechnology: public concerns, reasoning and trust in government. *Public Understanding of Science*, 15(2), 221-241. doi: 10.1177/0963662506056993
- Marchand, A. & Hennig-Thurau, T. (2013). Value creation in the video game industry: Industry economics, consumer benefits, and research opportunities. *Journal of Interactive Marketing*, 27(3), 141-157. doi: 10.1016/j.intmar.2013.05.001

- Marchant, G. E.; Sylvester, D. J. & Abbott, K. W. (2008). Risk management principles for nanotechnology. *NanoEthics*, 2(1), 43-60. doi: 10.1007/s11569-008-0028-9
- Martins, H. (2006). Paths to the post-Human: a very short guide for the perplexed. *Configurações*, 2, 29-56.
- McGonigal, J. E. (2006). *This might be a game: ubiquitous play and performance at the turn of the twenty-first century. Performance studies and the designated emphasis*. Califórnia: University of California.
- McGonigal, J. E. (2014). *Reality is broken, why games make us better and how they can change the world*. Londres: Jonathan Cape Limited.
- Milburn, C. (2005). Nanowarriors: military nanotechnology and comic books. *Intertexts*, 9(1), 77-103.
- Miller, J. C.; Serrato, R.; Represas-Cardenas, J. M. & Kundahl, G. (Eds.) (2005). *The handbook of nanotechnology – business, policy, and intellectual property law*. Nova Jersey: Wiley Publishing, Inc. doi:10.1016/j.patrec.2005.01.006
- Montaqim, A. (2012). *Pioneers of the computer age: from Charles Babbage to Steve Jobs*. Londres: Monsoon Media.
- Naldi, M. & Flamini, M. (2014). Interval estimation of the Herfindahl-Hirschman Index under incomplete market information. In *2014 UKSim-AMSS 16th International Conference on Computer Modelling and Simulation* (pp. 318-323). doi: 10.1109/UKSim.2014.66
- Nordmann, A. & Macnaghten, P. (2010). Engaging narratives and the limits of lay ethics: introduction. *NanoEthics*, 4(2), 133-140. <http://doi.org/10.1007/s11569-010-0095-6>
- Olivares, L. (2014). Hacking the body and posthumanist transbecoming: 10,000 generations later as the mestizaje of speculative cyborg feminism and significant otherness. *NanoEthics*, 8(3), 287-297. doi: 10.1007/s11569-014-0203-0
- Park, E. (2014). Ethical issues in cyborg technology: diversity and inclusion. *NanoEthics*, 8(3), 303-306. doi: 10.1007/s11569-014-0206-x
- Patridge, S. (2010). The incorrigible social meaning of video game imagery. *Ethics and Information Technology*, 13(4), 303-312. doi: 10.1007/s10676-010-9250-6
- Pencavel, J. (2014). The changing size distribution of U.S. Trade Unions and its description by Pareto's Distribution. *ILR Review*, 67(1), 138-170.
- Quental, A. de. (1989). *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Póvoa de Santo Adrião: Editorial Comunicação.

- Rae, G. (2014). The philosophical roots of donna haraway's cyborg imagery: Descartes and Heidegger Through Latour, Derrida, and Agamben. *Human Studies*, 37, 505-528. doi: 10.1007/s10746-014-9327-z
- Rapoport, M. (2013). Being a body or having one: automated domestic technologies and corporeality. *AI and Society*, 28, 209-218. doi: 10.1007/s00146-012-0406-2
- Rembold, S. (2014). "Human enhancement"? it's all about "body modification"! why we should replace the term "human enhancement" with "body modification" *nanoEthics*, 8(3), 307-315. doi: 10.1007/s11569-014-0205-y
- Ribeiro, R. (2011). *A Europa na identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Roco, M. C. (2007). Convergence and integration. In L. E. Foster (Ed.), *Nanotechnology – science, innovation and opportunity* (pp. 225-232). Nova Jersey: Prentice Hall.
- Sagan, N.; Frary, M. & Walker, A. (2008). *You call this the future? The greatest inventions sci-fi imagined and science promised*. Chicago: Chicago Review Press.
- Salamanca-Buentello, F.; Persad, D. L.; Court, E. B.; Martin, D. K.; Daar, A. S. & Singer, P. A. (2005). Nanotechnology and the developing world. *Nature Nanotechnology*, 2(5), 97. doi: 10.1371/journal.pmed.0020097
- Salter, C. (2015). Animals and war: anthropocentrism and technoscience. *NanoEthics*, 9(1), 11-21. doi: 10.1007/s11569-014-0217-7
- Santos, F. (2011). Dimensões e impactos da ficção científica forense: que efeitos CSI? *Configurações*, 8, 109-124.
- Shelley, T. (2006). *Nanotechnology: new promises, new dangers*. Londres: Zed Books.
- Shields, R. (2006). Flanerier for cyborgs. *Theory, Culture & Society*, 23(7-8), 209-220. doi: 10.1177/0263276406069233
- Siqueira, H. & Medeiros, M. (2011). Somos todos ciborgues: aspectos sociopolíticos do desenvolvimento tecnocientífico. *Configurações*, 8, 11-32.
- Smalley, R. (2007). Nanotechnology and our energy challenge. In L. E. Foster (Ed.), *Nanotechnology – science, innovation and opportunity* (pp. 13-18). Nova Jersey: Prentice Hall.
- Snow, C. P. (1990). Two cultures. *Leonardo*, 23(2/3), 419. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/1578601>
- Stephenson, N. (1995). *The diamond age*. EUA: Bantam Spectra.

- Toumey, C. (2011). Seven religious reactions to nanotechnology. *NanoEthics*, 5. doi: 10.1007/s11569-011-0130-2
- Vinge, V. (1993). The coming technological singularity: how to survive in the post-human era. *Whole Earth Review*, 91, 31-46.
- Wacquant, L. (2009). O estigma racial na construção do estado punitivo americano. *Configurações*, 5/6, 41-54.
- Wanderer, J. J. (2011). Scaling professional critics: men and women rate films. *Empirical Studies of the Arts*, 29(2), 209-223. doi: 10.2190/EM.29.2.e
- Warwick, K. (2003). Cyborg morals, cyborg values, cyborg ethics. *Ethics and Information Technology*, 5, 131-137. doi: 10.1023/B:ETIN.0000006870.65865.cf
- Wood, S.; Jones, R. & Geldart, A. (2007). *The social and economic challenges of nanotechnology*. Londres: Economic and Social Research Council.
- Yamaguchi, Y. & Komiyama, H. (2001). Structuring knowledge project in nanotechnology materials program launched in Japan. *Journal of Nanoparticle Research*, 3, 105-110. doi: 10.1023/A:1017934502911
- Zagalo, N. (2009). *Emoções interactivas: do cinema para os videojogos*. Coimbra: Grácio Editor.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Dawesar, A. (2013). Life in the “Digital Now”. Retirado de https://www.ted.com/talks/abha_dawesar_life_in_the_digital_now?language=en

Citação:

Cruz, R. V. (2017). *Nano-gaming: produtoras e editoras de videojogos como criadores de conteúdos sobre nanotecnologia*. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 180-212). Braga: CECS.

RUI VIEIRA CRUZ & CARLA CERQUEIRA

rmvcruz@gmail.com; carlaprec3@gmail.com

CICS.NOVA UMINHO/CECS | CECS / UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

SLUTWALK GOES GLOCAL: ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO ONLINE NO CASO PORTUGUÊS

RESUMO

A SlutWalk consiste num movimento transnacional que surgiu no Canadá, em 2011, com o objetivo de combater a culpabilização das vítimas de violência sexual, de afirmar a auto-determinação das mulheres sobre os seus corpos e de reivindicar que a sexualidade é política.

Este artigo analisa os canais e os suportes de comunicação que foram utilizados na veiculação de informação sobre a SlutWalk Portugal, através da análise de redes sociais (*online*), incidindo numa abordagem qualitativa da teoria de difusão de inovações. Este modelo permitiu analisar sistemas de transferência de informação, que ligam organizações, atores sociais, eventos e os modos como a SlutWalk Portugal foi construída nas redes sociais *online*.

PALAVRAS-CHAVE

SlutWalk Portugal; redes sociais; difusão de inovações; feminismos

Decidi que a humanidade consiste em
aqueles que querem CONTROLAR o espetáculo,
aqueles que querem SER o espetáculo,
e aqueles que querem VER o espetáculo.
(J. Michael Straczynski, Twitter)

INTRODUÇÃO

Quando, na citação, Straczynski dividia o mundo entre quem controla o espetáculo, quem dele faz parte e quem assiste, o autor criava uma divisão no controlo entre produtoras/es, mensagem e consumidoras/es. Também os movimentos sociais possuem impulsionadores que promovem uma mensagem, agentes que aderem a determinada causa e elementos

que assistem. Estes ligam as/os produtoras/es ao conferir i) uma identidade ao protesto, ii) um princípio de oposição (a mensagem) e iii) um princípio antagónico contra o qual se manifestam, enquadrando um elemento de totalidade pelo qual tentam controlar a narrativa histórica e suscitando o interesse dos restantes elementos (Touraine, 1977, 2007).

Neste artigo, partimos da SlutWalk enquanto movimento de ativismo político transnacional (Mendes, 2015) para analisar a sua implementação no contexto português.

Encerrando um carácter exploratório de cariz qualitativo, este artigo não pretende medir a intensidade ou a centralidade das redes, mas verificar as estratégias de criação e a implementação de uma base de utilizadores/seguidores da SlutWalk Portugal entre 2011 e 2015 (Barnett, Vasileiou, Djemil, Brooks & Young, 2011; Kolleck, 2013; Makowsky, Guirguis, Hughes, Sadowski & Yuksel, 2013). Oscilámos entre uma vertente transversal (a estratégia para um ano em concreto) e longitudinal (o resultado combinado de estratégias diferentes), registando a forma das relações entre promotores e a base de utilizadores¹. Reconhecendo a importância da produção de um conhecimento situado (Haraway, 1988/1991), pretendemos, pois, auscultar as configurações da SlutWalk Portugal e em que medida esta incorpora os mecanismos de difusão de informação utilizados a nível internacional.

Em termos teóricos, as Ciências Sociais têm centrado a atenção na utilização das redes sociais (*online*) pelo meio empresarial (Quinton, 2013) ou nas campanhas políticas (Cogburn & Espinoza-Vasquez, 2011; De Nooy & Kleinnijenhuis, 2013; Duvanova, Semenov & Nikolaev, 2015), particularmente nos países anglo-saxónicos² (Vromen; Xenos & Loader 2015; Vromen, 2015). Contudo, a forma como as organizações não-governamentais e, mais particularmente, os coletivos informais da sociedade civil (como a SlutWalk) se organizam em rede para a difusão de informação não tem constituído um frequente objeto de estudo (Vicari, 2014; Mendes, 2015). Neste sentido, sob a estribe das análises de redes sociais (SNA), abordámos a formação de redes complexas (Dobson, 2014; Toroczka, 2005)

¹ Um dos aspetos diferenciadores entre um bem tangível com finalidade comercial (por exemplo, *smartphone*) e um bem intangível sem finalidade comercial (por exemplo, SlutWalk) reside na sua escala temporal. Enquanto um produto é criado com um ciclo de vida planeado sendo possível estimar em que período de tempo os indivíduos o adquirem, quando analisamos ações de protesto esta questão não se reduz a um ciclo temporal limitado, podendo estes propagar-se ao longo de vários anos ou décadas até aos motivos do protesto serem resolvidos.

² Diversos estudos analisaram a formação de redes do movimento sufragista e as estratégias para manter o anonimato no Reino Unido até 1914 (por exemplo, Crossley, Edwards, Harries & Stevenson, 2012; Edwards, 2014; Oliver, Crossley, Edwards, Koskinen & Everett, 2014). Outros reportaram a difusão de táticas de protesto entre 1960 a 1995 (por exemplo, Wang & Soule, 2012).

a partir dos modelos de difusão de inovações (Daghfous, Petrof & Pons, 1999; Rogers, 1995), já que estes permitem acompanhar uma inovação intangível (a ideia de SlutWalk) desde o seu período de criação até à receção junto dos membros. Inicialmente, testámos a incidência na implementação da SlutWalk Porto e da SlutWalk Lisboa junto do movimento internacional e, de seguida, analisámos os canais de comunicação utilizados na veiculação de informação sobre a SlutWalk Portugal, bem como as suas interações e extensão das redes.

Foram selecionadas cinco ações de protesto (duas em Lisboa e três no Porto), incidindo o período de seriação temporal entre a semana anterior e a semana após a realização das marchas SlutWalk. As marchas de 2011 ocorreram a 25 de junho em Lisboa (cujo período analítico decorreu entre 19 de junho e 1 de julho, resultando em 121 posts); e a 13 de agosto no Porto (5 a 19 de agosto, atribuindo 69 posts). Em 2012, as ações de protesto foram realizadas a 30 junho (Porto) e a 1 de julho (Lisboa) (com a seriação de 29 posts entre 24 de junho e 7 de julho). Em 2015, a SlutWalk Porto ocorreu a 11 de julho (seleção no período entre 5 e 17 de julho 2015 com quatro posts). Durante o período das cinco marchas portuguesas, a página da causa SlutWalk produziu 223 posts. O hiato temporal 2011-2015 justifica-se pelo facto de não terem ocorrido marchas SlutWalk em 2013 e 2014 nestas duas cidades.

Assim, este estudo – que cruza uma relevância académica e social – pretende dar um contributo para a forma como os coletivos informais da sociedade civil (através do exemplo da SlutWalk) se organizam em rede para a difusão de informação, focando-se nas especificidades do contexto português.

SLUTWALK: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE UM MOVIMENTO TRANSNACIONAL

A SlutWalk é um movimento transnacional que surgiu a partir de um protesto contra a culpabilização das vítimas de violência sexual e em defesa da auto-determinação das mulheres sobre os seus corpos. Foi impulsionada pela ocorrência de diversos casos de violência sexual sobre mulheres na Universidade de Toronto, no Canadá, após os quais, numa conferência na faculdade de Direito, um polícia, Michael Sanguinetti, referiu que as mulheres deviam evitar vestir-se de forma provocante (como *sluts*) para não serem violadas (Carr, 2013). Este comentário teve repercussão no meio *online*, com a criação de contas de Twitter, de Facebook e de um *site* (Mendes,

2015), tendo aparecido seguidamente em diversos média tradicionais (McNicol, 2012). Gerou uma espontânea onda de protesto³: enquanto as estimativas iniciais apontavam para 100-300 pessoas nas ruas, no dia 3 de abril de 2011, a SlutWalk Toronto, organizada em torno do tema “Because We’ve Had Enough”, mobilizou entre 1.000 e 3.000 pessoas (Dow & Wood, 2014, p. 22) e rapidamente se internacionalizou para diversas partes do mundo (Name & Zanetti, 2013). Eram sobretudo jovens que perfilhavam ideais feministas, que não estavam organizadas em movimentos e grupos de atuação, mas que queriam trazer para a discussão pública a mensagem impulsionada por este movimento (Name & Zanetti, 2013; Mendes, 2015).

Em 2011, foi alargada a 40 países e a 200 cidades (Carr, 2013), afirmando-se como um movimento que transcende a sua inscrição espacial ou territorial. Começou através dos meios de difusão digitais, com a utilização do Facebook, do Twitter e do *e-mail*. Porém, passou rapidamente do mundo *online* para o mundo *offline*, levando várias pessoas e coletivos feministas às ruas. Nesse ano, Portugal também se juntou à vaga de indignação, através da organização da SlutWalk Lisboa e da SlutWalk Porto, sendo que o movimento também ficou conhecido como a Marcha das Galdérias. Na página do movimento⁴, são referidos os princípios que estão na sua base: “a recusa da culpabilização das vítimas de violência sexual e de género; a recusa da vergonha pela afirmação da auto-determinação sexual de cada pessoa; a recusa dos moralismos sobre as várias expressões de sexualidade e não-sexualidade existentes, desde que exercidas com o consenso de todas as pessoas envolvidas”. Portanto, ao sublinhar a necessidade de ressignificação do termo *slut* (galdéria, desavergonhada, puta, descarada, vadia, badalhoça, fácil), este movimento assume uma “reivindicação sociopolítica de apropriação do discurso, do corpo, da cidadania e dos espaços” (Oliveira, 2013).

Como Butler (1997, p. 2) refere, “a linguagem torna-nos vulneráveis, mas chamar alguém por um nome injurioso pode também criar uma condição para a agência linguística”. É nesta ótica que a SlutWalk se posiciona como um movimento subversivo que recorre à apropriação do discurso para combater o controlo social dos corpos, nomeadamente das mulheres, e para sublinhar que a sexualidade é política.

Apesar do conselho da minha mãe – exemplificado no título deste livro (“nada de mau acontece às boas meninas”)

³ Para aprofundar a origem do movimento ler McNicol (2012).

⁴ Retirado de <https://slutwalklisboa.wordpress.com/category/manifesto/>

– sabemos que, de facto, muitas coisas más acontecem às “boas meninas”. E algumas mulheres recusam-se a restringir as suas vidas para serem boas meninas, apesar de admoestações frequentes. Além disso, parece que as mulheres sem medo são consideradas meninas más, porque desafiam as estruturas de poder prevaletentes (Madriz, 1997, p. 162).

Um dos mecanismos mais significativos no controlo social das mulheres é, justamente, a instigação do medo, o que as condiciona na ação; contudo, isto é mascarado, muitas vezes, através das regras de conduta existentes, invisibilizando o modo como os códigos perfor(nor)mativos obstam o exercício da cidadania plena.

O movimento SlutWalk traz, portanto, para o debate alguns “problemas públicos” (Gusfield, 1981; Babo-Lança, 2006).

Constituiu-se, assim, como um movimento altamente expressivo enquanto difusor de liberdades e de questionamento das normatividades físicas e simbólicas, assegurado por frentes de atuação que buscam unir múltiplas formas de expressão da mulher: de género, sexo, raça, idade, classe social, educação e interesses. (Tomazetti & Brignol, 2015, p. 9)

Este posicionamento remete-nos para a complexidade dos feminismos na contemporaneidade, bem como para a necessidade de incorporação de uma perspetiva interseccional (Cerqueira & Magalhães, 2017). A SlutWalk é considerada uma forma de protesto feminista, a qual obteve diversas, e em alguns casos contraditórias, reações⁵ (Vallenti, 2011; Dow & Wood, 2014, p. 22). Para Gomes e Sorj (2013, p. 438), trata-se de um movimento que provoca continuidades e descontinuidades no que diz respeito ao feminismo, uma vez que se trata de um movimento global, que é incorporado localmente mediante as especificidades de cada país e coletivo organizador. Aliás, atualmente os feminismos não podem ser encarados como um movimento monolítico (Genz & Brabon, 2009; Mendes, 2015) e disso a SlutWalk é um exemplo marcante, o que implica equacionar o que são os feminismos de terceira vaga, o pós-feminismo, a violência de género e a cultura de estupro (Mendes, 2015) e como diferentes agendas se conjugam nacional e internacionalmente.

⁵ Ver a entrevista das co-fundadoras da SlutWalk, Sonya Barnnet e Heather Jarvis, disponível em <http://feministing.com/2011/04/16/the-feministing-five-sonya-barnnet-and-heather-jarvis/>

REDES SOCIAIS DIGITAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Alguns dos mais recentes movimentos sociais a atuar em Portugal ganharam dinamismo *online* e promoveram debates no espaço público. Movimentos como “Geração à Rasca” ou “Que se Lixe a Troika”, nascidos e fomentados através das redes virtuais (Loureiro, 2011), criaram uma cultura e uma marca identitária próprias (Soeiro, 2014). Numa ação de *branding* (isto é, atribuição de um cunho próprio e reconhecível de forma a angariar utilizadoras/es), estes movimentos produziram um sentido de comunidade, sendo (quase) simultaneamente emissores e recetores de uma ideologia partilhada.

As ações de protesto destes novos coletivos informais (Greenwald, 2008) são, numa fase inicial, marcadas pela reduzida cobertura noticiosa por parte dos média tradicionais, não sendo geralmente através deles que os indivíduos tomam conhecimento dos movimentos (Anduiza, Cristancho & Sabucedo, 2014; Loureiro, 2011). Também a ausência das organizações não-governamentais aquando da sua formação (Vromen et al., 2015; Vromen, 2015) levanta questões relativas à criação das redes que os constituem e aos modos como estes protestos transitam para as ruas. Neste sentido, as redes sociais *online* (SNS) têm contribuído, de forma substancial, para a constituição de redes sociais⁶ (Cole, 2011; Young & Whitty, 2010), fomentando espaços de participação e de ativismo político. Plataformas *online*, como o Facebook ou o Twitter, reforçam o *social networking* no qual há um objetivo de agregação para uma causa e atuam como esfera pública digital (Valtýsson, 2012). Retirando proveito da presença dos indivíduos em múltiplos dispositivos tecnológicos (por exemplo, PC, *tablet*, *smartphone*), os *locative media*⁷ permitem às/aos utilizadoras/es frequentar diferentes espaços simultaneamente, nos quais estes coletivos usam a sua base de utilizadores como um sistema de propagação de informação.

As redes sociais (*online*) comportam-se e evoluem como um organismo vivo (Rosnay, 2000). Ao longo do tempo, certas funcionalidades são acrescentadas e outras são eliminadas, o que altera a forma como a administração e a base de utilizadoras/es interagem com e dentro da rede (Frank & Heikkila, 2001). Embora se verifique uma frequente transitividade nas redes sociais, determinadas comunidades internas da rede podem

⁶ A menção a “rede social” enquadra-se na teoria das redes sociais. “Rede social *online*” (*social network sites* – SNS) corresponde a diferentes *websites* de partilha de conteúdos, tais como o Facebook, o Twitter, o Instagram e o LinkedIn (Riederer, 2013; Waite & Bourke, 2013; Young & Whitty, 2010).

⁷ Os dispositivos móveis tornaram-se ferramentas multimodais de comunicação que envolvem diversas formas de presença, como a co-presença, a telepresença e o netlocalismo, tendo quebrado as barreiras da presença física (Hjorth, 2013; Kubitschko, 2015).

assumir, em períodos de tempo específicos, a centralidade e o controlo através do domínio das ferramentas de disseminação de informação, como líderes de opinião (Frank & Heikkila, 2001; Rogers & Bhowmik, 1970; Rogers, 1995; Salah, Manovich, Salah & Chow, 2013). Os trabalhos centrados nas organizações formais demonstram a importância de líderes de opinião e *influencers* (Bakshy, Karrer & Adamic, 2009; Srivastava & Moreland, 2012) na construção de movimentos sociais (Barker, 2004; Sen, 2012), ao passo que estes coletivos informais (Greenwald, 2008) atuam nas redes sociais *online* de forma similar ao boca-a-boca (Oh, Susarla & Tan, 2008; Susarla, Oh & Tan, 2010), conduzindo a diferentes níveis de popularidade (Lee & Kim, 2014; Motohashi, Lee, Sawng & Kim, 2012). Os contextos *online* permitem interações em rede diferenciadas, nos quais as diferentes relações entre os indivíduos definem a forma como se conectam e estabelecem laços (Susarla et al., 2010). Todavia, as redes não são necessariamente coesas. Enquanto uma rede social se modifica de acordo com os objetivos pretendidos, uma teia⁸ demonstra uma coesão tendo em vista uma finalidade, na qual os indivíduos criam significados (Francisco, 2011). Uma rede é volátil, uma teia é resistente. Uma rede possui um longo alcance, uma teia possui um curto alcance.

Relativamente aos movimentos feministas, Cerqueira (2015) compilou vários estudos que mostram que os média tradicionais nem sempre lhes permitiram criar uma imagem que possibilitasse granjear mais aliadas/os, expressar os seus posicionamentos e lutar pelas suas causas na esfera pública (por exemplo, Ashley & Olson, 1998; Barakso & Schaffner, 2006; Gallagher, 1981; McNeil, 1975; Rhodes, 1995; Robinson, 1978, citados em Cerqueira, 2015, p. 46). Desde a emergência da internet, nomeadamente das redes sociais *online*, vários movimentos de protesto (de cariz feminista) têm conquistado novos espaços (alternativos ou complementares) para comunicar entre si, cativar ativistas para as suas causas e mobilizar a opinião pública. Estes canais, espaços e plataformas – que se caracterizam por serem espontâneos, gratuitos, de rápido acesso e de fácil gestão (Dalghren, 2013) – funcionam como suporte de determinadas lutas, permitindo a sua expansão e mesmo o seu fortalecimento. Possibilitam experiências de ativismo mais livres, bem como potenciam o intercâmbio entre coletivos (Ureta, 2005).

Estes são, portanto, encarados como uma arena pública de mediação de espaços públicos, configurando uma arqueologia em rede na qual

⁸ Uma teia atua como um protocolo de acesso (por exemplo, *World Wide Web*), que permite aceder a uma rede mais ampla (por exemplo, internet) (Zhao, Liu & Wang, 2007).

convivem diversas plataformas de comunicação e de interação que requerem a utilização de estratégias comunicacionais direcionadas e articuladas com os diversos públicos (Cerqueira, 2015). Esses espaços públicos-políticos de ação e de deliberação (Arendt, 1986) são utilizados por determinados grupos enquanto espaços estratégicos de produção de discursos de causas comuns. Recorremos aqui ao conceito de contra-esfera pública (Fraser, 1990) ou de uma esfera pública contra-hegemónica (Esteves, 2007) para explicar em que medida estes espaços permitem a discussão pública de determinadas problemáticas sociais, neste caso a violência de género e a cultura de estupro. Trata-se de uma comunidade (trans)nacional que não se baseia unicamente na presença física, mas tem também uma presença assídua nas redes sociais *online*. É nestes espaços que se procura afirmar e reivindicar a ideia de que a cidadania (também) é sexual.

No que concerne à arquitetura da comunicação *online*, de acordo com dados da Marktest, em Portugal, o número de pessoas que acedeu, em 2011, às redes sociais rondou os três milhões. Estima-se que, entre 2008 e 2011, este número tenha duplicado, tendo passando de 17,1% para 35,8% dos residentes em Portugal continental com 15 ou mais anos. Um estudo de 2014 do Obercom refere que, das/os internautas portuguesas/es que utilizam redes sociais *online*, 98% têm um perfil criado na rede Facebook, enquanto dados da Marktest (2014) indicam que 71% das/os utilizadoras/es são seguidoras/es das marcas nas redes sociais, afirmando-se, a este respeito, o Twitter (36%) e o Facebook (22%) como as redes sociais *online* em que são feitas mais menções às marcas.

Em relação à SlutWalk, existem fluxos transnacionais de informação sobre as atividades e a atuação do movimento nas redes sociais e através dos média tradicionais, apresentando-o como um movimento global.

Os *sites* de rede social *online*, como Facebook e Twitter, parecem ter se tornado as principais fontes de organização e difusão de centenas de protestos locais em diferentes continentes. Assim, as variadas apropriações e temas de embate passam a depender paralelamente de contextos locais e de práticas globais de comunicação. (Tomazetti & Brignol, 2015)

REDES SOCIAIS E DIFUSÃO DE INOVAÇÕES

Embora os métodos para a difusão de uma ideia sejam diversificados, esta só tem sucesso quando é efetivamente adotada pelas/os suas/

seus recetoras/es. Nas tecnologias de comunicação, os sistemas integrados ditam o sucesso dos dispositivos. Longínquos vão os tempos em que uma linha telefónica e a sua aplicação concreta – o telefone de linha doméstica – possuía apenas o objetivo de realizar e receber chamadas de voz. Um dispositivo móvel atual permite também enviar/receber mensagens de texto, aceder ao *e-mail*, às redes sociais (e à internet em geral), jogar, tirar fotografias, ouvir música e filmar, entre outras utilizações mais comuns. Uma dificuldade analítica é, pois, acrescida: do que é que estamos realmente a tratar quando discutimos a difusão (e a adoção) de inovações? O dispositivo de *hardware*? Ou o interesse em estar acessível a um vasto conteúdo de informação através do *software*? De que forma é que um dispositivo como o telemóvel entra em conflito com outros com as mesmas potencialidades, tais como um computador portátil ou um *tablet*? Da mesma forma, que importância é que a pertença a uma rede ou aplicação (*app*) social adquira se esta tiver um reduzido número de seguidoras/es ou as/os suas/seus promotoras/es não publicarem conteúdos? (Tscherning & Damsgaard, 2008).

Um/a utilizador/a, possuindo diversas alternativas, escolhe pertencer a uma determinada rede social ou grupo para satisfazer as suas necessidades organizacionais e societárias, as quais lhe possibilitam a resolução de problemas (Venable, Pries-heje, Bunker & Russo, 2010). A confiança atua, assim, como um sistema de crença durante um processo de recrutamento *online* (Bermúdez-Edo, Hurtado-Torres & Aragón-Correa, 2010), quer em termos de contratação empresarial, um evento específico, quer para uma ação de protesto, uma conferência ou concerto.

Outra questão prende-se com os custos de propagação e de veiculação de uma mensagem (Zhang, Yu, Yan & Ton A. M. Spil, 2015), podendo estes ser encarados como financeiros (por exemplo, *flyers*, cartazes publicitários, faixas) ou não-financeiros (por exemplo, tempo despendido através da ação de voluntárias/os ou ativistas quando atuam de forma gratuita). Uma rede social permite uma maior propagação da mensagem; contudo, levanta a possibilidade da criação de uma rede endógena, ou seja, de só atuar e notificar indivíduos já integrados nessa mesma rede. Por sua vez, embora possam informar indivíduos externos à rede (Vega, Chiasson & Brown, 2007), os métodos convencionais (por exemplo, *flyers*) não detêm por si a capacidade de atrair novos membros, possuindo um custo de obtenção de utilizador/a elevado, para além de se constituírem como unidirecionais (de quem cria o conteúdo para quem o recebe). Neste tópico, as redes sociais *online* comportam amplas vantagens, já que estão assentes na multidirecionalidade: além de permitirem que as/os utilizadoras/es criem, partilhem e publiquem conteúdos, ensejam uma interação entre elas/es

dentro de um espaço formalmente controlado pela organização (por exemplo, administração ou moderação).

O modelo de difusão de inovações (Dol) revela um conjunto linear de informação desde a criação de um produto ou ideia até à sua implementação (Rogers, 1995): i) conhecimento, ii) persuasão, iii) decisão, iv) implementação e v) confirmação. Se por “conhecimento”, a primeira das fases do Dol, entende-se o despertar do público para a ideia, a “persuasão” consiste em fazê-lo ganhar real interesse. As duas primeiras fases tendem, por conseguinte, a encarar o público como um recetáculo de informação; os três restantes processos consistem em elementos que incentivam uma ação mais proativa. A “decisão” é, portanto, o processo de avaliação realizado pelo indivíduo, sendo que este aceitará ou rejeitará a inovação. Seguidamente, a “implementação” é a fase de teste/tentativa, cabendo à “confirmação” a adoção integral da ideia. Neste procedimento, são definidos cinco tipos de públicos: i) inovadores; ii) os primeiros a adotar; iii) a maioria inicial; iv) a maioria tardia; e v) retardatários (*laggards*). A taxa de utilização dos diferentes recetores determina o ritmo de implementação e aceitação das ideias.

SLUTWALK PORTUGAL EM 2011 E 2012

O canal de comunicação a que a SlutWalk Internacional recorreu inicialmente foi o Twitter, particularmente pela divulgação da *hashtag* #SlutWalk. Porém, os grupos responsáveis pelas marchas em Portugal não tiveram participação nesta rede e na discussão a partir de uma página *online* central devido à constituição de grupos fechados. Ainda que não integrantes da mesma rede social *online*, a promoção de uma marcha de protesto em Portugal foi célere, tendo-se registado um período de tempo inferior a três meses entre a realização da primeira marcha internacional (3 de abril) e a primeira marcha em Lisboa (25 de junho), que é, de resto, um período de tempo inferior comparativamente à SlutWalk Porto (13 de agosto).

O recurso à utilização de grupos fechados no Facebook impossibilitou, parcialmente, as interações públicas entre o movimento internacional e os protestos nacionais, à exceção de menções em comentários pontuais por utilizadoras/es individuais. Não existiu, portanto, uma publicitação por parte da página pública SlutWalk dos eventos realizados em Lisboa e Porto⁹.

⁹ Em virtude de a opção estratégica de fechar o grupo a membros exteriores e de limitar a promoção de conteúdos, a nossa extração de dados da composição da rede foi impossibilitada. O *software* selecionado não colhe informação de grupos fechados, o que constituiu uma limitação empírica.

À luz do modelo de difusão de inovações, e dado o cariz transversal da análise, identificámos o grupo criador do movimento SlutWalk como “inovadores” e as/os ativistas portuguesas/es criadoras/es da rede SlutWalk Porto e Lisboa como os “primeiros a adotar”, correspondendo aos nossos grupos analíticos. Nesta linha, a “maioria (inicial e tardia)” foi composta pelos indivíduos contactados pelo movimento para a sua integração, participação ou que tomaram conhecimento anteriormente aos eventos, sendo que os “retardatários” se referem aos indivíduos que tomaram conhecimento do movimento após a realização dos eventos, através da divulgação efetuada pelos média tradicionais ou nas redes sociais *online*.

Não havendo traços diferenciadores na forma como SlutWalk Porto e Lisboa organizaram as suas redes nos anos de 2011 e 2012, procedemos à observação conjunta de ambos os anos, através de uma comparação com a alteração implementada na estrutura da rede pelo grupo SlutWalk Porto em 2015¹⁰.

De acordo com o enquadramento do modelo de difusão de inovações e as suas fases de operacionalização, especialmente o “conhecimento”, a “persuasão”, a “decisão” e a “implementação”, analisámos as estratégias de difusão e transmissão de conteúdos. Na primeira fase – o “conhecimento” –, enquanto o grupo SlutWalk Toronto deu a conhecer o movimento e as ações de protesto a partir da *hashtag* #SlutWalk, os coletivos portugueses não contribuíram para a ampliação do sinal. Esta dupla característica – isto é, estar onde o público está e estar onde os promotores/“inovadores” estão – exige uma presença múltipla nas redes. Uma vez que em Portugal a presença das/os utilizadoras/es é maior no Facebook (Marktest, 2014) e que a rede SlutWalk Internacional obteve uma maior expressão no Twitter, a presença otimizada (de acordo com o ótimo de Pareto¹¹) seria nas duas redes, com conteúdos em formatos diferenciados, nos quais o reforço de conteúdos numa rede não implicaria a diminuição da presença na outra. Com a integração do Instagram na rede Facebook em 2012, a presença dos grupos da SlutWalk Portugal não fez uso desta tendência, tendo optado por centralizar a receção de conteúdos, através de repositórios na cloud (por exemplo, dropbox).

A “persuasão” é um dos pontos mais descurados nas organizações, que se foca em mobilizar entidades parceiras e públicos, dando a conhecer a ideia ou o movimento, explicando sucintamente os ideais, antecipando

¹⁰ i) conhecimento, ii) persuasão, iii) decisão, iv) implementação e v) confirmação.

¹¹ Um sistema de alocação de recursos no qual se melhoram as condições de alguns indivíduos sem piorar as condições dos restantes. Neste caso, seria melhorar a presença numa rede sem piorar a presença nas restantes.

resultados. Como *proof-of-concept*, a “persuasão” força a propagação da mensagem para veículos de difícil entrada, como os média tradicionais, e testa os públicos interessados, ou seja, sai da teia/comunidade sem abandonar a rede. Trata-se de dar a conhecer o movimento antes de ser conhecido, capitalizando recursos de propaganda. Atos de inovação poderiam passar pela presença noutras redes, como o Tumblr, o Snapchat ou o Pinterest. A presença num maior número de redes sociais *online* não implica necessariamente uma maior amplitude na rede, sobretudo se a presença não for sistemática e regular.

Ao centrar-se nos públicos, o processo decisório passa por aferir quem está disposto a investir na participação direta (isto é, na organização dos eventos) e quem está somente disponível para promover a rede (através de *likes*, comentários, partilhas e participação nos eventos). Cabe à “implementação” a manifestação nas atividades, neste caso em particular as marchas. Embora não seja o nosso foco a medição do resultado/impacto das marchas SlutWalk, o último ponto de DoI – a “confirmação” – demonstra uma relação direta com o segundo ponto: a “persuasão”. Quando os coletivos definiram internamente o tipo de página (aberta/pública ou fechada), construíram de forma automática (consciente ou inconscientemente) o tipo de participação e o tipo de rede que iriam formar. Nos anos de 2011 e 2012, as redes sociais de promoção da SlutWalk Porto e SlutWalk Lisboa optaram pela criação de grupos fechados, contrariando o esquema de divulgação original do movimento SlutWalk Toronto, promovido através de redes sociais diretas como o Twitter (Henning et al., 2014), preferindo a utilização de uma rede social marcadamente indireta como o Facebook (Zuo, Blackburn, Kourtellis, Skvoretz & Iamnitchi, 2014). O acesso a um grupo fechado manifesta-se por um convite para integração, que pode ou não ser aceite por um conjunto restrito de membros da administração, cabendo às/aos responsáveis do grupo fechado incluir ou excluir os indivíduos da rede. Esta estratégia homofílica na formação de uma teia dentro da rede permite um foco na horizontalidade da discussão interna, que resultará na constituição de um leque de especialistas que lidam com a comunicação do evento SlutWalk, atribuindo consistência à mensagem transmitida para outras teias ou redes.

Outra referência analítica diz respeito à pluralidade de conteúdos e à variedade de suportes utilizados, tais como o texto, a imagem e o vídeo. As imagens subdividem-se entre as de produção própria (fotografias) e aquelas que são importadas da internet (por exemplo, *memes*, imagens partilhadas). A distribuição das fotografias ocorreu de forma centralizada

através da *cloud*, ou seja, uma única pasta com fotografias dos eventos, num espaço fechado e controlado a que somente os membros autorizados pudessem aceder. Este reforço centralizador de conteúdos de publicitação de eventos é contrário às estratégias de *pacing* publicitário (Bolls, Muehling & Yoon, 2003), que manifestam a importância do lançamento de conteúdos diversificados de forma a manter o interesse das/os consumidoras/es no produto por um longo período de tempo (Shij & Piron, 2002).

A diferenciação dos espaços *online* e o facto de terem recorrido à SNS do Facebook como um grupo de trabalho, deixando a divulgação para a plataforma do *site* ou através dos perfis individuais das/os promotoras/es, limitou a extensão da rede.

TRANSIÇÃO PARA PÁGINA PÚBLICA DA SLUTWALK PORTO EM 2015

Os movimentos portugueses da SlutWalk procederam a alterações na forma como divulgaram a mensagem, beneficiando de novas opções que as redes sociais *online* possibilitaram. Enquanto numa primeira fase (2011 e 2012) o *site* foi utilizado como elemento central de promoção (juntamente com a página da Wikipedia) e o Facebook como espaço de debate e discussão pelos coletivos (Lisboa e Porto), esta configuração alterou-se, em 2015, através de diversas formas de integração de redes sociais (Facebook, Twitter). Com a criação de uma página comunitária aberta, o grupo SlutWalk Porto reestruturou a sua rede, tendo transitado do modelo indireto para o direto, pelo que se tornou possível a qualquer membro registado (inter)agir com o movimento sem ser necessária a sua prévia aceitação por parte do grupo.

Em 2015, a página SlutWalk Porto foi promovida pela SlutWalk (Internacional), dando azo a 13 interações, compostas por *likes*, mas nas quais 11 das/os utilizadoras/es não participaram mais na rede durante o período analisado, recaindo a participação regular sobre dois membros da rede.

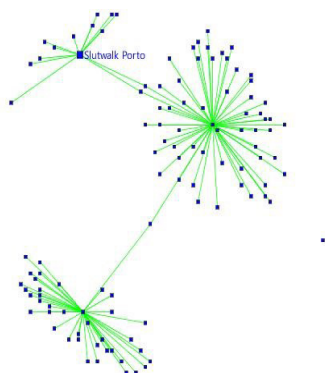


Figura 1: Menção da rede SlutWalk Porto no perfil SlutWalk (Internacional)

Em termos estratégicos de promoção do evento, os dias 7 e 8 de julho não possuíram quaisquer interações, tendo quebrado o ciclo de notificações da ação de protesto do dia 11 de julho. Por sua vez, os picos de notificações ocorreram após a realização do evento, particularmente entre os dias 12 e 15 de julho, o que demonstra um maior esforço na promoção e na divulgação de conteúdos sobre o evento do que na formação da rede de participantes que o compôs.

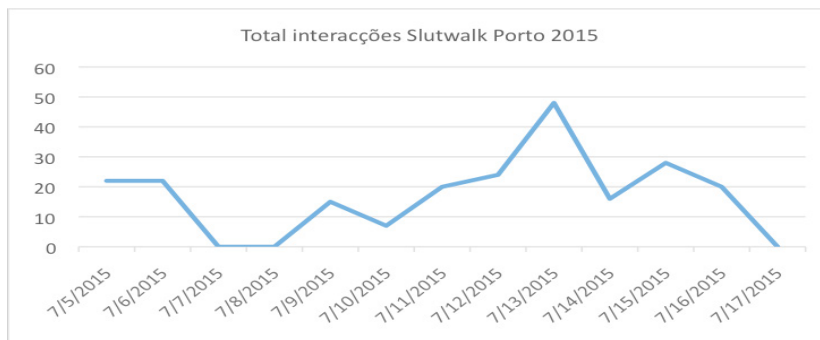


Gráfico 1: Total interações SlutWalk Porto 2015

Na análise configurada para a rede SlutWalk Porto, entre os dias 5 e 17 de julho, a participação dos membros refletiu-se em 220 interações, sobretudo através de *likes*. Estes compõem a maioria das interações (87,8%), sendo que as restantes estão residualmente divididas entre posts (5,9%), partilhas (3,6%) e comentários (2,7%) a partir da página SlutWalk Porto.

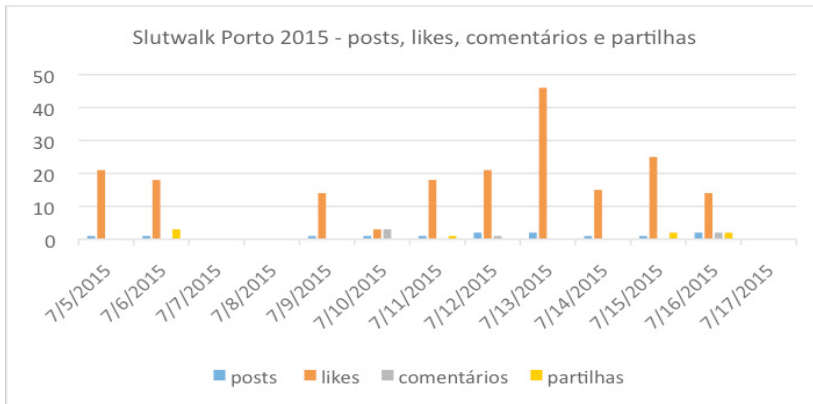


Gráfico 2: SlutWalk Porto 2015 – tipologia de interações entre 5 e 17 de julho

Na análise de redes, o objetivo principal não passou por estudar a centralidade da rede, mas somente por verificar a sua extensão e as referências de participação que interagem com o grupo SlutWalk Porto. Constatou-se a existência de poucos espaços de fronteira e a rede apresenta duas extensões diferenciadas, tendo a SlutWalk Porto como um espaço disperso de ligação. Regista-se, portanto, uma estrutura de participação diferenciada na rede SlutWalk. Embora plural e com diferentes indivíduos/coletivos/organizações com participação ativa, a estratégia de promoção de informação revelou-se difusa, sem a existência de *gatekeepers*, dada a diferenciação dos vários participantes, com poucos pontos de contacto e sem conseguir propagar a informação para novas redes. No entanto, esta aparente pluralidade de participantes na comunidade SlutWalk Porto não ignora a constatação de que alguns dos nós possuem laços de contacto entre si, replicando as estratégias de comunicação ocorridas nos anos 2011 e 2012. Este facto indica que, sendo um grupo aberto ou fechado, existiu uma dificuldade em disseminar a ideia e o evento SlutWalk para novas redes de indivíduos, particularmente para fora das redes ativistas.

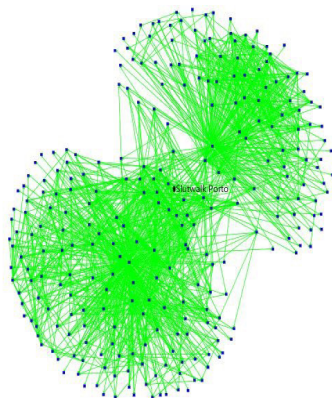


Figura 2: Rede de ligação da SlutWalk Porto entre 5 e 17 de julho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À semelhança do que aconteceu noutros países, em 2011 e 2012, o movimento de protesto da SlutWalk Portugal esteve presente *online* e *offline*, embora a sua afirmação na internet tenha ficado praticamente circunscrita ao Facebook e ao *site* do evento. A mobilização incluiu organizações feministas, coletivos informais e indivíduos que se juntaram à causa, criando uma noção de comunidade muito mais abrangente do que a sua dinâmica física/presencial. Porém, a comunicação na rede poderá não significar comunicação em rede e foi precisamente o que se verificou no caso da SlutWalk no que concerne à interligação com o movimento internacional.

A SlutWalk Portugal esteve no acompanhamento inicial das marchas internacionais da SlutWalk e de outras tendências de protesto realizadas em Portugal, tais como a “Geração à Rasca” (2011) e “Que se Lixe a Troika” (2012), que também foram fomentados nas redes sociais *online*. No entanto, contrariamente a estes que se dissiparam, a SlutWalk manteve-se ativa, tendo sido realizada uma nova marcha no Porto em 2015 (a de 2016 no dia 11 de julho e a de 2017 a 16 de setembro).

Neste capítulo, foi possível identificar um conjunto de especificidades da SlutWalk Portugal: a adaptação à sua base de utilizadores em Portugal pelo recurso ao Facebook em detrimento de outras SNS menos utilizadas no país; a forma como comunicaram com a rede internacional; e as diferenças na comunicação na rede entre o grupo de Lisboa e o do Porto. Estas especificidades resultaram também numa limitação, especialmente em 2011 e 2012, uma vez que – centrando-se numa rede fechada – não fez

uso da estrutura de comunicação da SlutWalk Toronto, assim como dos restantes grupos para o reforço da mensagem. Contudo, estas especificidades locais constituem um contributo para o movimento internacional porque reforçam a pertinência de se estabelecerem em diversas redes sociais *online* e de criarem conteúdos ajustados à base de utilizadores, do que foi uma adaptação global de um movimento nascido no Canadá.

Ainda assim, a forma como as/os ativistas da SlutWalk Portugal interagiram nas redes sociais *online* modificou-se entre 2011 e 2015. Inicialmente, as SNS serviram para fazer o acompanhamento da informação disponibilizada no *site* e constituíam um espaço de diálogo para estratégias de cooperação internas. Em 2015, estas mesmas SNS funcionavam como um agregador de informação para a base de utilizadoras/es e um mecanismo de publicitação, relegando a presença do *site*. No período analisado de 2015, houve uma estratégia de divulgação *online* e de sensibilização das campanhas, mas com limitações devido à interrupção das publicações (quebrando o *pacing* publicitário) do evento em dois dias na semana anterior ao evento e ao facto de o pico de interações ter ocorrido posteriormente ao evento, o que releva maior destaque após a realização do evento. Estas diferentes estratégias de disseminação de informação não apresentam, pois, resultados muito diferenciados no que toca ao tipo de redes sustentadas através da participação dos elementos na rede. Assente em *likes* em detrimento de comentários e de partilhas, esta é uma das formas de participação que encerra maiores limitações para a angariação novos elementos à rede.

Neste domínio, o trabalho de Vegh (2003) assume especial pertinência ao identificar três dimensões no ativismo *online*: *awareness/advocacy*, *organization/mobilization* e *action/reaction*, as quais nos parecem relevantes para questionar em que medida é que estas estão presentes na estratégia de difusão de informação utilizada pelos grupos da SlutWalk em Portugal. Este ponto requer aprofundamento, uma vez que as plataformas digitais utilizadas podem remeter para a existência de comunicação interna, mas geram apenas informação em termos externos, impedindo uma dinâmica comunicativa com outros atores sociais e dificultando a consciencialização da opinião pública para determinadas problemáticas. Além disso, a dimensão transnacional do movimento, a qual poderia ser consolidada através destas plataformas digitais, parece não ser visível, não existindo uma estratégia de comunicação global, que sublinhe as especificidades locais. Isto remete-nos para a necessidade de aprofundamento da mensagem que também tem sido transmitida da SlutWalk nos média tradicionais, bem como para

a compreensão pública do movimento, das causas que defende e das suas formas de atuação, aspetos que pretendemos analisar posteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anduiza, E.; Cristancho, C. & Sabucedo, J. M. (2014). Mobilization through online social networks: the political protest of the *indignados* in Spain. *Information, Communication & Society*, 17(6), 750-764. doi: 10.1080/1369118X.2013.808360
- Arendt, H. (1986). *The human condition*: Chicago: Chicago University Press.
- Babo-Lança, I. (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos. O caso República e as manifestações nos Açores em 1975*. Coimbra: Minerva.
- Bakshy, E.; Karrer, B. & Adamic, L. A. (2009). Social influence and the diffusion of user created content. *Electronic Commerce*, 325-334. doi: 10.1145/1566374.1566421
- Barker, K. (2004). Diffusion of innovations: a world tour. *Journal of Health Communication*, 9, 131-137. doi: 10.1080/10810730490271584
- Barnett, J.; Vasileiou, K.; Djemil, F.; Brooks, L. & Young, T. (2011). Understanding innovators' experiences of barriers and facilitators in implementation and diffusion of healthcare service innovations: a qualitative study. *BMC Health Services Research*, 11(1), 342. doi: 10.1186/1472-6963-11-342
- Bermúdez-Edo, M.; Hurtado-Torres, N. & Aragón-Correa, J. A. (2010). The importance of trusting beliefs linked to the corporate website for diffusion of recruiting-related online innovations. *Information Technology and Management*, 11(4), 177-189. doi: 10.1007/s10799-010-0074-1
- Bolls, P. D.; Muehling, D. D. & Yoon, K. (2003). The effects of television commercial pacing on viewers' attention and memory. *Journal of Marketing Communications*, 9(1), 17-28. doi: 10.1080/1352726032000068032
- Butler, J. (1997). *Excitable speech: a politics of the performative*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Carr, J. (2013). The SlutWalk Movement: a study in transnational feminist activism. *Journal Of Feminist Scholarship*, 4(1), 24-38.
- Cerqueira, C. (2015). As estratégias de comunicação das ONGs de cidadania, igualdade de género e/ou feministas: interconexões entre media mainstream e media sociais. In G. Gonçalves & F. Lisboa (Eds.), *Dos fundamentos às práticas* (pp. 45-62). Covilhã: Labcom. Retirado de http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20150430-2015_09_novos_media_novos_publicos.pdf

- Cerqueira, C. & Magalhães, S. I. (2017). Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos *media*. *ex aequo*, 25, 9-20. doi: 10.22355/exaequo.2017.35.01
- Cogburn, D. L. & Espinoza-Vasquez, F. K. (2011). From Networked nominee to networked nation: examining the impact of web 2.0 and social media on political Participation and civic engagement in the 2008 Obama campaign. *Journal of Political Marketing*, 10(1-2), 189-213. doi: 10.1080/15377857.2011.540224
- Cole, W. D. (2011). *An Information diffusion approach for detecting emotional contagion in online social networks*. Tese de Mestrado, Arizona State University, Estados Unidos da América. Retirado de http://repository.asu.edu/attachments/57022/content/Cole_asu_0010N_10862.pdf
- Crossley, N.; Edwards, G.; Harries, E. & Stevenson, R. (2012). Covert social movement networks and the secrecy-efficiency trade off: the case of the UK suffragettes (1906-1914). *Social Networks*, 34(4), 634-644. doi: 10.1016/j.socnet.2012.07.004
- Daghfous, N.; Petrof, J. V. & Pons, F. (1999). Values and adoption of innovations: a cross-cultural study. *Journal of Consumer Marketing*, 16(4), 314-331. doi: 10.1108/07363769910277102
- Dahlgren, P. (2013). *The political web: media, participation and. alternative democracy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- De Nooy, W. & Kleinnijenhuis, J. (2013). Polarization in the media during an election campaign: a dynamic network model predicting support and attack among political actors. *Political Communication*, 30(1), 117-138. doi: 10.1080/10584609.2012.737417
- Dobson, S. (2014). *Complex networks, complex processes*. St. Andrews: Creative Commons.
- Dow, B. J. & Wood, J.T. (2014). Repeating history and learning from it: what can slutwalks teach us about feminism? *Women's Studies in Communication*, 37(1), 22-43.
- Duvanova, D; Semenov, A. & Nikolaev, A. (2015). Do social networks bridge political divides? The analysis of VKontakte social network communication in Ukraine. *Post-Soviet Affairs*, 31(3), 224-249. doi: 10.1080/1060586X.2014.918453
- Edwards, G. (2014). Infectious innovations? The diffusion of tactical innovation in social movement networks, the case of suffragette militancy. *Social Movement Studies*, 13(1), 48-69. doi: 10.1080/14742837.2013.834251

- Esteves, J. P. (2007). Os novos media na perspectiva da democracia deliberativa: sobre redes e tecnologias de informação e comunicação. In E. B. Pires (Ed.), *Espaços públicos, poder e comunicação* (pp. 209-224) Porto: Edições Afrontamento.
- Francisco, S. P. (2011). Downloads de música, blogs e juventude: guerrilha cultural ou crime? *Configurações*, 8, 125-138.
- Frank, L. & Heikkila, J. (2001). Diffusion models in analysing emerging technology-based services. *Towards the E-Society: E-Commerce, E-Business, and E-Government*, 74, 657-668. doi: 10.1007/0-306-47009-8_48
- Fraser, N. (1990). Rethinking public spheres: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80.
- Genz, S. & Brabon, B. (2009). *Postfeminism: Cultural texts and theories*. Edinburgh, Escócia: Edinburgh University Press.
- Gomes, C. & Sorj, B. (2014). Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade E Estado*, 29(2), 433-447.
- Greenwald, H. (2008). Let' s get organized! In H. Greenwald (Ed.), *Organization: management without control* (pp. 393-395). Thousand Oaks, CA, EUA: SAGE Publications.
- Gusfield J. R. (1981). *The culture of public problems. Drinking, driving and the symbolic order*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Haraway, D. (1988/1991). Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In D. Haraway (Ed.), *Symians, cyborgs and women: the reinvention of nature* (pp. 183-202). Nova Iorque: Routledge.
- Henning, C. H. C. A.; Zarnekow, N.; Hedtrich, J.; Stark, S.; Türk, K. & Laudes, M. (2014). Identification of direct and indirect social network effects in the pathophysiology of insulin resistance in obese human subjects. *PLoS ONE*, 9(4), e93860. doi: 10.1371/journal.pone.0093860
- Hjorth, L. (2013). The place of the emplaced mobile: a case study into gendered locative media practices. *Mobile Media & Communication*, 1(1), 110-115. doi: 10.1177/2050157912459738
- Kolleck, N. (2013). Social network analysis in innovation research: using a mixed methods approach to analyze social innovations. *European Journal of Futures Research*, 1(1), 25. doi: 10.1007/s40309-013-0025-2
- Kubitschko, S. (2015). The role of hackers in countering surveillance and promoting democracy. *Media and Communication*, 3(2), 77. doi: 10.17645/mac.v3i2.281

- Lee, N. Y. & Kim, Y. (2014). The spiral of silence and journalists' outspokenness on Twitter. *Asian Journal of Communication*, 24, 262-278. doi: 10.1080/01292986.2014.885536
- Loureiro, L. (2011). *O ecrã da identificação*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20462>
- Madriz, E. (1997). *Nothing bad happens to good girls. Fear of crime in women's lives*. Califórnia: University of California Press.
- Makowsky, M. J.; Guirguis, L. M.; Hughes, C. A.; Sadowski, C. A. & Yuksel, N. (2013). Factors influencing pharmacists' adoption of prescribing: qualitative application of the diffusion of innovations theory. *Implementation Science* : 15, 8(1), 109. doi: 10.1186/1748-5908-8-109
- Markttest Consulting (2011). *Os Portugueses e as redes sociais*. Lisboa: Markttest.
- Markttest (2014). *Os Portugueses e as Redes Sociais 2014*. Lisboa: Markttest.
- McNicol, L. M. (2012). "SlutWalk is 'kind of like feminism'": a critical reading of Canadian mainstream news coverage of SlutWalk. Tese de Mestrado, School of Kinesiology and Health, Ontario, Canadá.
- Mendes, K. (2015). *SlutWalk: feminism, activism and media*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Motohashi, K.; Lee, D.-R.; Sawng, Y.-W. & Kim, S.-H. (2012). Innovative converged service and its adoption, use and diffusion: a holistic approach to diffusion of innovations, combining adoption-diffusion and use-diffusion paradigms. *Journal of Business Economics and Management*, 13(2), 308-333. doi: 10.3846/16111699.2011.620147
- Name, L. & Zanetti, J. (2013). Meu corpo, minhas redes: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. In *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 15. Recife: ANPUR. Retirado de https://www.academia.edu/5164773/Meu_corpo_minhas_redes_a_Marcha_das_Vadias_do_Rio_de_Janeiro
- Obercom (2014). *A internet em Portugal: sociedade em rede 2014*. Lisboa: Publicações Obercom.
- Oh, J.; Susarla, A. & Tan, Y. (2008). Examining the diffusion of user-generated content in online social networks. *Information Systems*, 1-39. Retirado de <http://ssrn.com/abstract=1182631>

- Oliver, K.; Crossley, N.; Edwards, G.; Koskinen, J. & Everett, M. (2014). Covert networks – structures, processes and types. *Mitchell Centre Working Papers*, 188-210.
- Quinton, S. (2013). The community brand paradigm: a response to brand management's dilemma in the digital era. *Journal of Marketing Management*, 29(7-8), 912-932. doi: 10.1080/0267257X.2012.729072
- Rieder, B. (2013). Studying Facebook via data extraction: the netvizz application. In *Proceedings of WebSci '13, the 5th Annual ACM Web Science Conference*, 346-355. doi: 10.1145/2464464.2464475
- Rogers, E. M. (1995). *Diffusion of innovations*. Nova Iorque: Free Press
- Rogers, E. M. & Bhowmik, D. K. (1970). Homophily-heterophily: relational concepts for communication research. *Public Opinion Quarterly*, 34(4), 523-538. doi: 10.1086/267838
- Rosnay, J. De. (2000). *The symbiotic man: a new understanding of the organization of life and a vision of the future*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Salah, A. A.; Manovich, L.; Salah, A.A. & Chow, J. (2013). Social Ties and user-generated content: evidence from an online social network. *Journal of Broadcasting and Media*, 57(3), 409-426. doi: 10.1080/08838151.2013.816710
- Sen, A. F. (2012). The Social media as a public sphere: the rise of social opposition. In *International conference on communication, media, technology and design* (pp. 490-494). Retirado de <http://www.cmdconf.net/2012/makale/92.pdf>
- Shij, T. D. & Piron, F. (2002). Advertising agencies and advertisers' perceptions of internet advertising. *International Journal of Advertising*, 0487, 381-397. doi: 10.1080/02650487.2002.11104938
- Soeiro, J. (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, XXVIII, 55-79.
- Srivastava, J. & Moreland, J. J. (2012). Diffusion of innovations: communication evolution and influences. *The Communication Review*, 15(4), 294-312. doi: 10.1080/10714421.2012.728420
- Toroczka, Z. (2005). Complex networks: the challenge of interaction topology. *Los Alamos Science*, 29, 94-109.
- Touraine, A. (1977). *The Self-production of society*. Chicago: University of Chicago.

- Touraine, A. (2007). *New paradigm for understanding today's world*. Londres: Polity Press.
- Tscherning, H. & Damsgaard, J. (2008). Understanding the diffusion and adoption of telecommunication innovations: what we know and what we don't know. *IFIP International Federation for Information Processing*, 287, 39-60. doi: 10.1007/978-0-387-87503-3_3
- Ureta, A. (2005). La red al servicio de las mujeres. Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en internet. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 11, 375-392.
- Vallenti, J. (2011). SlutWalks and the future of feminism. *Washington Post online*. Retirado de http://www.washingtonpost.com/opinions/slutwalks-and-the-future-of-feminism/2011/06/01/AGjB9LIH_story.html
- Valtýsson, B. (2012). Facebook as a digital public sphere: processes of colonization and emancipation. *Triple C Cognition, Communication, Co-Operation*, 10(1), 77-91.
- Vega, A.; Chiasson, M. & Brown, D. (2007). Extending the research agenda on diffusion of innovations: the role of public programs in the diffusion of E-business innovations. *IFIP International Federation for Information Processing*, 235, 379-392. doi: 10.1007/978-0-387-72804-9_25
- Vegh, S. (2003). Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the world bank. In M. McCaughey & M. Ayers (Eds.), *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice* (pp. 71-95). Nova lorque: Routledge.
- Venable J. R.; Pries-Heje J.; Bunker D.; Russo N. L. (2010). Creation, transfer, and diffusion of innovation in organizations and society: information systems design science research for human benefit. *IFIP advances in information and communication technology*, 318, 1-10.
- Vicari, S. (2014). Networks of contention: the shape of online transnationalism in early twenty-first century social movement coalitions. *Social Movement Studies*, 13(1), 92-109. doi: 10.1080/14742837.2013.832621
- Vromen, A. (2015). Campaign entrepreneurs in online collective action: GetUp! in Australia. *Social Movement Studies*, 14(2), 195-213. doi: 10.1080/14742837.2014.923755
- Vromen, A.; Xenos, M. A. & Loader, B. (2015). Young people, social media and connective action: from organisational maintenance to everyday political talk. *Journal of Youth Studies*, 18(1), 80-100. doi: 10.1080/13676261.2014.933198

- Waite, C. & Bourke, L. (2013). Using the cyborg to re-think young people's uses of Facebook. *Journal of Sociology*, 51(3), 537-552. doi: 10.1177/1440783313505007
- Wang, D. J. & Soule, S. a. (2012). Social movement organizational collaboration: networks of learning and the diffusion of protest tactics, 1960-1995. *American Journal of Sociology*, 117(6), 1674-1722. doi: 10.1086/664685
- Young, G. & Whitty, M. T. (2010). Games without frontiers: on the moral and psychological implications of violating taboos within multi-player virtual spaces. *Computers in Human Behavior*, 26(6), 1228-1236. doi: 10.1016/j.chb.2010.03.023
- Zhang, X.; Yu, P.; Yan, J. & Ton A. M. Spil, I. (2015). Using diffusion of innovation theory to understand the factors impacting patient acceptance and use of consumer e-health innovations: a case study in a primary care clinic. *BMC Health Services Research*, 15(1), 1-15. doi: 10.1186/s12913-015-0726-2
- Zhao, C.; Liu, Z. & Wang, I. (2007). On the standardization of semantic web network monitoring operations. *International Federation for Information Processing*, 252, 34-40.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Oliveira, A. (2013). O assédio sexual nos espaços públicos. Comunicação apresentada na/o Coimbra C. Dialogar com os Tempos e os Lugares do(s) Mundo(s), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 6 a 7 de dezembro.
- Susarla, A.; Oh, J. & Tan, Y. (2010). Word of mouth dynamics in online social networks: investigating social influence cascades on YouTube. Retirado de <http://misrc.umn.edu/wise/papers/p1-6.pdf>
- Tomazetti, T. & Brignol, L. (2015). O feminismo contemporâneo a (re) configuração de um terreno comunicativo para as políticas de gênero na era digital. Comunicação apresentada no 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Retirado de <https://tinyurl.com/yyszgu70>
- Zuo, X.; Blackburn, J.; Kourtellis, N.; Skvoretz, J. & Iamnitshi, A. (2014). The power of indirect social ties. Retirado de <http://arxiv.org/abs/1401.4234>

Citação:

Cruz, R. V. & Cerqueira, C. (2017). *SlutWalk goes glocal: estratégias de difusão online no caso português*. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade*. Livro de atas (pp. 213-236). Braga: CECS.

A EUROPA ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

JOSÉ PALMEIRA

palmeira@eeg.uminho.pt

UNIVERSIDADE DO MINHO, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EUROPA “REGRESSA” AO ATLÂNTICO

RESUMO

A política europeia está de regresso ao Atlântico. A União Europeia (UE) aprovou a Política Marítima Integrada Europeia (2007), sob proposta da Comissão Barroso, recentrando uma UE que nos últimos alargamentos se voltara a Este. Entretanto, UE e Estados Unidos iniciam a negociação de uma parceria transatlântica de comércio e investimento que tem uma réplica UE-Canadá, projeto já apelidado de “NATO económica”. Eis se não quando a Rússia anexa a Crimeia e a guerra civil na Ucrânia ressuscita a geopolítica e a verdadeira NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) recupera a sua importância geoestratégica. O Atlântico, ultrapassado pelo Pacífico em termos de relevância político-económica, face à emergência da China como ator global, é de novo o centro das atenções. Membro fundador da NATO (1949) e Estado membro da UE (1986), quais as potencialidades e vulnerabilidades de Portugal neste novo cenário geopolítico e estratégico que tem a Europa no seu epicentro?

PALAVRAS-CHAVE

Atlântico; União Europeia; NATO; Portugal

A União Europeia é comumente reconhecida como um dos mais bem-sucedidos projetos políticos. Os recentes “abalos” provocados pela crise na zona Euro, envolvendo a Grécia, ou, mais recentemente, a vaga de refugiados que força a sua entrada no espaço comunitário, sobretudo a partir do Mediterrâneo e dos Balcãs, não são suficientes para fazer esquecer o quão os europeus, primeiro os ocidentais e, posteriormente, também os orientais, do norte e do sul, devem, em termos de paz e prosperidade, aos

ideais de Robert Schumann e Jean Monnet. A comunidade dos seis fundadores deu lugar a uma união a 28, necessariamente mais complexa, tanto do ponto de vista institucional como político. O que pretendemos analisar são as mudanças geopolíticas operadas na União Europeia (UE), fruto do seu alargamento mas também do aprofundamento das suas políticas, bem como da evolução do sistema internacional, tendo como ponto de referência a prioridade dada ao Atlântico enquanto espaço geoestratégico. Neste contexto, interessa-nos também observar qual o reflexo que essa evolução teve em Portugal, um dos Estados-Membros que mais pode beneficiar, ou sair prejudicado, em função da valorização, ou não, do espaço atlântico por parte da UE.

A avaliação que pretendemos efetuar tem um carácter geopolítico e parte das seguintes premissas: (1) os sucessivos alargamentos da UE a Este (sobretudo o de 2004, pela sua dimensão) transformaram-na num espaço quase pan-europeu de características continentais; (2) com a anunciada retirada do Reino Unido da União Europeia, os Estados-Membros de cariz atlantista perdem influência para o eixo franco-alemão; (3) os Estados Unidos da América (EUA), que passaram a dar mais atenção ao Pacífico, depois do aceleração da globalização económica e financeira, estão de “regresso” à Europa para negociar uma parceria transatlântica de comércio e investimento; (4) o conflito na Ucrânia e a anexação da Crimeia pela Federação Russa reabilita o espírito da guerra fria e apela a uma nova coligação de interesses entre norte-americanos e europeus, parte destes grandemente dependentes de energia importada de Moscovo.

Conjugando as quatro premissas, as nossas hipóteses são as seguintes: (1) o alargamento e o aprofundamento da UE conduziram à sua “continentalização”; (2) o reaparecimento da Rússia como “perturbador continental”, máxime, mas também o desacelerar das economias asiáticas, reaproxima Bruxelas e Washington recuperando a importância do “atlantismo” como bloco geoestratégico.

O “atlantismo” é um conceito geopolítico que tem particular expressão na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), criada em 1949 e que atualmente conta com 28 Estados-Membros. Durante 40 anos (o muro de Berlim caiu em 1989) assistiu-se a uma guerra fria entre o bloco ocidental, liderado pelos EUA e a União Soviética, aliados de circunstância na vitória sobre a Alemanha nazi (1945). O Pacto de Varsóvia (1954) não sobreviveu à implosão da União Soviética (1991), pondo termo à bipolaridade que marcou o sistema internacional na segunda metade do século XX.

Além da corrida belicista, o confronto entre os dois blocos fez-se sentir também nos planos ideológico (liberalismo versus comunismo), económico (economia de mercado face à economia planificada) e tecnológico (de que a conquista espacial foi um dos expoentes máximos), entre outros (por exemplo, a disputa de medalhas nos Jogos Olímpicos).

EMERGÊNCIA DO PACÍFICO

A Europa é uma paisagem terrestre; a Ásia Oriental uma paisagem marítima. Nisto reside a diferença crucial entre os séculos XX e XXI. As áreas mais disputadas do globo no século passado eram em terra seca na Europa, sobretudo nas extensões planas que tornavam as fronteiras ocidental e oriental da Alemanha artificiais e expostas à marcha inexorável dos exércitos. Mas com o decorrer das décadas, os eixos demográficos e económicos da Terra mudaram consideravelmente para o lado oposto da Eurásia, onde os espaços entre os principais centros populacionais são esmagadoramente marítimos. (Kaplan, 2011, p. 72)

A asserção de Robert Kaplan, aqui reproduzida, reflete um sentimento generalizado de que a emergência da República Popular da China como potência global fez girar o centro geopolítico da terra do Atlântico para o Pacífico. Com duas faces (tal como Janus), os Estados Unidos desinvestiram no Atlântico e concentram-se no Pacífico, privilegiando a cooperação com as principais potências regionais, até como forma de equilibrar a crescente influência chinesa.

O fim da guerra fria secundarizou o poder militar (a internet que começou por ter um uso militar tornou-se uma das principais armas da globalização) e catapultou a geoeconomia, com a liberalização do comércio mundial, empreendida sobretudo a partir de 1995, com a criação da Organização Mundial do Comércio. A admissão da China nesta organização, ao contrário do que sucedeu com a Rússia, fê-la competir com os mercados europeu e norte-americano de uma forma muito vantajosa, dado os custos de mão de obra serem muito inferiores nesse país, provocando a deslocalização de uma parte significativa da produção ocidental para o Oriente. Ao mesmo tempo, e através da aquisição da dívida pública de vários países, incluído a norte-americana, a China passa a ter influência no mercado financeiro, também ele cada vez mais global, com os efeitos de interdependência que provoca.

Paralelamente à ascensão da China dá-se a recuperação da Rússia sob a batuta de Vladimir Putin, a emergência do Brasil e da Índia, como potências regionais com aspirações globais (veja-se o seu interesse em ser membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas), e também da África do Sul, constituindo uma frente comum conhecida pelo acrónimo BRICS (criado juntando as primeiras letras dos nomes desses países).

É certo que o crescimento económico de países como o Brasil ou a Rússia se deveu, em grande medida, ao facto de serem produtores de petróleo e o preço do crude ter subido exponencialmente nos últimos anos, situação que entretanto se inverteu, levando à sua recessão económica.

Paralelamente a isto, a União Europeia é instituída pelo Tratado de Maastricht (1992) e consolida o seu projeto de integração económica e monetária (tornando-se o euro uma moeda hoje comum a 19 dos 28 Estados-Membros), ao mesmo tempo que se alarga a países do centro e Este da Europa e se transforma num espaço praticamente pan-europeu (outros países, sobretudo dos Balcãs, pediram já a sua adesão).

Se é verdade que a consolidação da união económica e monetária é uma realidade – apesar de alguns sobressaltos, em países como a Irlanda e Portugal, mas sobretudo na Grécia – o mesmo não se pode dizer da união política. Com o Reino Unido a negociar a sua saída da União Europeia, e a Alemanha cada vez mais preponderante, a UE dá sinais de falta de coesão interna que comprometem a sua afirmação como ator geopolítico global.

O projeto europeu lançado sobre os escombros da II Guerra Mundial foi relançado com o fim da guerra fria com um otimismo que ficou vertido no Tratado de Maastricht. A guerra nos Balcãs, desencadeada em 1992, na sequência da desagregação da Jugoslávia, foi o primeiro revés nessa ilusão, dada a incapacidade em lidar política e militarmente com o problema.

Os que aspiravam a uma autonomia militar crescente da Europa face ao seu aliado norte-americano constataram, nos Balcãs, essa incapacidade, experiência que se repetiria mais tarde, na mesma região, com a independência do Kosovo (2008).

Este último acontecimento acabou por abrir uma “caixa de Pandora”, muito sensível no Centro e Este da Europa, em torno das fronteiras. Reabilitada por Putin no seu poder e no seu orgulho, a Rússia (aliada da Sérvia contra a independência do Kosovo) reconhece, no mesmo ano, as independências da Ossétia do Sul e da Abecásia face à Geórgia e, em 2014, intervém no conflito ucraniano e anexa a Crimeia.

O Ocidente responde com a aplicação de sanções económicas e políticas à Federação Russa, criando-se um clima que faz lembrar os tempos

da guerra fria. A Aliança Atlântica anuncia em 2015 (5 de fevereiro) a criação de uma Força de Reação Rápida, enquanto que poucos meses depois (26 de agosto) o presidente Putin anuncia que a Rússia se irá dotar de 40 novos mísseis intercontinentais.

REGRESSO AO ATLÂNTICO

O conflito ucraniano e a intervenção de Moscovo fizeram “soar as campainhas” no quartel-general da NATO de uma forma que já não se via desde o fim da guerra fria. O Kremlin rejeitava a aproximação de Kiev à UE e à NATO, considerando a Ucrânia como parte integrante do seu “espaço vital”, expressão típica de uma era que se considerava já ultrapassada.

Acontece que a Ucrânia faz parte da política de vizinhança da UE e que vários países que a integram são altamente dependentes em termos energéticos do gás russo. Este cenário colocou em cima da mesa a necessidade de alternativas, aparecendo o gás de xisto norte-americano como uma solução de curto-prazo e o gás magrebino que entra na Europa através da Península Ibérica como plausível no médio prazo, após investimentos nas interligações.

A reabilitação da Aliança Atlântica por parte dos aliados – atualmente 28 – é a resposta à geoestratégia russa que face à sua ostracização pelo Ocidente se volta para a China e para as suas antigas repúblicas, como forma de criar um bloco alternativo.

Desde o fim do Pacto de Varsóvia (1991) que a NATO tem reajustado o seu conceito estratégico (revisto década a década, teve a sua última alteração em 2010, no Conselho do Atlântico realizado em Lisboa), adaptando-o à evolução do sistema internacional. O terrorismo transnacional que teve particular expressão em Estados-Membros como os EUA (2001), Espanha (2004) e Reino Unido (2005) levou a organização a orientar a ação para a sua prevenção e combate.

Não é só, no entanto, a aliança político militar que aproxima as potências dos dois lados do Atlântico Norte. Desde 2013 que União Europeia e Estados Unidos negociam a celebração de uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento – conhecida pelo seu acrónimo em língua inglesa: TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*) –, uma iniciativa lançada durante a presidência de Barack Obama e que foi congelada pelo seu sucessor na Casa Branca, Donald Trump. UE e Canadá já celebraram um acordo idêntico (CETA – *Comprehensive Trade and Economic Agreement*), aprovado em 2016 e em fase de ratificação pelos signatários.

O TTIP reunirá dois blocos geoeconómicos que em conjunto representam cerca de 40% do Produto Interno Bruto Mundial e constituirá o que já foi apelidado de uma “NATO económica”. Europa e EUA podem voltar a cooperar numa área que não a político-militar, a exemplo do que já acontecera com o Plano Marshall, no termo da segunda guerra mundial e com a criação, em 1948, da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) que, em 1960, deu lugar à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O TTIP “é potencialmente o acontecimento mais importante da relação transatlântica desde a criação da NATO”, considera João Vale de Almeida (2014, p. 26), embaixador da UE nos Estados Unidos. “O TTIP abrange também esferas geoeconómicas e geopolíticas. O poder está mais do que nunca relacionado com a capacidade económica. A História não acabou com a queda do Muro de Berlim. O debate geopolítico continua e não podemos alhear-nos dele” – acrescenta o mesmo diplomata europeu.

A concretização do acordo deverá representar um aumento muito significativo das trocas comerciais entre os dois blocos. Sabendo-se que a maior parte do comércio mundial se processa por via marítima, isso terá como consequência a intensificação do tráfego no Atlântico Norte que será também exponenciado pelo alargamento do canal do Panamá – que liga ao Pacífico – concluído em 2016.

Os sucessivos alargamentos da UE afastaram o seu centro geográfico do Atlântico e aumentaram a centralidade política da Alemanha. A concretização do TTIP significará uma recentragem de novo no Atlântico e, nesse aspeto, uma nova configuração geopolítica.

O primeiro passo no sentido de um “regresso” ao Atlântico já havia sido dado em 2007, com a adoção, no Conselho Europeu de Lisboa, de uma Política Marítima Integrada Europeia, por iniciativa da Comissão Barroso.

A valorização estratégica do mar é uma consequência, a jusante, da liberalização do comércio mundial e, a montante, resulta da aprovação, em 1982, em Montego Bay, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que entrou em vigor em 1994 e que, entre outras medidas, definiu o direito dos Estados costeiros a uma zona económica exclusiva, até um limite de 200 milhas náuticas, com direitos soberanos desses Estados sobre os recursos vivos e não vivos aí existentes.

E PORTUGAL?

A ligação de Portugal ao Atlântico é geográfica, histórica e política. Se há referência a Portugal na história universal ela deve-se à empreitada

dos Descobrimentos, no final do século XV e no início do século XVI. Dela resultou um império que se começou a desmoronar com a independência do Brasil (1822), a ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana (1961) até à descolonização das colónias africanas na sequência da mudança de regime em Portugal, em 1974 e 1975, a transição da soberania de Macau para a República Popular da China (1999) e a independência de Timor-Leste (2002). Hoje, o espaço lusófono tem tradução geopolítica na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, instituída em 1996 e atualmente com nove Estados-Membros (aos oito lusófonos juntou-se a Guiné Equatorial, em 2014).

A importância geoestratégica do território europeu português, comumente designado de triângulo estratégico continente-Açores-Madeira, ficou reconhecida com a integração de Portugal na NATO, em 1949, mesmo apesar da natureza autoritária do seu regime, caso único entre os Estados fundadores. Antes disso (1944), já Lisboa autorizara os EUA a estacionar forças e equipamento militar nas bases de Santa Maria e das Lajes, nos Açores, presença que seria reforçada com o acordo celebrado em 1951, ainda vigente, após várias renegociações e hoje reduzido por desinvestimento dos Estados Unidos nas Lajes.

Aquela base militar portuguesa, que alberga forças norte-americanas, seria palco, em 2003, de uma cimeira entre os líderes norte-americano (George Bush), britânico (Tony Blair) e espanhol (José Maria Aznar), tendo como anfitrião o primeiro-ministro português, Durão Barroso, que antecedeu a intervenção militar dos EUA e aliados no Iraque, em retaliação aos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington.

No mesmo ano (2003) Portugal é um dos oito Estados-Membros da UE subscritor de uma carta de apoio à intervenção norte-americana no Iraque, acabando o então chefe de Governo português por se tornar, em 2004, presidente da Comissão Europeia, cargo que desempenhará ao logo de dois mandatos (10 anos, até 2014).

Desde que integrou as Comunidades Europeias, em 1986, Portugal tem seguido uma estratégia atlantista, próxima das posições de um outro Estado membro, o Reino Unido. Tem privilegiado o vínculo transatlântico, com EUA e Canadá, em detrimento de uma autonomia europeia em matéria de segurança e defesa.

Periférico numa Europa “continentalista”, voltada sobre si própria e onde representa 10 milhões de pessoas numa população que é superior a 500 milhões de cidadãos, Portugal obtém centralidade numa Europa cooperante com os EUA que detém o potencial militar que falta aos europeus. Esta complementaridade permite a Portugal servir de “ponte” – até pela

posição central do arquipélago dos Açores – desenvolvendo uma “soberania de serviço” que valoriza a sua importância geoestratégica, não só na ligação Europa-América do Norte, como também nos eixos Europa-África e Europa-América Latina. Essa prioridade ficou vincada nas presidências portuguesas da UE, em 2000 e 2007, com o empenho português na realização das primeiras cimeiras UE-África e UE-Brasil, respetivamente.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional¹ estabelece que a Europa “é a principal área geográfica de interesse estratégico nacional” e que “Portugal é a fronteira ocidental da Europa no Atlântico”. Refere ainda o documento que “a unidade nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como a aliança bilateral com os EUA e a coesão da Aliança Atlântica, tornam o espaço euro-atlântico a segunda área geográfica de interesse estratégico permanente, cuja estabilidade é reforçada pela comunidade de valores políticos e culturais entre as democracias ocidentais”. Consagra ainda que “Portugal tem uma posição geográfica específica de articulação intercontinental, por onde cruzam muitas das mais importantes rotas aéreas e marítimas mundiais”, o que lhe permite “colocar-se no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas e ficará com a possibilidade de explorar importantes matérias-primas e recursos energéticos”.

José Félix Ribeiro considera que “o objetivo central da política externa portuguesa não deverá continuar a ser a integração de Portugal no designado núcleo duro da integração europeia, mas sim a integração num espaço económico e estratégico do Atlântico Norte acompanhado por um claro reforço das relações bilaterais com os EUA” (Ribeiro, 2014, p. 207). Segundo este economista, Portugal “é e será apenas um país periférico se continuar centrado na Europa” (Ribeiro, 2014, p. 214) e apresenta uma “localização favorável à instalação de atividades orientadas para os mercados do Atlântico Norte (posição valorizada pela constituição da futura Zona de Livre Troca Transatlântica), Atlântico Sul e Mediterrâneo/Médio Oriente” (Ribeiro, 2014, p. 216). Deverá, por isso, “atribuir a maior prioridade às exportações e atração de IDE [investimento direto estrangeiro] dos EUA, Canadá e México, materializando o objetivo estratégico de Portugal de pertencer aos fundadores da parceria transatlântica de comércio e investimento” (Ribeiro, 2014, p. 228).

A pretexto da dependência energética da Europa de países terceiros como a Rússia, país ao qual aplicou sanções económicas na sequência da anexação da Crimeia, Portugal tem procurado também aqui servir de “ponte” com soluções alternativas, seja através da receção do gás de xisto

¹ Retirado de http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf

norte-americano, seja das interligações ao resto da Europa do gasoduto magrebino que abastece a Península Ibérica. Ainda segundo Félix Ribeiro, “o porto de Sines poderia transformar-se num porto energético europeu” (citado em Matias, Soromenho-Marques; Falcato & Leitão, 2010, p. 175).

Para Miguel Monjardino (2014, p. 29) o Conselho Europeu de março de 2014 “foi um passo crucial para diminuir a dependência energética europeia em relação a Moscovo e tornar Sines uma plataforma para a entrada e distribuição de gás natural pelas redes europeias”. Corolário disso, os chefes de governo de Portugal, Espanha e França assinaram em março de 2015, em Madrid, uma declaração conjunta que representa um compromisso para aumentar a interconexão energética entre os três países até à meta de 10% em 2020.

A concretização do TTIP e a possibilidade de Portugal ser uma das portas de entrada da energia para o resto da Europa apresenta potencialidades e vulnerabilidades.

Entre as primeiras está o facto de portos e aeroportos portugueses poderem servir de interface no comércio UE-EUA. Sines tem potencial específico devido ao seu porto de águas profundas, à capacidade de armazenamento dos seus terminais (incluindo produtos energéticos) e ao seu sistema de ligações multimodal. O aeroporto de Beja (próximo de Sines) está vocacionado para o transporte de mercadorias.

Ao nível das vulnerabilidades pode-se referir que um maior afluxo comercial marítimo aumenta o risco de acidentes ambientais nas águas portuguesas. As questões de segurança marítima e aérea ganham maior acuidade sendo necessários mais e melhores meios de prevenção por parte das autoridades portuguesas. Por outro lado, os serviços portuários e aeroportuários nacionais terão que aumentar a sua competitividade em termos de custo e tempo de operação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise política na Ucrânia e os acordos económicos celebrados entre a UE, Canadá e os EUA (em negociação) colocam o Atlântico de novo no cerne da geopolítica mundial. O Atlântico, ultrapassado pelo Pacífico em termos de relevância geoeconómica – face à emergência da China como ator global –, é de novo o centro das atenções.

A NATO recupera a sua importância geoestratégica e a União Europeia pode formar com os EUA e o Canadá o maior espaço geoeconómico do mundo.

A ligação euro-atlântica dá centralidade geopolítica a Portugal que é periférico no contexto da UE, mas um país de fronteira e articulação com África e as Américas do Norte, Centro e Sul. O CETA e o TTIP são uma oportunidade geoeconómica para Portugal e um desafio geopolítico. Cabe-rá a Portugal saber tirar partido do potencial que os acordos transatlânticos representam investindo no “poder funcional” que lhe está associado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kaplan, R. D. (2011). O Mar do Sul da China é o futuro do conflito. *Foreign Policy*, 24, 70-81.
- Matias, N. V.; Soromenho-Marques, V.; Falcato, J. & Leitão, A. G. (Eds.) (2010). *Políticas públicas do mar*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Monjardino, M. (2014, 29 de março). Portugal e Putin. *Expresso*, p. 29.
- Ribeiro, J. M. F. (2014). *Portugal, a economia de uma Nação Rebelde*. Lisboa: Guerra e Paz.

Citação:

Palmeira, J. (2017). Europa “regressa” ao Atlântico. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 238-247). Braga: CECS.

ANDRÉ SANTOS & MÁRCIA PINTO

andredafs@gmail.com; marcia.estrela.pinto@hotmail.com

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

A UNIÃO EUROPEIA E O ÁRTICO: DESAFIOS PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA

RESUMO

As alterações climáticas têm levantado problemas para a governação internacional, sendo o caso do degelo do Ártico um exemplo, pois cria problemas económicos, sociais e securitários. O objetivo deste artigo é compreender de que forma este fenómeno tem implicações para a segurança marítima na União Europeia. Num primeiro plano, são analisadas as alterações geopolíticas na região em questão, para no segundo plano ser analisada a forma como a União Europeia está a dar resposta aos problemas criados pelo degelo do Ártico, particularmente na área da segurança marítima. Através da análise de documentos oficiais da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho Europeu, conclui-se que a União Europeia tem vindo a defender o desenvolvimento sustentável na região, de forma a evitar os problemas que poderá ser forçada a enfrentar.

PALAVRAS-CHAVE

Alterações climáticas; governação internacional; segurança marítima; União Europeia

O ÁRTICO COMO ESPAÇO DE INTERESSE GEOPOLÍTICO

O Ártico, uma região no extremo norte do planeta que começa a sul pelo Círculo Polar Ártico e vai até ao Pólo Norte (Besnault, 1992), foi até ao período da Guerra Fria, uma região historicamente quase ignorada do ponto de vista geopolítico, apesar de o seu território ter a presença de vários Estados industrializados e com elevado poder económico, como a Rússia, os Estados Unidos da América, o Canadá, a Noruega, a Dinamarca (Grønland) e a Islândia, além da Suécia e Finlândia que, apesar de não terem costa marítima com acesso ao Ártico, têm parte do seu território dentro do

Círculo Polar Ártico e servem de ponte entre esta região e a União Europeia (Rodrigues Leal, 2014).

De acordo com a organização Arctic Opening (2013), desde o final da II Guerra Mundial que o Ártico tem vindo a tornar-se num centro de atração para muitos grupos que procuram aumentar a sua presença na região, tais como diversos ministérios dos negócios estrangeiros, forças armadas, organizações internacionais, multinacionais, universidades, centros de investigação científica, ambientalistas, entre outros. No entanto, devido ao surgimento das alterações climáticas, a corrida ao Ártico tem vindo a intensificar-se, devido aos recursos que ficam disponíveis para explorar na região. Parmar (2013) considera que esta corrida está a tornar-se numa forma de competição entre os principais atores da política internacional, evidenciado pelo crescente investimento e pelo aumento da presença de forças militares na região, o que cria tensões e conflitos.

O forte desenvolvimento e crescimento económico desta região têm sido evidentes, com dados macroeconómicos muito positivos. De acordo com a Arctic Opening (2013), o PIB da região cresceu 31% desde 2001, que se deve ao aumento da exploração de recursos naturais e de navegação das rotas marítimas e consequente utilização dos portos situados em cidades do Ártico, além de um forte aumento das receitas provenientes da pesca e do turismo.

GOVERNAÇÃO E DIREITO INTERNACIONAL NO ÁRTICO

Apesar de toda a possibilidade de conflito referida por Parmar (2013), o Ártico não é um espaço vazio de governação e direito internacional. A “United Nations Convention On the Law of the Sea” (UNCLOS), o primeiro tratado da ONU sobre jurisdição marítima, soberania e disputas territoriais marítimas (Nações Unidas, 1982), encoraja a resolução de qualquer conflito através de meios diplomáticos mas contém mecanismos próprios para quando a via pacífica não é possível, tais como o Tribunal da Lei do Mar e o Tribunal Internacional de Justiça. De acordo com a Arctic Opening (2013), os Estados do Ártico reconhecem este tratado como a principal forma de gerir as relações entre os Estados e os seus objetivos na região.

Para além da UNCLOS, existe também uma organização de carácter regional e intergovernamental que tem o objetivo de manter a cooperação entre os Estados do Ártico e evidencia a crescente importância do Ártico, que é o Conselho do Ártico, um fórum intergovernamental criado em 1996 com o objetivo de salvaguardar os interesses da região e manter a paz e

estabilidade, com base no direito internacional e multilateralismo, entre os seus Estados-Membros e observadores. O Conselho do Ártico é a principal organização a trabalhar sobre os assuntos do Ártico, de natureza intergovernamental e regional, encarregada de realizar investigação e sugerir resoluções aos decisores políticos e da qual fazem parte de forma permanente os cinco Estados costeiros do Ártico (Rússia, EUA, Canadá, Noruega e Groenlândia) e três Estados nórdicos (Finlândia, Suécia e Islândia). Existem também seis organizações que representam as populações indígenas, que estão representadas com o mesmo poder que os Estados¹. De acordo com o The International Institute for Strategic Studies (2013), existem atualmente 32 Estados e organizações com o estatuto de observadores no Conselho do Ártico, o que lhes possibilita assistirem às reuniões do Conselho, participar em grupos de trabalho, mas sem o poder de votar em resoluções. Todos os Estados observadores têm uma ligação de carácter económico ao Ártico, como é o caso da Itália que explora gás natural no Ártico russo, o caso de Singapura que está interessada nas possíveis rotas marítimas do Ártico, o caso da Coreia do Sul que é um dos principais construtores de navios quebra-gelo, o caso da China e do Japão que são o maior destino das exportações de recursos energéticos do Ártico e o caso da Índia que é um dos maiores atores em investigação científica polar.

A atenção dada a esta organização tem vindo a crescer e atualmente são políticos de alto nível que participam nas reuniões, tais como o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América John Kerry e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa Sergey Lavrov (The International Institute for Strategic Studies, 2013). Os Estados do Ártico têm vindo a investir cada vez mais nesta organização (Rodrigues Leal, 2014), o que leva a crer que venha a gerar grandes fontes de crescimento económico para os seus membros.

OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO ÁRTICO

As alterações climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta, pois as suas consequências não se refletem apenas a nível ambiental, mas também a nível económico e social. De acordo com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2014), as alterações climáticas resultam sobretudo de uma intensa exploração de combustíveis fósseis, que provoca o aumento da emissão de gases para a atmosfera,

¹ Retirado de www.arctic-council.org

provocando por sua vez o aumento da temperatura global. Este fenómeno tem levado ao aquecimento da temperatura dos oceanos, que provoca o degelo, um fenómeno que tem sido especialmente forte na região do Ártico, e que por sua vez leva ao aumento dos níveis do mar. Embora os cientistas sejam unânimes em relação às alterações climáticas, nem todos estão de acordo sobre as suas razões, sendo que alguns atribuem a responsabilidade à ação humana e outros a uma evolução natural do planeta. No entanto, o relatório sobre as alterações climáticas de 2014, elaborado pelo IPCC, não deixa dúvidas sobre a total responsabilidade do ser humano neste fenómeno, considerando que a produção industrial tem sido o fator que mais contribui para este aumento, em especial desde a década de 1950. Mas o mesmo relatório considera que a produção industrial e a exploração de combustíveis fósseis não são as únicas causas deste fenómeno, colocando o crescimento demográfico como outra das principais causas, pois leva à cada vez maior utilização dos recursos.

Os efeitos das alterações climáticas serão mais notados na região do Ártico, pois os mesmos estudos indicam que a sua temperatura vai aumentar aproximadamente 2º Celsius no verão, 8º Celsius no outono e 9º Celsius no inverno, o que implica consequências para todo o planeta, tais como o aumento de fluxos de migração, restrição de água e alimentos e acontecimento meteorológicos extremos (Rodrigues Leal, 2014). A União Europeia reconhece as alterações climáticas como elemento multiplicador de ameaças (Comissão Europeia, 2008), sejam de carácter político, social, económico ou humanitário. Numa lista de possíveis fontes de conflito, destacam-se a possibilidade de surgimento de conflitos em torno de acesso a água, prejuízos económicos para cidades costeiras, perda de territórios, migrações por motivos ambientais, tensões causadas por questões energéticas, entre outros.

Os efeitos das alterações climáticas no Ártico têm sido verificadas através de indicadores como o aumento da temperatura, a diminuição do gelo do mar, a degradação do ambiente natural ártico, o degelo em certas áreas da região do Ártico que se verifica especialmente na Gronelândia, o aumento do vapor de água e a diminuição da extensão da neve (Rodrigues Leal, 2014). De acordo com um estudo da Arctic Climate Impact Assessment (ACIA, 2005), o Ártico é o espaço geográfico mais vulnerável aos impactos das alterações climáticas, pois o derretimento do gelo e da neve no solo e nos oceanos faz com que o solo absorva mais calor, provocando assim o aumento da temperatura. Como Rodrigues Leal (2014) afirma, o aquecimento global é o grande acontecimento na região mais setentrional do mundo, e aquele que condiciona todos os outros fatores. Não só

condiciona todos os outros fatores, como condiciona todas as decisões políticas feitas no sistema internacional.

No entanto, é possível afirmar que apesar das dificuldades colocadas pelas alterações climáticas no Ártico a todo o sistema internacional, existem Estados que irão beneficiar largamente com este fenómeno. Rodrigues Leal (2014) considera que os Estados que têm maiores interesses no degelo são o Canadá e a Rússia, os dois maiores atores do Ártico, pois poderão explorar de forma rentável todos os depósitos de petróleo e gás que têm nas suas regiões, além de todo o ouro que ainda não foi descoberto. Por outro lado, a agricultura que hoje é uma atividade impossível, poderá em algumas décadas tornar-se rentável, aumentando assim a segurança alimentar destes Estados e possibilitando a migração de várias populações para esta zona. A Gronelândia é também um dos Estados que mais beneficiarão com o degelo no Ártico, pois o elevado número de investimentos que atrairá poderá levar a um forte crescimento económico.

Ainda que seja uma região tão rica, a sua exploração apresenta inúmeros desafios devido às condições meteorológicas e até às próprias alterações climáticas, que tornam o ambiente ártico ainda mais instável. Para os atores do Sistema Internacional explorarem esta região precisam de investir muito dinheiro, e podem até surgir tensões devido a questões de soberania territorial na região. O Conselho do Ártico tem desempenhado um papel fundamental para manter a estabilidade da região ártica. É através do Conselho do Ártico que a União Europeia tenta estabelecer uma ponte de ligação com a região ártica, de forma a projetar a sua política externa e proteger os seus interesses na região.

O DEGELO DO ÁRTICO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia, tal como outros Estados e Organizações Internacionais, tem estado atenta tanto aos perigos referidos como às oportunidades que poderão surgir do Ártico. Na verdade, apesar de a União Europeia não ter um território costeiro na região Ártica, está ligada à região devido à Finlândia, Suécia e Dinamarca (Gronelândia) e também, devido à sua proximidade geográfica, tudo o que acontecer no Grande Norte terá repercussões no continente europeu. O degelo do Ártico cria desafios securitários, ambientais e económicos, mas cria também algumas oportunidades para a União Europeia.

Num relatório publicado pela Agência Europeia do Ambiente em 2012, o *Climate Changes, Impacts and Vulnerabilities in Europe 2012*, é dada

especial atenção ao fenómeno do degelo e como este está a afetar o continente europeu. Este relatório mostra que o degelo do Ártico tem levado a uma cada vez menor precipitação no sul e maior precipitação no norte, à medida que os glaciares do Oceano Ártico e da Gronelândia têm vindo a desaparecer. Este fenómeno pode dar lugar a acontecimentos extremos, tais como tempestades marítimas nas zonas costeiras, secas no interior e cheias no centro e norte da Europa, cada vez com mais frequência. Um dos grandes problemas que poderão surgir com estes acontecimentos é o agravamento das desigualdades na União Europeia, uma vez que, devido a diferentes poderes económicos, os vários Estados-Membros terão diferentes capacidades de adaptação.

Estes acontecimentos vão colocar fortes pressões sobre a União Europeia, especialmente por grande parte da sua população viver em zonas costeiras. O relatório da Agência Europeia do Ambiente (2012) já referido mostra que as cidades costeiras no norte da Europa têm cada vez mais ondas de calor, dando especial atenção ao caso da Holanda que nos últimos anos tem registado temperaturas invulgarmente altas. As temperaturas mais altas em zonas costeiras podem levar à formação de tempestades mais intensas e mais prolongadas, o que cria problemas económicos e sociais às sociedades europeias.

Por sua vez a Comissão Europeia considera que o degelo do Ártico afeta todas as regiões do mundo, com especial impacto sobre a União Europeia, pois com o aumento dos níveis do mar, a costa europeia será fortemente danificada. Um dos problemas que mais preocupa a instituição europeia é a possibilidade de diminuição de água em algumas regiões, devido às secas, pondo em causa a segurança humana. Os problemas causados por este fenómeno impõem elevados custos económicos e sociais sobre os Estados-Membros, sendo importante referir que entre 1980-2011 os prejuízos económicos relacionados com as alterações climáticas foram superiores a 90 biliões de euros.

RESPOSTA EUROPEIA PARA OS DESAFIOS NO ÁRTICO

Em resposta aos desafios no Ártico, a União Europeia tem vindo a desenvolver uma série de iniciativas. De forma a sintetizar estas iniciativas, foram definidos três tempos: 2007-2013; 2014; e 2015. Entre 2007 e 2013 foi possível analisar as iniciativas europeias, em 2014 foram analisados os objectivos propostos pela UE para o degelo do Ártico e, para 2015 foram analisadas as intenções europeias no combate às mudanças climáticas.

Nos primeiros anos (2007-2013), as principais áreas de cooperação foram: energias, transportes e segurança marítima. É necessário ter em conta que a União Europeia não faz parte do Conselho do Ártico, mas atualmente consegue ser observador. Isto para explicar que a cooperação feita com o Ártico é através de cooperação económica e securitária principalmente. Em 2006 foi criada a Parceria Ambiental da Dimensão do Norte (NDEP), parceria estabelecida pela Comissão Europeia, Rússia, Noruega e Islândia, que pretende acabar com a poluição marinha através do financiamento de estruturas direccionadas para a protecção do ambiente².

Em 2008 foi desenvolvida a política europeia para o Ártico com três principais objetivos: proteger e preservar o Ártico em uníssono com a sua população; promover o uso sustentável dos recursos naturais; contribuir para reforçar a governação multilateral do Ártico (Commission of the European Communities, 2008).

Em 2009 foi criado o “The EU Arctic Footprint and Policy Assessment Project”³ que pretende calcular a pegada ecológica da União Europeia no Ártico, ao mesmo tempo que pretende averiguar o impacto das iniciativas europeias para mitigar o impacto das mudanças climáticas no Ártico. O objetivo geral é o de melhorar o desempenho da União Europeia em relação às políticas ambientais no Ártico. Todos os objetivos desta avaliação são para serem considerados num longo prazo, até 2030.

Para 2014 os objetivos europeus para o Ártico prendiam-se com a investigação sobre mudanças climáticas, assegurar um crescimento sustentável na região; apoiar a região do Ártico através de políticas sobre mudanças climáticas, ambiente e pescas. Em 2015 a União Europeia pretende entrar como membro observador do Conselho do Ártico (rejeitado até agora), criar uma política do Ártico e criar um instrumento legal que permita punir quem infrinja as leis protetoras do ambiente. Até 2050 a União Europeia espera diminuir cerca de 80-95% das emissões de gases para a atmosfera e conseguir atenuar os efeitos das alterações climáticas.

DESAFIOS PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA

O degelo da região do Ártico, para além de ter impacto a nível ambiental, também coloca desafios à segurança marítima. Tendo em conta estes desafios, é oportuno esclarecer a definição de segurança marítima e que impactos é que as mudanças climáticas podem ter sobre esta.

² Retirado de <http://ndep.org/about/overview/what-we-do>

³ Retirado de <http://arctic-footprint.eu/>

Tal como a definição de segurança, a definição de segurança marítima não é concreta e, por outro lado, é sujeita a várias interpretações. Segundo Feldt, Roell e Thiele (2013), a segurança marítima implica a combinação de medidas preventivas e de resposta para proteger o meio marítimo contra ameaças e atos ilegais. E esta difere da defesa marítima, pois a defesa implica a combinação das mesmas medidas, mas apenas para limitar ou dar resposta a atos que danificam o ambiente. Influenciado por Baldwin (1997), Christian Bueger (2014) defende que existem três perspectivas que podem explicar a segurança marítima: a semiótica, que explica a relação entre o conceito de segurança marítima e outros conceitos como poder marítimo e economia azul; a secularização, que pretende divulgar os meios para entender como diferentes ameaças podem fazer parte da segurança marítima; e a “security practice theory”, que procura entender quais ações se subentendem através do conceito de segurança marítima.

A perspetiva semiótica, procura relacionar vários conceitos inerentes à segurança marítima: poder marítimo, defesa marinha, economia azul e resiliência humana. Os primeiros dois conceitos são mais antigos, existiam ainda antes do próprio conceito de segurança marítima, associados aos perigos no mar, ao passo que os dois últimos conceitos surgiram ao mesmo tempo que o conceito de segurança marítima (Bueger, 2014).

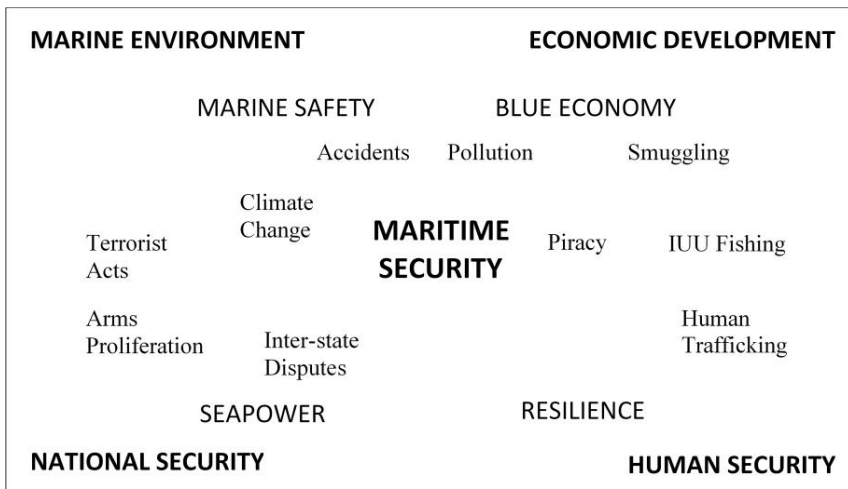


Figura 1: Matriz da segurança marítima
 Fonte: Bueger, 2014, p. 5

Esta matriz permite entender o que envolve cada dimensão da segurança marítima, e entender o que cada ator entende por segurança marítima. É uma forma prática de observar as diferenças ou similaridades entre os diferentes atores. Bueger dá o exemplo da NATO, que exclui do seu entendimento do conceito de segurança marítima a segurança nacional; o da UE e do Reino Unido que englobam todos estes quatro conceitos; e o da União Africana que privilegia a economia azul (Bueger, 2014).

Da perspectiva de securitização salienta-se a inspiração nos estudos construtivistas dos anos 1990 e Bueger defende que há duas formas de investigar a segurança marítima: a que afirma que as questões marítimas são consideradas questões securitárias; e como é que os diferentes tipos de questões securitárias foram desenvolvidos para a agenda da segurança marítima (Bueger, 2014).

Para entender como os diferentes conceitos incorporaram a segurança marítima, é necessário definir as ameaças à segurança marítima:

- (1) Pirataria e roubo à mão armada, (2) atos terroristas, (3) tráfico ilícito de armas e de armamento de destruição maciça, (4) tráfico ilícito de estupefacientes, (5) contrabando e tráfico de pessoas por via marítima, (6) pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e (7) danos intencionais e ilícitos do meio ambiente marinho. (UN Report on Oceans and the Law of the Sea, 2008 citado em Bueger, 2014, p. 6)

Por fim, a “security practice theory” descreve as actividades inerentes ao conceito de segurança marítima (Bueger & Gadinger, 2014 citados em Bueger, 2014): actividades geridas pela “Maritime Domain Awareness” (MDA), vigilância através de radar, satélites e localização de informação através de centros de partilha, actividades no mar, patrulhas, interdições, inspeções e exercícios, actividades de *law enforcement* como capturas, transferência de suspeitos, julgamentos e prisões, coordenação de actividades a diferentes níveis através de conferências, reuniões, desenvolvimento de estratégias e implementação de planos e diplomacia naval (Bueger, 2014).

Bueger salienta a importância da cooperação entre os diferentes atores da segurança marítima, trabalhando juntos para identificarem quais as ameaças, partilharem informações e coordenarem actividades (Bueger, 2014).

Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a convenção internacional que rege as normas marítimas internacionais, as actividades criminosas que ameaçam a segurança marítima são:

pirataria e assalto à mão armada contra navios. Ataques terroristas contra navios e instalações marítimas, sequestros, contrabando de armas e resíduos perigosos, tráfico de migrantes e outros seres humanos por via marítima, tráfico ilícito em drogas e substâncias psicotrópicas, pesca ilegal e despejo de resíduos tóxicos, descarga ilegal de poluentes e outras violações das leis ambientais. Reclamações por estados concorrentes sobre espaço oceânico e recursos naturais nos oceanos, que muitas vezes resultam em prolongadas disputas de fronteira marítima, também pode levar a tensões entre os Estados. (Nações Unidas, 2012, p. 4)

Para o Conselho da União Europeia (2014) segurança marítima é como um estado de relações no domínio marítimo global, no qual o direito internacional e o direito nacional se conjugam, e onde a liberdade de navegação é garantida e os cidadãos, infraestruturas, transporte, o ambiente e os recursos marinhos são protegidos.

Não existindo uma definição única e concreta sobre o que é a segurança marítima, os Estados e os mais variados autores parecem concordar em quais as ameaças para a segurança marítima, tendo como base a Convenção Internacional do Direito do Mar (UNCLOS).

No caso do degelo do Ártico os principais desafios à segurança marítima são: mudanças climáticas; acidentes; poluição; pesca ilegal; tráfico de drogas/armas; disputas entre Estados; e a um nível não tão presente, mas passível de acontecer, pirataria e/ou atos terroristas.

Desde logo a origem de tudo: as mudanças climáticas. Este fenómeno responsável pela destruição da camada de gelo do Ártico, é também responsável pelo aumento do nível médio das águas e pelo aumento de tempestades. Um dos fatores, por vezes considerado positivo, do surgimento das mudanças climáticas, o aumento da circulação e diminuição do custo e duração de viagem através do Ártico, é também um desafio para a segurança marítima. Isto porque o aumento de circulação de navios de passageiros, comerciais ou petrolíferos, leva ao aumento do número de acidentes na região do Ártico. Por sua vez, este aumento de circulação e de acidentes no Ártico leva ao aumento da poluição na região, incentivando o fenómeno das mudanças climáticas. O desaparecimento da camada de gelo ártica e o consequente aumento de espaço marítimo, atrai os pescadores para a região, incentivando a prática da pesca ilegal. O surgimento das novas rotas marítimas traz consigo o aparecimento de rotas responsáveis pela distribuição de narcóticos e de armas, aumentando a insegurança no mar e na região. O degelo do Ártico fez com que fosse mais fácil o acesso

aos recursos naturais da região, incentivando as disputas entre Estados que pretendem ter um pedaço de solo ártico. A questão da pirataria e dos atos terroristas é, por norma, um dos principais desafios à segurança marítima, mas no caso do Ártico, não é algo perceptível visto ser uma região liderada por países desenvolvidos.

RESPOSTA EUROPEIA PARA OS DESAFIOS DE SEGURANÇA MARÍTIMA NO ÁRTICO

Em relação à resposta da União Europeia face aos desafios de segurança marítima no Ártico, é relevante realçar a importância do mar e da segurança marítima para a União Europeia. Cerca de 90% do comércio externo e cerca de 40% do comércio interno da União Europeia é feito através do mar. É necessário considerar que a UE é uma vasta península rodeada por dois oceanos e quatro mares (Oceano Atlântico, Oceano Ártico, Mar do Norte, Mar Mediterrâneo, Mar Negro e Mar Báltico), fazendo com que o espaço marítimo sob jurisdição dos Estados-Membros da União Europeia seja maior do que o espaço terrestre da própria UE (Pedra, 2012).

A União Europeia pretende, através da Agência Europeia de Segurança Marítima: apoiar o trabalho de assistência técnica e científica, apoiar a preparação de emergências na região do Ártico, bem como preparar medidas de prevenção e resposta de forma a ser possível responder de forma rápida e eficaz aos problemas no Ártico.

A União Europeia pretende ainda reforçar as suas capacidades para a entrada em vigor do “Polar Code” em 2017. O “Polar Code” corresponde ao código para os navios que operam em águas polares, criado pela Organização Marítima Internacional (OMI), e deve ser obrigatório sob a Convenção Internacional para a Segurança da Vida no Mar (SOLAS) e a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição dos Navios (MARPOL). A entrada em vigor deste código é uma marca histórica para o trabalho da proteção dos navios e pessoas a bordo, no ambiente extremo dos dois pólos do planeta⁴. O código polar pretende cobrir todas as áreas e matérias relacionadas com a segurança das pessoas e dos navios nos pólos, tendo especificações de: design do navio; construção e equipamento; treinos e operações; procura e salvamento; e a proteção do ambiente e dos ecossistemas das regiões polares⁵.

⁴ Retirado de <http://www.imo.org/en/MediaCentre/HotTopics/polar/Pages/default.aspx>

⁵ Retirado de <http://www.imo.org/en/MediaCentre/HotTopics/polar/Pages/default.aspx>

CONCLUSÃO

O Ártico tem vindo a tornar-se cada vez mais um espaço fundamental para a política internacional, o que vem sendo evidenciado pela atenção dada por vários atores das Relações Internacionais a esta região. Desde o final da II Guerra Mundial, o investimento económico e também militar tem vindo a crescer acentuadamente, devido à corrida aos recursos naturais e energéticos que começa a surgir na região, que tem vindo a criar fontes de conflito, mas também de cooperação. O Conselho do Ártico é também uma evidência da crescente importância da região, tendo reuniões cada vez mais frequentes e contando com membros permanentes como os EUA e a Rússia, e membros observadores como a China, o Irão ou a Índia e cujas relações são estabelecidas através da UNCLOS.

A razão para este interesse no Ártico prende-se com as alterações climáticas, que estão a provocar o degelo do Ártico, tornando assim mais fácil explorar os recursos da região, além das novas rotas marítimas, de pesca e turismo. No entanto, apesar de existirem oportunidades para os atores das Relações Internacionais neste fenómeno, existem também desvantagens, que poderão ter fortes impactos na União Europeia, tais como o aumento das cheias no norte e das secas no sul, intensificação de movimentos migratórios e destruição da zona costeira europeia. Existem também consequências para a segurança marítima, podendo surgir grupos de crime organizado nas águas do Ártico, problemas a nível ambiental e problemas para as rotas marítimas, através do qual é feito grande parte do comércio internacional.

Para fazer face a estes problemas, a UE tem orientado as suas políticas para esta região, através de iniciativas como o NDEP que procura aumentar a cooperação com os atores do Ártico, tal como tem tentando entrar como membro observador no Conselho do Ártico. Tem desenvolvido também o “Polar Code”, um sistema que possibilitará proteger os navios e as pessoas a bordo nas zonas polares. Apesar do seu esforço, a UE necessita de mais iniciativas para poder salvaguardar a segurança marítima e os seus interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIA (2005). *Impacts of a warming Arctic*. Reykjavik: Arctic Council.

Agência Europeia do Ambiente (2012). *Climate impacts and vulnerabilities in Europe*. Copenhaga: Agência Europeia do Ambiente.

- Arctic Opening (2013). Chapter one: the warming Arctic: contexts. *Adelphi Series*, 53(440), 19-46.
- Baldwin, D. (1997). The concept of security. *Great Britain: Review of International Studies*, 23, 5-26.
- Besnault, R. (1992). *Géostratégie de L'Arctique*. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale.
- Bueger, C. (2014). *What is maritime security?* Wales: Cardiff University.
- Comissão Europeia (2008). *Climate change and international security*. Bruxelas: European Commission.
- Commission of the European Communities (2008). *Communication from the Commission to the European Parliament and the Council the European Union and the Arctic region*. Brussels: Commission of the European Communities.
- Conselho da União Europeia (2014). *European Union maritime security strategy*. Bruxelas: General Secretariat of the Council.
- Feldt, L.; Roell, P. & Thiele, R. (2013). *Maritime security – perspectives for a comprehensive approach*. Alemanha: ISPSW.
- IPCC (2014). *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Genebra: IPCC.
- Nações Unidas (1982). *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Genebra: Nações Unidas.
- Nações Unidas (2012). UNCLOS at 30. Nova Iorque: United Nations. Retirado de http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/pamphlet_unclos_at_30.pdf
- Parmar, S. (2013). The Arctic: potential for conflict amidst cooperation. *Strategic Analysis*, 37(4), 480-485.
- Pedra, J. (2012). A União Europeia e a segurança no mar. In V. L. Cajarabille; A. S. Ribeiro; A. G. Marques & N. S. Monteiro (Eds.), *A segurança no mar – uma visão holística* (pp. 145-162). Lisboa: Mare Liberum.
- Rodrigues Leal, J. L. (2014). *Geopolítica do Ártico no sec. XXI*. Lisboa: Letras Interessantes.
- The International Institute for Strategic Studies (2013). Growing importance of the Arctic. *Strategic Comments*, 19(4), I-II.

OUTRAS REFERÊNCIAS

IMO (2015). Shipping in polar waters – Adoption of an international code of safety for ships operating in polar waters (Polar Code). Retirado de <http://www.imo.org/en/MediaCentre/HotTopics/polar/Pages/default.aspx>

Citação:

Santos, A. & Pinto, M. (2017). A União Europeia e o Ártico: desafios para a segurança marítima. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 248-261). Braga: CECS.

XABIER MARTÍNEZ-ROLÁN, TERESA PIÑEIRO-OTERO & DAVID CALDEVILLA-DOMÍNGUEZ

xabier.rolan@uvigo.es; teresa.pineiro@udc.es & davidcaldevilla@imagometrica.com

UNIVERSIDADE DE VIGO | UNIVERSIDADE DA CORUÑA
| UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

LA PRESENCIA DE LOS AYUNTAMIENTOS DE LA EUORREGIÓN GALICIA-NORTE DE PORTUGAL EN LAS PLATAFORMAS SOCIALES

RESUMEN

La transparencia de las instituciones públicas constituye una vieja demanda de la ciudadanía que ha sido incorporada en las últimas reformas administrativas basándose en las posibilidades que brinda la red.

Más allá de los *websites* institucionales la administración ha integrado en sus procesos diversas plataformas sociales que presentan un mayor potencial para la comunicación e interacción con la ciudadanía. La presencia de dichas entidades públicas en las redes sociales generalistas también constituye una oportunidad desde la perspectiva del acceso, cuestión que convierte el uso de estas plataformas en un indicador clave para evaluar la transparencia institucional.

En esta línea, el presente trabajo ha tenido por objeto analizar la presencia y empleo de las principales plataformas sociales y otros servicios 2.0 por los principales municipios de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal. Un análisis que ha permitido determinar aquellos ayuntamientos más accesibles atendiendo a los canales de contacto con sus diferentes públicos.

PALABRAS CLAVE

Social media; e-government; comunicación institucional; transparencia

INTRODUCCIÓN

La transparencia de las Administraciones públicas constituye una vieja demanda de la ciudadanía. Hoy, en el contexto de la Sociedad de la Información, la transparencia es un proyecto transversal fruto de la convergencia de las agendas política, mediática y ciudadana (Manfredi, 2014).

En su definición el concepto de transparencia se presenta complejo, al igual que la realidad a la que se refiere. La OCDE (2002) define transparencia como un ambiente en el que los objetivos políticos, marco jurídico,

institucional y económico, sus decisiones y fundamentos, los datos y la información sobre las políticas monetarias y financieras, o los términos de la rendición de cuentas se proporcionan al público de forma comprensible, accesible y oportuna. Esta definición de la transparencia como *accountability* constituye la concepción más habitual del término.

Sin embargo autores como Alonso y García-García (2014) consideran que, además de la rendición de cuentas, la transparencia debe entenderse como una forma de promover la participación ciudadana en el ejercicio de la función pública, revisando la relación entre Administración y Sociedad. Se trata de una perspectiva diferente, aunque interrelacionada, que ha alcanzado una importante proyección con la irrupción de internet dadas sus potencialidades para la distribución de grandes volúmenes de información de forma sencilla e instantánea, así como la interacción de las instituciones con sus diversos públicos.

En la red los usuarios también pueden desarrollar un papel activo que va a repercutir en un creciente interés por los procesos de las Administraciones públicas y en la demanda de mayor información sobre su gestión. Se trata de un nuevo escenario que exige a los poderes públicos compartir, justificar o rendir cuentas por las decisiones tomadas (Baamonde-Silva, 2011).

En este contexto cobra relevancia la idea de “gobierno abierto” como una vía de gestión orientada a la ciudadanía, más transparente, que apela a un diálogo abierto de la Administración con la sociedad para tomar decisiones basadas en sus demandas, necesidades y preferencias (Calderón & Lorenzo, 2011). Se trata de un desafío político que hace precisa una transformación de la esencia de Gobiernos y Administraciones (Hernández-Bonivento & Güemes, 2011).

La demanda de una mayor transparencia, sumada a la posibilidad de integrar a la ciudadanía en los procesos de gobierno, dota de sentido a la habilitación de diversos canales institucionales en la red así como a la producción de información específica para éstos (Meijer, Curtin & Hillebrand, 2012).

LA ADMINISTRACIÓN LOCAL COMO BASE DE LA TRANSPARENCIA

La apertura de la información y la integración – en ésta – de la participación ciudadana constituye una tendencia imparable que afecta a todas las entidades y contextos gubernamentales (Couffigal, 2006). En una sociedad caracterizada por su creciente complejidad el ejercicio de la libertad de expresión requiere de un mayor acceso a los datos y fuentes públicas.

La distribución de un volumen abierto de información resulta esencial, siguiendo a Manfredi (2014), en el contexto de la Administración local en tanto sus decisiones afectan a la ciudadanía de forma más directa que a otras escales de gobierno. Esta proximidad y el menor de tamaño de sus estructuras, sitúa a las entidades locales en el punto de mira de los diversos *stakeholders* para el desarrollo de una administración más transparente y abierta, que redunde en un mejor gobierno (Frost, 2007).

Como señalan Martín y García Muíña (2011), los municipios suponen una oportunidad para el estudio de la transparencia dado que constituyen organizaciones que identifican claramente a sus *stakeholders* – que poseen atributos de poder, legitimidad y urgencia – y en las que los principales actores – cargos gubernamentales y votantes – son piezas de un mercado donde la confianza constituye la principal moneda de cambio.

La elevada penetración de internet y de sus canales 2.0 ha facilitado a las administraciones locales la distribución de la información – tanto en lo que respecta a su volumen como a la continuidad de su flujo – y la eliminación de las asimetrías existentes entre la población general y las élites extractivas (Acemoglu & Robinson, 2012).

Dentro de internet las plataformas sociales se presentan como una oportunidad única para la construcción de opinión en el entorno digital, debido a su esencia como formas de interacción social definidas por múltiples intercambios de carácter dinámico. Dichas plataformas permiten establecer una nueva relación entre gobernantes y gobernados, basada en un diálogo permanente en el que la ciudadanía no sólo obtiene de primera mano información sobre la gestión de su gobierno sino que puede canalizar sus propias opiniones, demandas y necesidades. Esta posibilidad de *feedback* resulta de gran valor en el contexto municipal dada la sencillez y accesibilidad de sus estructuras.

En esta línea, dentro de los trabajos en torno a la transparencia administrativa desarrollados en los últimos años resulta preciso señalar un creciente corpus de estudios que han centrado su interés en la apropiación de la *web* y, más concretamente, de las herramientas 2.0 por los gobiernos municipales. Un corpus de trabajos en el que se inserta el presente estudio.

MATERIALES Y MÉTODOS

Para estudiar el uso y apropiación de las principales plataformas de *social media* por la Administración local, como un indicador de la transparencia municipal, se llevó a cabo un análisis de la presencia en redes

sociales de los principales ayuntamientos de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal.

Se parte de la concepción de la Eurorregión como una estructura de cooperación transfronteriza de dos territorios de diferentes estados aunque características comunes, que exigen la colaboración más o menos institucionalizadas de ambas regiones. En concreto la zona de cooperación Galicia-Norte de Portugal, además de la proximidad geográfica, cuenta con características históricas, culturales y económicas que pueden redundar en la similitud y gestión de sus estructuras locales.

DEFINICIÓN DE LA MUESTRA

Ante el importante número de ayuntamientos que conforman la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal se llevó a cabo la selección de una muestra de entidades municipales a partir de un criterio poblacional.

Dicho criterio permitió la selección de aquellos ayuntamientos con mayor volumen de población, promoviendo su comparabilidad, en la línea de trabajos como los de Navarro, Alcaraz y Ortiz (2010), Navarro, de los Ríos, Rui y Tirado (2014), García Sánchez, Frías y Rodríguez (2013), Frías Aceituno, Marques, & Rodríguez Ariza (2013), o el Índice de Transparencia de los Ayuntamientos (ITA, índice anual desde 2008) desarrollado por Transparencia Internacional España.

En el presente estudio se fijó como límite los 30.000 habitantes. Un margen que implicó la selección de una muestra de 44 ayuntamientos: 32 pertenecientes a la NUTSII Región Norte de Portugal (datos del Instituto Nacional de Estadística de Portugal, 2011) y 12 del ámbito gallego (datos del Instituto Galego de Estadística, 2014).

PORTUGAL				GALICIA	
Cámara	Población	Cámara	Población	Ayuntamiento	Población
Amarante	56.264	Paços de Ferreira	56.340	A Coruña	244.810
Barcelos	120.391	Paredes	86.854	Arteixo	30.857
Braga	181.494	Penafiel	72.265	Carballo	31.288
Bragança	35.341	Ponte de Lima	43.498	Ferrol	71.232
Chaves	41.243	Porto	237.591	Lugo	98.560
Espinho	31.786	Póvoa de Varzim	63.408	Narón	39.574

Esposende	34.254	Santa Maria da Feira	139.313	Oleiros	34.563
Fafe	50.633	Santo Tirso	71.530	Ourense	106.905
Felgueiras	58.065	Trofa	38.999	Pontevedra	82.946
Gondomar	168.027	Valongo	93.858	Santiago	95.671
Guimarães	158.124	Viana do Castelo	88.725	Vigo	294.997
Lousada	47.387	Vila do Conde	79.533	Vilagarcía	37.712
Maia	135.306	Vila Nova de Famalicão	133.832		
Marco de Canaveses	53.450	Vila Nova de Gaia	302.295		
Matosinhos	175.478	Vila Real	51.850		
Oliveira de Azeméis	68.611	Vila Verde	47.888		

Tabla 1: Ayuntamientos de la muestra de estudio

Para abordar el análisis de la muestra se desarrolló una herramienta de análisis específica, adecuada a la realidad objeto de estudio.

ESTABLECIMIENTO DE FICHA DE ANÁLISIS

A partir de la propuesta de Karkin (2013) relativa a las herramientas 2.0 para la participación pública a través de los *websites* gubernamentales, se desarrolló una ficha de trabajo basándose en las plataformas sociales de mayor penetración en el contexto de la Euroregión.

De este modo se han considerado ítems de estudio la presencia de *blogs*, *wikis*, redes sociales generalistas con mayor número de seguidores (Facebook o Twitter) y otras herramientas relevantes en el contexto de la *web* colaborativa como Youtube. Asimismo, también se ha considerado la inclusión de las *newsletters* entre los servicios de análisis dada su importante implementación en el ámbito de las entidades públicas.

En el caso concreto de Facebook, la red social de mayor penetración – tanto el ámbito global como en la Euroregión – se ha diferenciado entre perfil y página como dos posibilidades de presencia diferentes, que aportan información sobre la concepción y uso de dicha herramienta.

El empleo del perfil – orientado a usuarios individuales – refleja una limitada adaptación a la plataforma en tanto exige la invitación-confirmación para formar parte de una comunidad cerrada; la página – destinada a

productos, servicios, famosos, instituciones u otros organismos – facilita este proceso así como la participación y la obtención de *feedback*.

Finalmente para determinar la presencia de otras plataformas más minoritarias en la muestra se ha optado por la inclusión de una categoría contenedor. Dentro de dicha categoría se incluye el servicio de sindicación de contenidos RSS (*Really Simple Syndication*), en tanto que facilita el consumo de la información en línea así como el acceso y la participación en ésta.

PRINCIPALES PLATAFORMAS Y SERVICIOS 2.0.	
<i>Blog</i>	Twitter
<i>Wiki</i>	Youtube
Facebook Perfil	Newsletter
Facebook Página	Otros

Tabla 2: Herramienta de estudio. Elaboración a partir de Karkin (2013)

A partir de estas ocho variables se estudió el grado de transparencia de las principales Administraciones municipales de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal, desde la perspectiva de su presencia en plataformas sociales.

Este análisis se desarrolló durante el mes de abril de 2015. Un período “regular” en tanto que no ha coincidido con un momento electoral en ninguno de las dos realidades estatales analizadas y, por tanto, con una presencia e información no sujeta a intereses partidistas.

Para evitar posibles sesgos en la información, derivados de las restricciones en la conexión de red o IP registrada, el proceso de recogida de datos se efectuó simultáneamente en España y en Portugal. El análisis de la realidad lusa se desarrolló durante una estancia de investigación en la Universidade do Minho, financiada por el programa IACOBUS de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal.

PRINCIPALES RESULTADOS

El análisis y el tratamiento sistemático de los datos recabados ha permitido elaborar un *ranking* de los ayuntamientos de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal atendiendo al número de canales en las plataformas sociales para la distribución de información e interacción con sus diferentes públicos.

Atendiendo a dicha presencia se puede señalar importantes divergencias entre Administraciones locales. Ayuntamientos como Vigo o Pontevedra carecen como tal de presencia activa en las plataformas 2.0 analizadas, con independencia del uso de algunos de estos servicios por algún departamento dentro de la estructura municipal (juventud, turismo, etc.). Por su parte otros municipios como Ponte de Lima y Matosinhos (con presencia en 11 y ocho plataformas *online*, respectivamente) se sitúan a la cabeza de este *ranking*, multiplicando los puntos de encuentro *online* con sus diferentes públicos y, por tanto, las posibilidades de informar e interactuar con éstos a favor de una mayor transparencia.

Más allá de dichos municipios, el 68% de las administraciones locales analizadas cuentan con entre dos y cuatro canales sociales, siendo más habituales los ayuntamientos con presencia en tres redes o servicios sociales (13 ayuntamientos que suponen el 30% de la muestra).

Este *ranking* se basa en criterios exclusivamente cuantitativos – presencia en las redes sociales – sin profundizar en la existencia de una estrategia comunicativa global o en el tipo de uso que se da a dichas redes sociales. No obstante, se puede observar una mayor estandarización en la utilización de estas redes sociales por las cámaras municipales portuguesas, que copan los primeros puestos en la lista (ver Gráfico 1), frente a las españolas que se sitúan hacia el final de la misma.

PRINCIPALES PLATAFORMAS Y SERVICIOS

Además del número de canales empleados por los ayuntamientos también se pueden señalar diferencias entre el tipo de servicios empleados (Gráfico 2).

Herramientas clásicas de la *web* 2.0 como *wikis* o *blogs* carecen de presencia en los ayuntamientos de la muestra, dado que ningún ayuntamiento apuesta por este tipo de servicios para distribuir información y comunicarse con sus públicos.

En el caso de los *blogs* dicha ausencia puede relacionarse con la integración, en todas las páginas *web* institucionales, de un espacio dedicado a las últimas noticias del municipio que puede suplir la necesidad directa de comunicarse a través de un *blog*.

La presencia de los ayuntamientos de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal en las plataformas sociales

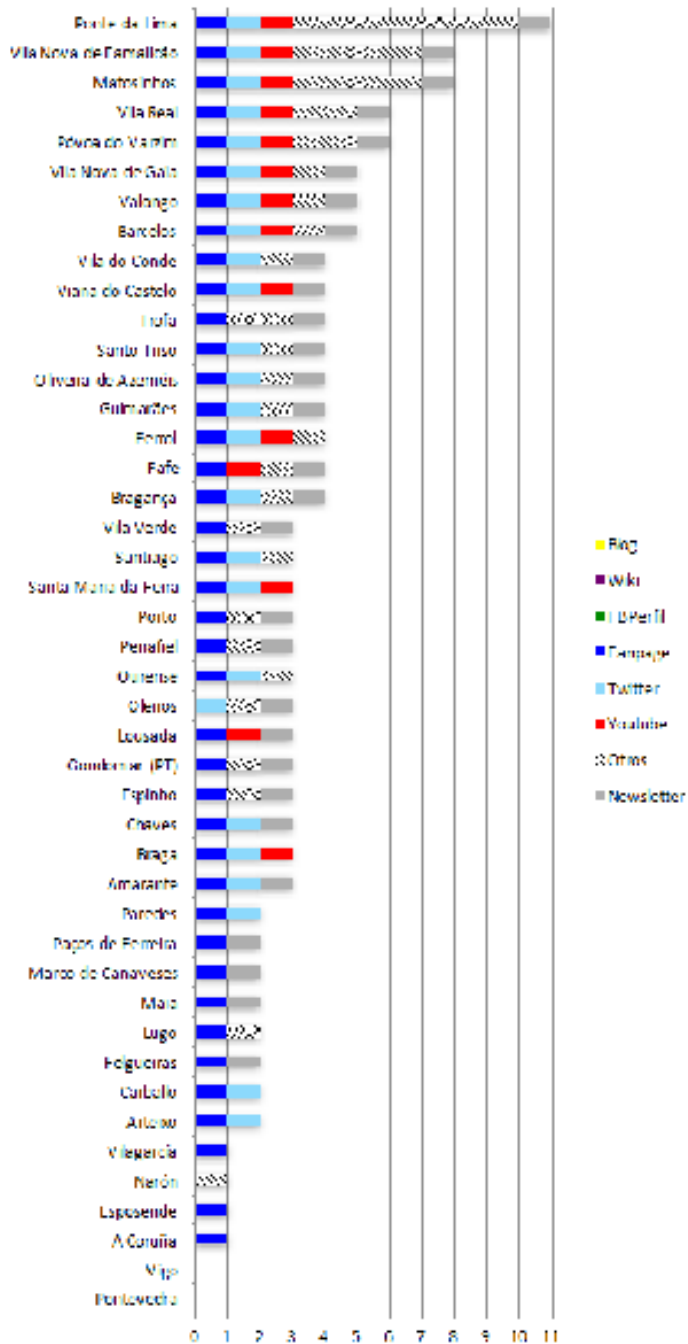


Gráfico 1: Ranking de ayuntamientos con mayor presencia en plataformas sociales

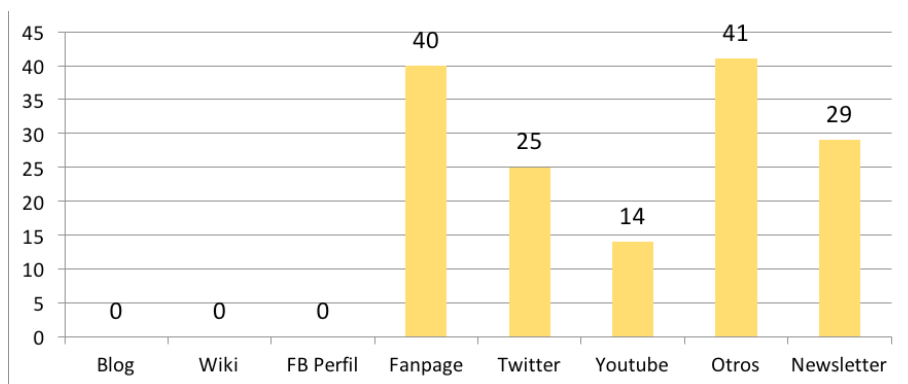


Gráfico 2: Plataformas y herramientas 2.0 más empleadas por los ayuntamientos de la muestra

Facebook y Twitter constituyen las plataformas sociales con mayor presencia entre los principales municipios de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal. La integración de estas plataformas no es homogénea entre las administraciones locales de la muestra, sino que se puede señalar la preeminencia de Facebook frente a Twitter, así como una mayor utilización por las entidades lusas frente a las españolas.

Por su parte, resulta destacable la penetración del boletín electrónico o *newsletter*; 29 administraciones de la muestra, todas ellas portuguesas, emplean esta fórmula para mantener informados a sus públicos de las novedades del ayuntamiento y de la gestión municipal. Prácticamente todas las cámaras municipales lusas, con la excepción de Esposende, Santa Maria da Feira, Paredes y Braga, incorporan en su página de inicio un formulario que permite la suscripción a este boletín de información local. En el caso de Vilanova de Gaia, en lugar del formulario de suscripción, integra un acceso directo a *issuu*; un servicio *web* donde se publican las actualizaciones de este boletín.

Frente a la importante penetración de las *newsletter* en la administración municipal portuguesa, como herramienta de comunicación con sus públicos, ningún ayuntamiento español emplea el boletín electrónico. De este modo, las entidades locales gallegas desaprovechan las oportunidades que ofrece dicha *push technologies* para informar a la ciudadanía, de forma sencilla y periódica, de las novedades del ayuntamiento y la gestión municipal.

PRESENCIA Y USO DE FACEBOOK

Facebook constituye la plataforma social con mayor presencia entre los municipios de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal. Prácticamente todos los ayuntamientos analizados (40 municipios que conforman el 90% de la muestra) cuentan con presencia activa en esta red social. Solamente los gobiernos municipales de Vigo, Pontevedra, Narón y Oleiros – todos ellos gallegos – carecen de un canal propio dentro de esta plataforma.

Si se atiende al tipo de presencia desarrollada, las administraciones locales han optado por la creación de *fanpages*, cuestión que remite a una gestión más eficaz de los recursos que Facebook proporciona. En el contexto actual ningún ayuntamiento mantiene un perfil de usuario, un tipo de error bastante frecuente en las entidades que puede lastrar las estrategias de comunicación desarrolladas en esta red social así como sus posibilidades para la interactividad.

Además de la presencia de las administraciones municipales en esta plataforma social se estudió el tipo de acceso previsto: únicamente desde la propia plataforma o a través de un link, icono o plug-in social en la *website* institucional. Se partía de la consideración de que la previsión de un acceso desde la página *web* no sólo interconecta dos canales de la estrategia comunicativa *online* del ayuntamiento, sino que permite derivar el tráfico de la página *web* al plataforma social.

La mayoría de las entidades analizadas con presencia en Facebook (un total de 29 que conforman el 72% de la muestra) prevén el acceso desde la página *web* institucional, fundamentalmente a través de un botón específico en el encabezado o pie de la página, lo que incrementa la accesibilidad de su canal en la red social.

Para localizar los restantes municipios con presencia institucional en Facebook, se empleó el buscador de la red social. Un proceso que permitió señalar 11 ayuntamientos (representados con trama en el Gráfico 3) cuyo acceso a la *fanpage* se efectúa únicamente desde la plataforma social: Amarante, Guimarães, Marco de Canaveses, Ponte de Lima, Santo Tirso, Esposende, A Coruña, Carballo, Arteixo, Lugo y Vilagarcía.

En lo que respecta a la frecuencia de actualización, se pueden señalar estrategias comunicativas muy dispares. Si bien la mayoría de los ayuntamientos actualizan su canal en Facebook de forma constante, lo que refleja una importante apropiación de la plataforma, en otros casos este canal ha quedado relegado como plataforma de comunicación como muestra la ausencia de publicaciones en los últimos meses.

PRESENCIA Y USO DE TWITTER

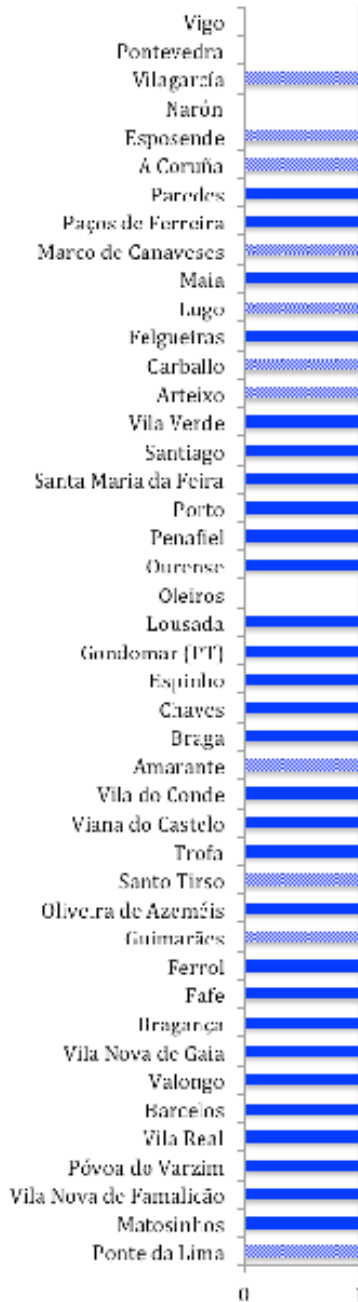


Gráfico 3: Presencia de ayuntamientos en Facebook (accesible desde la *web* y únicamente desde Facebook)

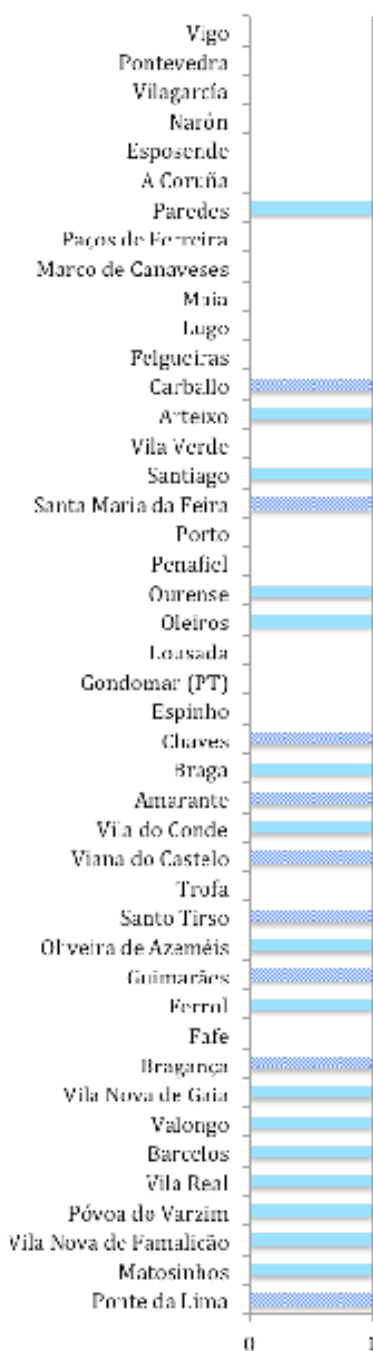


Gráfico 4: Presencia de ayuntamientos en Twitter (accesible desde la *web* y accesible únicamente desde Twitter)

Twitter constituye la segunda plataforma atendiendo a su influencia, tanto en el ámbito global, como en el contexto de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal. Esta relevancia ha tenido su reflejo en los municipios de la muestra.

En efecto, un total de 25 municipios (que constituyen el 57% de la muestra) tienen perfil activo en la red de *microblogging*.

Al igual que sucedía con Facebook, no todos los ayuntamientos permiten el acceso a Twitter desde la propia página *web* institucional, lo que dificulta el traspaso de la ciudadanía a dicho perfil en la red de *microblogging*.

En efecto, de los 25 ayuntamientos con presencia activa en esta red social, solamente 14 (que constituyen el 56%) integran en su *web* algún tipo de acceso a su espacio en Twitter. Estos ayuntamientos – Barcelos, Braga, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Santiago, Ferrol, Oleiros, Arteixo, Ourense – suelen incorporar un icono con enlace en el encabezado o pie de la *homepage*.

Por su parte, otros 9 ayuntamientos cuentan con su un perfil institucional en Twitter, aunque solamente accesible desde la propia plataforma de *microblogging*. Estos perfiles, recuperados a través del buscador de este servicio social (que se presentan con trama en el Gráfico 4), se corresponden con los ayuntamientos de Amarante, Chaves, Guimarães, Ponte de Lima, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Viana do Castelo, Bragança y Carballo.

PRESENCIA Y USO DE YOUTUBE

En lo que respecta a otras plataformas sociales, más allá de Facebook y Twitter, resulta preciso señalar la penetración de Youtube en los principales ayuntamientos de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal. Este servicio 2.º de vídeos ha sido empleado por 14 gobiernos municipales (32% de la muestra), en su mayoría portugueses: Barcelos, Braga, Fafe, Lousada, Matosinhos, Ponte de Lima, Póvoa do Varzim, Santa Maria da Feira, Valongo, Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vilarreal y Ferrol.

Todos estos ayuntamientos prevén algún tipo de acceso directo desde la página *web* a la plataforma social. Un acceso que suele efectuarse a través de un botón o de un vídeo embebido en la propia página *web* institucional.

PRESENCIA Y USO DE OTRAS PLATAFORMAS SOCIALES

La inclusión del ítem “otros” ha permitido constatar el empleo de otras plataformas o servicios 2.0 de forma minoritaria en la muestra de análisis o, al menos, que se preveían como tal en el momento de elaboración de la ficha de análisis.

Dentro de ellos destaca el empleo de servicios de sindicación de contenidos (RSS) que permite la consulta de actualizaciones, de forma automatizada en espacios del usuario, sin acceder al *website* institucional. Esta facilidad de acceso y consumo de información que brinda la sindicación de contenidos ha llevado a considerarlo un servicio de la *web* social presente en 19 *sites* de ayuntamientos, en su mayoría portugueses.

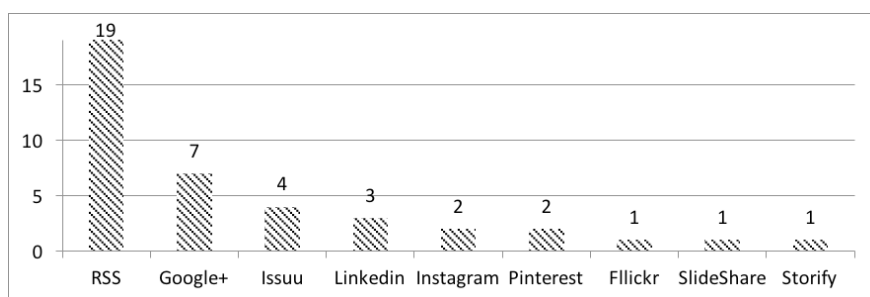


Gráfico 5: Otras redes sociales empleadas por los ayuntamientos, accesibles desde su *web*

Google+ constituye la red social con mayor presencia dentro del la variable “otros”. En efecto, el análisis llevado a cabo ha permitido señalar un total de 7 cámaras municipales portuguesas que han incorporado esta plataforma 2.0. para la interacción con sus públicos.

Otros servicios 2.0 que cuentan con una discreta presencia entre los ayuntamientos de la Euroregión son Issue y Slideshare, para el almacenamiento de archivos en línea; LinkedIn, red social profesional; Instagram, Pinterest y Flickr, plataformas de fotografía; y Storify, que permite la creación de narraciones multimedia a partir de diversos recursos *web*. Todas estas plataformas han sido incorporadas, aunque de forma testimonial, por ayuntamientos del contexto portugués.

En este caso resulta destacable Ponte de Lima, una cámara municipal que se presenta como *early adopter* de muchos de estos servicios, desarrollando una estrategia de comunicación extensiva a través de diversos puntos de contacto con los públicos.

SERVICIOS Y PLATAFORMAS 2.0 CON MENOR PRESENCIA EN LA MUESTRA	
Google+	Trofa, Vilarreal, Vila Nova de Famalicão, Póvoa do Varzim, Porto, Ponte da Lima, Matosinhos
Issuu	Vilanova da Gaia, Vila Nova de Famalicão, Póvoa do Varzim, Ponte de Lima
LinkedIn	Ponte de Lima, Penafiel, Matosinhos
Instagram	Vila Nova de Famalicão, Valongo
Pinterest	Ponte de Lima, Matosinhos
Flickr	Ponte de Lima
Slideshare	Ponte de Lima
Storify	Ponte de Lima

Tabla 3: Otras plataformas y servicios 2.0 en función del municipio que las integra

CONCLUSIONES

El análisis desarrollado en torno a la presencia de la Administración local de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal en las plataformas de gestión de redes sociales ha permitido señalar importantes divergencias en la apropiación de dichas plataformas por los ayuntamientos españoles y portugueses.

La elaboración de un *ranking* de municipios, basándose en la cuantificación de los canales sociales en los que desarrollan sus prácticas comunicativas, ha permitido señalar las administraciones municipales más accesibles para la ciudadanía en la red. Del mismo modo, dicho análisis ha puesto de relevancia la existencia de un núcleo de ayuntamientos – todos ellos españoles – carentes de un canal propio en las principales plataformas y servicios 2.0. Aunque estos municipios cuentan con perfiles de determinados departamentos, como el de turismo, éstos no pueden suplir el papel comunicativo e informativo de los canales institucionales.

El empleo de la *web* 2.0 como un espacio directo de interacción y participación de la ciudadanía, que estimule la conversación social entre Administración y la sociedad, queda bastante relegado en la muestra. Ningún gobierno municipal emplea *blogs* o *wikis* para publicar sus contenidos, unas herramientas que en el ámbito portugués han sido sustituidas por los servicios de sindicación de contenidos (RSS) o las *newsletters*.

En lo que se refiere a los social media Facebook, Twitter y Youtube se consolidan como las principales plataformas de la muestra de estudio aunque con diferencias en su penetración, acceso y utilización.

Algunos de los ayuntamientos con presencia en Facebook y Twitter no permiten el acceso a estos canales sociales desde la página *web* institucional. Una cuestión que, además de dificultar el acceso y trasvase de usuarios del *website* a las redes sociales, refleja la carencia de una concepción global de la comunicación 2.0.

Asimismo, pese a la total integración de Facebook en las cámaras municipales portuguesas, éste constituye generalmente el único canal 2.0 para la interacción y comunicación con la ciudadanía en combinación con la *newsletter*.

Este boletín electrónico constituye una herramienta exclusiva del ámbito de la Administración municipal lusa. Una herramienta que asume un papel importante en la información de la administración local con la ciudadanía y, como tal, es accesible desde botones o *banners* de la propia portada.

Además de las principales plataformas sociales, los municipios portugueses también han comenzado a experimentar con otros servicios 2.0 como Google+, issuu o LinkedIn y – en menor medida – Instagram, Flickr o Pinterest. En esta línea se puede señalar una mayor tendencia de las cámaras municipales portuguesas a la apertura de la información en la Red. Una tendencia que, sin embargo, responde más a la distribución de información a través de diversos canales que a una estrategia real e integrada.

Hoy, una década después de la aparición de Facebook y Twitter resulta preciso implementar estrategias más ambiciosas, que permitan el establecimiento de una nueva relación de la Administración con la sociedad. Especialmente en el contexto local donde es factible la interacción con la ciudadanía, la distribución de información y datos segmentada para los diversos públicos e incluso la integración de la participación de los usuarios en la gestión municipal, desarrollando políticas abiertas y colaborativas.

Los ayuntamientos analizados, que presentan un importante volumen de población y de recursos, deben implementar estrategias comunicativas que faciliten la distribución de información sobre su gestión y la interacción con sus públicos. En el diseño de estas estrategias uno de los pilares fundamentales consiste en la selección de canales 2.0, entendidos como *touch points* con sus públicos; una selección que puede redundar en una mayor accesibilidad, interactividad y, como resultado de ambas, transparencia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2012). *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty* (Vol. 4). Nova lorque: Crown Business.
- Alonso, A. & García-García, J. (2014). Evaluación de la transparencia municipal en el Principado de Asturias. *Auditoría Pública*, 64, 75-86. Recuperado de <http://goo.gl/mwFvu6>
- Baamonde-Silva, X. M. (2011). Las redes sociales como herramientas de Relaciones Públicas de las instituciones europeas. *Correspondencias & Análisis*, 1, 67-82. Recuperado de <http://goo.gl/7fAw4D>
- Calderón, C. & Lorenzo, S. (2011). *Open Government. Gobierno abierto*. Jaén: Algón Editores.
- Couffigal, G. (2006). La descentralización: una nueva idea de América Latina. In A. E. Solari & J. M. Sanguinetti (Eds.), *Sociología del desarrollo, políticas sociales y democracia: estudios en homenaje a Aldo E. Solari*. México: Siglo XXI.
- Frías Aceituno, J. V.; Marques, M. da C. & Rodríguez Ariza, L. (2013). Divulgación de información sostenible: ¿se adapta a las expectativas de la sociedad? *Revista de Contabilidad*, 16(2), 147-158. doi: 10.1016/j.rcsar.2013.07.004
- Frost, G. (2007). The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence. *Abacus*, 43(2), 190-216. doi: 10.1111/j.1467-6281.2007.00225.x
- García Sánchez I.M.; Frías, J.V. & Rodríguez, L. (2013). Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments. *Journal of Cleaner Production*, 39, 60-72. doi: 10.1016/j.jclepro.2012.08.037
- Karkin, N. (2013). Herramientas Web 2.0 para la participación pública a través de los sitios de internet del gobierno. *Gestión y Política Pública*, 22 [Vol. Gobierno Electrónico], 307-331.
- Manfredi, J. L. (2014) Periodismo e innovación: comunicación pública y poder en el gobierno local. In *VI Congreso Internacional Latina de Comunicación Social (VI CILCS)*. Libro de actas. La Laguna: Universidad de La Laguna. Recuperado de <http://goo.gl/LGVGU1>
- Martín-Martínez, R. M. & García-Muiña, F. G. (2011). La influencia de factores institucionales en la transparencia de los ayuntamientos. *AECA: Revista de la Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*, 94, 7-11. Recuperado de <http://goo.gl/i7jBg9>

- Meijer, A.J.; Curtin D. & Hillebrandt M. (2012). Open government: connecting vision and voice. *International Review of Administrative Sciences*. 78(1) 10-29. doi: 10.1177/0020852311429533
- Navarro, A.; Alcaraz, F. J. & Ortiz, D. (2010). La divulgación de información sobre responsabilidad corporativa en Administraciones Públicas: Un estudio empírico en gobiernos locales. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 13(2), 285-314. doi: 10.1016/S1138-4891(10)70019-4
- Navarro, A.; de los Ríos, A.; Ruiz, M. & Tirado, P. (2014). Transparency of sustainability information in local governments: English-speaking and Nordic cross-country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 64(1), 495-504. doi: 10.1016/j.jclepro.2013.07.038

OUTRAS REFERENCIAS

- Hernández-Bonivento, J. & Güemes, M. C. (2013). Confianza e instituciones informales: condicionantes del éxito/fracaso de las estrategias de Gobierno Abierto. Comunicación presentada al XI Congreso de AECPA. La política en tiempos de incertidumbre, Sevilla. Recuperado de <http://goo.gl/1EHK5k>
- Índice de los ayuntamientos ITA (2014) Recuperado de <http://goo.gl/idcpXS>
- Índice de Transparencia Municipal ITM. Recuperado de <http://goo.gl/6P6fsN>
- Instituto Galego de Estatística (2014). Datos estadísticos. Recuperado de <http://goo.gl/oXWxuu>
- Instituto Nacional de Estatística (2011). Datos Estadísticos. Recuperado de <http://goo.gl/eiqeC4>

Citação:

Martínez-Rolán, X.; Piñeiro-Otero, T. & Caldevilla-Domínguez, D. (2017). 17. Instituciones locales 2.0. Análisis de la presencia de los ayuntamientos de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal en las plataformas sociales. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 262-279). Braga: CECS.